

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**SUZANA GRAZIELE DE SOUZA**

**ASSENTAMENTOS RURAIS E CIRCUITOS CURTOS DE  
COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS  
TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS**

**UBERLÂNDIA/MG  
2024  
SUZANA GRAZIELE DE SOUZA**

**ASSENTAMENTOS RURAIS E CIRCUITOS CURTOS DE  
COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS  
TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/UFU) como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Linha de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira.

**UBERLÂNDIA/MG  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S729a Souza, Suzana Grazielle de, 1984-  
2024 Assentamentos rurais e circuitos curtos de comercialização de alimentos [recurso eletrônico] : experiências e significados territoriais no norte de Minas Gerais / Suzana Grazielle de Souza. - 2024.

Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5014>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente, 1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

---

André Carlos Francisco  
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG,  
 CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 257, PPGGEO				
Data:	22 de março de 2024	Hora de início:	13h:30min.	Hora de encerramento:	17h:30min.
Matrícula do Discente:	12013GEO024				
Nome do Discente:	SUZANA GRAZIELE DE SOUZA				
Título do Trabalho:	<b>ASSENTAMENTOS RURAIS E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS</b>				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica Sala 14 (Online - [conferenciaweb.rnp.br](http://conferenciaweb.rnp.br)) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Anderson Willians Bertholi - UNIMONTES - MG](#); [Geraldo Inácio Martins - UFAL - AL](#); [Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - UNIMONTES -MG](#); [Iara Rafaela Gomes - UFC-CE](#) e [Mirlei Fachini Vicente Pereira - IG-UFU](#) (orientador da candidata). Os membros participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, [Professor Mirlei Fachini Vicente Pereira - IG-UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimeada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

**Aprovada.**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Iara Rafaela Gomes, Usuário Externo**, em 22/03/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Inácio Martins, Usuário Externo**, em 22/03/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Willians Bertholi, Usuário Externo**, em 22/03/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, Usuário Externo**, em 23/03/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirlei Fachini Vicente Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/03/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5187227** eo código CRC **D6A7F47C**.

**Referência:** Processo nº 23117.011726/2024-41

SEI nº 5187227

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são dedicados aos camponeses assentados que me receberam de forma tão aberta e acolhedora, permitindo que eu adentrasse em seus cotidianos de vida e trabalho. Agradeço à UFU - Universidade Federal de Uberlândia, universidade pública e de qualidade. À CAPES – Coordenação da Formação de Pessoal de Nível Superior, que possibilitou o doutorado através do financiamento da pesquisa. Sem a bolsa de estudos não teria sido possível a mim e nem a milhares de estudantes do nosso país acessar a Universidade Pública.

Ao meu Orientador, professor Mirlei Fachini, pela confiança depositada no desenvolvimento da pesquisa e pelo estímulo constante com suas questões e posicionamentos teóricos. Seu apoio foi fundamental em todo o processo de construção dessa tese. Obrigada por abraçar a minha pesquisa e a mim, não tenho palavras para agradecer tamanha contribuição.

À minha família que sempre me apoiou e segue apoiando as minhas escolhas: minha mãe, meu pai, minhas irmãs.

Meu agradecimento ao meu esposo, Nadson, pelo incentivo dado para realização do doutorado, seguimos nosso caminho nos apoiando, com muito carinho. João Pedro, meu filho, a quem agradeço por me ensinar essa forma tão única de amar e viver a vida um pouco mais descontraída.

Aos amigos de longa data Angela, Rodrigo e Geraldo, pessoas que fazem parte da minha vida de antes, durante e depois desse processo. Obrigada pelo incentivo e apoio de sempre! Sou feliz por estarmos juntos a tanto tempo.

As amigas do Doutorado Renata, Fabi, sou feliz demais por termos nos encontrado no Seminário em Diamantina e ao longo dos estagios, obrigada por compartilharem as angústias, alegrias e as boas risadas.

Enfim, agradeço às pessoas, aos aprendizados, aos lugares, que permitiram conhecer um pouco mais desses mundos, suas gentes, vivências e singularidades.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema central os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) de alimentos dinamizados pelo campesinato sertanejo assentado no Norte de Minas. O objetivo é compreender o grau de importância dos circuitos curtos de comercialização de alimentos nos assentamentos Dois de Junho e Orion, o modo como são estruturados e se os mesmos contribuem para melhoria das condições de renda e de vida dos assentados. Os circuitos curtos de comercialização analisados são aqueles que resultam da participação dos assentados nas feiras locais e em mercados institucionais definidos pelo Programa Aquisição de Alimentos e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. É importante destacar que os assentados que ingressaram nesses CCC buscavam soluções para problemas como a venda da produção para atravessadores, o excedente de produção e a busca pela constituição da vida na terra conquistada. Os camponeses que participam dessas experiências trazem uma vivência de enfrentamentos contra a exploração dos latifúndios. A trajetória de luta pela terra contribuiu para a formação das bases políticas e sociais na terra conquistada. Contudo, as famílias camponesas enfrentam uma série de dificuldades, desde falta de apoio governamental, a inexistência de uma política efetiva de reforma agrária, a falta de infraestrutura básica como estradas, habitação, água encanada e transportes. Apesar das adversidades, foi possível encontrar resultados positivos, com a diversificação da produção, a oferta de alimentos saudáveis e a melhoria da renda das famílias entrevistadas. Verificou-se que a venda direta via CCC apresenta especificidades em torno do planejamento da produção junto aos agricultores e das dinâmicas organizativas. O conjunto das informações e análises leva a concluir que os CCC, em que pese serem teorizadas de forma relativamente recente, são há muito praticados pela população camponesa (sobretudo pelas feiras e vendas diretas), o que há de novo e significativo em termos de circuito curto para os assentados estudados é apenas os mercados institucionais, que também figuram como “mercados socialmente necessários”, mas ainda precisam em muito ser aperfeiçoados.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais; Circuitos Curtos de Comercialização; Feiras; Norte de Minas Gerais

## ABSTRACT

The present research focuses on Short Food Supply Chains (SFSC) dynamized by peasants settled in the North of Minas Gerais. The objective is to understand the importance of short food supply chains in the settlements of Dois de Junho and Orion, how they are structured, and whether they contribute to improving the income and living conditions of the settlers. The short supply chains analyzed are those that result from the participation of settlers in local fairs and institutional markets defined by the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program. It is important to highlight that settlers who joined these SSC sought solutions to problems such as selling their production to middlemen, excess production, and the pursuit of building a life on the acquired land. The peasants participating in these experiences bring a history of confrontations against the exploitation of large estates. The trajectory of struggle for land contributed to the formation of political and social bases in the conquered land. Nevertheless, peasant families face a series of difficulties, from lack of government support to the absence of an effective agrarian reform policy, the lack of basic infrastructure such as roads, housing, piped water, and transportation. Despite the adversities, it was possible to find positive results, including diversified production, the availability of healthy food and improved income for the interviewed families. It was observed that direct sales via SSC have specific aspects related to production planning with farmers and organizational dynamics. The set of information and analysis leads to the conclusion that the SSC, despite being relatively recently theorized, have long been practiced by the peasant population (especially through fairs and direct sales), what is new and significant in terms of short supply chain for the studied settlers is only the institutional markets, which also serve as "socially necessary markets", but still need significant improvement.

**Keywords:** Rural Settlements; Short Food Supply Chains; Fairs; North of Minas Gerais.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 –	Temas explorados no questionário destinado aos camponeses assentados.....	43
Figura 2 –	Temas explorados no questionário aplicado aos produtores e consumidores nas Feiras.....	44
Figura 3 –	Temas explorados nas entrevistas junto aos Agentes Públicos.....	45
Figura 4 –	Esquema de interação entre autonomia e dependência, em relação aos mercados de <i>inputs</i> e <i>outputs</i> , e a produção para uso <i>versus</i> produção para troca.....	163
Figura 5 –	Circuitos curtos de Comercialização de Alimentos – Assentamento Dois de Junho.....	170
Figura 6 –	Circuitos curtos de Comercialização de Alimentos – Assentamento Orion.....	170
Figura 7 –	Estrutura do processo de Aquisição de Alimentos do PNAE.....	179

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 –	Casa improvisada no antigo curral da Fazenda para abrigar as famílias acampadas.....	112
Foto 2 –	Interior da residência de uma das acampadas.....	112
Foto 3 –	Reunião sobre a produção agroecológica - Dois de Junho 2012....	118
Foto 4 –	Escola Municipal e Posto de Saúde Comunidade Sete Paus.....	121
Foto 5 –	Ponte de madeira comunidade Sete Paus.....	122
Foto 6 –	Residência comunidade Rocinha ( <i>assentado recente</i> ).....	124
Foto 7 –	Residência comunidade Sete Paus ( <i>assentado recente</i> ).....	124
Foto 8 –	Residência comunidade Pindaíba ( <i>assentado antigo</i> ).....	125
Foto 9 –	Reunião Associação Dois de Junho.....	126
Foto 10 –	Antiga sede da fazenda ocupada pela escola (à esquerda) e novo prédio da Escola Municipal João Eduardo Pereira (à direita).....	127
Foto 11 –	Igreja Nossa Senhora Aparecida - Assentamento Dois de Junho...	128
Foto 12 –	PAIS produção agroecológica Integrada e Sustentável Orion 2012.....	131
Foto 13 –	Moradias dos assentados do PA Orion improvisadas em estruturas da antiga fazenda.....	133
Foto 14 –	Reunião Associação Assentamento Orion.....	134
Foto 15 –	Assentado preparando a terra para o plantio no assentamento Orion.....	139
Foto 16 –	Assentado selecionando sementes, guardadas em recipientes fechados para o plantio no ano seguinte - Assentamento Dois de Junho.....	140
Foto 17 –	Roça consorciadas: feijão e abóbora – Assentamento Orion.....	141
Foto 18 –	Roça de Milho Dois de Junho.....	142
Foto 19 –	Roça de Milho - Orion.....	142
Foto 20 –	Quintal produtivo - Assentamento Dois de Junho.....	143
Foto 21 –	Triturador de milho e carroça – assentamento Dois de Junho.....	144
Foto 22 –	Pequena criação de vacas leiteiras- Dois de Junho.....	145
Foto 23 –	Cisterna para captação e armazenamento de água chuva (P1MC), residência de assentado, Assentamento Orion.....	154

Foto 24 –	Rio Jequitinhonha - Comunidade Pindaíba, Assentamento Dois de Junho.....	155
Foto 25 –	Rio da Rocinha, Comunidade da Rocinha, Assentamento Dois de Junho.....	155
Foto 26 –	Cestas elaboradas pelos assentados do Dois de Junho e Veículo utilizado nas entregas do PAA.....	189
Foto 27 –	Aspecto da hortifruticultura com irrigação Assentamento Dois de Junho para comercializar no PAA e PNAE.....	193
Foto 28 –	Cultivo de hortaliças no assentamento Dois de Junho para comercializar no PAA e PNAE.....	194
Foto 29 –	Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG.....	204
Foto 30 –	Artesanato Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG.....	204
Foto 31 –	Aspecto geral do Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG.....	205
Foto 32 –	Aspecto da feira em Olhos d’Água, MG.....	206
Foto 33 –	Produtos comercializados pelos assentados do Dois de Junho na feira de Olhos d’Água.....	206
Foto 34 –	Aspectos da feira livre / Capitão Enéas-MG.....	208
Foto 35 –	Barracas com principais produtos comercializados pelos assentados do PA Orion.....	209
Foto 36 –	Queijos e requeijão - Assentamento Dois de Junho.....	212
Foto 37 –	Veículo de assentado empregado no transporte para feira no mercado Municipal em Bocaiuva- Assentamento Dois de Junho.....	217
Foto 38 –	Precariedade das Estradas de acesso ao assentamento Orion.....	218

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Norte de Minas; Principais Movimentos Sócio territoriais – 1988-2016.....	77
Gráfico 2 –	Número de assentamentos criados no Norte de Minas de 1988 a 2015.....	78
Gráfico 3 –	Distribuição dos assentamentos por fases de implantação Norte de Minas.....	81
Gráfico 4 –	Distribuição das famílias nos assentamentos de fase 03,04,05 e 06.....	81
Gráfico 5 –	Principais Cultivos desenvolvidos pelos assentados-Orion, 2012.....	130
Gráfico 6 –	Agricultores familiares e recursos financeiros PAA de 2011 a 2022/Brasil.....	176
Gráfico 7 –	Doações do Programa de Aquisição de Alimentos/Brasil.....	178

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Assentamento Dois de Junho-Olhos D’Água/MG.....	37
Mapa 2 –	Assentamento Orion-Capitão Enéas.....	38
Mapa 3 –	Número de assentamentos rurais por municípios do Norte de Minas (2019).....	79
Mapa 4 –	Localização dos municípios de Capitão Enéas e Olhos D’água, e dos assentamentos Orion e Dois de Junho.....	87
Mapa 5 –	Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores 1999.....	97
Mapa 6 –	Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores 2005.....	98
Mapa 7 –	Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores – 2021.....	99
Mapa 8 –	Usos do solo no Assentamento Orion e arredores – 2003.....	101
Mapa 9 –	– Usos do solo no Assentamento Orion e arredores – 2007.....	102
Mapa 10 –	Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores – 2021.....	103
Mapa 11 –	Parcelamento Dois de Junho.....	120
Mapa 12 –	Parcelamento Orion.....	129

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Movimentos e organizações que atuam na luta pela terra Norte de Minas.....	76
Quadro 2 –	Fases de criação de assentamentos rurais pelo INCRA.....	80
Quadro 3 –	Classes de uso e cobertura do solo dos Assentamentos.....	95
Quadro 4 –	Dois de Junho – projetos coletivos desenvolvidos ao longo dos anos.....	117
Quadro 5 –	Principais contradições nos assentamentos Dois de Junho e Orion.....	136
Quadro 6 –	Tipologia de mercados da agricultura Familiar.....	164
Quadro 7 –	Evolução das análises sobre sistema alimentar.....	168
Quadro 8 –	Agricultores beneficiados pelo PAA e os recursos financeiros pagos pelo programa no período de 2011 a 2022 – Brasil.....	177
Quadro 9 –	Agricultores Familiares Fornecedores e Recursos Financeiros Município- Olhos D’Água as compras do PAA (2011-202)......	181
Quadro 10 –	Síntese aspectos revelados nos mercados e feiras – municípios avaliados (2023).....	214

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Brasil – Distribuição de área ocupada por cada segmento produtivo em 2006.....	58
Tabela 2 –	Minas Gerais – Número de ocupações e de famílias por mesorregião, 1988-2018.....	75
Tabela 3 –	Características Fundiária Município de Olhos D’água (2017).....	89
Tabela 4 –	Características Fundiária Município Capitão Enéas (2017).....	92
Tabela 5 –	Assentamentos Orion e Dois de Junho – tabela síntese.....	104
Tabela 6 –	Atividades desenvolvidas nas propriedades dos entrevistados nos assentamentos Dois de Junho e Orion.....	113
Tabela 7 –	Ocupações desempenhadas para complemento de renda pelos assentados entrevistados – Assentamento Dois de Junho e Orion.....	114
Tabela 8 –	Sistema produtivo indicado pelos entrevistados.....	114
Tabela 9 –	Principais cultivos no Assentamento Dois de Junho (2007).....	116
Tabela 10 –	Uso da terra no Dois de Junho.....	119
Tabela 11 –	Área comunitária Orion.....	132
Tabela 12 –	Representatividade das culturas plantadas Dois de Junho (2022).....	144
Tabela 13 –	Representatividade das culturas plantadas Orion.....	145
Tabela 14 –	Atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados do Orion-2022.....	147
Tabela 15 –	Estratégias de comercialização dos assentados entrevistados – PA Dois de Junho.....	169
Tabela 16 –	Estratégias de comercialização dos assentados entrevistados PA Orion.....	169
Tabela 17 –	Número de DAP física Olhos D’Água \MG.....	174
Tabela 18 –	Número de DAP física Capitão Enéas \MG.....	174
Tabela 19 –	Número de DAP física Dois de Junho-MG.....	175
Tabela 20 –	Número de DAP física Orion-MG.....	175
Tabela 21 –	Recursos repassados pelo FNDE à Secretaria de Educação de Olhos D’Água (2011-2019).....	180

Tabela 22 – Assentados entrevistados, Programas acessados e renda mensal (em R\$) a partir dos Programas PAA/PNAE.....	190
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER** – Assistência Técnica e extensão Rural
- CCA** – Circuito Curto Agroalimentar
- CCC** – Circuito Curto de Comercialização
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CONAB** – Conselho Nacional de Abastecimento
- CONSEA** – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- DATALUTA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
- DAP** – Declaração de Aptidão do Pronaf
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO** – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** – Ministério Desenvolvimento Agrário
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PDA** – Plano Desenvolvimento do Assentamento
- PNATER** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PFZ** – Programa Fome Zero
- PGPAF** – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PROÁLCOOL** – Programa Nacional do Alcool
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RAA** – Redes de Alimentares Alternativas
- SAN** – Segurança Alimentar e Nutricional
- SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>Expressões da luta pela terra no espaço empírico de pesquisa.....</b>	<b>32</b>
<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>38</b>
<b>Trabalho de Campo.....</b>	<b>41</b>
<b>1. CAMPESINATO, LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA: Contexto brasileiro e suas implicações no Norte de Minas Gerais.....</b>	<b>47</b>
1.1 O campesinato brasileiro: sujeito da reforma agrária envolto de conflitos e contradições.....	47
1.2 Questão agrária, Conflitualidade e Assimetrias: Agricultura camponesa e a capitalista.....	54
1.3 Agricultura camponesa: importância e centralidade na produção de alimentos.....	57
1.4 Luta pela terra e a Reforma Agrária Norte de Minas.....	60
1.5 Redefinição da hegemonia regional e a inserção de novos sujeitos.....	65
1.6 Organização da luta posseira no Norte de Minas: CPT, STR e MST.....	69
1.7 Formas de organização e movimentos sociais no Norte de Minas.....	73
<b>2. ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORTE DE MINAS: DA LUTA PELA TERRA A LUTA PARA PERMANECER NA TERRA.....</b>	<b>83</b>
2.1 Características dos Municípios de Olhos - d'Água e Capitão Enéas.....	86
2.2 Caracterização e organização interna dos Assentamentos Rurais Dois de Junho e Orion.....	93
2.3 O Assentamento Dois de Junho: Resistência do campesinato versus injustiças do latifúndio.....	105
2.4 Orion - processo continuum de territorialização do campesinato assentado no Norte de Minas.....	109

2.5 Caracterização dos sujeitos e organização interna dos Assentamentos Dois de Junho e Orion.....	113
2.6 Organização dos espaços de produção e trabalho nos Assentamentos.....	137
2.7 O alcance das políticas públicas nos Assentamentos.....	148
2.8 O acesso à água nos Assentamentos.....	152
<b>3. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: UM MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO AOS ASSENTADOS DO NORTE DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>157</b>
3.1 Os circuitos curtos de comercialização no contexto da agricultura camponesa.....	157
3.2 Circuitos curtos no âmbito dos mercados aninhados.....	161
3.3 Dimensões dos circuitos e mercados alternativos.....	165
3.4 Expressões e tipologias dos circuitos curtos de comercialização praticados pelos assentados do Dois de Junho e Orion.....	169
3.5 Os Mercados Institucionais– PAA/PNAE.....	173
3.6 Feiras e mercados públicos como “mercado socialmente necessário” aos assentados do Norte de Minas.....	195
3.7 As dificuldades de distribuição: um gargalo também para os circuitos curtos.....	215
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>219</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>224</b>

## APRESENTAÇÃO

Para contextualizar a tese que apresentamos, faz-se necessário apresentar um pouco da minha vivência e experiência acadêmica anterior ao doutorado, já que as inquietações, interpretações e posições assumidas ao longo do tempo importam para as questões levantadas e definidas para a nova pesquisa.

Estudar o território norte mineiro é uma maneira de compreender a história e a geografia em que vivo, das quais faço parte. Devo dizer primeiramente que vivi meus primeiros 12 anos em uma comunidade rural, denominada Laranjão, pois sou filha de lavradores<sup>1</sup>. Lembro-me quando meu pai saía cedo de casa para trabalhar nas fazendas da região e só retornava ao anoitecer; trabalhava muito para garantir o sustento da família e lutava para um dia ter um pedaço de chão. Ao final da colheita, o fazendeiro chegava para pegar parte da produção, os demais produtos que ficavam eram colocados em sacos e empilhados, lado a lado, para facilitar o transporte dos comerciantes da região, que chegavam ao amanhecer para trocar os produtos por outros necessários à nossa sobrevivência. Meu pai continuava a luta árdua do trabalho, sendo explorado, por não possuir terra para cultivar e o fazendeiro, além de barganhar a maior parte na produção, ainda tinha disponibilidade de pasto para sua criação. Mesmo assim, meu pai não desistia e tinha como ajudantes eu e meus irmãos.

Mudei para a cidade de Bocaiúva no ano 1993, para morar com conhecidos e continuar os estudos, pois a escola do povoado ofertava apenas os estudos até a 4<sup>o</sup> série do ensino fundamental. A continuação nos estudos era um dos princípios que meus pais queriam deixar para os filhos, já que a eles foi negado esse direito. Precisei mudar várias vezes, por diferentes lugares, os deslocamentos são comuns no cotidiano de vida norte mineiro, deslocamentos muitas das vezes compulsórios. São muitos os dilemas entre o ir ou ficar, sair em busca dos sonhos, de melhores condições de vida, estudo, trabalho, ou permanecer no lugar de origem.

Mesmo morando em Bocaiúva era preciso contribuir de alguma forma com o trabalho e renda, pois não era fácil para meu pai sozinho prover o sustento de uma família com 12 filhos, por isso sempre aos finais de semana e nos períodos de férias, era necessário ajudá-lo com trabalho na roça.

Cabe ressaltar que os principais produtos, tais como milho e feijão, eram vendidos para atravessadores da região e o valor recebido mal dava para custear o plantio no ano seguinte. Desta forma a alternativa encontrada para contribuirmos com a geração de renda do grupo

---

<sup>1</sup> Meus pais migraram de Urandir na Bahia na primeira metade do século XX fugindo da seca e da fome em busca de melhores condições de vida.

familiar era a comercialização de queijo, requeijão, frango, hortaliças, doces, rapadura e verduras no mercado Municipal de Bocaiúva.

A comercialização desses produtos possibilitava comprarmos algumas ferramentas necessárias para auxiliar no trabalho no campo, além de permitir adquirir produtos que não produzíamos tais como querosene, sal e macarrão, contribuindo assim com a sobrevivência e permanência dos meus pais no campo e com nossos estudos na cidade.

Entre os anos de 2002-2006 cursei Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), na cidade de Pirapora. A vivência na cidade de Pirapora contribuiu para identificar as diferenças do lugar de onde eu vinha, e das gentes ribeirinhas, a cultura barranqueira, das beiras do São Francisco. Durante a graduação desenvolvi uma pesquisa em uma comunidade rural denominada, Capão Selado, localizada em Buritizeiro-MG. Tratava-se de um estudo de caso, que procurou compreender as formas de resistências da comunidade frente às interdições impostas pela presença da agricultura comercial na região, que profundamente alterou a paisagem local. Constatei pela pesquisa que as vivências e as relações de trabalho engendradas naquela comunidade eram singulares e se aproximavam em muito do mundo camponês, do qual eu mesma havia participado e vivenciado na infância. Esta foi a minha primeira experiência como pesquisadora, visando entender o porquê as famílias de Capão Selado escolheram permanecer naquele “lugar”, perpetuando seu modo de vida e de trabalho, resistindo às diversas lógicas do capital que tentavam expulsá-los.

Ao formar-me em Geografia, retornei à cidade de Bocaiúva e comecei a trabalhar como professora nas comunidades rurais da região, experiência fundamental, pois, a vivência cotidiana de professora me permitiu refletir e pensar a geografia do território norte mineiro. Essas inquietações ganharam corpo quando, em 2017, retomei os estudos, ingressei em uma disciplina isolada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIMONTES denominada “Territorialidades Humanas”. Após diversas leituras realizadas, pude compreender que o território, além da clássica definição geopolítica de Ratzel, é uma categoria fruto das mudanças socioespaciais e das dinâmicas humanas nele inscritas.

Intensifiquei as leituras a respeito desta categoria que se tornaria fundamental em minha futura pesquisa. Ao aprofundar a pesquisa, deparei-me com o Plano de Manejo do Parque das Sempre Vivas<sup>2</sup> e com o Projeto de Assentamento Dois de Junho, município de Olhos - d'Água.

---

<sup>2</sup> O Plano de Manejo da Unidade de Conservação Sempre Vivas elaborado em 2016, traz um diagnóstico Geral dos Distritos e Comunidades no Entorno do Parque Nacional Sempre PNSV. No primeiro momento acreditava que o Assentamento Dois de Junho estava na área de amortecimento do Parque, entretanto com o desenrolar da pesquisa constatee que o parque não exerce influência direta no cotidiano

Em outubro de 2017, durante um primeiro trabalho de campo, conheci o PA Dois de Junho, lugar que escolhi para desenvolver a pesquisa do mestrado. Neste momento, encantei-me pela história de luta e pela dinâmica que ele possuía, a esta altura não interessava compreender apenas a estrutura atual do assentamento, mas sim, entendê-lo como um processo. No mestrado, busquei compreender as territorialidades engendradas na luta, ocupação, resistência e vivência cotidiana dos camponeses do PA Dois de Junho, Olhos - d'Água- MG.

Constatei pela pesquisa que os assentados constituíam territorialidades tanto ligadas às práticas funcionais do trabalho no campo, quanto simbólicas. Os territórios dos assentamentos se constituem por diversos embates e interesses, logo, por distintas territorialidades, que se conformam, se confrontam, se sobrepõem e se modificam nos diferentes tempos e espaços. Além de compreender como se constituem as territorialidades em assentamentos rurais, a pesquisa permitiu avançar na produção do conhecimento quanto às conquistas e territorialização do campesinato assentado. Entretanto, algumas perguntas foram se acumulando e ficando sem respostas no que se refere a permanência das famílias assentadas na terra.

Concluí o mestrado em dezembro de 2019 e nesse mesmo ano houve a seleção para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Escrevi um esboço de projeto que pudesse se enquadrar na linha de pesquisa pretendida no Programa. A opção de pesquisa no doutorado foi, de alguma forma, por continuar o debate sobre a realidade do território norte mineiro, notadamente, a partir de seu espaço agrário.

O contato frequente ao modo de vida dos camponeses, tanto os que vivem em comunidades rurais quanto os que habitam assentamentos, foi decisivo não apenas para a escolha do tema e a definição do problema, mas também pela forma como busco abordar os assentamentos rurais, considerando as experiências daqueles que vivenciam diariamente mudanças, lutas e resistências em seu território. Soma-se a isso, evidentemente, a minha formação em Geografia e as leituras, e discussões teórico-metodológicas, durante o mestrado sobre a produção e organização do espaço rural, que contribuíram para compor a base conceitual desta tese.

A proposta do tema do doutorado partiu de meu orientador, Professor Mirlei Fachini Vicente Pereira, que ao saber de minha história de vida, experiências anteriores de pesquisa e compromissos com temas ligado a grupos e atores sociais invisibilizados, lançou a ideia de investigarmos a comercialização de alimentos em assentamentos rurais da Reforma Agrária no

Norte de Minas. Desde então, venho estudando com afinco a questão que trata sobre essa temática. É importante esclarecer que parte desta tese de doutorado é, de certo modo, um desdobramento dos estudos iniciados no mestrado, a partir de uma atualização de dados, mas também com ampliação da área de estudo e aprofundamento em aspectos que não haviam sido avaliados.

Compreendendo que um objeto científico de estudo se constrói no decorrer da pesquisa e não a priori (MARRE, 1991), o projeto do doutorado foi se alterando, ao passo que aumentava minha intenção de, a partir da análise das territorialidades praticadas pelos agricultores, compreender de forma aprofundada os canais de comercialização estabelecidos pelos mesmos. Foquei atenção nas dificuldades enfrentadas pelos assentados em agregar valor aos seus produtos, dispensando intermediários e viabilizando mecanismos de venda direta.

A participação no Seminário organizado pelos professores João Cleps e Natália Campos na disciplina “Tópicos Especiais em Geografia: políticas públicas e dinâmicas sociopolíticas contemporâneas do campo brasileiro”, com a participação do Prof. Marcos Aurélio Saquet aos alunos do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFU, em novembro de 2020, permitiu que tivesse contato com vários temas e conceitos referentes ao campo e ao mundo rural brasileiro. Dentre estes, o que mais me chamou à atenção foi o conceito de “redes curtas ou circuitos curtos de comercialização de alimentos dinamizados por agricultores camponeses”.

Reconhecendo essa possibilidade, decidi, naquele momento, continuar com o estudo sobre os assentamentos rurais, contudo, focando especificamente em desvelar como se constroem e organizam os circuitos curtos comercialização de alimentos dinamizadas pelos camponeses assentados e como tais circuitos contribuem para a reprodução social e a permanência dos assentados na terra.

## INTRODUÇÃO

Lidos de forma rasa apenas como mercadorias, os alimentos movimentam todos os dias, direta e indiretamente, um volume significativo de capital. Sabemos que existe muito alimento produzido no mundo e que, inclusive, produzimos alimentos suficientes para mais que o dobro da população mundial. Entretanto, os gêneros alimentares inseridos na lógica de produção de mercadorias e transformados mesmo em mercadoria (sobretudo no caso das *commodities*), perdem toda a função primeira de servir-se como alimento, de cumprir com seu valor alimentar aos seres humanos e passam a servir, assim como as demais mercadorias, à própria valorização do capital (TEIXEIRA,2022).

Segundo Niederle (2013, p. 4), a FAO apontou que em 2011 um terço dos alimentos produzidos no mundo para consumo humano foi perdido ou desperdiçado, o que representa 1,3 bilhões de toneladas por ano. Ao mesmo tempo, dados da FAO (2014) mostravam que 80% do consumo alimentar vinha da agricultura camponesa, portanto, a defesa dos circuitos curtos de comercialização de alimentos da agricultura camponesa torna-se uma meta política e revela-se como uma alternativa viável.

Nesse sentido, o debate sobre a insustentabilidade dos sistemas alimentares permitiu a emergência de estudos das Redes Agroalimentares Alternativas (RAA), termo utilizado para abranger as redes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modelo convencional de abastecimento alimentar (MURDOCH; MARSDEN; BANKS, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017). Para Goodman (2017), essa emergência provoca uma “virada” na qualidade nas redes alimentares locais, direcionando as discussões para os locais de produção e de consumo nessas redes.

Diante de um mercado agroalimentar cada vez mais globalizado, com suas normas e regras rígidas, fica cada vez mais difícil aos camponeses inserirem nesse tipo de mercado a produção da forma por eles alcançada. Portanto, os chamados circuitos curtos de comercialização oferecem um caminho alternativo para esses sujeitos (camponeses) escoarem a sua produção, a partir de outras lógicas no mercado.

Para Cassol (2013, p. 120) os circuitos curtos se assentam sobre aspectos ligados à qualidade alimentar; a valores sociais; ao papel dos consumidores; a construção social de mercados e relações de confiança. Reconhecendo, por exemplo, a importância das feiras livres como forma comercial que sustenta práticas possíveis em um circuito curto de comercialização, o autor afirma que "(...) as feiras-livres, além de assentarem-se sobre a iniciativa própria dos

agricultores, são capazes de estenderem vínculos e criar redes que incorporem outros atores e instituições, garantindo legitimidade e confiança a estes mercados locais” (CASSOL,2013, p. 120). Os produtos comercializados nas feiras podem em muito diferir dos produtos encontrados nas prateleiras do supermercado, onde as embalagens transmitem confiabilidade do produto ao consumidor. Nas feiras onde a presença do produtor é possível, é o produto e o próprio agricultor que transmitem a confiança.

Diante disso, a tese que defendo é a seguinte: Embora de certo modo ainda incipientes, os Circuitos Curtos de Comercialização dinamizados pelo campesinato sertanejo assentado nos assentamentos Dois de Junho, município de Olhos - d`Água e Orion, município de Capitão Enéas, na região Norte de Minas Gerais, desempenham um papel importante na construção de resistências territoriais. Compreendemos que essas resistências são baseadas em outras lógicas de uso do território e na busca por uma maior autonomia na produção, distribuição e consumo de alimentos. Esses circuitos estabelecem uma conexão direta entre produtores e consumidores, são orientados e permitem relações de proximidade (para além das exatamente mercantis) e aprofundam as relações campo e cidade na região.

A proposta de estudo remete ao conceito de território, lido através de seus usos e das diferentes territorialidades que deles emergem. Baseada nas proposições de Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro (2005) compreende que o território usado comporta um conjunto diverso de práticas sociais e visões de mundo, tecendo possibilidades múltiplas da vida social:

(...) Orientada pela compreensão das lutas de apropriação, surge o rico universo de relações que têm origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em termos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem a esta concepção. Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social (RIBEIRO, 2005 p.5).

A espacialidade capitalista é complexa, contraditória e em constante transformação. Haesbaert (2004a) diz que “o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica”. Assim, Haesbaert (2004a, p. 95-96) entende que:

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBAERT, 2004a, p.95-96).

Assim, e segundo o autor, o território é um espaço socialmente construído por meio das ações de apropriação e dominação. Isso significa dizer que a apropriação é um processo

fortemente vinculado e orientado pelo valor de uso, enquanto a dominação reflete o concreto e funcional da razão econômica de uso do território.

A territorialização é a apropriação do espaço através das relações de poder, produzindo territórios e territorialidades. O território é resultado da construção histórica do e no espaço. É o resultado das relações e do uso do espaço. A territorialidade corresponde aos sistemas de relações entre os homens e entre estes e a natureza:

A territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc. (SAQUET, 2015, p. 33).

Ribeiro (2005) nos oferece uma leitura possível e interessante das diferentes lógicas de uso e apropriação do território, reconhecendo que o Brasil não é absolutamente um país “Ocidental” (em termos de uma razão completamente orientada pelo capitalismo), mas sim um território em processo de “ocidentalização”. Dessa maneira, formas modernas convivem com as tradicionais, portanto lógicas e razões diferentes de uso do território. Aproximando esse debate de nossa proposta de pesquisa, temos, na situação de análise composta pela agricultura camponesa e seus circuitos de comercialização no Norte de Minas, por um lado, uma ordem hegemônica ditada pelo processo de “Ocidentalização” do mundo (no sentido de absoluta racionalização capitalista), e por outro lado, e conforme o raciocínio de Ribeiro (2005), também um “Oriente negado”, que comporta a experiência social acumulada e as formas tradicionais ou não modernas de apropriação e uso do território.

Deste modo, partimos da reflexão teórica em torno das noções de “mercado socialmente necessário” e também de “Oriente negado” propostas por Ribeiro (2005, 2013), portadoras de outras lógicas, razão a partir da qual é possível interpretarmos a organização e permanência de feiras e outras práticas através das quais os camponeses do Norte de Minas comercializam alimentos produzidos nos assentamentos rurais. Utilizaremos a noção de *mercado socialmente necessário* (RIBEIRO, 2005) para a compreensão de tais práticas próprias dos circuitos curtos de comercialização, pois compreendemos que, apesar da competição com outros meios de abastecimento, como grandes redes de distribuição, esses mercados mantêm-se porque não completamente orientados pela lógica do valor de troca e do alimento-mercadoria. Segundo Ribeiro (2005, p. 107):

o mercado socialmente necessário, como memória e projeto, possui raízes ancestrais, anteriores àquelas que alimentam a concepção hegemônica de mercado. (...) Este outro mercado permite pensar a partir de trocas solidárias que favorecem o intercâmbio social e revelam, ainda, uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pelo capitalismo”.

De fato, o estímulo ao consumismo, ao individualismo e à competitividade tende a ameaçar o compartilhamento de valores e códigos comportamentais, provocando conflitos e desagregação social (RIBEIRO, 2005).

As resistências locais adquirem relevância diante das formas de dominação que caracterizam o processo de ocidentalização do mundo, entendido como a conformação dos lugares a funções necessárias à preservação eficiente dos fluxos da rede mundial de cidades e do mercado global (RIBEIRO, 2005): “este fenômeno, que conjuga economia e pretensões civilizatórias, pressiona o próprio Ocidente, racionalizando os usos do espaço historicamente construído e criando redes especializadas, e usualmente excludentes, de cooperação entre operadores da ordem tecnocultural” (RIBEIRO, 2013, p.19).

Partindo da relação dialética de tal processo de racionalização e avanço dos nexos capitalistas frente à resistências dos lugares, é possível pensar no conceito de Oriente negado, proposto por Ribeiro (2013), que corresponde tanto às áreas ainda não atingidas pela ordem tecnocultural, como à força do lugar e da sociedade, em sua resistência, frente às exclusões determinadas pelo agir hegemônico.

Não se trata de uma negação do mercado, o que seria inútil; mas de uma negação do mercado avassalador, dito global. Tal como propõe Ribeiro(2005), a própria noção hegemônica de mercado pode ser questionada por sua incapacidade de oferecer condições para a construção cultural da sociabilidade, na medida em que recusa as carências e as táticas do homem ordinário (CERTEAU, 2003 apud RIBEIRO, 2005, p.12459) e desconhece a autonomia relativa dos lugares.

Ribeiro (2005) destaca ainda o papel desempenhado pelos “homens lentos”, categoria político-filosófica proposta por Milton Santos (1994) que permite pensar o Outro e sua capacidade de criar estratégias que garantam a sua sobrevivência. O “homem lento” engloba os sentidos mais amplos da organização social e da participação política daqueles que são os mais prejudicados pela lógica perversa do capital. O “homem lento” desvenda o espaço enquanto o mundo impõe velocidade, individualismo e competitividade.

O “homem lento”, habitante dos espaços orgânicos, representa a resistência criativa ao imperativo global, pois tece redes solidárias e afetivas e confronta, de algum modo, os valores que estão na base da ordem capitalista ocidental. Para Ribeiro (2005, p.12469) é indispensável

reconhecer as táticas e estratégias traçadas pelo “homem lento”, que é co-partícipe na concepção dos usos do território.

De acordo com Santos (2005), os espaços orgânicos permitem que a solidariedade desafie a exclusão produzida pela competitividade. Tal como no raciocínio apresentado por Ribeiro (2005, p.7), acreditamos que “são os que experimentam a escassez que precisam desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário”.

Esse sujeito é ativo, anima e evidencia a existência de outras racionalidades, além daquela preconizada pela razão globalitária. Ele revela múltiplas territorialidades, “formas de apropriação do território que tensamente coexistem num determinado tempo e num determinado lugar” (RIBEIRO, 2005b, p. 419).

Esse sujeito, que, no caso por nós avaliado, pode ser reconhecido no camponês sertanejo do Norte de Minas, de forma criativa, busca desvendar nas tramas do cotidiano e do lugar, criando as condições para a sua sobrevivência. A racionalidade dominante não impede a coexistência de outras racionalidades, ou seja, contra-racionalidades que, equivocadamente, e do ponto de vista da racionalidade dominante, são reconhecidas como “irracionalidades” (SANTOS, 2007, p. 115), o que, no campo brasileiro, são inclusive historicamente incriminadas.

Na mesorregião Norte de Minas, a partir de 1990, os camponeses se organizaram politicamente e construíram estratégias de lutas, com a ocupação da terra e formação de acampamentos. Essas estratégias possibilitaram a territorialização do campesinato com a criação dos assentamentos rurais, que aqui são entendidos como unidades de produção, como proposto por Chayanov (1966) e Ploeg (2008). Configuram portanto territórios camponeses.

Esses territórios camponeses se distinguem dos territórios capitalistas, pois suas territorialidades são sistemas de relações voltados para a reprodução de um modo de vida próprio e de suas singularidades. Os usos desses territórios são baseados no trabalho familiar, na produção de alimentos mais saudáveis, na relação sustentável com a natureza e na busca por maior autonomia. O território não é absolutamente superfície ou área, estático ou dado. Pelo contrário, é fluxo, movimento, mudanças, permanências (SAQUET, 2007).

Durante a pesquisa de campo, pudemos constatar uma trajetória de metamorfose no território e no modo de vida das famílias camponesas. Constituídas por parceiros, posseiros e assalariados urbanos e rurais, sem acesso à terra, estas famílias, através da organização política e da luta pela terra, a partir da criação dos assentamentos rurais, transformam-se em camponeses assentados. A partir desse momento, elas têm a possibilidade de se tornarem autônomas.

Além da transformação nas famílias, também ocorreu uma mudança significativa no território. Inicialmente, o território era caracterizado pela exploração, onde o latifúndio predominava e explorava o trabalho alheio, tendo a pecuária a principal atividade econômica. No entanto, com a criação dos assentamentos, houve uma reorganização política e social dos sujeitos, visando a construção de um território camponês e autônomo para a produção.

É importante ressaltar que a autonomia do campesinato também envolve a redução da dependência em relação aos atravessadores e ao capital industrial, comercial e financeiro. Nesse sentido, políticas públicas verdadeiramente endereçadas aos interesses da população camponesa nos lugares poderiam estabelecer estratégias que fomentem a comercialização direta dos produtos, incentivando os circuitos curtos e valorizando a produção alimentar local. Em suma, as políticas públicas voltadas à agricultura camponesa guardam um potencial significativo de contribuir para a autonomia do campesinato, fornecendo meios necessários e promovendo condições mais justas e igualitárias para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

As lutas dos movimentos sociais do campo ocorridas a partir da década de 1990 demandaram do Estado que fossem criadas políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento socioeconômico do campo brasileiro. Em 2009, a promulgação da Lei n.º 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, regulamentou a aquisição de gêneros alimentícios da “agricultura familiar”<sup>3</sup> pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O PNAE foi criado em 1955, de maneira assistencialista e com o nome de Campanha de Merenda Escolar (CME), dado que a União tinha como objetivo disponibilizar recursos financeiros aos estados e municípios para investirem em aquisições de alimentos para a merenda escolar (PEIXINHO, 2011). É popularmente conhecido como programa da merenda escolar, no qual o artigo 14 da Lei n.º 11.947/2009 estabelece que 30% no mínimo dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam utilizados nas aquisições de gêneros alimentícios diretamente da “agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009). A promulgação da Lei n.º 11.947/2009 permitiu e estabeleceu um novo circuito de comercialização entre produtor e consumidores a partir do amparo jurídico através da “dispensa

---

<sup>3</sup> Adota-se, neste trabalho, a concepção de agricultura camponesa Oliveira (2007). O termo agricultura familiar é utilizado no texto quando está associado com as políticas públicas, em razão das terminologias adotadas pelo governo federal. Na academia há um intenso debate sobre a agricultura familiar e agricultura camponesa.

do procedimento licitatório”.

Em 02 de julho de 2003, por meio do art. 19 da Lei nº 10.696, (durante o governo Luís Inácio Lula da Silva – PT), foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visando executar ações relacionadas à política agrícola e de segurança alimentar e nutricional (SAN), com vistas a fomentar a agricultura familiar (SAMBUICHI et al., 2019).

Concebido como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, o PAA foi criado tendo como principais finalidades garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Insan). Com o PAA, o estado brasileiro passou a permitir e executar a compra de produtos diretamente de agricultores familiares (beneficiários fornecedores), com dispensa de licitação, e distribuí-los para pessoas em situação de insegurança alimentar (beneficiários consumidores), o que inclui pessoas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição vinculados à administração pública (restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias) e pela rede pública de ensino e de saúde, entre outros (BRASIL, 2017).

No caso do Assentamento Dois de Junho (um dos casos empíricos estudado), a venda de alguns produtos para os mercados institucionais Programa Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar proporcionou recursos financeiros para os camponeses adquirirem maquinários, equipamentos de irrigação e até mesmo meios de transporte. Esses investimentos contribuem para aumentar a eficiência e a produtividade nas atividades agrícolas, além de facilitar a comercialização dos alimentos.

A posse dos objetos e instrumentos de produção confere aos camponeses uma maior autonomia na tomada de decisões relacionadas à produção agrícola. Ao possuir esses recursos, eles têm maior poder de decidir quais cultivos serão realizados, qual forma de trabalho adotada e como os alimentos serão comercializados. Isso permite que os camponeses tenham maior controle sobre o processo produtivo, desde o plantio até a venda dos produtos.

De modo geral, a produção dos assentados se baseia em técnicas que visam diminuir os custos produtivos. Além disso, utilizam consorciamento de culturas, o que permite alguns benefícios para o solo e aumento da produtividade. Os camponeses produzem e guardam as sementes para serem utilizadas nos cultivos no ano seguinte, há também as trocas de sementes e mudas, constituindo uma rede de autonomia e ajuda mútua, reduzindo a dependência em relação ao mercado.

As técnicas e tecnologias utilizadas nos cultivos fazem parte de um repertório de conhecimentos desenvolvidos pelos camponeses e também através de relações com outras

instituições que, de algum modo, mantêm vínculos com os assentados. Desta maneira as técnicas e tecnologias não são impostas pelos agentes hegemônicos, mas sim desenvolvidas pelos próprios camponeses no processo de cooperação com as instituições.

A proposta de pesquisa foca nas estratégias que contribuem para permanência das famílias assentadas nos assentamentos Dois de Junho, localizado no município de Olhos - d'Água MG (120 lotes); e o assentamento Orion, localizado em Capitão Enéas-MG (22 lotes).

São muitas as pesquisas no Brasil que versam sobre a questão agrária, dando atenção especial à criação dos assentamentos rurais. Essas pesquisas se centram, especificamente, no processo de acesso à terra ou de territorialização camponesa e suas alterações no território. Contudo, quando se analisa a dinâmica interna dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, verifica-se que o acesso à terra, ou seja, a territorialização do campesinato, é apenas o primeiro passo no processo da recriação camponesa. Com efeito, a luta pela sobrevivência e permanência desses trabalhadores na terra não acaba após a criação dos assentamentos. Dessa forma, acreditamos que a produção e comercialização de alimentos via circuitos curtos de venda direta é uma das estratégias dinamizadas pelo campesinato que contribuem na sua recriação e permanência na terra conquistada.

Os assentamentos rurais, relegados pelas políticas públicas após sua efetivação, enfrentam uma série de dificuldades para garantir a sobrevivência e permanência das famílias assentadas na terra, e, desta forma, os circuitos curtos de comercialização de alimentos, ainda que por vezes muito incipientes, figuram como uma alternativa que contribui para melhores condições de renda e de vida às famílias assentadas no Norte de Minas Gerais.

Dada as condições de criação dos assentamentos rurais de Reforma Agrária no Brasil, a problemática de pesquisa resulta do seguinte conjunto de questionamentos:

1) Como se organizam as relações de comercialização em circuitos curtos e quais as implicações socioeconômicas nos assentamentos Dois de Junho e Orion, no Norte de Minas Gerais?

2) Como se constroem e se organizam circuitos curtos de comercialização de alimentos pelos agricultores dos assentamentos rurais Dois de Junho e Orion, espaços empíricos de pesquisa, no Norte de Minas Gerais?

3) Os circuitos curtos de comercialização se constituem como alternativas que contribuem para a recriação e permanência dos camponeses assentados na terra?

Tais questões podem ainda ser desdobradas em um conjunto maior de questionamentos, ainda mais específicos:

a) Por quais canais de distribuição fluem os alimentos produzidos pelos assentamentos estudados?

b) Os circuitos curtos de comercialização fortalecem ou comprometem a perspectiva da autonomia dos camponeses assentados?

c) Quais as dificuldades e limites para a inserção da produção no mercado?

O foco principal da pesquisa está nas estratégias produtivas e de comercialização praticadas pelos assentados. Assim, buscamos analisar as principais práticas agrícolas e da pecuária realizadas nos assentamentos estudados e voltadas à comercialização. Em relação às escolhas produtivas nos assentamentos rurais, avaliamos os gêneros e as formas como os assentados produzem e comercializam, considerando as práticas de trabalho e as relações empreendidas nessas atividades.

Acreditamos que esta pesquisa pode contribuir com o debate acerca da questão agrária, sobretudo, no que se refere às particularidades do desenvolvimento dos assentamentos rurais do Norte de Minas. O desenvolvimento, nesse caso, está associado à dinâmica e à evolução de organização das famílias assentadas (FERRANTE, 2010). Trata-se de uma abordagem relacional de assentamentos e desenvolvimento que não seja ditada por uma lógica externa, nem implique uma subordinação a um sistema de controles e de poderes (FERRANTE, 2010).

Em relação à sociedade e aos camponeses assentados, a contribuição da pesquisa e, ao mesmo tempo, o que a torna pertinente, é o reconhecimento do direito à terra, o direito a políticas públicas adequadas voltadas para sanar as dificuldades de acesso a mercados e que promovam a valorização dos atributos da cultura e do modo de vida desses trabalhadores, contribuindo para sua permanência na terra conquistada.

Outro fator relevante para realização da pesquisa é o fato de não encontrarmos tal tipo de pesquisa no Norte de Minas Gerais. A abordagem no Brasil também é emergente (TRICHES; SCHNEIDER, 2010) e tem concentrado a maior parte dos estudos no sul do país.

De modo geral, boa parte dos estudos relacionados aos CCC, tem como premissa a abordagem de sistema agroalimentar localizado, sistemas produtivos localizados, mercados de proximidade e mercados institucionais.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o grau de importância dos circuitos curtos de comercialização de alimentos nos assentamentos Dois de Junho e Orion, na região Norte de Minas Gerais, o modo como são estruturados e se os mesmos contribuem para melhoria das condições de renda e de vida dos assentados. Os circuitos curtos de comercialização analisados são aqueles que resultam da participação dos assentados nas feiras locais e em mercados

institucionais definidos pelo Programa Aquisição de Alimentos e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar

Como objetivos específicos de pesquisa, temos os seguintes:

- 1) Identificar e debater aspectos do campesinato e da luta pela terra no Norte de Minas Gerais e suas estratégias para permanecer na terra de trabalho.
- 2) Evidenciar e analisar a dinâmica produtiva das famílias assentadas (tipos de produtos produzidos, características da produção, tecnologias utilizadas, relação e usos dos recursos naturais, dinâmica econômica das unidades de produção etc.) nos assentamentos Dois De Junho e Orion.
- 3) Caracterizar as estratégias gerais de comercialização da produção e, particularmente, os circuitos curtos dinamizados pelos camponeses assentados (estratégias de comercialização, os principais atores envolvidos, a relevância nas relações de proximidade, confiança e reciprocidade);
- 4) Analisar os principais entraves existentes na comercialização dos produtos dos assentamentos, os mecanismos para superar tais entraves e seus reflexos na organização produtiva dos assentados;

Nossa hipótese é a de que a comercialização via circuitos curtos de alimentos, pode, potencialmente, ser uma estratégia que permite aos camponeses assentados exercer maior controle sobre suas vidas e territórios. Esses CCC proporcionam aos camponeses a oportunidade de ter maior autonomia financeira, uma vez que eles podem comercializar diretamente seus produtos, sem depender dos atravessadores. Isso permite que eles estabeleçam preços mais justos aos seus produtos, contribuindo para a geração de renda. Além disso, a comercialização via circuitos curtos possibilita aos camponeses investirem em técnicas de produção diferenciadas, como a agricultura agroecológica, que resulta em alimentos de maior qualidade e valor agregado. Isso fortalece os produtores camponeses e contribui na valorização dos seus territórios.

A pesquisa avaliou de forma comparativa dois assentamentos. Para isso, as variáveis de pesquisa são as mesmas: a) *Organização da produção nos assentamentos*, o que inclui a caracterização das principais práticas agrícolas e da pecuária, divisão do trabalho familiar, acesso à financiamento, estratégias de acesso à água e formas de manejo agropecuário; e b) *Destinação da produção e suas formas de comercialização*, o que inclui a avaliação de aspectos de distribuição, canais de comercialização (programas institucionais, feiras, mercados, etc.) renda obtida e possibilidades geradas para o consumo.

## **Expressões da luta pela terra no espaço empírico de pesquisa**

De acordo com o Atlas da Questão Agrária Norte Mineira (2020) a mesorregião Norte de Minas é muito marcada pela ocorrência de conflitos que envolvem a luta pela terra, e conta hoje com cerca de 81 assentamentos rurais. Deste vasto conjunto, definimos os assentamentos Dois de Junho, localizado no município de Olhos - d'Água- MG e Orion, localizado em Capitão Enéas-MG, partindo do princípio que, através de uma investigação qualitativa, os mesmos podem de certo modo nos oferecer um retrato do território e das questões ligadas à reprodução das famílias assentadas na região. Tal escolha ampara-se na necessidade de trabalhar com um recorte menor, em função das metodologias adotadas, além de concordarmos com Eco (1983, p.10) ao afirmar que “quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”.

A definição dos Projetos de Assentamentos (PA's) para nossa pesquisa empírica baseou-se nos seguintes critérios: as etapas de construção dos assentamentos rurais criados pelo INCRA, tendo como foco os assentamentos que estão na fase 06 ou em consolidação; participação dos mediadores<sup>4</sup>; e a forma de aquisição do imóvel rural (desapropriação ou compra e venda).

É válido ressaltar que não existe apenas um tipo de reforma agrária, mas sim diferentes tipos de reforma agrária no Brasil. As reformas agrárias apresentam sua espacialidade e territorialidade de acordo com seu modo de implantação, localidade, conjuntura política e atores sociais envolvidos (STEDILE, 2020).

Oliveira (2007) questiona se de fato existe reforma agrária no Brasil – visto que a política de distribuição de terra não altera a concentração fundiária no país, mesma aquela realizada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), embora a sua realização continue sendo necessária para a garantia da justiça social no campo (OLIVEIRA, 2007). Fernandes (2025), por sua vez, argumenta que a reforma agrária realizada no Brasil é a possível, conforme a correlação de forças estabelecidas em cada governo (FERNANDES, 2015).

A Reforma Agrária no Brasil se caracterizou por três fases: econômica, social e territorial. Na fase econômica, que vai de meados do século XX aos anos 1980, os argumentos enfatizavam os benefícios que a Reforma Agrária possibilitaria sobre a industrialização brasileira, ao ampliar a oferta de alimentos e matérias-primas, barateando os custos e os salários pagos pelas indústrias, por um lado, e por outro, ao melhorar a distribuição de renda no campo,

---

<sup>4</sup> Agentes ou organizações, que se colocaram a favor dos trabalhadores rurais, contribuindo com a organização e formação política deles na resolução dos conflitos pela luta pela terra.

ampliando a demanda por produtos industrializados, assegurando a continuidade do processo de industrialização ( DELGADO, 2001; RANGEL, 2005; PRADO JÚNIOR, 1979).

Ainda nos anos 1980, os argumentos passam a enfatizar aspectos sociais, como as péssimas condições de vida nas periferias das grandes cidades, atribuídas ao êxodo rural. A Reforma Agrária possibilitaria a permanência dos trabalhadores no campo, evitando que se transformassem em miseráveis urbanos. A Reforma Agrária seria, em resumo, uma política pública para se evitar os problemas urbanos.

No final do século XX, a Reforma Agrária passa a ser vista como uma política territorial, a partir do reconhecimento da heterogeneidade dos povos que lutam pela terra e pela preservação da própria identidade, como os camponeses, os quilombolas, os povos da floresta, as várias etnias indígenas (PORTO-GONÇALVES, 2009; BARONE e FERRANTE, 2017)..

Coelho (2016, p. 181) assevera que “o governo FHC assumiu a pauta da reforma agrária sob pressão dos movimentos sociais e de grupos de intelectuais que se simpatizavam pela causa”. Sem dúvida, os massacres de Corumbiara, em Rondônia (1995), e de Eldorado do Carajás, no Pará (1996), que tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior, além da famosa Marcha Nacional do MST (1997), permitiram que a política de Reforma Agrária no Brasil avançasse, tanto de modo institucional, com a criação do Gabinete Extraordinário de Política Fundiária (1996) – depois transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – quanto no número de desapropriações de terras, criação de assentamentos e famílias assentadas.

Ao mesmo tempo, o governo de FHC iniciou uma política de contrarreforma agrária. Conhecida como Reforma Agrária de mercado, prometia distribuir terras sem conflito, ao mesmo tempo em que estabelecia restrições legais para desapropriação de terras e procurava criminalizar os movimentos de luta pela terra.

Os registros dos censos agropecuários comprovam que o índice de Gini sempre esteve acima de 0,85, sendo um dos mais altos do mundo. Este fato desmente o ex presidente Fernando Henrique Cardoso, pois não se pode desconsiderar que a realização da reforma agrária necessariamente deva desconcentrar a estrutura fundiária, já que um de seus objetivos é democratizar o acesso a terra por meio da distribuição territorial (FERNANDES, 2012, p. 4).

No segundo governo FHC (1999-2002), houve uma fusão entre as políticas de Reforma Agrária com as de fortalecimento da agricultura familiar. A intenção do governo era promover uma convivência pacífica entre o latifúndio e a agricultura familiar, inclusive de famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária, por intermédio de políticas que incorporassem o pequeno produtor à lógica do mercado.

A Reforma Agrária de mercado foi proposta pelo Banco Mundial aos países que ainda

registravam conflitos agrários. Trata-se do financiamento governamental aos camponeses sem-terra para a compra de imóveis rurais, a preços de mercado, dos fazendeiros que desejassem comercializar as terras (ESTEVAM; STÉDILE, 2013). Esse modelo foi concebido como uma alternativa “eficiente” para substituir a Reforma Agrária realizada por meio de desapropriação de propriedades improdutivas e que não cumprem a função social, considerado ineficiente e problemático pelo Banco Mundial.

O primeiro mandato de FHC (1995-1998) foi marcado pela política de assentamentos rurais, enquanto o segundo (1999-2002), pela Reforma Agrária de mercado, através do Programa Cédula da Terra, Programa Novo Mundo Rural, Programa de Acesso Direto à Terra e Banco da Terra (COELHO, 2016).

O Banco da Terra possibilitou a transformação da Reforma Agrária num grande negócio para os grandes proprietários interessados em vendê-las. Para os críticos, não houve no governo FHC uma política de Reforma Agrária, mas uma política de assentamentos, que tinha como objetivo apenas resolver pontualmente os conflitos gerados pelas tensões que envolviam a luta pela terra (COELHO, 2016).

Esses programas da proposta de Reforma Agrária de mercado tinham o objetivo de diminuir a pressão e a ascensão política dos movimentos sociais. A proposta também serviria para propagar a ideia de acesso à terra sem conflitos, em contraste com as lutas dos movimentos por Reforma Agrária, geralmente reprimidos com violência. Essa abordagem limitaria a Reforma Agrária a uma política compensatória (STÉDILE, 2013).

Fernandes (2003) afirma que o governo FHC nunca possuiu um projeto de Reforma Agrária e que 90% dos assentamentos implantados no período foram resultados das ocupações de terra e de desapropriação de áreas de conflito.

A política de Reforma Agrária no Brasil culmina com a criação dos assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Embora, formalmente, os camponeses assentados devam ser assistidos pelo órgão até a emancipação, o que se observa é que as políticas públicas planejadas, como financiamento para instalação, construção de infraestrutura, assistência técnica, apoio à comercialização, entre outras não são de fato implementadas nos assentamentos estudados. O camponês é instalado na terra *e largado à própria sorte*.

Durante o governo FHC (1994-2002) existiu no Brasil, a “maior experiência de reforma agrária de mercado do mundo”, tanto em número de famílias “beneficiadas” quanto em volume de recursos gastos. Segundo Sérgio Sauer (2004) “o custo total foi estimado em US \$150 milhões, sendo US \$45 milhões recursos aportados pelo Governo Federal para a aquisição da

terra.” O empréstimo do Banco Mundial foi de US \$90 milhões, que deveriam ser utilizados para financiar investimentos comunitários complementares. Do restante dos recursos, US\$6 milhões foram alocados pelos governos estaduais e US \$9 milhões correspondiam à contrapartida das comunidades, principalmente sob a forma de trabalho.

De acordo com representante da CPT, que participou dos processos de luta pela terra na mesoregião do Norte de Minas, ao longo dos anos 1990 e 2000 a CPT lutou contra a Reforma Agrária de Mercado na região.

Cédula da terra e o crédito fundiário o banco da terra eram programas instituídos na época de Fernando Henrique Cardoso, no qual nós lutamos muito contra ele, que nós chamávamos de Reforma Agrária de Mercado e foi orientada na época pelo banco mundial para vários países da África, América do Sul. No Dois de Junho, aí foi uma reforma Agrária tradicional, da comum, o Estado desapropria as terras improdutivas para fazer o assentamento, como os governos geralmente não faz isso os trabalhadores fazem a ocupação para obrigar os governos a cumprir a lei. Com isso entende que a reforma agrária não é dada pelo governo ela conquistada pela luta dos trabalhadores, caso contrário antes das ocupações e conflitos os governos pegariam essas terras e destinava a RA, coisa que ele não faz nem no passado, nem do Lula, e nem os de agora. No caso do Dois de Junho é a RA normal houve ocupação, houve as lutas no INCRA, a tentativa do fazendeiro de retirar a gente sendo que boa parte das terras tinham sido griladas. Primeiro houve ocupação, depois vira um acampamento e quando ele é desapropriado pelo estado inicia-se a fase de assentamento isso leva tempo até criar infra estrutura leva tempo. Entretanto cabe ressaltar que nessa época no Norte de Minas havia os dois tipos de Reforma Agrária, a tradicional e a de mercado (REPRESENTANTE DA CPT ENTREVISTADO EM JUNHO, 2023 ).

Utilizaremos para falar da conquista dos assentamentos nessa mesorregião, o termo Luta pela Terra em substituição à Reforma Agrária, por concordarmos com Fernandes (2001), quando este afirma que temos em curso no país um processo conflituoso em torno da conquista do pedaço de chão, desencadeado por aqueles que por séculos tem sido impedidos de ter acesso à terra de trabalho. Portanto, e em suas palavras: “Embora alguns pesquisadores denominam a política de assentamentos rurais como política de reforma, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra” (FERNANDES, 2001, p. 20-21).

Apesar do Dois de Junho e do Orion terem sido resultado de luta pela terra e desapropriação de imóveis por parte do INCRA, esses assentamentos possuem elementos que caracterizam a contrarreforma agrária. Essas características incluem a trajetória precária de vida das famílias assentadas, a marginalização camponesa, a morosidade e burocracia no acesso a programas governamentais de desenvolvimento agrícola, a falta de recursos e escassez hídrica, entre outros desafios.

No que diz respeito à comercialização, os assentamentos enfrentam dificuldades relacionadas à distância dos mercados consumidores, a falta de infraestrutura de transporte e armazenamento adequados, bem como as condições precárias das estradas. Esses fatores

limitam a capacidade dos assentamentos para escoar a produção e obter preços justos para seus produtos.

Neste sentido, a partir da análise da conjuntura política nacional, dos condicionantes internacionais e das novas determinações que atingem a questão agrária, o MST passa a propor um novo modelo de reforma agrária: a reforma agrária popular (MST, 2013).

Tal paradigma de reforma agrária pelo qual o MST luta, abarca não somente a distribuição de terras e a diminuição da concentração fundiária, mas também a necessidade de novas formas de produção no campo baseadas em um outra relação natureza-sociedade.

A reforma agrária tem por objetivos gerais: a) eliminar a pobreza no campo; b) combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que têm suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo; c) garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda; d) garantir a soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais; e) garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta a elas; f) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas; g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial da juventude (MST, 2013, p. 150).

Um dos elementos centrais enfatizados pela Reforma Agrária Popular é a soberania alimentar, que ocorre por meio de práticas agroecológicas. A proposta se baseia na produção de alimentos saudáveis para suprir a demanda por alimentos de forma cultural e adequada (COCA *et al.*, 2020).

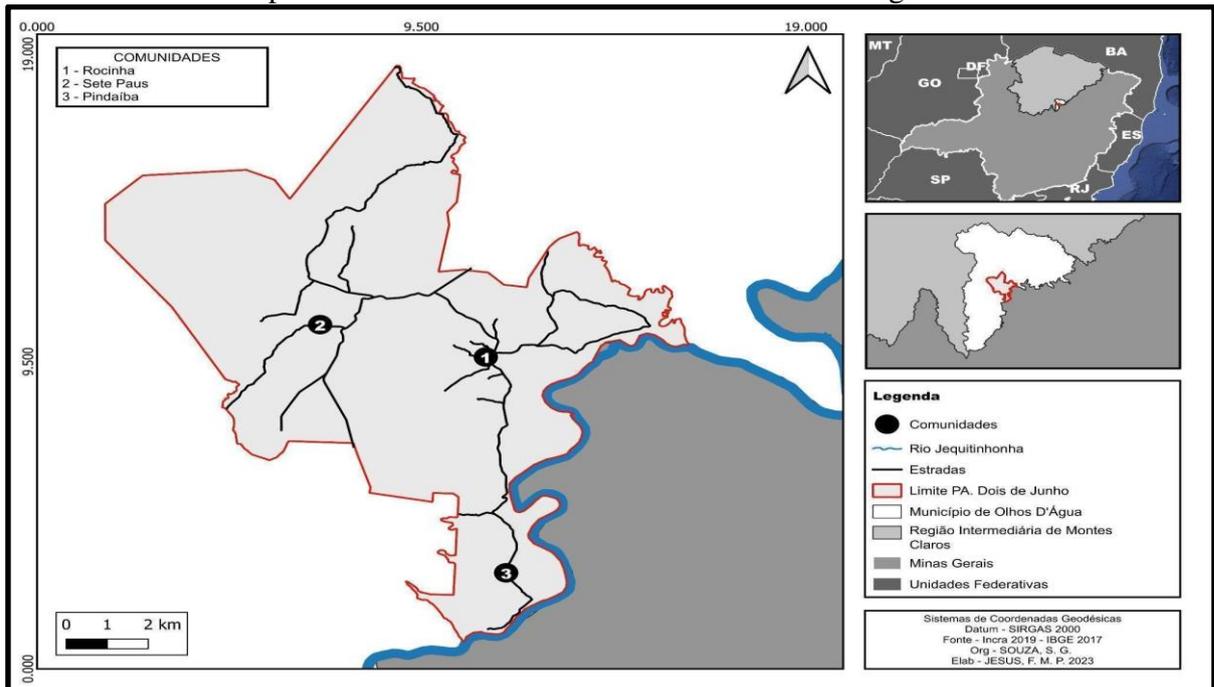
Esta forma de produção vem ganhando amplitude no Brasil desde o início dos anos 2000, sendo utilizada pelos movimentos camponeses como prática e movimento político. A Agroecologia aponta como um novo paradigma de desenvolvimento rural, não se limitando à dimensão produtiva, uma vez que abarca a relação homem-meio em sua totalidade (CAPORAL *et al.*, 2006).

Os preceitos da reforma agrária popular se materializam nos assentamentos Dois de Junho e Orion. Ao adotar práticas agroecológicas, os camponeses promovem a produção de alimentos livres de agrotóxicos, incentivam a diversificação das culturas, utilizam técnica de conservação do solo e água, promovem a agrobiodiversidade e fortalecem as redes de troca de conhecimento e experiências. Além dos aspectos ambientais, a agroecologia tem um impacto social importante pois valoriza os conhecimentos tradicionais dos agricultores.

O Assentamento Dois de Junho, foi criado em 2005, com a área total de 10.062 hectares e 120 famílias assentadas, no município de Olhos - d'Água; a obtenção do imóvel foi via

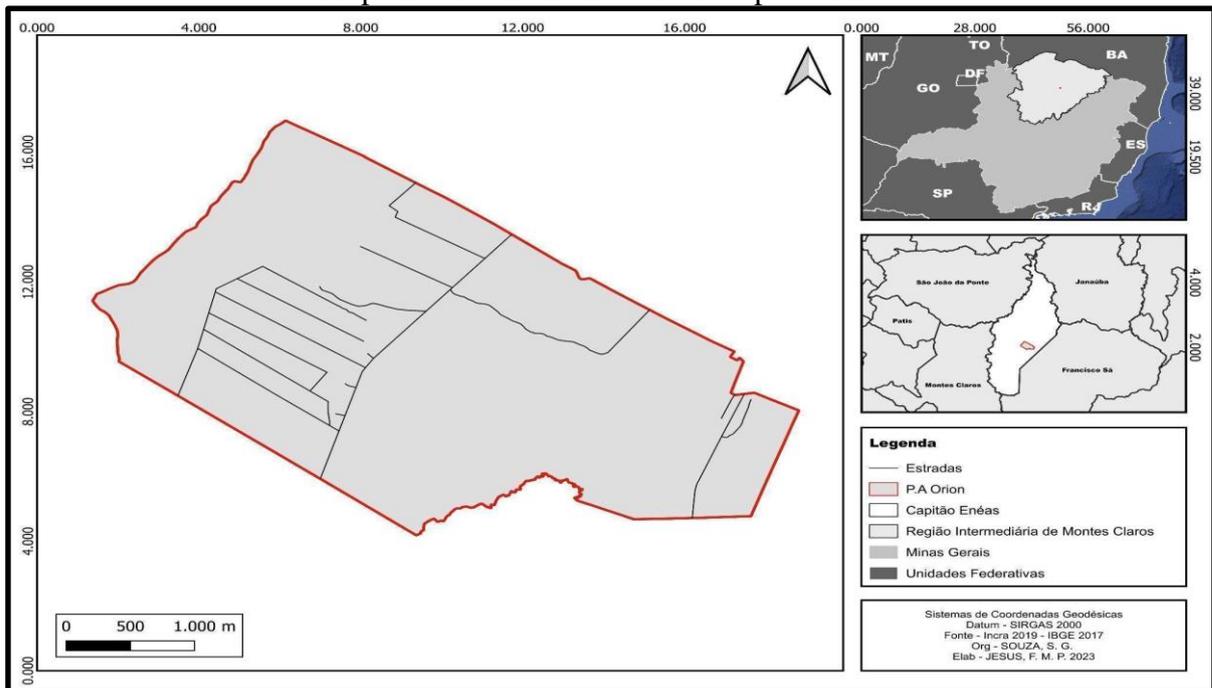
desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, no mesmo ano de 2005. Os principais mediadores do processo de luta pela terra da antiga fazenda da Rocinha foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva (STR). Esse Assentamento possui três comunidades sendo elas: Rocinha, Pindaíba e Sete Paus, como podemos observar no mapa a seguir.

Mapa 1 - Assentamento Dois de Junho-Olhos - d'Água/MG



Já o assentamento Orion foi criado em 2007, com a área total de 1.197 hectares e 22 famílias assentadas, no município de Capitão Enéas. A obtenção do imóvel ocorreu via desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, no ano de 2006. A luta pela terra decorreu da ocupação da antiga Fazenda Sanharó, organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mapa 2 Assentamento Orion-Capitão Enéas.

Mapa 2 - Assentamento Orion-Capitão Enéas



### Procedimentos metodológicos

Em nossa investigação tomamos como caminho metodológico sobretudo uma abordagem qualitativa. Souza (2013) esclarece que a pesquisa qualitativa vem sendo utilizada como um instrumento teórico metodológico importante em estudos nas Ciências Humanas e Sociais e, mais raro, nas Ciências da Natureza, rompendo o paradigma da “quantificação” como método predominante de apresentação dos resultados das pesquisas, e a ideia de que sem a qual haveria um suposto prejuízo à cientificidade.

Para a organização da pesquisa utilizamos dados primários e secundários. Os dados primários são resultantes de trabalhos de campo realizados nos anos de 2021, 2022 e 2023 nos assentamentos Dois de Junho e Orion, bem como nas feiras dos respectivos municípios de Olhos - d`Água e Capitão Enéas, onde procedemos com a aplicação de questionários, realização de entrevistas com roteiro semiestruturado, observações e diálogos informais.

**Os dados secundários** relacionados aos assentamentos rurais do estado de Minas Gerais foram obtidos junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (INCRA - Superintendência de Minas Gerais- SR 06), por meio do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.<sup>5</sup> Procedemos ainda com a coleta de dados secundários junto à

<sup>5</sup>[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf).

Comissão Pastoral da Terra ( CPT) de Minas Gerais; e nos boletins do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Foram levantados informações sobre o número de ocupações de terra, números de assentamentos criados, organizações e movimentos socioterritoriais envolvidos nos processos de luta pela terra na mesoregião.

Através de **pesquisa documental**, analisamos os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, escritório da cidade de Montes Claros, Minas Gerais.

Para verificar o percentual de compra de produtos da agricultura camponesa na alimentação escolar no município Olhos - d`Água consultamos os dados de prestação de contas, disponibilizados no site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>6</sup>, organizados por período de execução anual.

No que refere-se a implementação e valores destinados aos PAA municipal foi consultado o site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entretanto, a execução do programa no município de Olhos - d`Água é realizado via termo de adesão com o Ministério da Cidadania. Diante disso, abrimos uma solicitação a lei de acesso à informação <sup>7</sup> para obtermos os dados.

Quanto aos **dados qualitativos**, a técnica utilizada para coleta dos dados primários foi a aplicação de questionários estruturados direcionados aos produtores, produtores que participam das vendas diretas nas feiras e aos consumidores. Além disso, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com com agentes públicos que estão ocupando cargos nas repartições municipais, como a secretaria de agricultura, bem como representantes das entidades que participam dos programas institucionais PAA e PNAE.

De forma a nos subsidiar com algumas informações e reflexões do contexto agrário do Norte de Minas, entrevistamos ainda representantes da CPT e dos STR. Estas instituições são fundamentais para a compreensão do processo de luta pela terra na região e de alguma forma ainda mantêm relações com os assentados.

Realizamos trabalhos de campo nos assentamentos Dois de Junho e Orion visando a

---

<sup>6</sup>Disponível para consulta em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso 21\07\2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/DetalheManifestacao>. Em atenção ao pedido de acesso à informação, registrado sob o NUP 71003.011375/2023-18, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>, acesso em 27\04\2023).

coleta de dados primários, a partir de observações diretas, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os assentados, bem como registro fotográfico de aspectos que julgamos relevantes sobre a dinâmica espacial dos assentamentos, permitindo assim reconhecermos as formas pelas quais se materializam a organização socioprodutiva dos assentamentos rurais estudados no Norte de Minas.

No assentamento Dois de Junho, foram realizados três trabalhos de campo, com uma pernoite em Olhos - d'Água. No assentamento Orion, também foram três os trabalhos de campo, durante os quais realizamos entrevistas e aplicação dos questionários.

A pesquisa e os procedimentos de coleta de dados em campo foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (em 01 de Julho de 2021, tendo sido aprovado no dia 04 de agosto de 2021 pelo Parecer 4.922.15, cadastrada com o número do CAAE: 48905021.2.0000.5152). O número de entrevistados foi definido à priori, respeitando o percentual de 20% de produtores em cada assentamento.

A fim de caracterizar e analisar a participação dos camponeses nos circuitos curtos de comercialização de alimentos, bem como identificar as principais demandas e ofertas de alimentos em cada assentamento, conhecer e analisar os entraves que favorecem ou dificultam esses circuitos, bem como a relação entre produtores e consumidores, foram aplicados questionários estruturados (Questionário 1 apêndice A, Questionário 2-apêndice B, Questionário 3-apêndice C).

O **Questionário 1 - (Apêndice A)** foi direcionado aos produtores e possui ao todo 31 questões, entre questões abertas e fechadas, e está organizado em três seções: a primeira é direcionada a identificação dos assentados e as características dos estabelecimentos; a segunda seção explora as técnicas e tecnologias empregadas na produção; a terceira, os CCC acessados pelos camponeses os gêneros alimentícios comercializados PAA, PNAE e nas Feiras. Nesta ação, foram aplicados 29 questionários, sendo 24 no Dois de Junho e 05 no Orion.

O **Questionário 2- (Apêndice B)** foi voltado aos produtores que comercializam nas Feiras, com um total de 18 questões abertas e fechadas que abordam: a relação desses agricultores com esse circuito de venda Direta; interação entre os produtores; e, por fim, a interação desses agricultores com os consumidores. Nesta ação, foram aplicados 10 questionários aos camponeses que comercializam nas vendas diretas nas Feiras nos municípios de Olhos - d'Água, Bocaiúva e Capitão Enéas. Dentre os camponeses assentados Dois de Junho que participam da venda direta na feira, 06 integram os programas Institucionais PAA e PNAE, sendo que 04 comercializam na Feira em Olhos - d'Água enquanto os outros 02 comercializam no Mercado Municipal de Bocaiuva MG. No Orion aplicamos questionários aos 02 assentados

que comercializam na Feira da agricultura familiar de Capitão Enéas e a 02 que comercializam produtos na feira do povoado de Santana.

O **Questionário 3 (Apêndice C)** foi direcionado aos consumidores que frequentam as Feiras, contendo ao todo 18 questões abertas e fechadas que enfatizam: frequência na feira, diferença de compra nas feiras e nos supermercados, característica de confiança, qualidade e procedência dos produtos.

### **Trabalho de Campo**

Marafon (2011) explica a importância do trabalho de campo em Geografia para compreender aspectos da realidade pesquisada. Segundo o autor (2011, p. 9) “o trabalho de campo, como técnica de análise, pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, é utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais.” O mesmo autor ainda destaca que “Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos”.

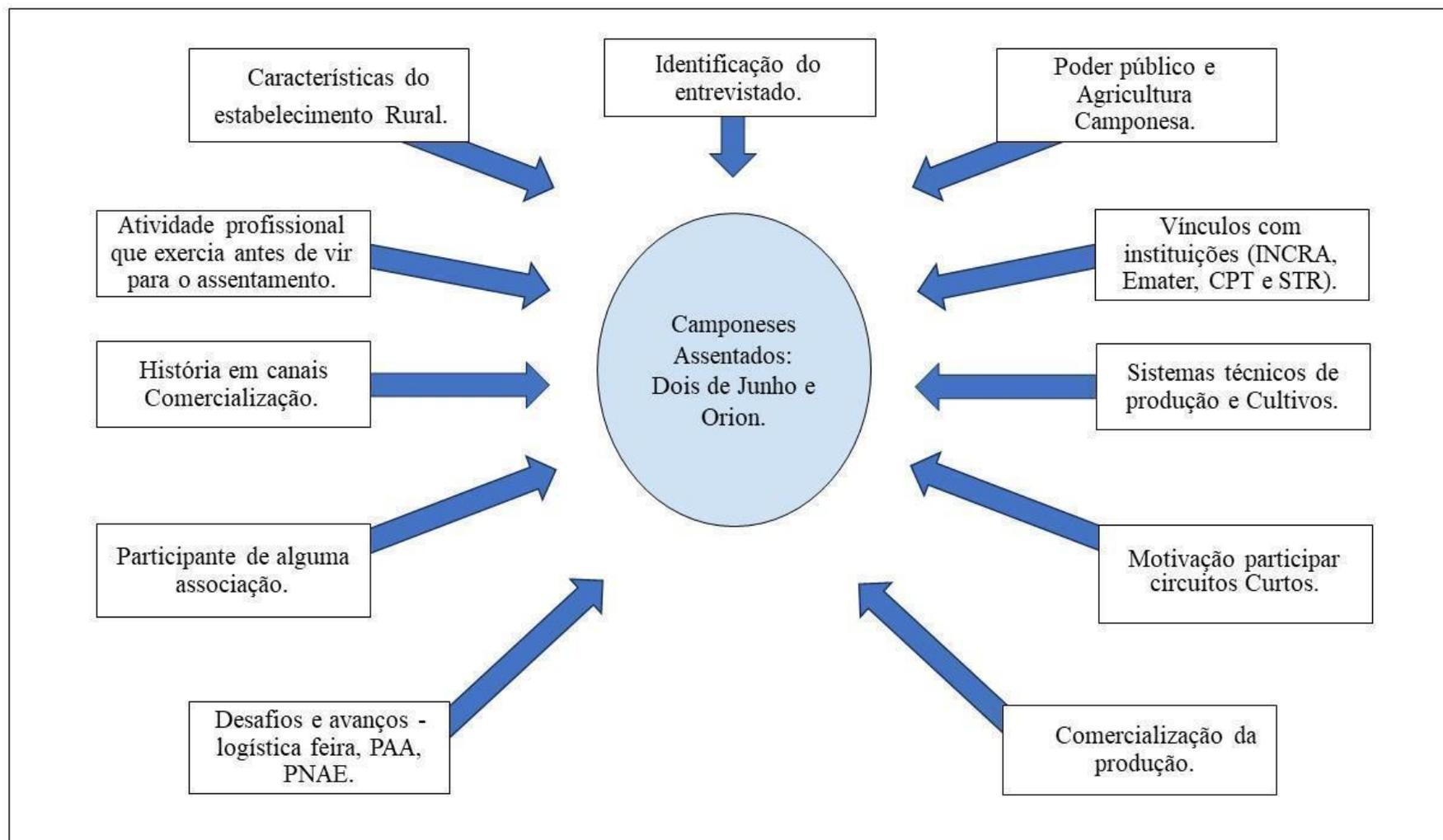
A observação direta constitui-se em referência empírica de suma importância para compreender aspectos significativos sobre a realidade dos assentados e suas práticas cotidianas. Deverão ser observados aspectos de sua organização e configuração socioprodutivas, com especial ênfase nas estratégias de comercialização da produção, além de aspectos da vida cotidiana dos assentados, das atividades nos quais os diferentes sujeitos estão envolvidos, como práticas de trabalho, educação, associativismo, etc.

Utilizamos como técnica de pesquisa para coleta de informações no campo um questionário com perguntas pré-definidas e que permitam estratégia facilitada de interpretação e comparação dos dados nos dois assentamentos estudados. Além do emprego do questionário, também realizamos entrevista não estruturada, onde “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Geralmente, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa”.(MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 29).

Quanto a entrevista, é preciso questionar o “seu status revelador de verdades, partejador de dados” (SILVEIRA, 2007, p.131), compreendendo-a como uma “arena de significados”, como “eventos discursivos complexos, forjado não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas” que estão presentes, circulam tanto no momento da entrevista, como depois, na escuta e análise.

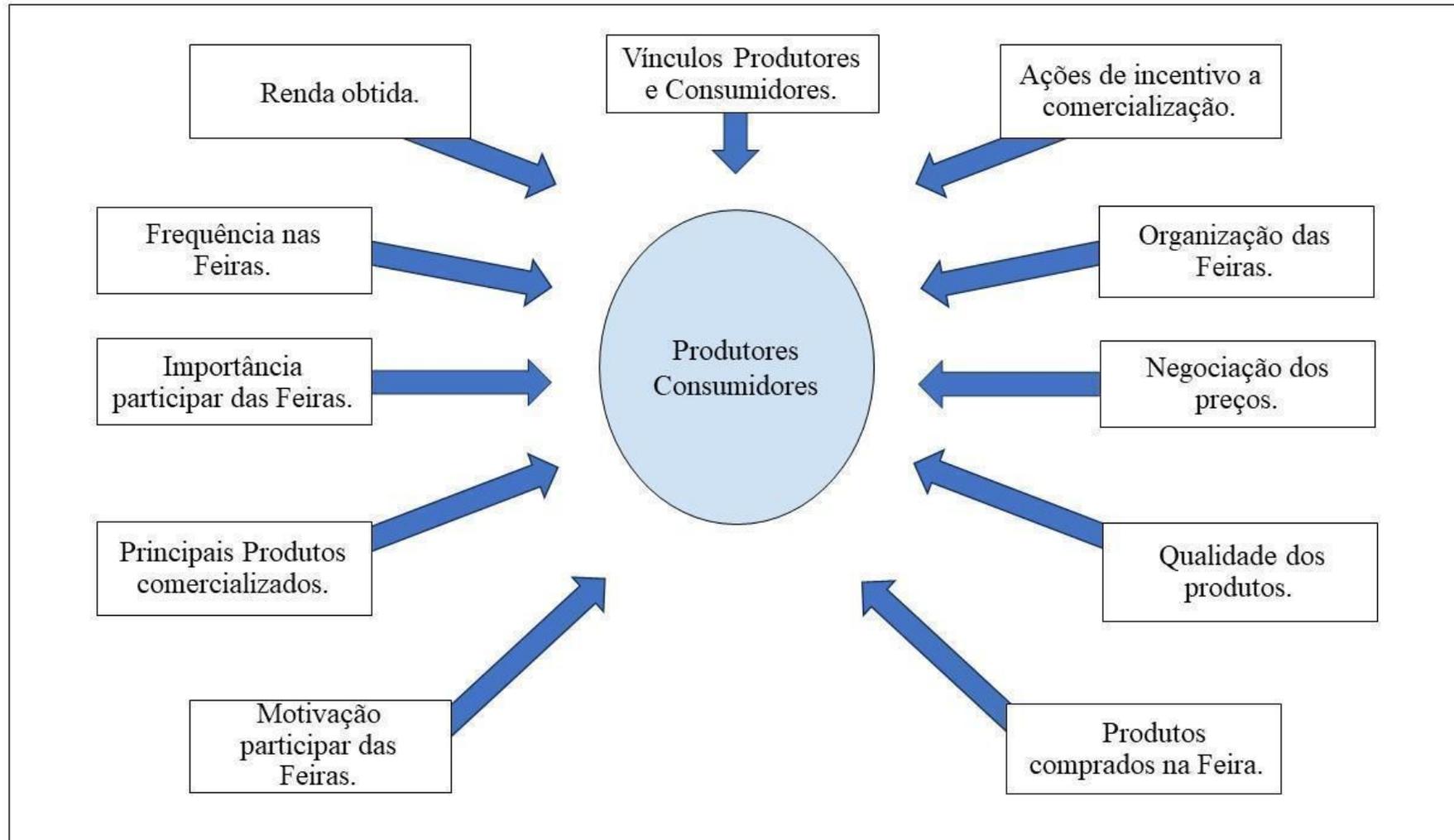
O procedimento adotado que antecede a realização das entrevistas se deu através de contatos prévios, via telefonemas ou correio eletrônico. A escolha dos entrevistados foi motivada por informações obtidas junto aos sujeitos diretamente envolvidos nos respectivos assentamentos. No caso do assentamento Dois de Junho, a informante e acompanhante de campo foi a presidente da associação e no Orion contamos com o apoio da secretária da Associação. A seguir, apresentamos de forma sintetizada os temas e assuntos tratados nas entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo.

Figura 1 – Temas explorados no questionário destinado aos camponeses assentados



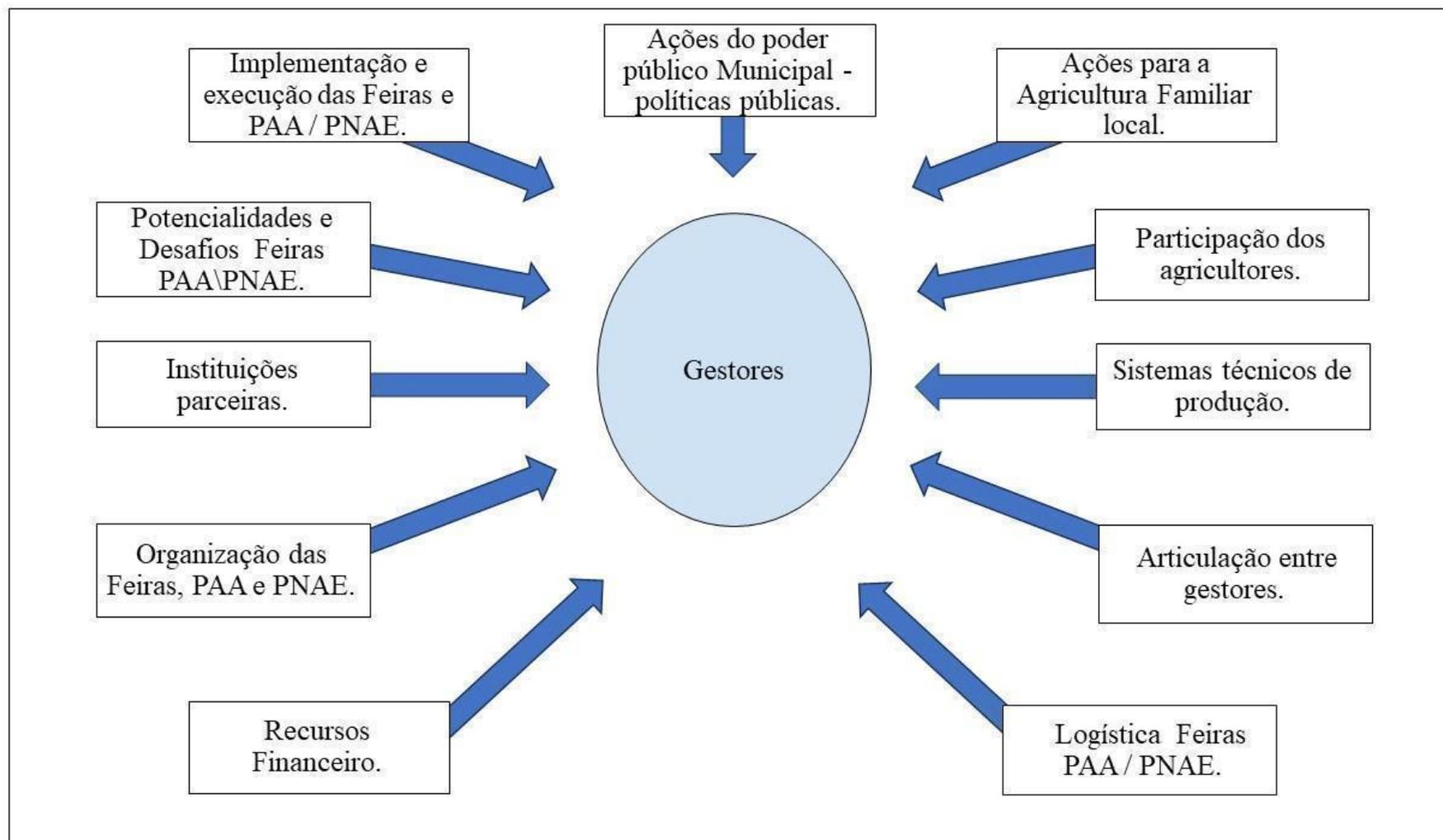
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Figura 2 – Temas explorados no questionário aplicado aos produtores e consumidores nas Feiras



Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Figura 3 – Temas explorados nas entrevistas junto aos Agentes Públicos



Org.: SOUZA, S. G. de, 2023

Dentre as principais dificuldades enfrentadas ao longo dos trabalhos de campo, os maiores desafios encontrados foram os de acesso às comunidades do Dois de Junho, devido a sua extensão territorial e maior número de famílias. No assentamento Orion, as principais dificuldades estão ligadas à precariedade das estradas e a aproximação com os sujeitos da pesquisa, pois, devido o próprio histórico de violência que marcaram a trajetória de vida dos assentados, muitos ficaram receosos em responder algumas questões, sobretudo aquelas que estavam relacionadas aos processos de criação e acesso às políticas Públicas no assentamento.

## **1. CAMPESINATO, LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA: Contexto brasileiro e suas implicações no Norte de Minas Gerais**

Nesse primeiro capítulo, enfatizamos a resistência e recriação do campesinato diante do desenvolvimento do capitalismo no campo, ou seja, avaliamos um *campesinato assentado* envolto em conflitos e contradições.

### **1.1 O campesinato brasileiro: sujeito da reforma agrária envolto de conflitos e contradições**

José de Souza Martins na obra *Os camponeses e a política no Brasil* (1981) discute as origens e a formação do campesinato brasileiro e compreende que o capitalismo não transforma, necessariamente, todas as relações sociais em relações capitalistas de produção. Desta forma há no capitalismo, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção.

Certamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Entretanto, fazer sinônimo de história é uma heresia. Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários campos da produção no campo e na cidade (MARTINS, 1981, p. 14).

O campesinato possui um modo de vida que não é pautado pela lógica do capital e da acumulação, as formas de produção e reprodução social não estão ligadas apenas a aspectos da economia capitalista, pois prevalece a prática de trabalho em família, os trabalhadores exercem suas atividades de maneira um pouco mais livre das exigências do mercado, respeitando preferências e necessidades de produção.

Segundo Martins (1981), um outro aspecto importante para explicar o significado político das lutas sociais pela terra no Brasil e, o seu sentido histórico, passa necessariamente pela propriedade da terra. O autor recorre às noções de terra de trabalho e de terra de negócio. Para ele, das contradições do direito de propriedade, derivam duas formas conflitantes de propriedade: a terra camponesa, a terra de trabalho, e a terra capitalista, terra de negócio. O autor explica:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1981, p. 55).

Para Martins (1981) o campesinato brasileiro, é desenraizado, migrante, itinerante, ou seja, uma classe em luta permanente para a conquista da terra, em primeiro lugar, para, posteriormente, construir nova luta para permanecer na terra.

De acordo com Martins (1981, p. 19) o capital, no seu processo de expansão, “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. O desenvolvimento contraditório do capital tanto expropria como abre possibilidades para os camponeses retornarem à terra, bem como para também lutarem para entrar e permanecer nela. Mesmo expulso, o campesinato resiste e, em vez do caminho da proletarização, continua a sua marcha em busca da terra (OLIVEIRA, 2001).

Nesse sentido, “o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando-os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos, [...] resistindo, construindo estratégias de reprodução” (FERNANDES, 2005, p. 17).

Paulino e Almeida (2010) propõem a leitura do campesinato brasileiro ligado às relações de produção e de classe, a produção familiar e o uso da terra, que se apresenta como elemento condicionante da existência camponesa assim como campo das disputas. É a partir da análise do uso da terra que é possível compreender os mecanismos e fenômenos de recriação do campesinato e as disputas entre classes, seja por terra ou para nela permanecer, como no caso do campesinato assentado da reforma agrária.

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

Entende-se que os assentamentos rurais são importantes instrumentos para a recriação do campesinato<sup>2</sup>, em resposta a um movimento “contraditório” da expansão capitalista. O capital cria e recria as relações não-capitalistas de produção para que ocorra seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo que o capital expulsa as famílias camponesas de seus territórios, ele também precisa do trabalho familiar para poder se expandir (COCA, 2015).

O assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial, pois o camponês precisa do território para se recriar e continuar existindo, ele precisa do território para reprodução de seus modos de vida e de trabalho. “O assentamento é o território conquistado, é portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas que representa, sobretudo a possibilidade da territorialização” (FERNANDES, 1999, p.181).

Marques (2002, p. 8) entende o campesinato “como uma classe social e não apenas

como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida simplesmente”. A autora explica que enquanto o campo brasileiro tiver a marca da desigualdade social e o latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico, o campesinato continuará sendo um conceito essencial para desvelar os processos sociais e suas contradições. A concentração da terra, origem dos movimentos e de sua luta por igualdade de direitos, como acesso à terra para produzir, viver e se recriar, é um fato que permeia toda a história do Brasil, desde sua constituição, assim como as lutas e os conflitos no campo.

Com avanço de uma modernização conservadora e do desenvolvimento desigual (OLIVEIRA, 2008; CARTER, 2010), os movimentos sociais de luta pela terra, a partir da abertura política do país, conseguiram obter alguns avanços com as desapropriações de terras e a criação dos assentamentos rurais, mas muito aquém do esperado, pois a reforma agrária não é apenas política distributiva de terras a trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, é uma questão muito mais ampla que envolve a elaboração de uma estrutura fundiária menos concentrada e mais justa, a garantia de direitos básicos, condições de trabalho, renda, moradia etc.

Entende-se que os assentamentos rurais são criados para atender a demanda dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra, mas de forma precarizada, incompletos e sem infraestrutura básica, provocando uma descapitalização das famílias assentadas (FERNANDES, 2004; SAUER; SOUZA, 2008).

Segundo Martins (2003, p. 10), o campesinato assentado, é “o sujeito da reforma agrária, é vivencial, está inserido na prática cotidiana da questão agrária, das tensões e conflitos decorrentes da própria reforma, longe das teorias e das ideologias que a ele se refere”, sendo assim gestado no próprio processo da reforma.

Shanin (1983) enfatiza que o campesinato, fruto da Reforma Agrária, representa uma resistência incômoda, porque não aceita facilmente ser cooptado pelo capital. O campesinato vive seu tempo e viveu todos os tempos: nas sociedades escravocratas, feudais e capitalistas. É sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo, pois ainda não foi possível suprimi-lo, sufocá-lo, apesar das constantes tentativas e do processo de evolução tecnológica e científica.

O pedaço de terra conquistado no assentamento é entendido teoricamente como uma *unidade territorial camponesa* (ALMEIDA, 2004). Assim, a reprodução da classe camponesa significa lutar pela terra para nela permanecer e controlar parcela do território. Todavia, nessas unidades territoriais controladas pelo campesinato, trava-se contínua luta contra a ordem dominante do território capitalista.

Contudo, o território não é palco, não é receptáculo das transformações nem é resultado,

ele é produto formado, de base concreta e dinâmica, constituído a partir das contradições, das transformações e das lutas sociais estabelecidas na terra. Neste prisma Oliveira (1999) afirma que:

O território desse ser apreendido com síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

O assentamento de reforma agrária é terra que foi espacializada pelos camponeses organizados nos movimentos sociais de luta pela terra e, portanto, produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção da sua existência (OLIVEIRA, 1999).

O assentamento dos sem-terra é o espaço onde se materializa o território camponês. Conforme Fabrini (2002), a luta pela terra, é mais do que uma luta por terra. É luta pela possibilidade de existência, territorialização das relações camponesas e de solapamento de uma ordem social regida pelo capital .

No aspecto produtivo, é importante considerar como esses sujeitos se relacionam com elementos da natureza, as estruturas do Estado e do mercado. Sua articulação com os elementos da natureza é condicionante da sua própria existência. Dela ele depende, e, a partir dos seus recursos é que provém o seu sustento, com base em seus conhecimentos.

Ploeg (2008) se baseia em algumas das características da unidade de produção camponesa propostas por Chayanov (1966), como a autonomia e a autossuficiência. As lutas pela autonomia se concentram no resgate da condição camponesa e do modo camponês de fazer agricultura. A coprodução relaciona as trocas entre homem e natureza no espaço-tempo.

É na produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado. Melhorando lentamente a qualidade e a produtividade dos recursos essenciais – terras, animais, culturas, instalações, infraestruturas de irrigação, conhecimentos, etc –, aprimorando meticulosamente o processo de produção e reestruturando as relações com o mundo exterior, os camponeses lutam e por fim alcançam os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de sua unidade agrícolas (PLOEG, 2008, p. 41-42).

Outro elemento da condição camponesa é a relação com o mercado. Para construir uma base de recursos autocontrolada, o camponês precisa se relacionar com o mercado, e com o poder público, essas relações são constituídas de maneira a permitir o máximo de capacidade de escapar do controle. Elas dependem, por parte dos camponeses, dos repertórios culturais locais, um equilíbrio entre desconfiança e confiança com o mercado e com os agentes que dele fazem parte. A coprodução, a base de recursos e as relações com o mercado possibilitam a

redução da dependência do campesinato. Todos esses instrumentos fazem parte das lutas por autonomia, por emancipação. São lutas por outros usos dos territórios, diferente do que é preconizado pelo sistema capitalista. Buscando autonomia em relação aos mercados, os camponeses constroem o que Ploeg et al (2012) denominam mercado aninhado.

A base de recursos autocontrolada é o que Chayanov (1966, apud PLOEG, 2016, p. 32) denomina por “capital familiar”. Esse refere-se às instalações existentes na unidade de produção camponesa, como a casa, o poço, o solo melhorado e o maquinário. Os saberes, as sementes, os animais e as redes de comercialização também fazem parte desse capital.

O capital camponês não é usado para gerar valor excedente, tampouco é acumulado através da exploração do trabalho alheio. O capital é desenvolvido e usado para satisfazer as necessidades do grupo familiar, pode ser necessário em alguns contextos, até mesmo para que os camponeses tenham recursos monetários para alcançar a base de recursos autocontrolada. Nesse sentido, o trabalho não agrícola permite a reprodução da família em contextos em que a agricultura não é capaz, mas, também, o próprio desenvolvimento da agricultura.

As combinações entre os diferentes elementos é o que Ploeg (2008) denomina de recampesinização e descampesinização. Quanto melhor o processo de coprodução, a base de recursos autocontrolada e independência aos mercados, maior o grau de campesinidade. Ou, tem-se, a recampesinização. Quanto menor a troca com a natureza e maior a dependência aos mercados, menor o grau de campesinidade.

Quanto mais integrado ao mercado, seja o de sementes, insumos ou matérias-primas, mais dependentes são os camponeses, afastando-se, assim, da sua condição de camponês e, conseqüentemente, do seu modo de fazer agricultura. E esse é o principal problema dos camponeses em todo o mundo, segundo o autor. A concepção de Ploeg (2008) se contrapõe à de Abramovay (2006). Segundo esse autor, a integração aos mercados permite a modernização do camponês e a sua transformação em agricultor familiar. Para Ploeg (2008) a resistência do camponês reside, justamente, no seu afastamento dos mercados, na sua autonomia tanto na unidade de produção como nos mercados aninhados.

De acordo com Ploeg (2008) a condição camponesa possui as seguintes características: a) a luta por autonomia em contextos de provações; b) a criação de uma base de recursos autocontrolada; c) a coprodução entre homem e natureza; d) a interação com o mercado de maneira a diminuir a dependência; e) o desenvolvimento, quando necessário, de atividades não agrícolas; f) e os padrões de cooperação que fortalecem as inter-relações. Já o modo camponês de fazer agricultura refere-se às diversas maneiras que o camponês desenvolve o processo de produção agropecuária.

Os assentamentos Dois de Junho e Orion possuem traços marcantes que nos remetem a agricultura camponesa: a terra como meio de produção e reprodução; a força de trabalho familiar; reciprocidade entre os camponeses; soberania alimentar; unidade produtiva e de consumo.

A teoria de Darcy Ribeiro (2006) sobre o povo brasileiro traz elementos importantes que corroboram com os objetivos do nosso estudo, visando compreender aspectos do campesinato sertanejo que vive nos assentamentos rurais no Norte de Minas. Tal teoria preferiu, ao invés de partir de um quadro geral da história brasileira para formulá-la, compor cenários regionais. Ao compor cenários regionais, o antropólogo identifica a diversidade dos sujeitos sociais brasileiros, mas, sobretudo, dá identidade a parcelas do campesinato, cuja formação ocorre de forma distinta em regiões brasileiras. Desta maneira identificou cinco realidades regionais no Brasil e as denominou de “Brasis”. Em cada um dos “cinco Brasis”, descreveu um grupo social distinto dos demais.

Para Darcy Ribeiro, não houve uniformidade na formação da unidade étnica, que por sua vez possui três forças diversificadoras: a ecológica, a econômica e a imigração (RIBEIRO, 2006, p. 18). O autor descreve:

A ecológica, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos seus correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses (RIBEIRO, 2006, p. 18).

Essas três vias, com suas forças diversificadoras, ou funções ecológicas ambientais, plasmaram historicamente diversos modos de ser dos brasileiros. Elas permitem compreender melhor os brasileiros sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas (RIBEIRO, 2006). Eis os Brasis e os modos regionais de ser do povo brasileiro. Com Modos diversos, diversas realidades geográficas brotadas das províncias ecológicas, das ilhas civilizatórias.

A partir dessas ilhas civilizatórias, por meio de processos de adaptação e de diferenciação que se estendem por quatro séculos, se formaram as principais culturas brasileiras tradicionais representadas:

**Pela cultura crioula**, que se desenvolveu nas comunidades da faixa de terras frescas e férteis do Nordeste, tendo como instituição fundamental o engenho açucareiro. **Pela cultura caipira**, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização. **Pela cultura sertaneja, que se funde e difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste. Pela cultura cabocla das populações da Amazônia**, engajadas na coleta de drogas da mata, principalmente nos seringais. **Pela cultura gaúcha** do pastoreio nas campinas do Sul e as suas duas variantes, a matuta-açoriana (muito parecida com a caipira) e a gringo-caipira das áreas colonizadas por imigrantes, predominantemente alemães e italianos (grifos nossos) (RIBEIRO, 2006, p. 247).

De acordo com Darcy Ribeiro (2006) a realidade ecológica, bem como as relações de produção explica os diversos modos de vida do povo brasileiro e suas estratégias de sobrevivência e reprodução social. No que refere-se ao Norte de Minas, Darcy Ribeiro (1988) expõe sua percepção do sertão frente a Minas Gerais:

(...) Ficamos sendo Minas Gerais quando deveríamos ter por nome gadaria ou **Currais São-franciscanos** ou talvez até melhor, País do Rio das Velhas (RIBEIRO, 1988, p. 58 – **grifos nossos**).

(...) meu povo mineiro, do lado do Mangueiral (Montes Claros), **é uma baianada sofrida**, querendo alegrias sem alcançar, **o daqui das serras é um povo indiano, cismado, caturra, rezando resignado** (RIBEIRO, 1988, p. 110, grifos nossos).

O autor destaca a existência de uma diferença histórica, econômica, social e cultural entre o sertão e a região mineradora. De acordo com Costa (2011) no Norte de Minas o campesinato sertanejo que se formou é herança do gado, a prática agrícola desenvolvida pelos camponeses incorporou das populações indígenas o manejo da natureza para o cultivo de alimentos.

A história do Sertão Norte Mineiro está fortemente ligada à pecuária. Através dessa atividade, a região se organizou e abriu caminho para a configuração do território sertanejo. Inicialmente a propriedade latifundiária, foi a base desse desenvolvimento, mas posteriormente a propriedade camponesa se disseminou nos interstícios do latifúndio. Diferentemente do que ocorreu no plantation (grande sistema agrícola baseado no trabalho escravo) e na mineração, o trabalho escravo não foi fundamental para a pecuária no Sertão Norte Mineiro. No entanto, ainda havia a presença de escravos, embora em menor número sob comando dos fazendeiros. Isso se deve ao fato de que a criação do gado demanda pouca mão de obra em comparação às outras atividades econômicas da época. Boa parte das vezes, os filhos dos fazendeiros e trabalhadores livres acabavam ocupando o trabalho na pecuária.

Outro elemento importante sobre o campesinato sertanejo é a sua vinculação aos recursos naturais e aos ambientes em que se encontram: vazanteiros, barranqueiros,

chapadeiros, cerradeiros, veredeiros, caatingueiros, extrativistas, quilombolas, índios, camponeses, quebradeiras de coco, etc. (DAYRELL, 2019).

É válido ressaltar que na constituição dos assentamentos rurais no Sertão Norte Mineiro, a maior parte dos assentados é originária da própria região. Alguns deles são “nascidos e criados nos Gerais” e foram assentados em localidades onde predomina a Caatinga, enquanto outros vêm da Caatinga e passaram a viver nos Gerais. Esta forma diversidade de origens resulta em um entrelaçamento de conhecimentos que se manifestam nas trajetórias dos diferentes sujeitos e ambientes. Há também os que moraram em lugares diversos ao longo da vida, sendo que alguns passaram boa parte da vida nas periferias dos centros urbanos. Essa diversidade de experiências contribui para a formação do campesinato sertanejo nos assentamentos Dois de Junho e Orion.

## **1.2 Questão agrária, Conflitualidade e Assimetrias: Agricultura camponesa e a capitalista**

Conforme assevera Fernandes (2005, p.2) “os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram”. Para Fernandes (2013), a questão agrária não deve ser reduzida a conflitos por terra, visto que o enfrentamento corresponde ao momento do conflito, sendo assim é mais pertinente usar o conceito de conflitualidade, que é um processo continuamente alimentado pelas contradições e desigualdades impostas pelos capitalistas seja no campo e na cidade.

O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização–desterritorialização–reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2013, p. 174).

Desta forma a questão agrária no Brasil e mais especificamente no Norte de Minas, expressa a conflitualidade e o desenvolvimento de relações sociais diversas que produzem múltiplos territórios que se chocam continuamente.

A conflitualidade, faz parte do processo de formação do capitalismo e do campesinato, ocorrendo devido à contradição gerada pela destruição, criação e recriação dessas relações sociais, ou seja, a agricultura camponesa e suas formas de resistência geram conflitos e desenvolvimento; a agricultura capitalista, por outro lado, se territorializa promovendo a expropriação do campesinato, provocando igualmente conflito e desenvolvimento.

Desta forma, o capital se desenvolve desterritorializando o campesinato, mas, contraditoriamente, também cria as condições de sua recriação, a qual ocorre subjugada pela

lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo, ou mediante a luta pela terra que se dá por meio das ocupações. Essas duas formas de reprodução camponesas produzem a conflitualidade que projeta outros modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2013).

De acordo com o relatório “Conflitos no campo Brasil 2020”<sup>8</sup> elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve um aumento no número de conflitos no campo brasileiro, o que podemos associar a uma política de reforma agrária pouco comprometida com a distribuição de terras no país. O Caderno Conflitos no Campo de 2020 da (CPT) traz dados sobre os conflitos no período de 2011 a 2020 e mostra que houve um aumento no número de conflitos registrados no campo brasileiro, sobretudo no ano de 2020 somando 2.054, sendo 1608 por terras, 96 trabalhistas e 350 pela água.

A CPT entende por conflito a seguinte definição: “conflitos são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção”. A Pastoral compreende ainda que os conflitos ocorrem “entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas” (CPT, 2020, p. 14).

O Atlas da Questão Agrária Norte Mineira (2020) evidencia que os conflitos são marcas históricas constantes na mesoregião Norte de Minas. Entre 1988 e 2019 foram 284 conflitos por terra, envolvendo 38.768 famílias, ou seja, no período de 31 anos registrou-se cerca de 09 conflitos por ano no Norte de Minas com aproximadamente 1250 famílias envolvidas em conflitos anualmente.

Compreendemos que a conflitualidade se expressa em dois modelos antagônicos, duas maneiras distintas de apropriação dos territórios - por um lado tem-se os fazendeiros que almejam cada vez mais por recursos financeiros, querem a terra para negócio e exploração da força de trabalho; e, do outro lado, os camponeses que lutam pela terra, políticas públicas e por outras formas de uso e desenvolvimento de seus territórios.

Quanto ao Estado entendemos que esse continua voltado especialmente para o atendimento dos interesses capitalistas, beneficiando setores agrícolas que pouco produzem, se levarmos em conta o elevado volume de recursos e terras que concentram (OLIVEIRA, 2016). Assim, os movimentos sociais do campo, sindicatos rurais e sociedade civil organizada têm conseguido escassos recursos a muito custo, que, juntamente com a pequena quantidade de terras conquistadas na luta pela reforma agrária, apresentam resultados positivos ligados à

---

<sup>8</sup> De acordo com cadernos de conflitos da cpt em 2022 ocorreram 1572 conflitos por terra, 225 por água e 209 trabalhistas. acesso 10/06/2023.

melhoria de renda das famílias e produção de alimentos de qualidade.

Debater a recriação do campesinato, portanto, a resistência e a permanência do campesinato assentado, requer entender a disputa que ocorre no interior das diferentes classes sociais, no caso os proprietários da propriedade privada capitalista da terra, e a classe camponesa que lutam por recursos financeiros para produzir e fazer circular a sua produção como alternativa que lhes garanta meios dignos de sobrevivência e permanência na terra.

Nesse sentido, a questão pertinente é compreender a disputa no interior das classes por recursos financeiros. A mediação das relações entre camponeses e o Estado se dá de várias formas, como a regulação e o uso da terra, da água, tecnologias, crédito para moradias, créditos para produção e comercialização.

No Plano Safra 2023/2024<sup>9</sup>, os recursos disponibilizados para a agricultura empresarial (agronegócio) chegaram a R\$364,22 bilhões, desse montante, R\$272,1 bilhões são voltados para custeio, industrialização e comercialização e R\$92,1 bilhões para investimento. De fato, a agricultura camponesa sempre foi deixada à margem da política pública de crédito agrícola para custear a produção de alimentos, sendo que a primeira linha de crédito para esse segmento veio ocorrer somente a partir da década de 1990.

No mesmo Plano Safra 2020/2021, o volume para o financiamento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi de R\$33 bilhões. Em que pese a desigual destinação de recursos, e embora novas linhas de créditos do Pronaf tenham sido criadas, o número de contratos liberados para custeio não foi expressivo, visto que muitos camponeses esbarram nas burocracias para conseguirem a emissão da DAP para acessar ao programa.

Os dados apresentados em 2006, pelo extinto Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA) demonstraram a importância da agricultura camponesa e sua responsabilidade na produção e no abastecimento, por exemplo, de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 50% das aves, 59% dos suínos e 58% do leite. A agricultura camponesa, além de responder por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros, ainda é responsável por gerar sete em cada 10 empregos no meio rural (SARAIVA *et al.*, 2013).

É importante destacar que o MDA foi recriado com a vitória do presidente Lula (PT), já que havia sido incorporado ao Ministério da Agricultura no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ficará na estrutura desse ministério em vez de ir para a Agricultura.

---

<sup>9</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/>, acesso em 27/09/2023.

Conterato (2018) enfatiza que a ausência de financiamento público pode ocasionar desabastecimento alimentar no Brasil. O Estado tem se preocupado em produzir superávits, a partir das exportações das commodities agrícolas e minerais, processo este bem apontado e avaliado por Guilherme Delgado (2012) e, assim, tem marginalizado o cultivo de gêneros alimentícios de primeira necessidade, pois a falta de incentivo do poder público acaba desestimulando o cultivo de alimentos.

No plano safra 2019/2020 houve um retrocesso ocasionado pelo governo com uma tentativa de unificar os recursos financeiros da agricultura camponesa (PRONAF) e da agricultura empresarial. O argumento utilizado pela então ministra da agricultura, Tereza Cristina, é que “não existem duas agriculturas no Brasil”. De acordo com informações contidas no site do Ministério da Agricultura (2022), o montante de recursos destinados para o financiamento do agronegócio saltou de 300 milhões para mais de 225 bilhões de reais em comparação com o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, entendemos que a produção de alimentos da chamada agricultura familiar historicamente não é prioridade nas políticas públicas, sendo esse lugar ocupado pelas *commodities* de exportação. Deixar a agricultura familiar à margem das políticas públicas pode acarretar uma série de problemas, dentre os quais podemos citar o aumento dos preços dos diversos produtos que compõem a alimentação dos brasileiros, como por exemplo em 2020 quando houve um aumento dos preços do arroz e feijão.

Mesmo no primeiro ano do novo governo Lula (2023), o problema da assimetria persiste e novamente é observado no Plano Safra 2022\2023<sup>10</sup>, que destina R\$340.88 bilhões para apoiar a produção agropecuária até junho de 2023. Um aumento de 36% em relação ao ano anterior. Sendo que R\$246,28 bilhões é destinado a custeio e comercialização e R\$94,60 bilhões em investimento. O volume de recursos destinado ao Pronaf é de R\$53,61, ou seja, cerca de um quinto do montante destinado ao agronegócio.

### **1.3 Agricultura camponesa: importância e centralidade na produção de alimentos**

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), no Brasil há 5.071.365 estabelecimentos agropecuários e cerca de 4.523.693 são abaixo de 100 hectares, o que significa 89% e ocupam apenas 20% das terras. Mesmo ocupando uma pequena extensão de terras a agricultura camponesa tem assumido um papel relevante na produção de alimentos no país.

---

<sup>10</sup>Disponível em :<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023>. Acesso 11\07\2023.

Mitidiero Junior e Barbosa (2017) fizeram uma importante análise do papel significativo da pequena propriedade na produção de alimentos. Tomando como base os dados do Censo Agropecuário de 2006, os autores demonstram que, a partir da década de 1970, aconteceu uma leve evolução nos índices de produtividade puxado pela mudança na base técnica da produção e a manutenção da concentração fundiária, e o que se observou foi a presença marcante da agricultura camponesa.

A metodologia adotada por Mitidiero Junior e Barbosa (2017), para fins comparativos, foi dividir os estabelecimentos rurais em três estratos de área, sendo elas: pequena (0 a 200 ha) média (200 a 1000 ha) e grande (acima 1000 ha) como evidencia a tabela a seguir.

Tabela 1 – Brasil – Distribuição de área ocupada por cada segmento produtivo em 2006

<b>Tipo da produção</b>	<b>Pequeno (0 a 200 ha.)</b>	<b>Médio (de 200 a 1000 ha.)</b>	<b>Grande (1000 ha. mais)</b>
Animal de grande porte	76,1%	16,2%	7,1%
Animal de médio porte	80,7%	9,3%	9,1%
Aves	75,7%	20,3%	2,5%
Pequenos animais	58,8%	18,5%	15,4%
<b>Total da produção animal</b>	<b>76,1%</b>	<b>16,5%</b>	<b>6,2%</b>
Lavouras Permanentes	75,0%	17,2%	7,8%
Lavouras Temporárias	41,9%	18,6%	39,1%
Horticultura	93,2%	4,0%	0,8%
Floricultura	85,6%	13,1%	0,9%
Silvicultura	42,5%	14,3%	41,8%
Extração Vegetal	64,6%	7,3%	3,5%
<b>Total da produção vegetal</b>	<b>52,1%</b>	<b>17,3%</b>	<b>29,9%</b>
Agroindústria rural	64,1%	6,7%	26,0%
<b>Total geral da produção</b>	<b>57,5%</b>	<b>16,9%</b>	<b>24,8%</b>

Fonte: MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA (2017).

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

No Brasil, dos estabelecimentos enquadrados como pequena propriedade a criação de animais está presente em 76,1% das propriedades, sendo que 75,7% são de criação de aves e 80,7% são de animais de médio porte. Em relação à destinação das terras para o cultivo de lavouras permanentes e temporárias, nos estabelecimentos de até 200 hectares, cerca de 75,0% deles dedicam-se às lavouras permanentes e 41,9% às lavouras temporárias. A pequena propriedade se destaca em destinação de área para a horticultura, com 93,2% dos estabelecimentos agropecuários. A silvicultura está presente em 42,5% dos estabelecimentos agropecuários. A grande propriedade se destaca ainda abaixo da pequena propriedade, em dois segmentos: na silvicultura, ocupando cerca 41,8% e no cultivo de lavouras temporárias, com 39,2%.

Os mesmos autores, analisando os gêneros de base alimentar, a exemplo da produção de feijão, mandioca, milho e batata, constataram que estes são, eminentemente, produzidos pelas pequenas unidades de produção. Em análise comparativa aos grandes estabelecimentos, evidenciaram que do feijão, 30% é produzido pelos pequenos estabelecimentos, contra 3,2% pelos grandes estabelecimentos; mandioca 34,5% pelos pequenos, e 0,8% pelos grandes; milho 13,4% pelos pequenos, contra 22,9% pelos grandes e batata doce 97,6% pelos pequenos e 0,2% pelos grandes.

Outro dado importante apontado por Mitidiero Junior e Barbosa (2017) é a capacidade de empregabilidade que a pequena propriedade tem na geração de postos de trabalho, a pequena propriedade com até 200 hectares repondia por 84,4 % dos empregos no campo, ao passo que a grande propriedade (acima de 1000 hectares) empregava apenas 4,6% da força de trabalho no campo.

Assim, a existência do campesinato tem garantido a soberania alimentar e a produção de alimentos. De acordo com Marschner (2009, p. 79), “a agricultura familiar e camponesa tem uma grande função social, que é a autonomia de produzir alimento, restabelecer a biodiversidade”.

A importância da agricultura camponesa na produção de alimentos foi confirmada na publicação do último censo agropecuário (IBGE, 2017), uma vez que 59,4% da horticultura, 69,6% da mandioca, 64,2% de leite, 53,7% de banana, 41,8% de feijão preto, 34,4% de feijão fradinho, 36% de frangos, 34,5% do plantel de suínos, entre outros, são produzidos em estabelecimentos agropecuários abaixo de 50 hectares.

Outra questão importante para refletirmos é a apropriação de sementes pelo sistema agroalimentar capitalista. Machado e Machado Filho (2014, p. 59) enfatizam que a segunda fase da revolução verde está em curso, com a apropriação das sementes, afirmando que “quem

controla as sementes controla todo o sistema alimentar”. O processo de melhoramento laboratorial das sementes para aumentar a produtividade tem eliminado as sementes crioulas que possuem resistência natural e, desse modo, as sementes que foram expostas aos processos de melhoramento ficaram altamente dependentes de insumos externos para produzir. A revolução verde no século XXI é, assim, assentada na privatização do conhecimento com a cobrança de royalties sobre a comercialização de sementes e dos agroquímicos (PEREZ-CASSARINO, 2012)

De acordo com Machado e Machado Filho (2014), a agricultura convencional brasileira importa 60% dos fertilizantes que são utilizados nas lavouras e 100% dos agrotóxicos que são aplicados nos ciclos produtivos das plantas, uma vez que são importados pelas multinacionais de capital estrangeiro no Brasil como a Bayer, Syngenta, Dupont, Basf, Dow Chemical, entre outras.

Desta forma, os desdobramentos da revolução verde levou a um afinilamento do uso das tecnologias no processo produtivo, pois as próprias corporações que produzem a tecnologia são as mesmas que controlam o sistema agroalimentar. Bombardi (2012), enfatiza que 75% das vendas de agrotóxicos no Brasil são efetuadas por 10 corporações transnacionais de capital estrangeiro como a Syngenta, Monsanto, Dow, Bayer e Basf.

Para contrapor a lógica perversa e hegemônica dos sistema agroalimentar capitalista os movimentos sociais do campo, como MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) têm incentivado a produção de alimentos com base nos princípios agroecológicos, sem a utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas e fertilizantes que valorizam o saber tradicional e as sementes crioulas. Para esses movimentos sociais, a Agroecologia é a base tecnológica para a produção de alimentos pelo campesinato.

#### **1.4 Luta pela terra e a Reforma Agrária Norte de Minas**

O Norte de Minas teve sua formação socioeconômica inicialmente ligada ao Nordeste brasileiro, com a função de abastecer a região litorânea (viabilizando o funcionamento dos engenhos) com animais de tração, carne e alimentos. Pertencentes às Capitâneas da Bahia e Pernambuco, sua colonização se efetivou a partir da segunda metade do século XVII, quando se encontram as correntes de povoamento vindas do Norte (frutos da expansão dos currais de gado ao longo do rio São Francisco) e com os bandeirantes paulistas vindos do Sul (OLIVEIRA, 2000). Assim, “ao mesmo tempo em que os baianos ocuparam o sertão para a expansão da

pecuária e da cultura de algodão, no século XVII, os paulistas adentraram a região à procura de ouro, esmeraldas e diamantes” (RODRIGUES, 2000, p. 109).

De acordo com Mata-Machado (1991), o processo de ocupação e expansão dos currais pelo sertão do São Francisco, se fez à custa de guerras contra os povos que anteriormente habitavam a região, com o objetivo de escravizá-los; sendo os bandeirantes paulistas especialistas nessa empreitada. Após o desbravamento do interior, os bandeirantes fundaram povoados e se estabeleceram definitivamente na região como criadores de gado através da concessão de sesmarias.

Nessas sesmarias a atividade principal era a pecuária extensiva, a qual se expandia rapidamente através da prática de arrendamento de terras e pela concessão de parte das crias aos vaqueiros, como forma de pagamento pelos serviços prestados, podendo estes formarem seus próprios currais (CARDOSO, 2000, p. 183). O vaqueiro, segundo Andrade (1982):

vivia geralmente na fazenda sendo remunerado de forma amonetária direta, com direito à casa para morar, pequena área para a cultura de mantimentos, ao uso do leite – muitas vezes destinados à produção de queijos e de manteiga – para consumo próprio e da família e direito ainda a um bezerro em cada quatro ou cinco que nascessem” (ANDRADE, 1982, p. 223).

Ainda de acordo com o autor os fazendeiros eram detentores de grande poder político exercido com base na posse ou na propriedade de terra, fato este, que permitia aglutinar em torno de si e sob seu poder absoluto vários trabalhadores. “O coronel representava-se como o mediador entre o Estado e o camponês e seu agregado, ao mesmo tempo em que era o próprio Estado na localidade sob seu jugo” (COSTA, 1997, p. 80).

Com a descoberta de ouro e de pedras preciosas na Serra do Espinhaço, os criadores de gado estabeleceram conexão com as regiões mineradoras e passaram a abastecê-las. É somente a partir do abastecimento regularizado que a mineração se consolida e passa a ser contínua. É da articulação dessas duas funções históricas, gerando economias distintas, que se constitui, em 1720, a capitania de Minas Gerais; formada pela junção das regiões das “minas” e dos “gerais”; da região do ouro e da região do gado (ALMEIDA COSTA, 2009, p. 121-122).

A partir de formações históricas e temporalidades distintas, a sociedade e o território mineiros apresentam-se cindidos no imaginário social brasileiro, não só pela diversidade de identidades culturais aí existentes, mas pela existência de duas regiões mentais distintas: Minas Gerais e Sertão Mineiro (COSTA, 2002).

Segundo Cardoso (2000), a partir do século XVIII a atividade mineradora dinamizou a economia da capitania de Minas Gerais com a vinda de migrantes originários das regiões dos *plantations* e dos engenhos do Nordeste, onde a atividade açucareira já perdia força. O sertão

mineiro tornava-se o principal fornecedor de produtos agropecuários para a região mineradora, conforme aponta (MATA MACHADO, 1991, p. 37) “de lá vinham às boiadas e os gêneros alimentícios (...), por lá passavam comboios de escravos que eram vendidos nas minas e produtos importados provenientes do porto de Salvador”.

Furtado (1972) destaca o papel fundamental da pecuária para o povoamento do território e como atividade estabilizadora das atividades econômicas principais (produção de açúcar e mineração). Segundo o autor, dada a abundância de terras, a pecuária apoiava-se num mecanismo de acumulação natural, graças ao qual intensificou-se o processo de ocupação e povoamento do território.

(...) Ademais, a pecuária desempenhou certo papel de estabilizador das atividades econômicas em seu conjunto. Nas fases de depressão da atividade econômica principal, a pecuária podia absorver a mão-de-obra livre e a capacidade empresarial sobrantes. (...) A abertura de fazendas de gado constitui, assim, de alguma forma, um processo de “colonização de povoamento” (FURTADO, 1972, p. 95-96).

De acordo com Andrade (1982, p. 169) a pecuária colonial - utilizada para ocupar o interior nordestino e a região Norte de Minas, é responsável por abastecer as zonas de mineração - era praticada de forma extensiva. Como o gado se constitui em uma mercadoria que se auto transporta a grandes distâncias, com poucas cabeças de animais e uma pequena equipe de vaqueiros, era possível ocupar grandes extensões de terra.

Andrade (1982) ainda enfatiza que as condições de vegetação e climáticas da região contribuíram para a expansão desse tipo de pecuária: “ as condições climáticas e o tipo de vegetação dominante – caatinga, cerrados e campos – seriam os grandes responsáveis pela expansão da pecuária colonial, de vez que um clima menos úmido e vegetação menos densa facilitaria o pastoreio” (ANDRADE, 1982, p. 169).

O Rio São Francisco e seus afluentes navegáveis permitiu o transporte de mercadorias - inclusive escravos - e o deslocamento de pessoas, o que contribuiu para que se desenvolvessem, na região, importantes rotas e entrepostos comerciais, os quais permitiam a ligação da região das minas com o litoral nordestino. A mineração atraiu para a região central de Minas Gerais um grande contingente populacional e criou uma enorme demanda por produtos agropecuários, que eram fornecidos, em grande parte, pela Região Norte de Minas; que também abastecia Goiás e Cuiabá (CARDOSO, 2000).

Com o declínio da mineração, rompe-se a relação dos “Gerais” com as “Minas”, e a região Norte passa a viver um relativo isolamento em relação ao restante do território mineiro e mesmo do país: a região volta-se para o termo “gerais” utilizado para designar o sertão mineiro, com sua vegetação de cerrado e de transição para a caatinga, e onde se desenvolvem a

pecuária, a agricultura tradicional.

Nogueira (2009) destaca que, com o esgotamento das áreas mineradoras, e com a crise econômica, as fazendas perderam a capacidade de manter os agregados que ali viviam e desenvolviam o trabalho livre, sendo que essa população de homens livres e pobres se dispersaram pelos “gerais”; uma vez que se perde o sentido do monopólio da terra.

Para Rodrigues (2000, p. 106), apesar das crises da economia açucareira e da mineração afetarem a economia norte-mineira, ela se auto sustentava devido a dois fatores principais: 1) o capital empregado na criação de gado se repõe automaticamente, em função crescimento vegetativo do rebanho; 2) a atividade agropecuária estava ligada ao desenvolvimento de uma economia de subsistência, com fraca dependência do mercado, e no momento de crise externa, a produção de alimentos é intensificada.

O isolamento regional implicou um maior desenvolvimento da economia de subsistência, baseada na exploração dos recursos vegetais como madeira, raízes e frutos silvestres, dos recursos animais como a caça e a pesca e dos recursos minerais como o salitre<sup>3</sup>. A exaustão das jazidas de ouro também favoreceu o crescimento relativo da atividade de subsistência, pois um grande contingente populacional, que antes se dedicava à atividade mineradora, passou a se dedicar à exploração agrícola. Oliveira (2000) destaca a importância das culturas de subsistência, que apesar de não entrarem em cálculos de produção e comércio, representavam parte significativa da economia na época.

Esse quase isolamento só será rompido com a inauguração da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, no final do século XIX e com a chegada da ferrovia no início do século XX. A partir daí intensifica-se o comércio entre a região e os grandes centros comerciais, especialmente Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Pela ferrovia chegam mercadorias vindas dos grandes centros comerciais, as quais são distribuídas sertão adentro, e saem mercadorias, principalmente gado, vindas do sertão, com destino aos grandes centros (CARDOSO, 2000, p. 200-204).

De acordo com Fonseca (2012, p. 24) a inauguração, em Montes Claros, do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1926, possibilitou escoar “mercadorias de todo o norte de Minas e Sul da Bahia, e se manteve como principal elo entre as extensas regiões do estado da Bahia e do interior mineiro” ligando essa região ao restante do país que apresentava uma dinâmica econômica e industrial mais efetiva.

Com a valorização do gado, a terra volta a ser objeto de disputa entre fazendeiros e posseiros. Andrade (1982, p. 227-228) enfatiza que, Montes Claros – principal polo econômico e político da região - se desenvolveu como importante centro de comercialização de animais,

porque, além de possuir uma situação geográfica favorável em relação aos centros produtores e consumidores, possuía numerosas fazendas que se dedicavam à engorda e à recria de gado. Anteriormente o gado era transportado a pé, sendo necessário se estabelecer áreas de engorda de animais entre as áreas propriamente de produção e as de consumo. Com o gado viajando de trem até os centros consumidores, os fazendeiros passaram a se especializar na recria e na engorda de gado; adquirindo bezerros desmamados de 12 a 14 meses de idade, que são conservados até a época de abate, e gado adulto, que passam apenas alguns meses para adquirir peso antes de ir para o açougue. Desta forma, há um aumento da produtividade da pecuária, conforme enfatiza o autor:

fazendeiros, comerciantes e industriais, e proprietários rurais de outras áreas passaram, após 1920, a investir na apropriação de terras de mata e a destruir a floresta, plantando gramíneas, cercando áreas e criando gado zebu [...] iniciava-se a ocupação com um sistema de pecuária em cercados, com preocupação com a seleção racial e o estado sanitário do rebanho (ANDRADE, 1982, p. 229-230).

Com a ampliação do mercado e conseqüente valorização do preço da carne, aumenta a preocupação dos criadores de gado em relação a melhoria racial e sanitária do rebanho, introduzindo-se reprodutores zebus para cruzarem com as matrizes crioulas, e utilizando-se remédios e vacinas no controle de doenças e parasitas. Segundo Andrade (1982), remédios contra certas moléstias, praticamente endêmicas, como a febre aftosa, o carbúnculo e a tuberculose, começaram a ser utilizados, e, aos poucos, a veterinária foi substituindo os processos tradicionais de “benzimento”, utilizados pelos criadores desde o período colonial. Cabe ressaltar ainda as mudanças que ocorreram na forma de remuneração dos vaqueiros, com a valorização da carne, os vaqueiros - que anteriormente recebiam em espécie, tendo a possibilidade de se tornar criadores, caso mantivessem os bezerros - passaram a ser remunerados com um salário fixo em dinheiro (ANDRADE, 1982, p. 227).

O crescimento da demanda por carne dos centros urbanos, especialmente Belo Horizonte e Rio de Janeiro, estimulou um grande comércio bovino em Montes Claros, fazendo com que a atividade pecuária se expandisse para áreas ainda vazias na região, através de atividade pecuária de engorda, denominadas invernadas (CARDOSO, 2000).

Segundo Oliveira (2000), tais práticas, denominadas de invernadas, iniciam-se a partir da década de 1950 com fazendeiros de Montes Claros, espalhando-se por toda a região; e ampliando-se nas décadas de 1960 e 1970, com a participação de grupos empresariais de Belo Horizonte e outros centros do país. Foram fundamentais para esse processo, além da intensificação da produção, pelo uso de tecnologia, também a origem social dos fazendeiros e o apoio governamental. São pessoas de um meio urbano mais desenvolvido, que exercem outras

atividades, como comércio ou setor de serviços; e possuem conhecimento, atração por tecnologia e recursos financeiros.

Oliveira (2001), destaca que essa forma de organização social e econômica desenvolvida na Região Norte de Minas, a qual teve em sua base a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, se manteve até o final da década de 1950 sem apresentar alterações estruturais. Ela foi responsável por conferir à região uma característica rarefeita, em termos de povoamento, uma vez que essas atividades requeriam a utilização de extensas áreas e pouca força de trabalho. Desta maneira, os principais povoados se desenvolveram às margens do rio São Francisco e ao longo das rotas comerciais.

Ainda segundo Oliveira (2001) o isolamento regional do sertão norte-mineiro se manteve até meados do século XX, quando a região foi inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, o que, para o autor, deve ser entendido como um marco na história regional, capaz de alterar a trajetória do desenvolvimento territorial. O Estado, através de políticas públicas, concedeu incentivos fiscais e financeiros, possibilitando o desenvolvimento de grandes empreendimentos capitalistas, sobretudo, nas áreas industriais, reflorestamento, irrigação e pecuária.

### **1.5 Redefinição da hegemonia regional e a inserção de novos sujeitos**

A preocupação com o desenvolvimento das diversas regiões do Brasil se intensifica a partir de 1950, a RURALMINAS foi criada em 21 de novembro de 1966 pela Lei Estadual nº 4278 com o intuito de realizar “a colonização e o desenvolvimento rural no Estado de Minas Gerais”. Tinha como principal objetivo executar e incentivar diferentes programas do Estado e particulares em terras públicas ou privadas. Desta maneira a Fundação passou a representar o Estado nos processos de legitimação de propriedade e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas. Cabe frisar que os interesses dessa instituição estavam diretamente ligados à política nacional de Desenvolvimento Rural, articulada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), portanto a RURALMINAS era o órgão responsável pela execução e gerenciamento dos projetos de desenvolvimento rural da superintendência em Minas Gerais.

De acordo com Pereira (2007), a região Norte de Minas esteve à margem do desenvolvimentismo dos anos 1950, tendo ocorrido à ação do Estado, de forma efetiva, apenas em meados da década seguinte, principalmente pelos investimentos em energia e transportes e

pelos incentivos fiscais criados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo o autor, “o desenvolvimentismo representou uma grande esperança: faltava energia não só para a industrialização como também para consumo doméstico, e as estradas da região eram precaríssimas” (PEREIRA, 2007, p. 51).

Até a década de 1950, a maior parte da população da região encontrava-se na zona rural, em atividades agropecuárias e extrativistas, situação que se inverte nas décadas seguintes. Além do processo de urbanização do município, nota-se o aumento da população geral, influenciado pelo processo migratório regional decorrente das expropriações das terras familiares das gentes por profissionais liberais das cidades e mesmo fazendeiros em processo de afazendamento ou de ampliação das terras.

O processo de modernização do Norte de Minas se deu sob intensa mobilização da elite política local. De acordo com Pereira (2007) a elite política norte mineira é formada, em sua maior parte, por empresários, fazendeiros e profissionais liberais.

(...) Os fazendeiros, comerciantes e industriais da região organizaram-se como classe; foram, também, agentes do processo modernizador durante o qual construíram uma ideologia regionalista que, compartilhada pelos mais influentes órgãos da sociedade civil, atraindo e agregando intelectuais como jornalistas, burocratas, tecnólogos, escritores e professores, permitiu a evolução de uma simples ação corporativa, nas décadas de 1940 e 1950, para o exercício da hegemonia nas décadas finais do século XX. O regionalismo, aqui entendido como a mobilização de um grupo social junto às instâncias do Estado, expressa uma ideologia, uma concepção de mundo produzida é necessária a uma classe social que, expandida para o conjunto da sociedade, adquire a natureza de um senso comum (PEREIRA, 2007: p. 10 ).

O Norte de Minas foi incluído na área de atuação da SUDENE em 1963, através da Lei Nº 4.239134. Por intermédio das ações do Estado, principalmente via Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ocorrem mudanças profundas na estrutura socioeconômica da Região Norte de Minas: intensifica-se as relações capitalistas no campo e desenvolve-se um importante parque industrial. Além de garantir, por intermédio do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), incentivos fiscais e financeiros para que os empreendimentos capitalistas se instalassem na Região, o Estado via SUDENE investe significativamente na melhoria da infraestrutura básica: houve a pavimentação de diversas rodovias, o aumento da capacidade instalada de energia elétrica e das redes de distribuição rural, e a interligação da rede de telefonia em todos os municípios (RODRIGUES, 2000).

A RURALMINAS foi criando condições para o processo de privatização das terras devolutas, desalojando os camponeses e implantando um modelo agrícola pautado no desenvolvimento predador das terras:

Assim, a terra dos campos ganhou preço no mercado, e quando se tornou objeto de cobiça de corretores e grileiros, aqueles documentos antigos – formais de partilhas manuscritos, recibos de quitação de impostos fundiários do tempo do Império – perderam sentido. A RURALMINAS, estatal que executava a política fundiária, não aceitava esses documentos; titulava reflorestadoras, empreitava rodovias, coordenava programas, destocava campos, assentava migrantes do sul do Brasil, e havia nisso uma lógica perversa, pois o mesmo órgão redesenhava os domínios e instituía a nova técnica; orientava essas instâncias que costumam ser públicas, mas nem sempre estatais – cartório, banco, assistência técnica –, a adotar a mesma linguagem de mudança: era um único sujeito para ações que depois viriam a ser separadas. A modernização chegava aos sítios com a face da RURALMINAS, mas partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado, a onipresença do Estado autoritário. Não por acaso, a Igreja Católica foi a única agência que enfrentou, então, o projeto modernizador: ela compreendia esses mistérios (RIBEIRO; GALIZZONI, 2007, p. 7).

Costa (2017) enfatiza que as elites políticas locais foram amplamente beneficiadas com a inserção do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE e com a criação da RURALMINAS em 1966, meio pelo qual o Estado protagonizou o processo de expansão da agricultura capitalista no Norte de Minas e contraditoriamente criou as bases para a legitimação da grilagem das terras devolutas.

Pereira (2007) assevera que com a inserção do Norte de Minas na área de abrangência da SUDENE, institucionalmente, ela passou a ser reconhecida e diferenciada das demais regiões do Estado, concernente aos efeitos das políticas de desenvolvimento e investimentos destinados ao combate à seca.

Porto Gonçalves (2000) destaca os aspectos geográficos e históricos que levaram a inserção do Norte de Minas na área de abrangência da SUDENE:

A região do Norte de Minas será geográfica e historicamente conformada por esse contexto histórico (colonial)-geográfico (ecológico): (1) os objetivos de cultivo de cana, inicialmente; (2) as condições de distância geográfica do litoral, isto é, das feitorias e dos portos; (3) as condições ecológicas de semi-áridas em transição para um clima tropical de cerrado, agreste para o cultivo de cana e; (4) o sentido Norte-Sul dos Complexo Espinhaço-Diamantina que condicionou a drenagem, sobretudo do Rio São Francisco e, assim, as condições de acesso à região a partir da colonização do Nordeste brasileiro.

Tanto foi assim que o Norte de Minas foi parte da capitania da Bahia, pelo que tinha situado a leste do São Francisco, e parte da capitania de Pernambuco, pelo que tinha situado a oeste do Velho Chico. Há, portanto, raízes históricas para que o Norte de Minas esteja hoje ligada à SUDENE e não exclusivamente por causa da semi-aridez (PORTO GONÇALVES, 2000).

De acordo com o autor, a inclusão do Norte de Minas na área de abrangência da SUDENE não deve ser explicada apenas por fatores ligados à semi-aridez, é preciso considerar os diversos processos históricos de sua formação.

No campo, a SUDENE financiou a pecuária extensiva, a implantação de perímetros de agricultura irrigada e monocultivos de eucalipto e pinus; sendo que o maior volume dos recursos

foram destinados aos projetos de pecuária de corte e reflorestamento. Os empreendimentos agropecuários, implantados até 1983, tinham um valor médio de 1,46 milhões de dólares e uma área média de 4.261 hectares, beneficiando claramente os grandes empreendimentos e proprietários de terras. Isso incentivou uma maior compra de terras por parte dos grandes proprietários e empresas, que pressionavam os pequenos proprietários a venderem suas terras e expulsavam os posseiros, na medida em que as terras se valorizavam (RODRIGUES 2000).

Nos projetos de reflorestamento se encontravam grandes grupos econômicos estatais, nacionais e estrangeiros. Durante a década de 1970, esses grupos foram agraciados pela concessão de grandes extensões de terras públicas, com o objetivo de produzir matéria-prima (carvão vegetal) para a indústria siderúrgica, o que provocou a expulsão de milhares de posseiros (OLIVEIRA, 2000, p. 55). Dados do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e do IBGE citados por Oliveira (2000, p. 56), apontam para um crescimento de 1.124% das áreas de reflorestamento no período de 1975-1985. Em 1975 existiam 70.898 hectares reflorestados na Região Norte de Minas Gerais. Já em 1985, a área correspondia a 868.075,14 hectares.

No que tange a pecuária extensiva, a SUDENE foi responsável pelo dinamismo, expansão e tecnificação das zonas de invernada (engorda): “até o início dos anos 70, do financiamento feito pela ACAR<sup>11</sup> e Banco do Nordeste, só 9,19% eram para a agricultura; o restante era para pecuária, atividade típica das grandes propriedades” (OLIVEIRA, 2000, p. 55).

Os fazendeiros, que em sua maioria, residiam fora da Região e possuíam atividades profissionais não ligadas à Agropecuária, beneficiados pelos subsídios fornecidos pelo FINOR, implantaram fazendas em áreas em povoamento da região, da mesma forma devastadora das condições ecológicas e concentradoras da propriedade da terra e da renda, que a ocupação na Amazônia e do Centro-Oeste, desalojando os posseiros e destruindo as florestas para a produção de madeiras e de lenha e carvão vegetal e implantação das pastagens (ANDRADE, 1982, p. 198-203).

Se nos três séculos anteriores, o processo de expulsão das populações camponesas se dava pelo conflito direto com os fazendeiros, que possuíam não só o poder econômico, mas também o de fazer justiça com as próprias mãos, a partir dos anos de 1960, essa expulsão

---

<sup>11</sup> A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada em 1948 com o objetivo de desenvolver os serviços de extensão rural em Minas Gerais. Foi antecessora da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), instituída em 1976.

ocorreu pela expansão dos monocultivos, tanto de eucalipto, quanto de pastagens (FONSECA, 2012).

A região passou por intensas transformações, tanto sociais como ambientais, com o arrendamento de terras públicas para empresas de reflorestamento visando à produção de carvão vegetal para o abastecimento das siderúrgicas (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009). Esse processo desconsiderou as populações camponesas que há séculos habitavam a região e resultou na expulsão das mesmas de seus territórios, aumentando as desigualdades socioeconômicas.

Além dos impactos sociais, a região sofreu com diversos impactos ambientais. Estima-se que 50% da vegetação nativa, principalmente nas áreas planas das chapadas, foi derrubada e substituída por monoculturas de Eucaliptos e Pinus. Como consequência, houve considerável perda de biodiversidade, com extinção de espécies nativas; degradação e contaminação de solos e recursos hídricos por agrotóxicos; assoreamento de córregos e rios; esgotamento das fontes e cursos d'água e intensificação das secas na região (CARRARA, 2007; DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009)

Com a expropriação dos camponeses das terras, os mesmos passaram a se organizar sociopoliticamente contando com apoio de sindicatos de trabalhadores rurais e organizações não governamentais para garantir seus direitos territoriais (NOGUEIRA, 2009). Contudo, a reterritorialização muitas das vezes ocorre em áreas degradadas, com pouca vegetação e recursos hídricos escassos, o que requer uma reestruturação do modo de produção camponês.

O Estado por meio de suas instituições (MIRAD/INCRA, SUDENE, ITER) dentre outros, acabou beneficiando um conjunto de sujeitos econômicos que passaram a organizar o território baseado em sua lógica de produção capitalista, conformando o espaço que será alvo de disputas na mesorregião.

## **1.6 Organização da luta posseira no Norte de Minas: CPT, STR e MST**

As mudanças ocasionadas pelo processo de modernização, a ação cada vez mais violenta dos fazendeiros e das empresas de eucalipto que chegaram à região, sobretudo, a partir da década de 1970, contribuíram para romper com a lógica costumeira de uso e ocupação da terra, levando a expulsão dos posseiros. Esses sujeitos utilizavam combinações de técnicas produtivas e ambientes como Chapadas, encostas, vales e veredas para viabilizar o cultivo de alimentos e a criação gado, além de fazer uso do extrativismo de frutas e plantas medicinais. Para Guerra (2001, p. 18), a definição de posseiro compreende o “camponês a caminho de seu

reconhecimento social”, como “camponês em luta pela afirmação de sua identidade”, como um camponês que, consciente de si mesmo, tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político.

A medida em que o processo de expropriação se adensa, também surgem diversos movimentos socioterritoriais e sindicais que passam a atuar na região, como é o caso, especialmente, do Movimento dos Sem Terra (MST), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Bocaiuva- MG (STR) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), visto que foram esses movimentos que promoveram ações articuladas na área empírica de estudo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1963, e os sindicatos a ela vinculados, eram vigiados pelos organismos de repressão do Estado durante a ditadura militar. Nesse contexto, a Igreja passou a desempenhar um papel importante na organização dos camponeses na luta pela terra (MEDEIROS, 2014).

Em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra, cuja luta pela reforma agrária seguia inicialmente os ditames do Estatuto da Terra<sup>12</sup>. Essa organização começa a assessorar a luta posseira. Para Martins (1997b), a CPT, ao ser criada, rompe com o cenário de silêncio e temor da ditadura militar: sua fundação promove o aparecimento de outra forma de luta social, referente aos movimentos camponeses, que apresenta preocupações sociais e políticas, e

[...] proclama que os excluídos e os penalizados pela brutalização política e econômica não perdem a sua condição humana com o desenvolvimento capitalista. E por isso não perdem o direito à aquilo que os faz dignos e humanos, que são as condições da sua sobrevivência. No caso das populações indígenas, os seus territórios. No caso das populações camponesas, o direito à terra. (MARTINS, 1997b, p. 77).

No Norte de Minas a CPT teve papel relevante na mobilização e organização de trabalhadores rurais, conforme relato abaixo do representante da CPT:

*A CPT assessorava os trabalhadores no norte de Minas nesta época, a maioria deles eram posseiros e ocupavam terras devolutas, de outros Santos ou terras de ninguém. Estas terras devolutas estavam sendo griladas pelos grandes latifundiários, pelas grandes reflorestadoras, fato é que ali sempre existiu gente, ali nasceu gente, ali morava gente, eram os posseiros. Quando os grileiros chegaram querendo estas terras sabendo que aqueles moradores não tinham documentos, porque eram terras devolutas e que, portanto, pertenciam ao Estado, eles começaram a empurrar estes posseiros e aí começaram a geração dos conflitos, é claro que na hora em que começavam os conflitos estas comunidades carentes de pequenos agricultores e posseiros que eram nascidos ali ou que os pais viviam ali por muitos anos começaram*

<sup>12</sup>De acordo com Martins (1986), o Estatuto da Terra em certa medida foi aplicado no governo militar, visto que seu objetivo central não seria distribuir terras para os trabalhadores que dela vivem, mas proporcionar o avanço da agricultura empresarial. O estatuto de 1964 definia que o trabalhador que ocupasse a terra devoluta pelo período de um ano teria preferência na sua aquisição. A Lei n. 6.383 de 1976 previa que o posseiro que residisse e cultivasse por um ano tornava legítimo possuir cem hectares. Mas o novo Estatuto da Terra dos militares redefiniu a ocupação, que deveria ser de três anos para adquirir o direito legal sobre a terra, tornando ainda mais difícil esse ato, devido às condições precárias.

*a nos procurar através da paróquia. A gente recebia a notícia então a CPT tinha este trabalho de organizar, assistir e acompanhar estes trabalhadores para que se tornassem os próprios sujeitos de sua história. Orientando estes trabalhadores sobre os seus direitos, este é o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (REPRESENTANTE CPT, apud SOUZA, 2019).*

A CPT foi um mediador essencial na articulação e na luta pela terra dos trabalhadores rurais no Norte de Minas. Nesse momento inicial de luta pela terra, os sujeitos que participaram do processo eram antigos posseiros, que detinham a posse da terra, mas não detinham a propriedade oficial da mesma. Valendo-se dessa situação, grileiros, fazendeiros e reflorestadoras apresentavam títulos de origem fraudulenta e requeriam a propriedade da terra, processo pelo qual emergem os conflitos territoriais a partir dos anos 1970.

Nesse contexto de organização camponesa pela CPT, foram de suma importância as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pois a partir delas várias lideranças se formaram, atuando posteriormente tanto nos sindicatos quanto em movimentos sociais como o MST, constituindo-se como lugar de debate e de formação política, pois tinham mais liberdade nas discussões devido ao menor controle por parte dos militares. A atuação das CEBs se dava principalmente nas periferias das cidades e em áreas rurais onde se encontravam os posseiros.

A década de 1980 é o momento de transição para a “Nova República”, que foi precedida por um pacto político, que configura igualmente um pacto de classes em 1984. A ditadura civil-militar foi sustentada por uma articulação entre setores da burguesia, grandes proprietários do Sul e do Sudeste, a classe média, setores do “sindicalismo pelego” e os militares, mas entra em colapso ao final da década de 1970 devido aos conflitos entre esses segmentos do poder e o conjunto de conflitos e manifestações que surgem no campo e nas cidades (greves, depredações, ocupações de terras), concorrendo para a proposição de outro pacto político que fundamentaria o governo democrático de 1985 (MARTINS, 1986). Nesse momento de transição para a democracia, foi criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD), já no primeiro governo civil, em 1985, e teve início o 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de trabalhadores em áreas desapropriadas, colonização e regularização fundiária, além de propor a participação de representações dos trabalhadores, mas essas premissas foram contestadas pelos representantes dos proprietários de terra que se organizaram na época, sobretudo pela União Democrática Ruralista (UDR), alegavam a defesa extrema do direito de propriedade, proposta essa que se tornou vencedora.

O MST foi fundado no ano de 1984, a partir de organizações e estratégias de ocupações que já vinham acontecendo no campo brasileiro, onde ocorreu seu 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Nesse encontro foi acordado que o movimento teria três objetivos

principais: lutar pela terra, lutar por mudanças sociais e lutar pela reforma agrária. A partir das orientações desse primeiro encontro, foi realizado o 1º Congresso Nacional, no ano de 1985, na mesma cidade. Foi nesse último evento que as diretrizes e estratégias para viabilizar a ocupação de terras foram traçadas, onde os principais lemas foram estabelecidos: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única Solução” (MST, 2019).

A partir da luta de militantes do movimento e de sindicalistas em 1988 é aprovada a nova constituinte com os artigos 184 e 186 que se refere a desapropriação de terras caso não cumpram sua função social:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Segundo Fernandes (2000), a atuação do MST em Minas Gerais iniciou-se nas regiões do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha. A CPT fazia o trabalho com as famílias dos sem-terra e enviou dois representantes dos trabalhadores para participar do 1º Congresso do MST, em 1984, a fim de adquirir experiência de organização e novas estratégias de lutas pela terra, utilizadas pelo MST em outras regiões do país.

Em 1985, no Encontro Estadual do MST, realizado na cidade de Belo Horizonte, ficou decidido que as ações de ocupação de terra pelo movimento, em Minas Gerais, ocorreriam no Vale do Mucuri e Jequitinhonha. Com os incentivos dos dirigentes do MST de Santa Catarina e da Bahia e com o apoio das CEBS e da CPT, em 1987, o MST realizou um encontro regional em Teófilo Otoni. No ano seguinte, em 1988, cerca de 400 famílias do MST ocuparam a Fazenda Aruenga, no Município de Novo Cruzeiro. Após efetivarem várias ocupações na região do Vale do Mucuri e na região do Vale Jequitinhonha, o MST expandiu-se para o Noroeste e para região do Triângulo Mineiro, em 1989, e para o Norte de Minas, em 2002

(FERNANDES,2000).

A luta posseira a partir daí não cessou, ao contrário, cresceu exponencialmente com aumento significativo no número de ocupações e conflitos por terras na região, e- “[...] além das ocupações de terra, o movimento promove a espacialização de outras práticas que envolvem a luta pela terra, mas que refletem o caráter mais amplo de suas premissas” (GOMES; CLEPS JÚNIOR 2006, p. 157).

Outro ator importante na questão agrária é o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITERMG), que foi criado pelas Leis no 13468 de 17/01/2000 e no 14084 de 06/12/2001, transferindo atribuições que eram exercidas pela RURALMINAS.

### **1.7 Formas de organização e movimentos sociais no Norte de Minas**

Os movimentos sociais possuem diferentes estratégias de luta, com destaque as ocupações de terras e acampamentos, os quais podem vir a se tornar assentamentos. Estas formas de organização serão mais bem detalhadas a seguir.

Uma das formas de organização empreendidas pelos movimentos sociais são as chamadas *ocupações*, que correspondem a “(...) ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em propriedades rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social” (CPT, 2021, p. 11).

De acordo com Fernandes (2001, p.10), as ocupações de terra compreendem uma das formas de os sem-terra espacializarem sua luta, constituindo igualmente um mecanismo de reprodução do campesinato, face ao processo desterritorizador empreendido pelo capital, embora ao conquistarem a terra os trabalhadores reinsiram-se “na produção capitalista de relações não-capitalistas de produção” (MARTINS, 2010) de maneira subordinada, visto que, para Martins, “o próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção, numa coexistência de tempos sociais de datas entre si diversas” (2010, p. 22). É por esse motivo que:

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Neste caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos a sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado (MARTINS, 2010, p. 21).

As ocupações de terra são resultado de experiências acumuladas em várias lutas travadas pelas diversas categorias dos trabalhadores contra o poder excludente e hegemônico do capital. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. Fernandes (2001) propõe alguns tipos de ocupações tomando como referência os seguintes elementos: *A propriedade da terra*, *as formas de organização das famílias* e *os tipos de experiências*. Quanto à organização dos grupos de famílias, apresenta duas modalidades de movimentos: *isolados* e *territorializados*. Estes são construídos por trabalhadores estruturados em sindicatos ou movimentos sociais, recebendo apoio político-econômico de distintas instituições de maneira conjunta ou separada, estabelecendo articulações ou alianças.

Os *movimentos isolados* e os *movimentos territorializados* têm como referência a organização social e o espaço geográfico. No primeiro movimento possui uma organização territorial circunscrita por circunstâncias próprias aos movimentos, atuando em lugares diferentes do espaço a partir de lutas de resistência frente ao latifúndio, construindo, dessa maneira, sua territorialidade. O movimento social territorializado, por sua vez, se organiza pela atuação simultânea em diferentes pontos do território, o que permite espacializar a luta pela terra e conquistar novas frações territoriais, sendo que um movimento isolado pode vir a se tornar um movimento territorializado em decorrência do grau e da natureza de organização que assume no território, compreendendo a lógica da sociedade capitalista, suas contradições e desigualdades (FERNANDES, 2001).

As ocupações possuem três tipos de experiências: *espontâneas e isoladas*, *organizadas e isoladas*, *organizadas e especializadas*. As ocupações *espontâneas e isoladas* são formadas por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, pela própria necessidade passam a constituir um movimento social de caráter espontâneo. As ocupações *organizadas e isoladas* são constituídas por pequenos grupos ou grupos maiores de famílias, formam o movimento antes de ocuparem a terra, realizam um trabalho de base por meio de reuniões, o movimento pode findar ou consolidar com a conquista da terra. *As ocupações organizadas e especializadas* são grupos que possuem experiências de luta em outros lugares. Estão contidos em um projeto político mais amplo que congrega outras lutas (FERNANDES, 2001).

Com base nas práticas de lutas, nos processos de espacialização e territorialização, é possível definir dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva*. A principal diferença entre esses dois tipos de ocupação está no fato que no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos,

massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias. Uma ocupação de uma área determinada pode se transformar em uma ocupação massiva, não só pela quantidade de famílias que participam, mas por causa do desdobramento da luta. No primeiro tipo a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar apenas a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicar a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para conquistar uma outra área. (FERNANDES, 2001).

De acordo com a Tabela 2, a mesorregião Norte de Minas figura em segundo lugar em número de ocupações e de famílias em Minas Gerais, são 222 ocupações e 19.431 famílias em ocupações.

Tabela 2 – Minas Gerais- Número de ocupações e famílias por mesorregião, 1988-2016

<b>Classificação</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Nº de ocupações</b>	<b>Nº de famílias</b>
1º	Triângulo Mineiro	258	24.585
2º	Norte de Minas	222	19.431
3º	Noroeste de Minas	120	12.364
4º	Vale do Rio Doce	62	8.961
5º	Jequitinhonha	39	4.455
6º	Metropolitana de Belo Horizonte	32	3.946
7º	Sul/Sudoeste de Minas	22	2.359
8º	Oeste de Minas	12	1.205
9º	Vale do Mucuri	9	1.135
10º	Zona da Mata	4	427
11º	Central Mineira	4	160
<b>Total</b>		<b>784</b>	<b>78.778</b>

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (2016).

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Atualmente, no Norte de Minas existem diferentes movimentos que apoiam e organizam conjuntamente a resistência ao processo de apropriação privada da terra pelo capital. Convém destacar que os movimentos socioterritoriais modificam-se ao longo do tempo, contudo na mesorregião Norte de Minas, o MST ainda continua sendo o principal movimento

socioterritorial de luta pela terra conforme mostra informações contidas no relatório Dataluta do ano 2016. Quadro 1 evidencia os movimentos e organizações que atuam na luta pela terra Norte de Minas.

Quadro 1 – Movimentos e organizações que atuam na luta pela terra Norte de Minas.

<b>ACRQBC</b> – Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos
<b>ACRQ</b> – Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
<b>CAA</b> – Centro de Agricultura Alternativa
<b>CONTAG</b> – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPT</b> – Comissão Pastoral da Terra
<b>FETAEMG</b> – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
<b>LCP</b> – Liga dos Camponeses Pobres
<b>LCPNM</b> – Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
<b>LOC</b> – Liga Operária e Camponesa
<b>MLSTL</b> – Movimento Libertação dos Sem-terra (MLST de Luta)
<b>MST</b> – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MPP</b> – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
<b>STR</b> – Sindicato de Trabalhadores Rurais (Local)

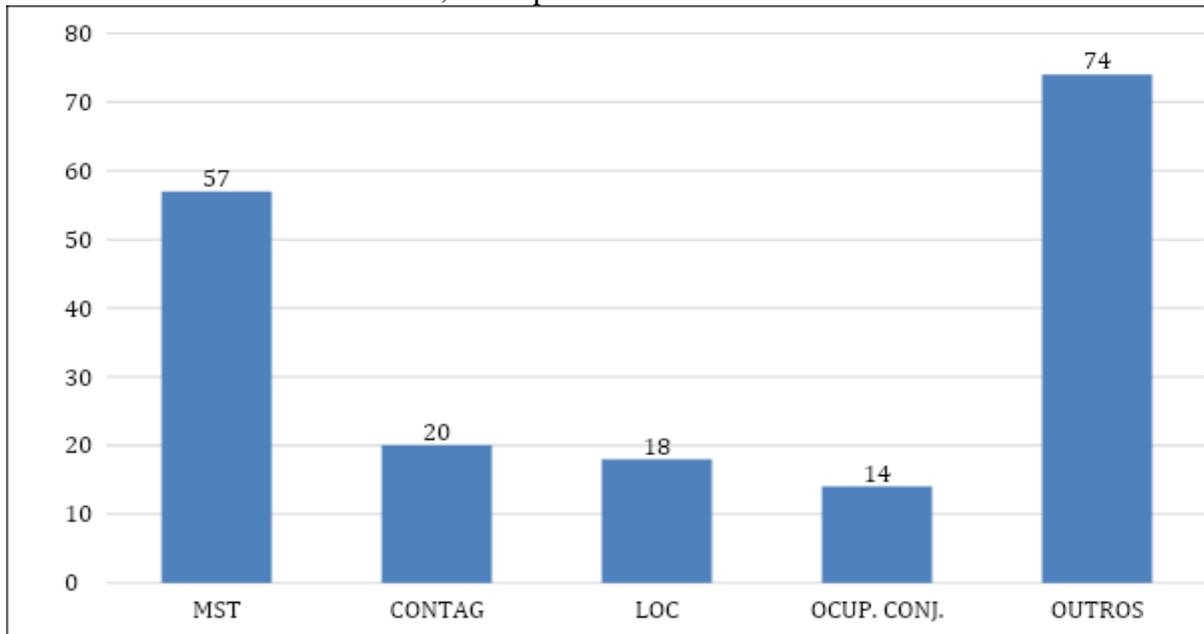
Fonte: Relatório Dataluta (2016).

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Montes Claros é o principal município em número de ocupações, com 17 ocupações; seguido de São João da Ponte, com 16 ocupações; Porteirinha com 13 ocupações e Varzelândia com 12 ocupações. Capitão Enéas, Manga, Matias Cardoso e Verdelândia oscilam entre 10 e 11 ocupações; os demais municípios variam entre 1 e 9 ocupações.

Conforme evidencia o gráfico 1 (a seguir), o MST foi responsável pela organização de 57 ocupações; a CONTAG por sua vez, realizou 20 ocupações; a LOC conduziu 18 ocupações; 14 ocupações conjuntas e outros movimentos sociais organizaram 74 ocupações. É importante destacar que algumas dessas formas de resistência ocorreram conjuntamente, tais como entre MST e Contag etc.

Gráfico 1 – Norte de Minas; Principais Movimentos Socioterritoriais -1988-2016



Fonte: Relatório Dataluta (2016).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Os assentamentos rurais aqui estudados advêm de processos de luta pela terra, tais como ocupações e acampamentos. De acordo com a CPT, “os acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas reivindicam assentamentos” (CPT 2020, p. 15).

Para Fernandes (2001), o acampamento corresponde ao espaço de luta e resistência e igualmente espaço interativo e comunicativo, congregando as três dimensões do espaço de socialização política. De acordo com Sigaud (2005), a ocupação de terras para nelas montarem acampamentos se tornou, a partir de 1980, a principal estratégia utilizada pelos movimentos sociais para reivindicar a reforma agrária no país. Esses espaços de resistência são mais do que um local de reunião de indivíduos para reivindicar a desapropriação de terras, visto que manifestam:

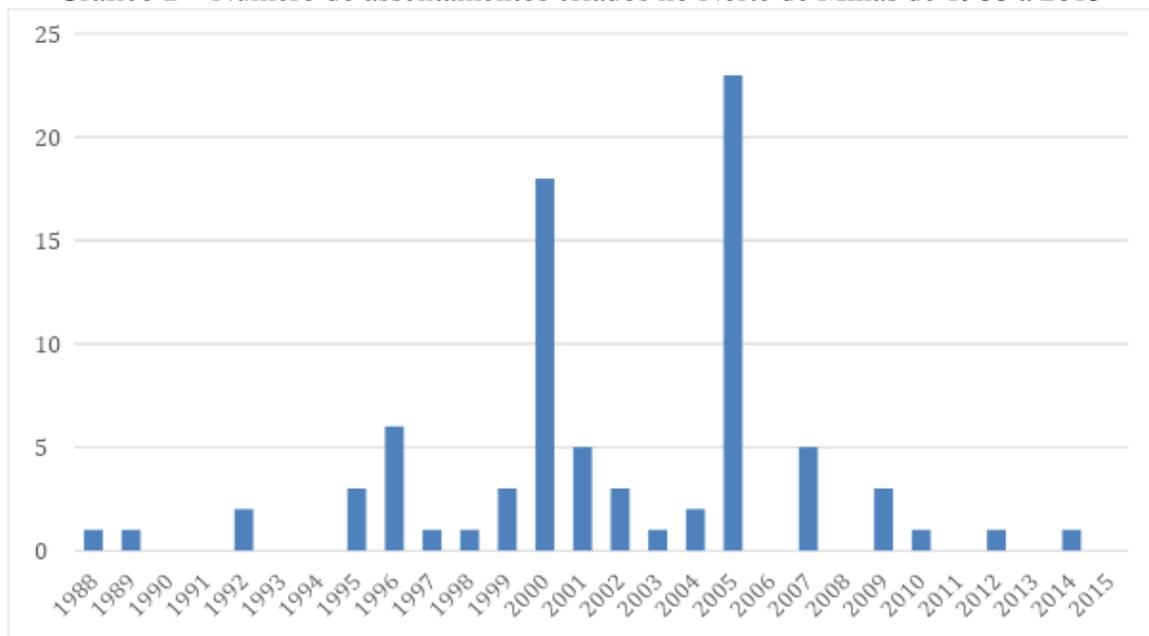
técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* (SIGAUD, 2005, p. 260).

Os assentamentos Dois de Junho e Orion advêm de um longo processo de luta pela terra, o tempo de resistência desses sujeitos compreendeu 7 e 5 anos respectivamente. Um elemento comum entre os assentamentos estudados são as formas de violência vivenciadas pelos sujeitos, ação de jagunços a mando dos fazendeiros para intimidar os acampados e expulsá-los, no caso do PA Orion, a situação de violência chega ao extremo com o assassinato de uma liderança na

época do acampamento.

No que se refere às formas de obtenção de terras para a Reforma Agrária na mesorregião, informações do Sipra (2020) apontou com base nos dados acumulados entre 1985-2020, que a maioria foi por meio da desapropriação o que corresponde a 52 assentamentos (64,2%), seguida pelo reconhecimento que perfaz o total de 29 assentamentos ou seja (35,8%). O Gráfico 2 apresenta o número de assentamentos criados no Norte de Minas de 1988 a 2015.

Gráfico 2 – Número de assentamentos criados no Norte de Minas de 1988 a 2015

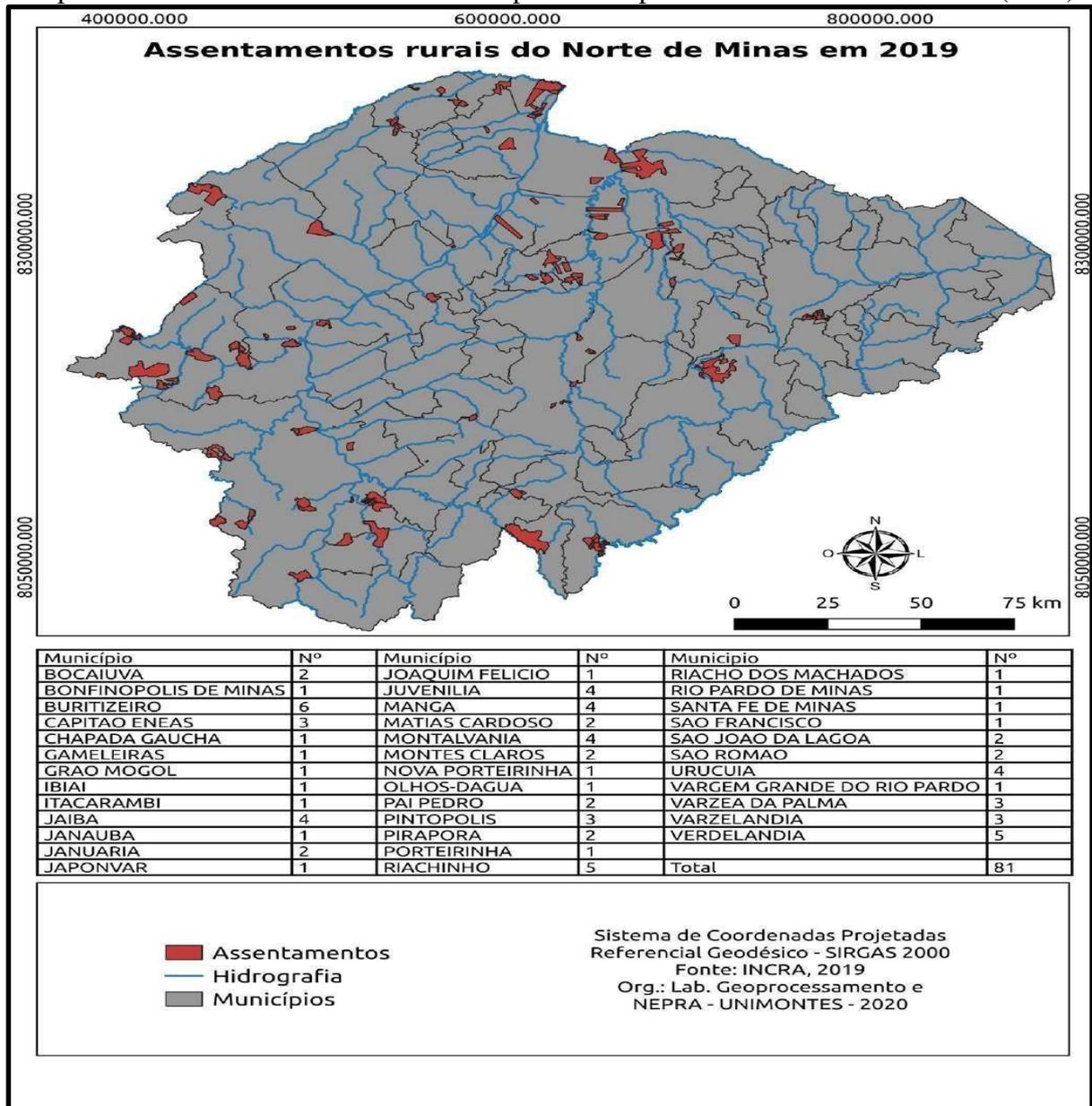


Fonte: SIPRA (2020).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

De acordo com o Atlas da questão Agrária do Norte de Minas<sup>13</sup> (2021), nos 89 municípios que compõem a mesorregião Norte de Minas existem 81 assentamentos de reforma agrária sendo que os municípios com maior número de assentamentos são: Buritizeiro (6); Riachinho e Verdelândia(5); Juvenília, Montalvânia, Jaíba e Urucuaia (4);Varzelândia, Várzea da Palma, Capitão Enéas e Pintópolis (3). Os demais possuem de 1 a 2 assentamentos criados por município como mostra o mapa a seguir.

<sup>13</sup> Em 2017 o IBGE apresentou uma nova Divisão Regional do Brasil; as unidades mesorregionais e microrregionais receberam novas denominações são respectivamente as Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas.O objetivo da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas é para subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas e disponibilizar recortes de dados estatísticos e geocientíficos. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Já as Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017). Neste estudo utilizaremos a denominação de mesoregião. <https://biblioteca.ibge.gov.br.Acesso> 06\06\2023.

Mapa 3 - Número de assentamentos rurais por municípios do Norte de Minas Gerais (2019).



Os municípios de Olhos - d'Água e Capitão Enéas, espaço empírico de nossa pesquisa, possuem respectivamente 1 Assentamento com 10.062 ha e 100 famílias assentadas; e 3 Assentamentos com 2.353 ha e 85 famílias assentadas.

Os assentamentos rurais são classificados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em fases que vão de 01 a 07, como apresentado no quadro 2.

Quadro 2 – Fases de criação de assentamentos rurais pelo INCRA

A) Obtenção	1) Pré-projeto de assentamento	2) Assentamento em criação	3) Assentamento criado
4) Assentamento em instalação	5) Assentamento em estruturação	6) Assentamento em consolidação	7) Assentamento consolidado

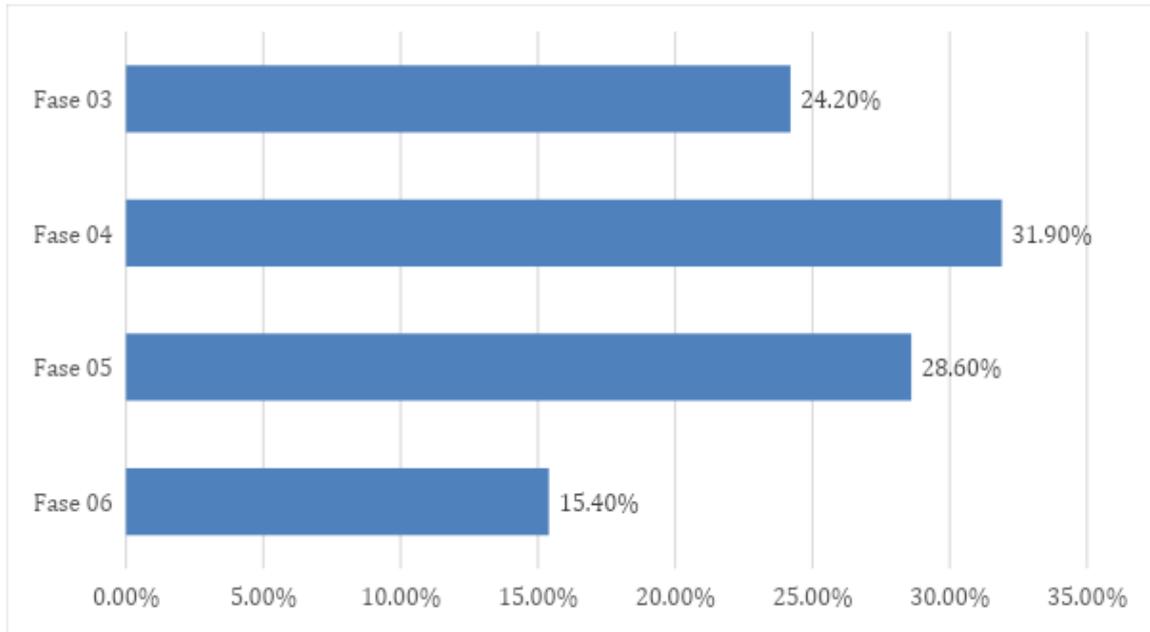
Fonte: INCRA (2019).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Esses estágios demonstraram as condições de infraestrutura e desenvolvimento dos assentamentos rurais. Durante esse período, o assentado tem a possibilidade de receber créditos disponibilizados pelo INCRA e fazer parte de programas específicos da reforma agrária. Nesse momento, a terra ficava sob sua posse em caráter provisório, através de um Contrato de Concessão de Uso (CCU).

Quando o assentamento é considerado consolidado, pode ser emancipado, ou seja, passa a pertencer legalmente ao assentado, mediante quitação de sua dívida com o Estado. Nesse caso, o título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado tem condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais. (INCRA, 2015).

O Gráfico 03 aponta que 22 assentamentos do Norte de Minas encontram-se na fase 3, o que corresponde a 24,2% dos PAs. São assentamentos que estão na fase inicial e enfrentam uma série de dificuldades, para terem acesso a água, moradia, demarcação dos lotes etc. A maior parte dos projetos de assentamento da mesorregião encontram-se na (fase 04) ou seja são 29 assentamentos em instalação, perfazem 31,9% dos PAs. Na fase 05 (assentamento em estruturação) são 26 assentamentos, o que corresponde a 28,6%. Já os assentamentos em consolidação (fase 06) perfazem o menor número, 15,4%, ou seja, são 14 assentamentos. Vale ressaltar que o Norte de Minas não possui assentamentos classificados nas fases 01,02 e 07.

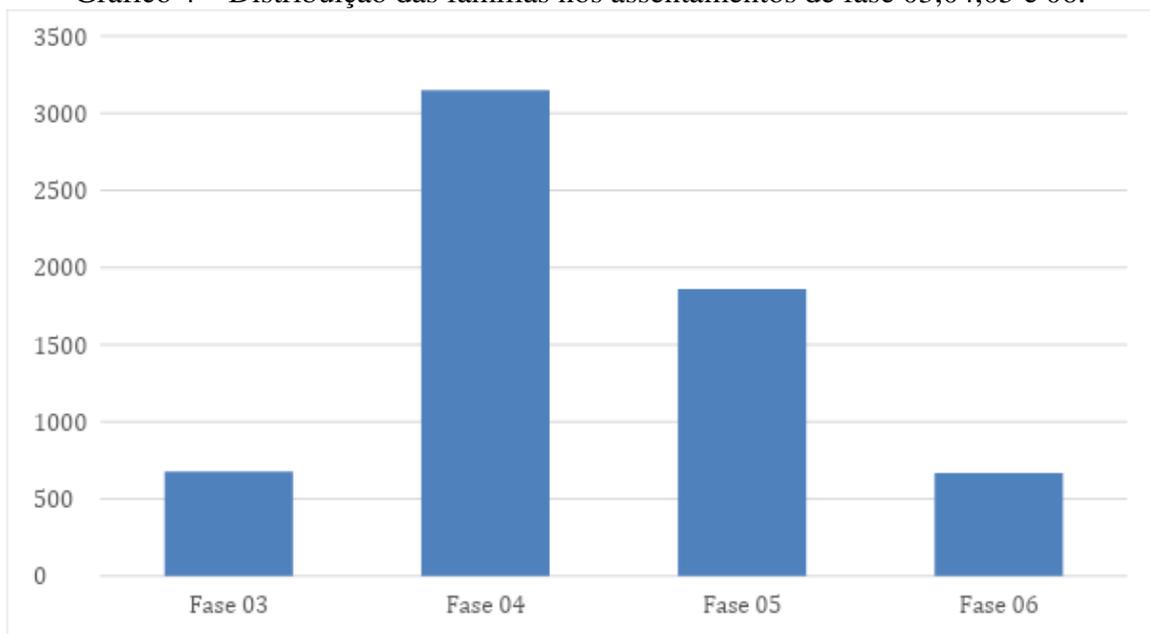
Gráfico 3 – Distribuição dos assentamentos de acordo com fases de implantação Norte de Minas



Fonte: INCRA (2021).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Os assentamentos do Norte de Minas que estão nas fases 4 e 05 concentram maior número de famílias assentadas 3149 e 1862, respectivamente, enquanto os assentamentos que estão nas fases 03 e 06 apresentam a menor quantidade 677 e 667 famílias assentadas respectivamente. O Gráfico 4 evidencia a distribuição das famílias nos assentamentos de fase 03,04,05 e 06.

Gráfico 4 – Distribuição das famílias nos assentamentos de fase 03,04,05 e 06.



Fonte: INCRA (2021).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Diante das etapas de construção dos assentamentos rurais criados pelo INCRA e considerando as especificidades do objeto de estudo, a pesquisa em questão tem como foco os assentamentos da mesorregião Norte de Minas que estão na fase 06, ou seja, considerados como assentamentos em consolidação.

## **2. ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORTE DE MINAS: DA LUTA PELA TERRA A LUTA PARA PERMANECER NA TERRA**

Os assentamentos rurais podem ser analisados por muito diferentes perspectivas - por um lado, temos as burocracias estatais que delimitam o tamanho da área desapropriada, a divisão dos lotes, o número de famílias beneficiadas, etc. por outro, os assentamentos são espaços sociais constituídos por meio da luta e embate entre os diferentes atores sociais, diferentes visões de mundo e também formas e sentidos de uso do território. Soma-se a isso a perspectiva simbólica desses espaços e também a realidade dos espaços locais/ regionais onde os assentamentos estão inseridos.

Carvalho (1999) compreende que o assentamento se refere ao conjunto heterogêneo de famílias de trabalhadores rurais que vivem e produzem em um determinado imóvel rural desapropriado ou adquirido pelo Estado, para que se faça cumprir os dispositivos constitucionais da reforma agrária. Dessa forma, o projeto de assentamento é um produto formal resultante de um ato administrativo. Entretanto, também é produto de lutas sociais que se desenvolvem por um período longo em busca da redistribuição da terra. Com efeito, o assentamento seria um ponto de inflexão histórica, visto que sua criação implica por um lado, no encerramento de um determinado processo político-social marcado pelo monopólio da terra e pelo conflito, e por outro, uma nova organização social, econômica, política e ambiental na área destinada ao assentamento.

Nesse novo espaço “plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem-terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra” (CARVALHO, 1999, p. 8). Esse processo transitório entre desapropriação e assentamento cria um artificialismo com o parcelamento da terra, a construção de estradas, a definição da área destinada às moradias etc. Inicia-se uma outra estrutura política e ideológica pela construção das associações, cooperativas, igrejas, pelas relações de vizinhança, dentre outras, permeadas pelo consenso e/ou conflito. Constituem-se novas relações com o poder público, movimentos sociais, sindicatos e demais sujeitos. Por fim, o autor aponta que nos assentamentos não estão “os assentados”, e sim indivíduos distintos, que possuem uma biografia na qual está manifesta a diversidade de experiências que seu viver dialeticamente o/com mundo lhe proporcionou.

Para Mitidiero Junior (2008), o assentamento “é lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta”. O autor compreende o assentamento rural como um território conquistado através da luta pela terra, onde são criadas e recriadas novas e antigas

relações sociais, possíveis de transformações. Compreendemos os assentamentos rurais como uma fração de um território apropriado pelos camponeses, configurando-se como um espaço de luta, resistência e recriação do campesinato em suas várias dimensões sociais, econômicas, e políticas.

De acordo com Oliveira (1999) e Thomaz Jr. (2001), os assentados da reforma agrária possuem um perfil de trabalho não só rural. Além disso, as condições de conquista da terra, não garante totalmente a sobrevivência por meio do trabalho da terra, por ser a reforma agrária incompleta, fazendo com que os assentados desenvolvam outros tipos de ocupação.

Assentamentos rurais podem ser definidos como unidades de produção, criados por meio de políticas públicas de estado (principalmente federais), envolvendo a distribuição de terras a trabalhadores rurais; terras estas obtidas por diferentes mecanismos: desapropriação por interesse social; compra e doação ou mesmo utilização de terras públicas. De acordo com Medeiros (2003, p. 77), as intervenções que deram origem aos atuais assentamentos em todo país,

(...) se voltaram para áreas de conflito de tensão social e, como tais também recobriram situações bastante diversificadas: regularização de áreas ocupadas (...) por posseiros, fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra, na qual viviam como rendeiros, agregados; destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo MST, pelos sindicatos ou por outras entidades, acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado, preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos agroextrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam (...), realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos etc. (MEDEIROS, 2003, p. 77).

Os beneficiários diretos dos assentamentos possuem em geral origem diversificada. De acordo com Leite et al. (2004), do ponto de vista da inserção produtiva, encontram-se posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores rurais empobrecidos, que optaram por ocupações como forma de acesso à terra; produtores atingidos por obras públicas (barragens e hidrelétricas); seringueiros que passaram a resistir aos desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais; populações de periferia urbana (com origem rural), além de aposentados que viam no assentamento uma forma de complemento de renda.

Ainda de acordo com os autores (LEITE *et al.*, 2009, p. 11), para além da resolução pontual de um conflito, a criação dos assentamentos e a “(...) nova condição de assentado resulta de uma trama de processos complexos e conflituosos tecida por diferentes atores da estrutura do Estado e da sociedade civil”.

(...) a partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma

nova inserção na dinâmica política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas “novidades”, impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcada predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar (...) pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião e com os espaços de lazer (LEITE *et al.*, 2004, p. 65).

A apropriação é uma das características inerentes ao território de modo geral, ao apropriar do novo espaço, os assentados passam a dotá-lo de suas práticas de trabalho e de vida,

(...) se num primeiro momento, os assentamentos aparecem como verdadeiros enclaves sociais, sob a estreita responsabilidade e controle do executivo federal, a sua simples presença implica em uma ampliação do campo de forças com quem podem dialogar, disputar atenção ou mesmo se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente (LEITE, *et al.*, 2009, p. 10).

A formação dos assentamentos propicia alterações nas relações de poder, por se tratar de uma área de conflito fundiário, quer envolvendo resistência, quer ocupação de terras, o simples fato de ocorrer uma desapropriação e a conseqüente criação do assentamento significa o reconhecimento do conflito por parte do estado, que se concretiza na sua intervenção mediante desapropriação (MEDEIROS, 2003).

Para a esfera local do poder público a “(...) criação dos assentamentos também tem colocado desafios (...) na medida em que a ela cada vez mais se dirigem reivindicações ligadas à infraestrutura básica (...) saúde e educação, condições para escoamento da produção, etc” (LEITE, *et al.*, 2009, p. 10). Leite *et al.* (2004, p. 65) destacam que:

(...) ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (...) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado. (...) O Estado assegura o acesso à terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal – escolhendo produtos definidos como “de mercado”, usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados e assim por diante. Em contrapartida, o Estado compromete-se a assegurar condições ao assentado para que produza dentro desses limites.

Ao mesmo tempo em que podem ser vistos como ponto de chegada de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer (LEITE *et al.*, 2004). Pontos de “chegada” e “partida” que se entrecruzam na relação e tensão entre o Estado, os movimentos sociais e as famílias assentadas, ações políticas e políticas públicas, sonhos e realidades.

Cada assentamento possui uma trajetória de luta, uma especificidade em relação a sua criação, contudo, o ponto em comum desses territórios é que eles se formam a partir das dimensões da luta pela terra. Como resultado da ação de trabalhadores ou instituídos institucionalmente, esses espaços representam “(...) um ponto de partida para novas demandas

daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente” (LEITE, 2004, p. 11).

A precariedade imposta pelo Estado e vivenciada pelas famílias assentadas, que em geral precisam aguardar por longos anos para a construção das moradias, para o acesso a crédito, água encanada e energia elétrica; soma-se a rupturas e fragmentações das ações implementadas pelo Estado nos assentamentos.

Mesmo diante de todas as dificuldades com a precarização das políticas agrárias no Brasil, o campesinato assentado segue firme, ainda que muitos tenham ficado pelo caminho e outros sigam largados à própria sorte. Seguem lutando e resistindo em seus territórios de vida e trabalho “por mais que seja prenhe de dificuldade, e que a pobreza ainda seja generalizada, o acesso à terra provocou rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado” (LEITE *et al.*, 2004, p. 261).

A partir de tais considerações e constatações, a intenção do presente capítulo é avaliar as condições dos assentamentos que constituem nosso objeto empírico de investigação, reconhecendo as suas especificidades dos municípios em que estão localizados e mesmo as particularidades dos espaços por eles ocupados.

## **2.1. Características dos Municípios de Olhos - d'Água e Capitão Enéas**

A localização é um importante elemento da Geografia, e compreender o território no qual os assentamentos estão inseridos é de fundamental importância para análise da produção e comercialização dos assentados.

De acordo com IBGE(2021), o município<sup>14</sup>de Olhos - d'Água faz parte da mesorregião Norte de Minas, tem as seguintes coordenadas Latitude Sul, 17° 23' 48" e 43° 34' 31" de longitude Oeste, ocupa uma área de 2.092,078 km<sup>2</sup>, e faz divisa com os municípios de Engenheiro Navarro e Itacambira. A sede municipal fica distante cerca de 94 km de Montes Claros. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o município contava com 5.267 habitantes e a densidade demográfica era de 2,5 hab./km<sup>2</sup>. A população estimada para o ano de 2022 é de 6.243 e o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,626.

O município de Capitão Enéas, que também integra a mesorregião Norte de Minas, está posicionado na latitude 16° 42 '08"S, longitude: 43° 42' 39" W, inserido na Bacia do Rio Verde

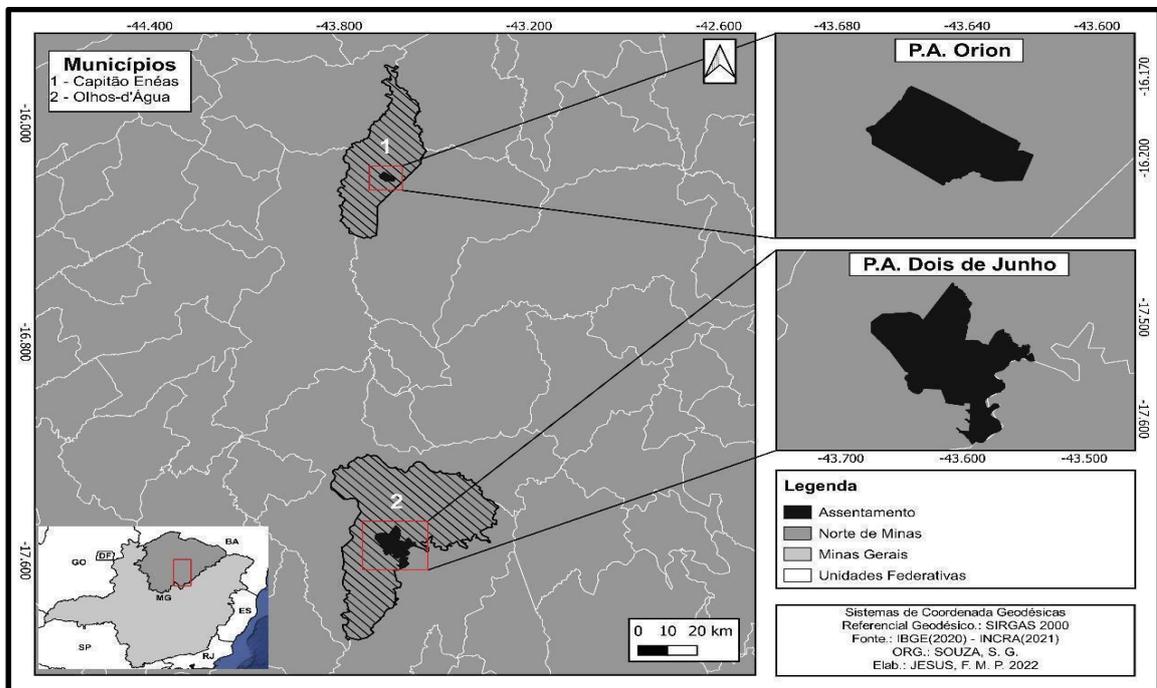
---

<sup>14</sup> Quanto aos aspectos físicos de acordo com dados do (PDA, 2007) o clima predominante no município é o tropical de savana, com chuvas concentradas entre os meses de outubro a abril, e um período seco mais crítico que se estende entre os meses de junho a agosto.

Grande, região semi árida, onde a falta de água constitui-se em um fator limitante para a produção agrícola. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o município tinha uma população de 14.206 habitantes sendo que em 2022 a população estimada é de 15.388 área de 971,576 Km<sup>2</sup> e o índice de desenvolvimento Humano é 0,639.

O município se enquadra geologicamente no Grupo Bambuí. A paisagem cárstica se resume a quatro feições geomorfológicas: “planícies”, “depressões”, “patamares” e “serras” (Catena Ambiental 2012). O mapa 4 apresenta a localização dos municípios de Capitão Enéas e Olhos D’água, e dos assentamentos Orion e Dois de Junho.

Mapa 4 – Localização dos municípios de Capitão Enéas e Olhos - d’Água, e dos assentamentos Orion e Dois de Junho



Conforme a Prefeitura Municipal de Olhos - d’Água (2022), a história do município encontra-se diretamente ligada à de outros municípios como Bocaiúva, Montes Claros e Diamantina. A região foi povoada em função das atividades mineradoras e do estabelecimento das grandes fazendas de gado<sup>1</sup>. O distrito<sup>15</sup> foi criado com a denominação de Santana de Olhos D’Água, pela lei provincial nº 1563, inicialmente foi subordinado ao município de Montes Claros, sob o qual permaneceu até 1923. Com a lei estadual nº 843, o distrito de Santana de Olhos - d’Água tomou a denominação de Olhos - d’Água e foi transferido do município de Montes Claros para o de Bocaiúva, sendo desmembrado deste último em 1995, quando foi

<sup>15</sup> Informações disponíveis no site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/olhos-dagua/historico>. Consulta realizada em 10/04/2022.

elevado à categoria de município com a denominação de Olhos - d'Água, pela Lei Estadual (nº 12030, de 21/12/1995).

Por sua vez, o município de Capitão Enéas tem sua origem nas décadas de 1940 e 1950, após a construção da rodovia Rio-Bahia, a implantação da rota fluvial do São Francisco, de Pirapora (MG) a Juazeiro (BA), e a construção da ferrovia Central do Brasil, que mobilizaram grandes massas populacionais para o Norte de Minas.

Assim, no ano de 1946, foi fundado o município de Burarama de Minas (hoje denominado Capitão Enéas, em homenagem ao seu fundador), pela força do empreendimento madeireiro na região, liderado pelo Capitão Enéas Mineiro de Souza, responsável pela construção da ferrovia no trecho de Montes Claros a Monte Azul. Em sua chegada, o Capitão instalou sua primeira serraria na então Fazenda Burarama, onde já residiam os negros da comunidade do Sapé, impulsionando o desmatamento intenso das florestas da região para atender à demanda das obras da ferrovia (CABRAL, 1985; DUQUE-BRASIL, 2012)

De acordo com informações do Censo Agropecuário de 2017, o município de Olhos D'Água possui 890 estabelecimentos agropecuários que ocupam 150.495 hectares, desse total 518 estabelecimentos agropecuários pertencem a produtores individuais. Segundo Fernandes (2016), esse tipo de agricultura é caracterizado pela produção da renda predominantemente resultante do trabalho dos membros da família e, difere da agricultura de base capitalista, uma vez que produz alimentos para o autoconsumo, além de fornecer os gêneros alimentícios de qualidade para a população.

Quanto à produção agrícola de acordo com as informações coletadas pelo Censo Agropecuário de 2017<sup>16</sup>, o município apresenta diversidade produtiva: a Cana-de-açúcar, representa a maior produção 4.213 toneladas, sendo que 327 estabelecimentos praticam tal cultura. O cultivo da mandioca está presente em 667 dos estabelecimentos agropecuários com 295 toneladas; a melancia está presente em 227 estabelecimentos com produção de 36 toneladas; o feijão em 500 estabelecimentos e 81 toneladas e o milho comparece em 605 estabelecimentos, com produção de 527 toneladas. Além desses cultivos, os agricultores familiares camponeses têm uma grande variedade de produção hortaliças.

Em relação à assistência técnica prestada, de um total de 880 estabelecimentos agropecuários, 250 afirmaram receber apoio técnico na produção, ou seja 28,5%, enquanto a grande maioria dos estabelecimentos 71%, o que equivale a 630 dos estabelecimentos

---

<sup>16</sup><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/olhos-dagua/pesquisa/24/75511>.

agropecuários no município, não possuíam assistência para produzir (IBGE, 2017). A tabela 3 evidencia as características fundiárias do Município de Olhos - d'Água (2017).

Tabela 3 – Características Fundiárias - Município Olhos - d'Água (2017)

<b>CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS (em hectares)</b>	
<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>150.495</b>
<b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</b>	
Concessionário (a) ou assentado (à) aguardando titulação definitiva	5.067
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	331
Parceiro (a)	220
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários (as) de terras tituladas coletivamente	144.853
<b>CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR</b>	
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	16.477
Produtor individual	54.519
Comodatário (a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável TAUS)	161
<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	
<b>CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR</b>	
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	364
Produtor individual	518
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	8
<b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS</b>	
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários (as) de terras tituladas coletivamente	708
Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitivo	109
Arrendatário (a)	4
Parceiro (a)	12
Comodatário (a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - taus)	26
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	21
Produtor sem área	10
<b>TOTAL</b>	<b>890</b>

Concernente ao uso de agrotóxico, o censo agropecuario (2017) apontou que 93 estabelecimentos utilizam o produto enquanto 789 declararam que não o utilizam. Quanto aos créditos acessados, 228 estabelecimentos tiveram crédito ou financiamento e 662 não acessaram nenhum financiamento.

O município de Olhos - d'Água está entre os vinte maiores produtores de carvão vegetal do Estado de Minas Gerais, e é o quinto maior produtor no contexto norte mineiro. De acordo com Leite *et al.*, (2018) o Norte de Minas continua sendo a mesorregião com maior área plantada de eucalipto, totalizando 540.640,76 hectares, apresentando um aumento de 40% em áreas plantadas. Os municípios que se destacam na produção em 2015 foram Buritizeiro (81.011 há), Lassance (58.455 ha), Grão Mogol (47.074 ha), Olhos- d'Água (40.046 ha) e Rio Pardo de Minas (30.834 ha).

A atividade carvoeira é responsável também pela manutenção, até os dias de hoje, de práticas de trabalho análogo ao escravo, como o que foi denunciado em Gomes (2023) em uma fazenda de Olhos - d'Água, por conta das condições subumanas e degradantes a que os trabalhadores eram submetidos.

Multinacionais do setor de silvicultura, como a francesa Vallourec, também são denunciadas por condições de trabalho análogas à escravidão (também em 2023, em carvoarias em Olhos - d'Água, onde mais de 120 fornos para a queima de carvão funcionam).

A Fazenda Duas Barras, de propriedade da Gerdau Aços, conta com uma área total de 6.915,06 ha, que faz limite ao assentamento Dois de Junho. Trata-se de importante empresa do setor siderúrgico de ferro e aço, que também atua no ramo de reflorestamento de eucaliptos e utiliza o carvão vegetal para abastecimento de seus fornos. Boa parte dos assentados do Dois de Junho trabalham na fazenda Duas Barras, a fim de complementarem a sua renda.

O Assentamento Dois de Junho limita-se a Oeste com o empreendimento Mineração Marly Ltda, também chamado de Mineração Montes Claros. A empresa obteve Licença de Operação (LO) em 2008, passando a atuar na extração de pedras preciosas (ouro, Diamante) e posteriormente, requereu Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) para a atividade extração de areia e cascalho para utilização na construção civil. Trata-se, portanto, de assentamento cercado por empreendimentos ligados à mineração, siderurgia e ao agronegócio florestal, que historicamente recebem incentivos e têm seus interesses defendidos pelo Estado, em diferentes escalas.

A histórica prática do garimpo como forma de enriquecimento, atividade complementar à agricultura ou mesmo à pecuária, ainda se faz presente no município e mesmo no assentamento, assim como de empresas que se lançam na procura do minério, ainda que de

maneira clandestina, nas áreas de reserva do assentamento. Segundo os moradores do Dois de Junho, várias questões que envolvem as reflorestadoras e mineradoras têm sido discutidas e levadas ao conhecimento das autoridades da área, como órgãos ambientais.

Sobre o Município de Capitão Enéas observa-se que a maior parte das terras se encontram nas mãos de grandes fazendeiros que, com seus rebanhos de gado de corte, dominam o poder econômico local. O relevo facilita a atividade, visto que grande parte das terras de Capitão Enéas é plana, ou suavemente ondulada, com solos considerados propícios para o estabelecimento de pastagens. Como resultado, a agropecuária em larga escala é a principal atividade econômica e a criação do gado Nelore marca fortemente as relações sociais e os valores locais. As poucas áreas não ocupadas por latifúndios são habitadas por pequenos produtores, vaqueiros, empenhados na bovinocultura leiteira e monocultivos de feijão, milho e sorgo.

A expansão da pecuária, como resultado de um processo histórico e contraditório, de colonização e de desenvolvimento capitalista, mantém o seu predomínio no município. Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, sobre a utilização das terras pelos grupos econômicos, revelam que de um total de 486 estabelecimentos agropecuários 326, dedicam a atividade de pecuária bovina totalizando 41.507 cabeças de gado.

O município possui 486 estabelecimentos agropecuários em 76.115 hectares, conforme indica a Tabela 4. Pelos dados do IBGE, observa-se que a pecuária ocupa 60,80 % das terras; o que corresponde a 46,217 hectares. Enquanto as lavouras temporárias (milho, feijão, mandioca, fava, sorgo, etc) 1,9% (1.495e hectares) e as lavouras permanentes apenas 0,95% (720 hectares).

Tabela 4 – Características Fundiárias -Município de Capitão Enéas (2017)

<b>CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS (em hectares)</b>	
<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>76.115</b>
<b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</b>	
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	377
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	331
Parceiro(a)	220
Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	74.191
<b>CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR</b>	
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	5.341
Produtor individual	58.648
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável – TAUS)	161
<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	
<b>CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR</b>	
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	164
Produtor individual	315
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	6
<b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS</b>	
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	458
Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitivo	14
Arrendatário (a)	4
Parceiro (a)	1
Comodatário (a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - taus)	3
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	5
Produtor sem área	1
<b>TOTAL</b>	<b>486</b>

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

No que se refere à situação fundiária de Capitão Enéas é importante destacar que existem três Projetos de Assentamento ligados ao INCRA - Projeto de assentamento Orion; PA – Projeto Assentamento Darcy Ribeiro e PA – Projeto de Assentamento Sol Nascente.

O município possui dois distritos: Caçarema e Santana da Serra, esse último encontra-se a cerca de 28 km da sede municipal e tem uma população aproximada de 2000 mil habitantes. Os moradores de Santana da Serra congregam diferentes atividades econômicas, funcionalismo público e atividades rurais, sendo esta última a mais importante. É muito comum a venda de dias de serviço para os grandes fazendeiros da região. As principais atividades desempenhadas por esses trabalhadores que vendem sua força de trabalho são: roçar “mangas” (como são denominadas áreas de pastagens), plantio e colheita de milho e feijão.

Orion é o principal povoado pertencente ao distrito de Santana da Serra e situa-se mais próximo à sede municipal, cerca de 15 km. Totaliza aproximadamente 500 moradores que, essencialmente, apresentam as mesmas características econômicas e sociais que os habitantes de Santana da Serra. O Assentamento Órion encontra-se localizado neste povoado.

## **2.2 Caracterização e organização interna dos Assentamentos Rurais Dois de Junho e Orion**

O Assentamento Dois de Junho foi oficialmente criado em 2005, com a área total de 10.062 hectares e 100 famílias assentadas, ocupando em média 70 hectares por unidade familiar; a obtenção do imóvel foi via desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, no mesmo ano de 2005. Esse assentamento tem uma formação territorial mais antiga, mas assim como o Orion, advém de processos de migrações regionais, ou seja, a maior parte das famílias não são originadas do município onde o assentamento está localizado.

Para caracterizarmos a área dos assentamentos Dois de Junho e Orion em termos de uso e a ocupação dos solos, selecionamos algumas classes em recortes temporais distintos, com auxílio de técnicas de sensoriamento remoto. A análise temporal e espacial de uso e cobertura do solo tem como objetivo evidenciar as modificações ocorridas na paisagem ao longo do tempo, nos respectivos assentamentos estudados.

A elaboração dos produtos cartográficos foi executada no Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) teve a utilização de técnicas de geoprocessamento com o uso da linguagem computacional do software livre

Qgis 3.28.1 para o tratamento de dados, confecção e elaboração de mapas cartográficos. Para a geração de mapas de uso da terra, foi necessária a obtenção de imagens do MAP BIOMAS para os anos 2003, 2007 e 2021 no P. A. Orion nos anos 1999, 2005 e 2021 no P. A. Dois de Junho.

O MAPBIOMAS é uma iniciativa que compreende uma rede colaborativa de especialistas atuantes em biomas, usos da terra, SIG (Sistema de Informação Geográfica) e entre outros. Portanto estes, se deve a utilização do processamento em nuvem com classificadores automatizados e operados na plataforma Google Earth Engine para elaborar e classificar mapas anuais de cobertura vegetal e de uso e ocupação do solo. Portanto as classificações disponibilizadas pelo MAP BIOMAS são geradas a partir da LANDSAT 8, com resolução espacial de 30 metros.

Foram gerados mapas em períodos distintos para a análise, produzindo informações sobre a evolução da vegetação, dos corpos d'água e uso do solo. Com a utilização dessas informações foi possível caracterizar os pontos da área de estudo que sofreram as maiores alterações decorrentes das práticas da pecuária e agrícola. Priorizou-se a aquisição de imagens de satélite que pudessem retratar a situação dos assentamentos em três períodos distintos: O primeiro período, quando as famílias ocuparam as terras e estavam acampadas, pode ser utilizado como uma referência inicial, permitindo analisar as alterações desde da ocupação até os períodos subsequentes.

O segundo período, que corresponde à criação dos assentamentos pelo INCRA, pode revelar as transformações resultantes das políticas de reforma agrária. Nesse estágio, pode-se identificar as áreas de expansão da agricultura e pecuária, bem como as alterações na cobertura vegetal. O período mais recente, imagem do ano 2021, permitirá uma avaliação atualizada da área em estudo, ou seja, a análise das transformações ocorridas ao longo do tempo, o que inclui a avaliação das áreas de cultivo, alterações dos corpos hídricos e outras transformações relevantes. O quadro 3 apresenta as classes de uso e cobertura do solo dos assentamentos.

Quadro 3 – Classes de uso e cobertura do solo dos Assentamentos

<b>Classe</b>	<b>Características</b>
Área não vegetada	Áreas sem cobertura vegetal
Agricultura	Atividades produtivas com cultivos agrícolas
Cobertura Vegetal	Área de floresta primária, com vegetação arbórea pouco alterada ou sem alteração. Áreas que, após a supressão total de floresta, podem encontrar-se em regeneração.
Corpo hídrico	Águas superficiais formadoras de espelhos d'água (Rios, Riachos, lagos, barragens etc.).
Pastagem	Áreas que desenvolvem atividades de produção animal, principalmente Gado Bovino, com o cultivo de pastagens
Silvicultura	Eucaliptos

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Conforme pode-se observar nos mapas confeccionados a partir de imagens de satélite (1999, 2005, 2021) nos Mapas 5, 6 e 7, a vegetação nativa dentro da área do assentamento Dois de Junho não sofreu grandes alterações, portanto, não existe uma influência significativa no aumento do desmatamento nesses territórios. No Dois de Junho parte dos rios e córregos está com sua mata ciliar comprometida e sem cobertura vegetal nas nascentes devido à expansão das áreas de pastagens e mineração. Além disso, a atividade de eucalipto avança às chapadas prejudicando as nascentes, alguns espaços foram destruídos, como exemplo a lagoa do Moinho e veredas que estão desprotegidas e sem preservação adequada.

A Fazenda Duas Barras de propriedade da Gerdau Aços S/A conta com uma área total de 6.915,06 há, limitando a Sul com a área do Projeto de assentamento Dois de Junho, essa é uma importante empresa do setor siderúrgico de ferro e aço que também atua no ramo de reflorestamento de eucaliptos, visto que utiliza o carvão vegetal para abastecimento de seus fornos. Os mapas evidenciam o aumento das áreas plantadas com eucaliptos nas proximidades do PA Dois de Junho.

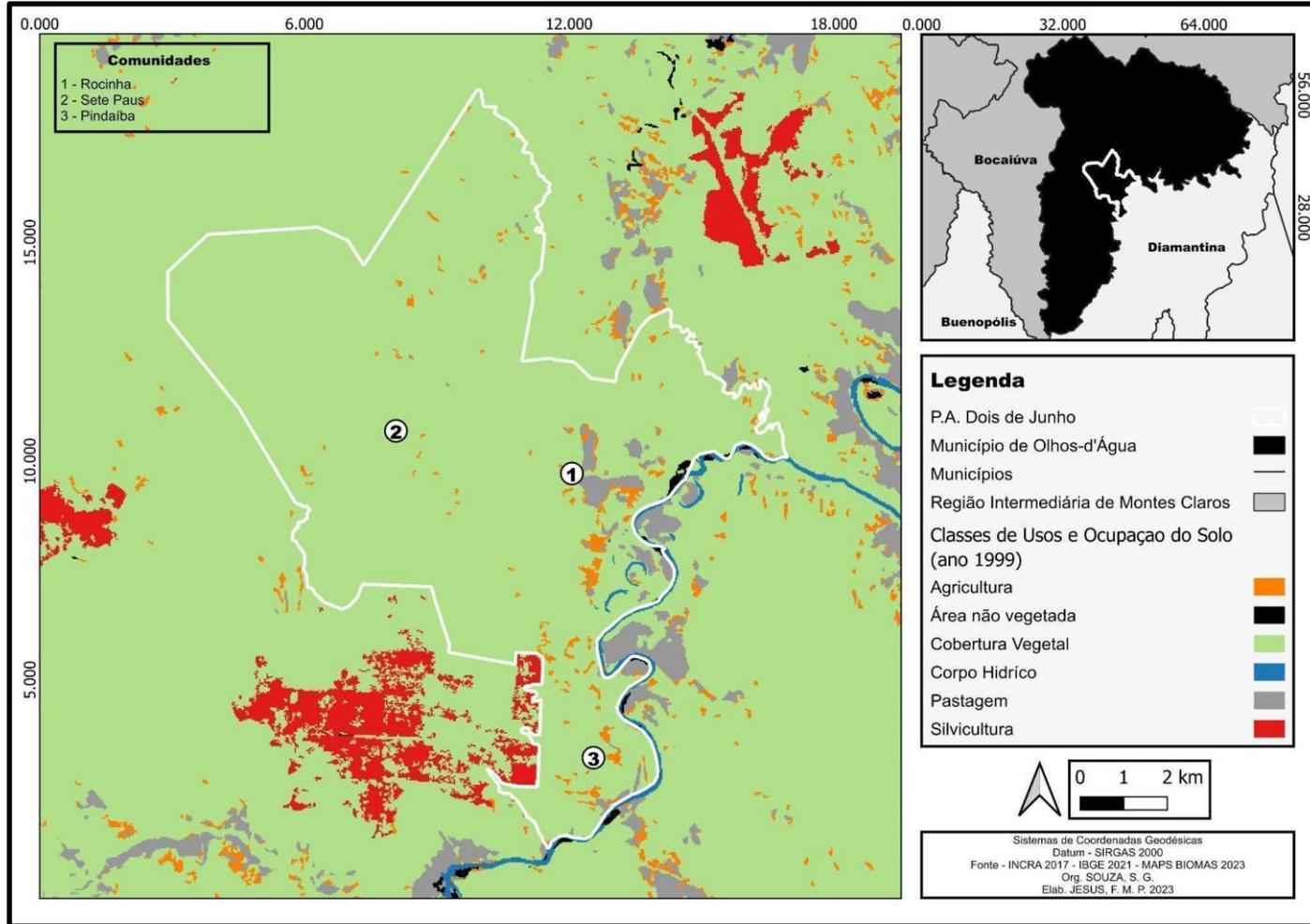
Concernente aos vizinhos que fazem limite com o Dois de Junho, verificamos que o assentamento Dois de Junho limita a Norte com as Fazendas Serra Negra e Fazenda das Rosas, ao Sul encontra-se a área da reflorestadora Fazenda Duas Barras, propriedade da Gerdau (Eucaliptos), a Leste limita-se com o rio Jequitinhonha (daí a boa disponibilidade de água ao assentamento) e a Oeste com uma área de Mineração.

Conforme levantamos em pesquisa anterior (SOUZA, 2019), os moradores do Dois de Junho relataram que várias questões que envolvem as reflorestadoras e mineradoras têm sido discutidas e levadas ao conhecimento das autoridades da área como órgãos ambientais. Os principais problemas de degradação citados em entrevistas são: assoreamento dos corpos d'água; ausência de proteção de nascentes; ausência ou rarefação de mata ciliar; desmatamento; drenagem inadequada nas estradas; focos de erosão; garimpo.

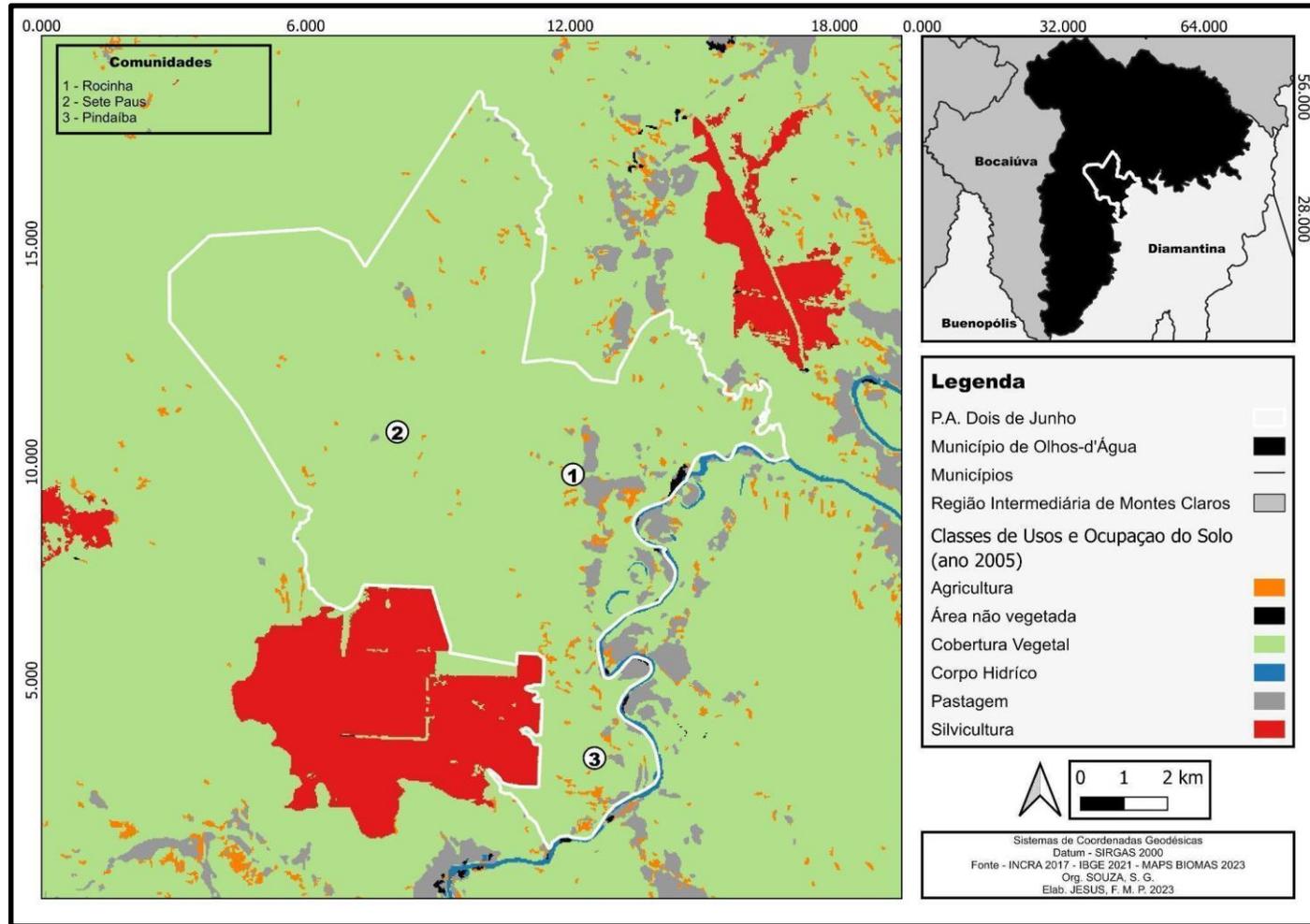
A vegetação nativa é constituída por diversas fitofisionomias tais como: Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Cerrado, Campo cerrado, Campo, Campo Higrófilo e Vereda, todas de grande importância para a conservação do solo e água, manutenção do equilíbrio ecológico e da biodiversidade (PDA Dois de Junho,2007).

O assentamento Dois de Junho apresenta diagnóstico positivo quanto a vegetação, uso do solo e, principalmente, quanto aos recursos hídricos. Os mapas a seguir evidenciam a evolução do uso do solo no assentamento Dois de Junho.

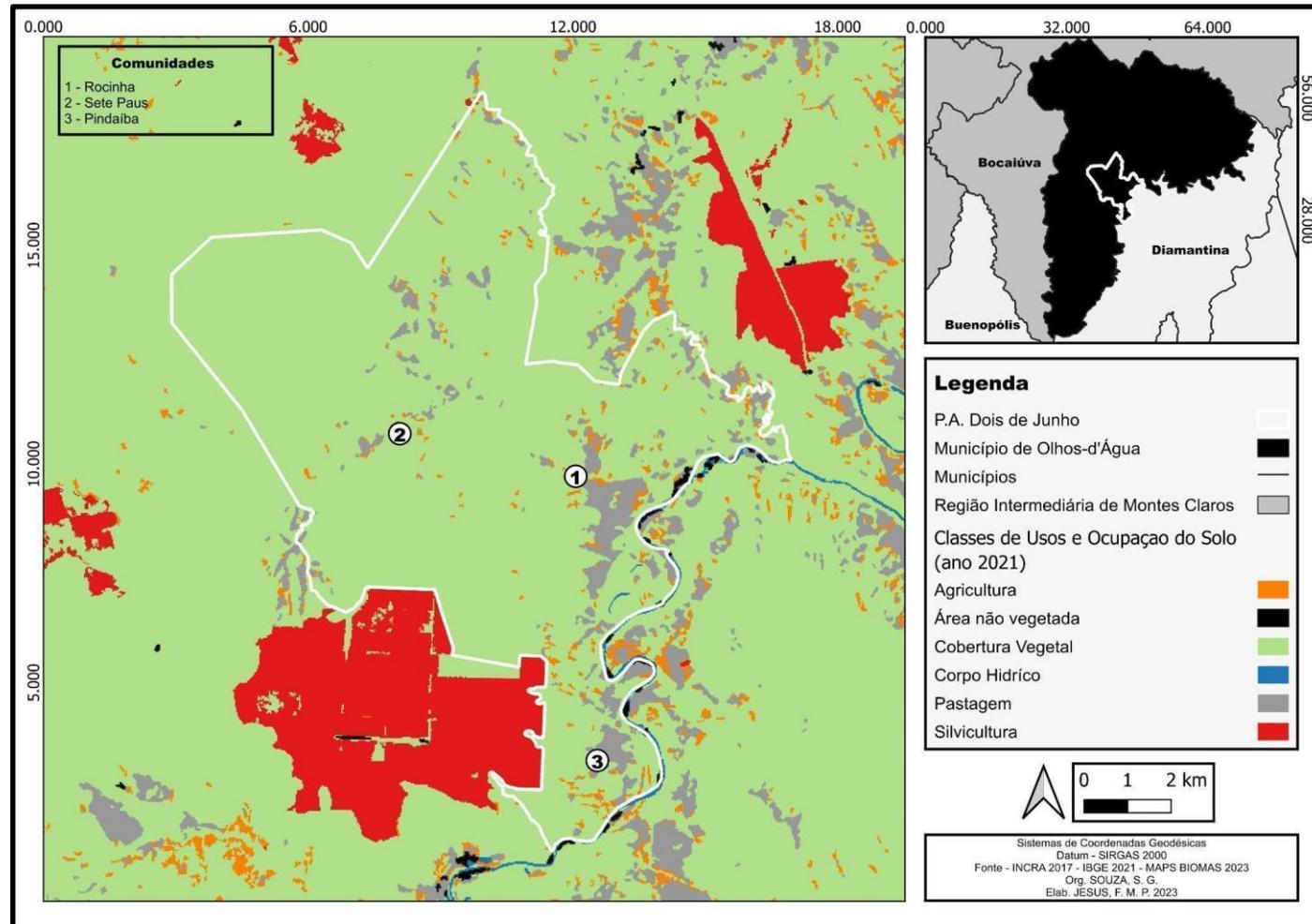
Mapa 5 – Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores 1999.



Mapa 6 – Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores 2005.



Mapa 7 – Usos do solo no Assentamento Dois de Junho e arredores – 2021.



Conforme os dados obtidos pelo Map Biomas, as classes com maior percentual de cobertura do solo foram: No ano de 1999 a vegetação natural representava 95,37 km<sup>2</sup> (95%); as áreas de pastagens 2,09 km<sup>2</sup> (2%); Agricultura 1,96 km<sup>2</sup> (2%); para o ano de 2021 a cobertura vegetal decaiu para 91,42 km<sup>2</sup> (91%); ao passo que a criação das áreas de Pastagem saltou para 6,65 km<sup>2</sup> (7%); a área ocupada pela agricultura permaneceu com poucas alterações, 1,73 km<sup>2</sup> (2%).

Por sua vez, o Assentamento Orion limita-se a Norte com a estrada municipal do povoado de Santana, ao Sul com grandes proprietários de terra (Fazendas Sapé, Barreiro, Baixada, Recanto e Malhada) a Leste com o povoado de Orion e a Oeste com a fazenda Serra Verde.

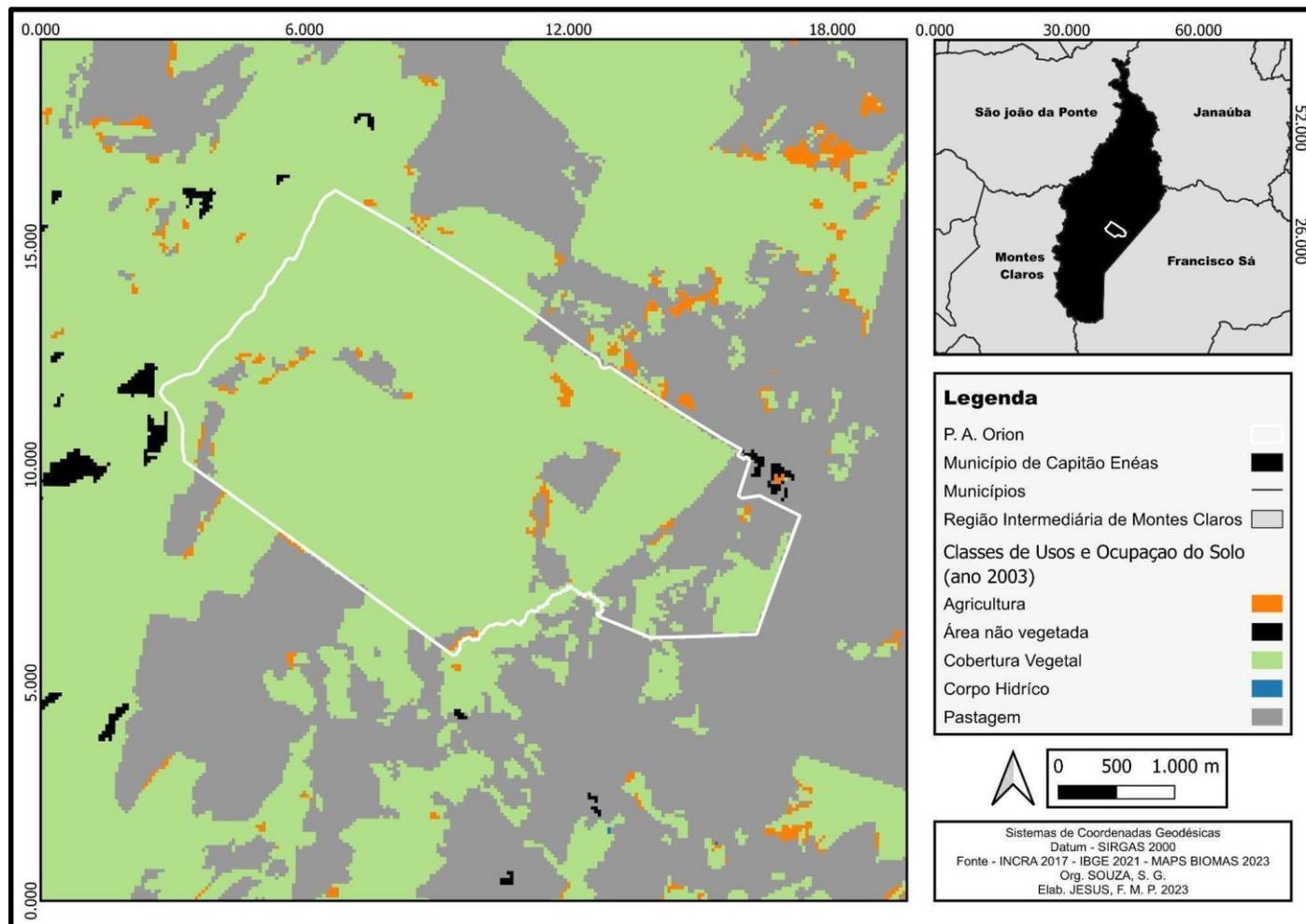
O assentamento Orion é cercado pelas fazendas que se dedicam à pecuária. Os agricultores participantes da pesquisa quase todos afirmaram que possuem uma pequena criação de animais, o que segundo eles é tradição da Fazenda Velha em que a principal atividade desenvolvida era a pecuária extensiva. Há resquícios de pastagens desativadas no assentamento.

Os recursos hídricos superficiais do Orion são bastante escassos, sendo, portanto, pequena a disponibilidade hídrica no assentamento. A água que existe é de qualidade ruim, servindo apenas para dessedentação de animais. O assentamento possui 4 poços tubulares, mas apenas 1 está totalmente equipado e funcionando.

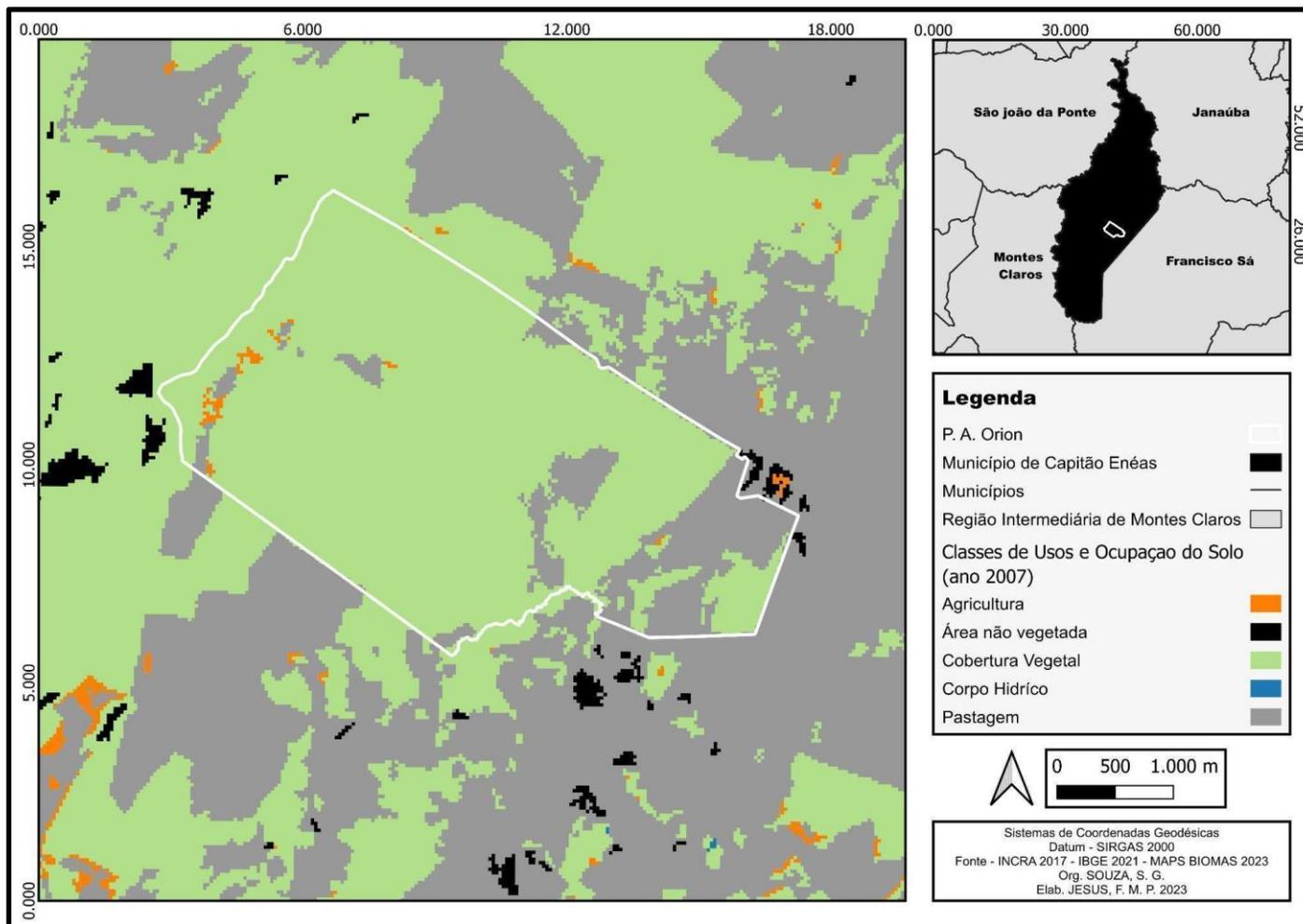
O Assentamento Orion está inserido na região de Mata Atlântica, entretanto a predominância da sua flora corresponde à tipologia Floresta Estacional Decidual corresponde a 81,4% da área do PA e o cerrado representa à 7.79% da vegetação (PDA Orion, 2012).

A baixa fertilidade do solo é de certa maneira controlada pelos assentados que fazem uso do fogo para limpar os roçados, técnica tradicionalmente usada pelos povos indígenas que, na lida tradicional com a terra, é compreendida como forma de potencializar a agricultura e o solo. Os assentados não utilizam fertilizantes em seus lotes. Os mapas 8, 9 e 10 evidenciam o uso e ocupação solo no Assentamento Orion e arredores .

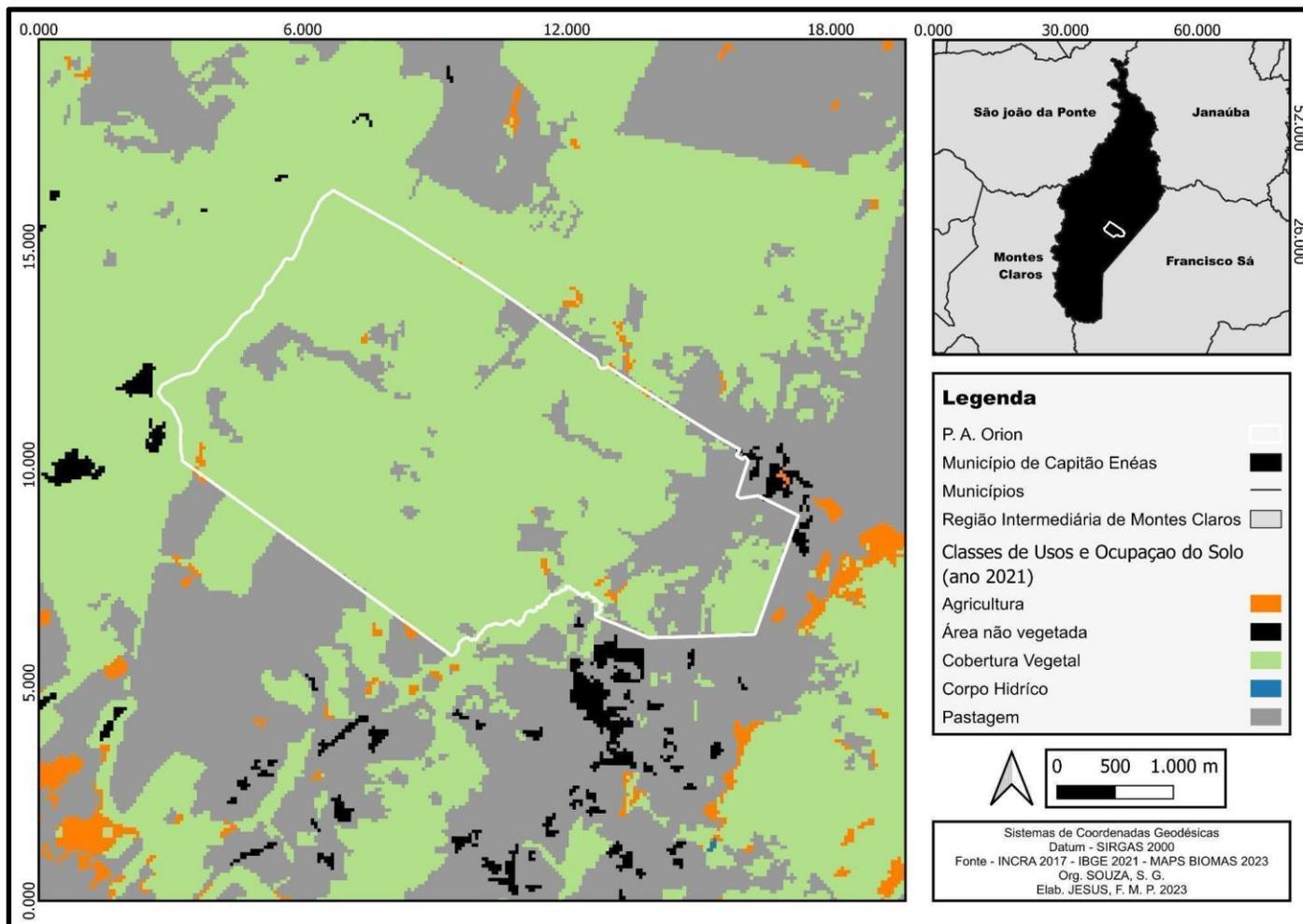
Mapa 8 – Uso e ocupação solo no Assentamento Orion e arredores – 2003



Mapa 9 – Uso e ocupação solo no Assentamento Orion e arredores – 2007



Mapa 10 – Uso e ocupação solo no Assentamento Orion e arredores – 2021



De acordo com dados obtidos pelo Map Biomas, no ano de 2003 as classes com maior percentual de cobertura do solo foram: vegetação natural 10,11 km<sup>2</sup> (83,95 %), representada por fragmentos de cerrado e mata seca; pastagem 1,79 km<sup>2</sup>; (14,91%); Agricultura 0,13 km<sup>2</sup> (1,14%), representada por cana de açúcar, e outras lavouras temporárias. Já em 2021 a cobertura vegetal teve um leve aumento passando para 10,08 km<sup>2</sup> (84%); as áreas de pastagens 1,91 km<sup>2</sup> (16%) e a agricultura teve um discreto decréscimo 0,04 Km<sup>2</sup> (0%).

A Tabela 5, apresenta uma síntese desses assentamentos. Nele é possível identificar o número de famílias assentadas, área total, ano de ocupação e de criação do assentamento, mostrando o período de resistência nos acampamentos, a fazenda ocupada e o município onde os mesmos encontram-se inseridos.

Tabela 5 – Assentamentos Orion e Dois de Junho – tabela síntese

<b>Assentamento</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Tamanho médio dos lotes</b>	<b>Ano da ocupação</b>	<b>Data de Criação</b>	<b>Fazenda</b>	<b>Município</b>
Dois de Junho	100	70	1999	07/12/2005	Rocinha	Olhos d'Água -
Orion	25	30	2003	17/04/2007	Serra Talhada	Capitão Enéas

Fonte: SIPRA (2021).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Os camponeses têm resistido nesses territórios, ainda que faltem financiamentos para produção de alimentos, infraestrutura de saúde, educação e assistência técnica. Os territórios camponeses têm produzido alimentos que abastecem parte da população e são comercializados no PNAE, PAA entre outros.

Um fato importante que diferencia o Orion do Dois de Junho é a situação de comercialização de lotes. Nos trabalhos de campo realizados, identificamos em diversas conversas com assentados, bem como com os representantes do poder público municipal e que prestam assistência técnica ao Orion que esse é tal situação gera conflitos, permeados por interesses e relações de poder que podem afetar a sustentabilidade e a permanência dos camponeses nas terras conquistadas.

Os camponeses do Órion enfrentam vários desafios para permanecerem nas terras. A

ausência de recursos básicos, como água, moradias, crédito e oportunidades de geração de renda, dificulta a sua capacidade de sustentabilidade e permanência nos lotes. Além disso, a falta de acesso a serviços essenciais como saúde e educação e a carência de assistência técnica e extensão rural também dificultam a vida no assentamento.

Assim como proposto por Fernandes (2010), a expulsão ou falta de políticas que permitam a fixação do campesinato assentado constitui uma das diversas faces da contrarreforma agrária no Brasil. O Estado, ao priorizar políticas voltadas ao agronegócio em detrimento do campesinato, acaba inviabilizando a permanência desses sujeitos nas terras conquistadas. Essa situação leva parte das famílias a se sentirem obrigadas a vender os lotes e buscar outras alternativas de sobrevivência.

Aqui no Orion as pessoas passam o lote para frente por motivos de saúde e por falta de recursos. Na verdade eles vendem a benfeitoria porque o lote não pode vender, as pessoas que saíram daqui, passaram o lote porque estavam com problemas de saúde, não tinha recursos e tiveram que passar o lote pra outra pessoa. Mas todos que estão aqui precisam da terra, porque não tem outro meio, outra casa ou outro terreno. (ASSENTADA 4. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO DE 2022)

A afirmação da entrevistada de que todas as pessoas que estão adquirindo os lotes no assentamento Orion precisam da terra porque não tem outro meio, outra casa ou terreno revela a necessidade que muitos indivíduos têm de acessar a terra como meio de moradia e sustento.

O território do Orion é forjado em meio a lutas, resistência e contradições. Essas lutas podem estar relacionadas a conquista da terra, a permanência nela e as dificuldades encontradas pelos camponeses para ter as condições básicas de vida e produção. As contradições surgem a partir dos interesses conflitantes, relacionados aos recursos e acesso às políticas governamentais.

### **2.3 O Assentamento Dois de Junho: Resistência do campesinato versus injustiças do latifúndio**

Na pesquisa de mestrado (SOUZA, 2019), realizamos estudo a respeito da história de luta dos assentados do Dois de Junho, que foi composta por três grupos, sendo eles: o grupo dos ex-funcionários da fazenda Rocinha, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva (STR), grupo dos camponeses sem terra que moravam na periferia das cidades de Montes Claros, articulados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o grupo de trabalhadores rurais e urbanos advindos da cidade de Coração de Jesus (CPT, STR).

As famílias que vivem no assentamento Dois de Junho são oriundas da própria

mesorregião Norte de Minas, apresentando diferenciação apenas quanto aos municípios. O assentamento foi criado em 2005, constituído por 100 famílias, totalizando 408 pessoas, das quais 178 mulheres e 230 homens com origens geográficas distintas, portanto, não apresentam nenhuma relação histórica entre si e com a área ocupada, salvo as poucas famílias que já moravam na antiga fazenda da Rocinha que foram incorporadas ao processo de luta pela terra. Boa parte das famílias são oriundos dos municípios de Montes Claros, Coração de Jesus e Nova Esperança.

De acordo com Souza (2019), a antiga fazenda “Rocinha”, atual assentamento Dois de Junho, correspondia a uma grande propriedade de pecuária suspeita de ser uma área “grilada”. Um dos primeiros proprietários da fazenda foi o latifundiário Alberto Collor, que posteriormente a revendeu para Zé Furtado, que, por sua vez, repassou à Tito Lívio, e quando o INCRA propõe fazer a desapropriação do imóvel, verifica que além do fazendeiro não estar produzindo nas terras, ele possuía documento de apenas 160 hectares de um total de 10.062 hectares correspondente a área do imóvel.

A luta pela terra da fazenda Rocinha está ligada à tentativa de expulsão do campesinato que trabalhava na terra. Tratava-se de dez famílias que tinham a autorização do proprietário para cultivar a terra e em troca teriam que derrubar a mata nativa para a implantação da pastagem.

De acordo com Oliveira (2001), o capital possui um movimento contraditório, combinado e desigual, onde o fazendeiro capitalista, para reproduzir o capital, lança mão da recriação e criação do trabalho da família camponesa, sem assalariamento. Ao invés de contratar trabalhadores assalariados, ele cede parte de suas terras aos camponeses e em troca se apropria da renda da terra em trabalho ou em produtos. No caso do PA Dois de Junho, os camponeses remuneravam o dono da terra que habitavam com o próprio trabalho.

Em um primeiro momento, a CPT fez um trabalho de formação política desses sujeitos, preparando-os para o enfrentamento com o latifundiário. O processo de luta pelas terras da fazenda Rocinha foi permeado por disputas e conflitos de interesses entre os camponeses sem terra e o proprietário da terra, a CPT e o STR atuaram como mediadores dos trabalhadores, conscientizando-os sobre os seus direitos em relação a posse da terra, construindo uma consciência sobre a exploração a qual eram submetidos. O representante do STR de Bocaiuva, que participou do processo de luta pela terra, narrou como se deu o processo de ocupação da Fazenda Rocinha:

*Em 1999 o STR de Bocaiuva juntamente com a CPT auxiliou o processo de luta das famílias que moravam na fazenda da Rocinha. (...) Tudo começou quando essas famílias não aguentavam mais a situação de exploração a que eram submetidos e procuraram o STR de Bocaiuva. O presidente do sindicato na época filiou essas famílias e desde então passou a dar assistência a elas. A fazenda da Rocinha era uma grande propriedade seus proprietários só exploravam as famílias não davam a elas segurança nenhuma, muitas delas passavam até necessidades de alimentos. (...) Daí pensamos que uma terra desse tamanho, uma área que não produz nada, os representantes da CPT rapidamente disseram: Vamos ocupar a fazenda da Rocinha, para isso fizemos uma primeira reunião com os posseiros que trabalhavam na fazenda (...) No dia 2 de junho de 1999 entramos dentro das terras da fazenda da Rocinha, nessa época a gente pedia o INCRA para fazer vistoria, mas era uma morosidade, você sabe como funcionam as coisas com o governo. Reunimos umas 50 famílias, tinha gente de Montes Claros, Coração de Jesus, Bocaiúva e Olhos D'Água. Dia 2 de junho era feriado de Corpus Christi reunimos com este pessoal a noite, não sei como, mas o proprietário das terras ficou sabendo, naquela época as terras já pertenciam a outro dono era de Tito Lívio ele morava em Belo Horizonte e começou ligando para gente. Estou sabendo que vocês estão indo ocupar a minha fazenda quero saber se isto é verdade? Porque se for estou preparado para receber vocês! Eu disse a ele como isso chegou ao seu conhecimento? Ele não respondeu nada. Ligamos para a CPT e contamos o ocorrido eles disseram vamos assim mesmo! (...) Quando chegou a noite do dia dois de junho apareceram apenas 12 famílias e um jovem, um rapazinho de uns 14 anos. No dia seguinte, logo pela manhã o proprietário chegou com a polícia, mas não podia dar ordem de despejo, pois era feriado tinha que esperar uns três dias. Nós falamos com eles que queremos a desapropriação da área, não queremos nada de graça, estamos aqui para o governo pagar tudo direitinho e estas terras são de grande extensão e improdutivas podem ser desapropriadas. O fazendeiro disse: Tenho estas terras para vender se for assim podemos afinar a conversa tenho uns contatos e vou passar para vocês resolverem com o INCRA. Quando o INCRA foi verificar apenas 160 hectares das terras eram documentadas, o restante eram terras de posse e o INCRA pagava apenas as benfeitorias realizadas na terra. Então criou-se um impasse entre o governo e o proprietário, posteriormente quando o INCRA resolveu pagar as terras a Tito Lívio, este veio a falecer, então as terras deveriam ser pagas a sua filha, no entanto ele não tinha transferido as terras para o seu nome, Zé Furtado continuava sendo o proprietário, como ele também já havia falecido o INCRA acabou acertando com os descendentes de Zé Furtado. Quando o INCRA foi realizar o parcelamento identificou que era uma área muito grande, mas havia áreas de reservas, de pedreiras e comportaria umas 100 famílias (REPRESENTANTE STR BOCAIÚVA, apud SOUZA, 2019, p. 42).*

A ocupação e a conquista da terra no PA Dois de Junho não ocorreu de forma pacífica, o fazendeiro tentou intimidá-los para que se retirassem da fazenda. A violência do proprietário da fazenda e da justiça local foi imediato, as ameaças e a coerção acompanharam todo o processo de luta pelo acesso à terra da fazenda Rocinha.

Salientamos que nesse processo de mobilização social, devido às ameaças por parte do fazendeiro, a Comissão Pastoral da Terra buscou apoio de outras famílias da região, sobretudo de Coração de Jesus, a fim de evitar a expulsão das terras ocupadas.

Esse período de luta, época de afirmação do acampamento, é marcado pela resistência e a superação das adversidades tais como: as constantes ameaças do fazendeiro, a falta de alimentos, de energia elétrica e de moradias. Ao longo da vida em acampamento, os sem-terra sofreram com a insegurança, sem saber se realmente conquistariam a terra, foram longos anos

aguardando o Estado realizar vistorias na fazenda.

Inicialmente os trabalhadores ficaram acampados próximo ao Rio da Rocinha, posteriormente foram adentrando e ocupando a sede da fazenda. Diferentemente do Orion, no assentamento Dois de julho, o contingente populacional é composto por maior número de parentes, também houve a incorporação de indivíduos sem vínculos consanguíneos que foram incorporados ao processo produtivo e ao território. Ao ser questionado sobre as atividades que desempenhavam antes de vir para o assentamento um assentado nos relatou o seguinte:

Fazia todo tipo de serviço isso é coisa que se aprende desde de pequeno e passa de geração para geração meu avô cresceu trabalhando em fazenda, meu pai também, plantava roça na meia, e acabava levando a gente, aprendi trabalhar desde cedo, desde dos meus 8 anos de idade, cresci trabalhando para os outros, a gente nunca teve terra, nossa vida sempre foi essa, vivia de um lado para outro, agora que Deus abriu a porta e deu essa oportunidade de tá trabalhando para nós mesmo (ASSENTADO 8. ENTREVISTADO EM MARÇO, 2023).

Assim que entraram na terra, esses sujeitos começaram a produzir utilizando principalmente as áreas de várzeas que não necessitavam de irrigação. O Rio da Rocinha além de ser um bem da natureza, tem um valor simbólico na luta dos assentados pela conquista da terra, sendo o local onde eles ficaram acampados durante o processo de luta pela terra. As famílias fizeram seu acampamento em meio à mata, desenvolvendo as roças coletivas, enquanto moravam em barracos de lona e madeira.

É importante destacar que no início da conquista da terra os assentados tiveram que enfrentar também a prática ilegal de garimpo, que já existia nas proximidades do PA Dois de Junho e adentram ao território dos assentados, os garimpeiros foram expulsos pelos próprios assentados.

No ano de 2001, foi criada a Associação PA Dois de Junho, com o objetivo de viabilizar economicamente o assentamento, visando a diversificação produtiva. A presença das associações expressa as territorialidades dos assentados, elas são criadas não só como uma “exigência” do Estado, dotando o assentamento de “personalidade jurídica”, mas sob várias perspectivas integram grupos de pessoas, orientam a organização do trabalho, integram o assentamento ao mercado, além de criar um espaço de representação política, ao mesmo tempo que conferem aos assentados uma identidade social.

As associações mediam direta ou indiretamente, as relações entre os assentados e outras entidades e/ ou atores externos aos assentamentos (LEITE *et al.*, 2004). As associações também se envolvem nos mais diferentes aspectos do cotidiano dos assentados, seja na interlocução “para fora”, com os diferentes agentes e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, crédito), seja “para dentro” (organização da produção,

do trabalho, comercialização) (LEITE, *et al.*, 2004).

Um elemento importante de resistência e estratégia de permanência na terra no PA Dois de Junho é a implantação da Escola Municipal João Eduardo Pereira, na antiga sede da fazenda. A Escola foi elemento estratégico no processo de luta e permanência na terra, ela iniciou as suas atividades no ano de 2000, antes da emissão da posse da terra que só veio ocorrer em 2005. Na época de acampamento foram feitos pedidos de reintegração de posse, porém o despejo nunca se efetivou, em função que já havia uma Escola. A criação da escola fortaleceu o processo de luta e conquista da terra pelos assentados. Mais do que uma benfeitoria realizada na terra ocupada, a Escola marcou historicamente o processo de conquista da terra.

De acordo com informações do PDA do assentamento Dois de Junho (2007), o decreto de desapropriação das terras da antiga fazenda Rocinha ocorreu em 10 de março de 2005. Daí em diante o INCRA aproximou-se das famílias e passou a prestar assistência por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para elaboração do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA). A emissão da posse ocorreu em novembro de 2005, a partir de então o INCRA intensificou suas ações em parceria com os assentados para a elaboração do PDA, que contou com uma equipe multidisciplinar da EMATER-MG, INCRA e da Assessoria Técnica Socioambiental (ATES), sendo o primeiro o responsável pela elaboração, o segundo o empreendedor do projeto e ao último coube a tarefa de acompanhamento e a implantação do PDA.

#### **2.4 Orion - processo *continuum* de territorialização do campesinato assentado no Norte de Minas**

A história do assentamento Orion vem de um processo *continuum* de outras lutas e resistências no Norte de Minas Gerais e está diretamente ligada à ocupação da Fazenda Sanharó, atual PA Estrela do Norte, localizado em Montes Claros-MG, às margens da Estrada da Produção (Rodovia Estadual LMG-657). Conforme os dados da Superintendência Regional do INCRA (SR/06) de Minas Gerais, o PA Estrela do Norte foi criado em 18/05/2005, com capacidade para 31 famílias e uma área de 763,2283 ha. A tese de Soldati (2013) aponta que a ocupação da Fazenda Sanharó marca a primeira atuação das lideranças do MST no Norte de Minas. Em meio às ocupações, a ideologia do movimento foi repassada aos militantes através de reuniões perante parceria com a Via Campesina.

O histórico de ocupação e luta dos camponeses sem terra foi narrado em uma carta escrita por onze assentados e anexada ao PDA do assentamento Orion (2012). Para melhor

disposição didática, a carta na íntegra foi fragmentada e distribuída ao longo da discussão.

A história do assentamento Orion teve início em 23 de junho de 2003, algumas famílias que estavam morando à margem da estrada e outros remanescentes da fazenda Sanharó (Montes Claros) reuniram-se e resolveram ocupar a fazenda Norte America município de Capitão Enéas esses trabalhadores permaneceram aproximadamente dois anos e seis meses nesse local. Inicialmente as famílias acampadas contaram com o apoio do MST/DF, posteriormente essa militância foi substituída pelo MST/Rio Grande do Sul.

No dia 23 de Junho de 2003 reuniram 69 famílias, algumas estavam morando à beira da estrada e algumas remanescentes da fazenda Sanharó que havia sido ocupada anteriormente. (...) Ocupamos a Norte América, e depois de algum tempo o MST/DF entorno não puderam mais ficar conosco (...) disseram que viria outra militância do Rio Grande do Sul (...) Residimos na fazenda Norte América por 2 anos e 6 meses. Tivemos muitas dificuldades em nossa luta, roubo, corrupção, sujeira da direção e resolvemos romper com o MST e expulsar a militância da fazenda (trecho da carta escrita pelos assentados, 2012).

Em meio a estas ocupações, parte dos militantes foi enviada para cursos de formação política organizados pelo MST em parceria com a Via Campesina. Nestes, eram debatidos a ideologia e a pedagogia do movimento, com base na teoria marxista e também estratégias de luta pela terra. Quando estes militantes retornaram no ano de 2004, ocorreu a formação da regional do MST no Norte de Minas Gerais, composta por doze integrantes (SODATI, 2013).

Com o intuito de fortalecer a reforma agrária na região, as lideranças desenvolveram ações para conseguir parcerias e prover o sustento das famílias acampadas. Dentre algumas alianças firmadas, podemos citar o assentamento Brejo dos Crioulos, no município de São João da Ponte, onde Evaldo Pereira Ramos, havia desempenhado trabalho de liderança.

Os assentados do Brejo dos Crioulos convidaram Evaldo para que fosse até a comunidade em São João da Ponte, chegando lá Evaldo teve contato com os assentados, onde contou toda a situação que se passava(...) no outro dia Evaldo deparou com famílias levando até ele alimentos, mantimentos esses que se reuniram e tamanha porção que seria necessário um ou 2 caminhões para que fizesse o transporte da carga (...) quantidade de alimentos que sustentou sua comunidade por mais de um ano (trecho da carta escrita pelos assentados, 2012).

A Fazenda Norte América, que estava em processo de avaliação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não foi oficialmente reconhecida como passível de desapropriação para reforma agrária. Sendo assim, os grupos divergentes seguiram caminhos também divergentes. Um conjunto de famílias ocupou a Fazenda Brejinho, às margens do rio Verde Grande, próxima ao distrito de Santana da Serra, e fundaram o Assentamento Darcy Ribeiro. Outra parte foi para o distrito de Caçarema, município de Capitão Enéas, por fim, as famílias restantes ocuparam a Fazenda Serra Talhada, povoado de Orion, dando origem ao

Assentamento Orion. Cabe lembrar que nesse momento também houve rupturas políticas de uma parte dos assentados com o movimento do MST. Enquanto os acampamentos Darcy Ribeiro e o de Caçarema continuaram vinculados à bandeira do MST, as famílias que se destinaram a Orion optaram por seguir a luta pela terra sem o apoio do movimento, o grupo denominado de “excluídos” era formado por 39 famílias, e sob coordenação de Evaldo Pereira Ramos, decidiu ocupar no dia 22 de dezembro de 2005 a fazenda Orion, a propriedade vinha sendo explorada pelo antigo proprietário com bovinocultura e exploração de madeira para comercialização.

No dia 22 de dezembro de 2005 já desligados do MST ocupamos a fazenda Orion, hoje conhecida como assentamento renascer. Apenas alguns dias depois aconteceu o assassinato de um companheiro dentro do assentamento, a partir desse acontecimento surgiram muitos problemas, presença da polícia, do juiz de conflitos agrários juntamente com seus assessores (Trecho da carta escrita pelos assentados, 2012).

Após o assassinato do assentado, houve uma reunião em abril de 2006 entre os assentados e o INCRA em Belo Horizonte, foi acordado que os trabalhadores teriam que desocupar a fazenda no prazo de 4 meses. Desta forma, as famílias se viram obrigadas a viver novamente à beira da estrada, mais especificamente em uma área de lixão, próximo a Capitão Enéas. Na transcrição da carta é possível ter noção das dificuldades vivenciadas pelas famílias nesse local.

Morando em barracos de lona, onde passamos por muitas dificuldades, muitos companheiros adoeceram, muitos desistiram e começamos a enfrentar problemas como a fome. No dia que a servidora do INCRA Silene Brito, esteve em nossos barracos ela presenciou um fato. Uma criança com fome estava fritando um passarinho (...) a criança ofereceu a ela a coxinha para ela comer. Outro fato muito triste aconteceu onde presenciamos uma criança de uns 3 anos de idade, chorando com fome perto de seu avô, querendo pegar comida em um balde sujo de lavagem para dar os porcos (Trecho da carta escrita pelos assentados, 2012).

Devido a morosidade e o descaso do Estado, no dia 01 de março de 2007 os assentados decidiram ocupar novamente a fazenda no povoado Orion.

Reocupamos a fazenda novamente no dia 01 de março de 2007 tivemos a visita da polícia civil (...) com um mandato de busca e apreensão de armas, encontrando uma espingarda no local, a mesma pertencia ao fazendeiro e eles disseram que era dos sem-terra (...) a polícia civil prendeu em flagrante Evaldo Pereira Ramos e Hebert Ferreira Santos. Também apreendendo alguns eletrodomésticos que era do pai de Evaldo e acusaram os mesmo de roubo para mostrar serviço ao fazendeiro que estava junto no mesmo veículo (trecho da carta escrita pelos assentados, 2012).

No momento que ocorria a liberação da posse da terra aos assentados, os líderes do assentamento encontravam-se presos no município de Francisco Sá. Os trabalhadores foram ocupando as estruturas da antiga fazenda de forma precária face às condições adversas que

foram submetidas, tais como: pouca disponibilidade de saneamento básico e habitações improvisadas de lona, barro ou madeira etc. A foto 1 mostra Casa improvisada no antigo curral da Fazenda para abrigar as famílias acampadas.

Foto 1 – Casa improvisada no antigo curral da Fazenda para abrigar as famílias acampadas



Fonte: Arquivo pessoal dos assentados (s/d).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Foto 2 – Interior da residência de uma das acampadas



Fonte: Arquivo pessoal dos assentados (s/d)  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

De acordo com informações contidas no PDA do Órion (2012), o Assentamento foi obtido por meio de desapropriação em 18/05/2006 e a criação do assentamento efetivada oficialmente pela Portaria SR/0634 de 17/04/2007, portanto assim como o assentamento Dois de Junho, o Órion também foi criado a partir de um ato de desapropriação para fins de reforma agrária. Observa-se que de 2003, quando ocorreu a ocupação da fazenda Norte América, até a criação efetiva do assentamento, passaram-se cinco anos de muita luta e resistência. É importante esclarecer que a conquista do assentamento não se deu através de uma ação propositiva do Estado, mas por meio de uma negociação permeada por pressões e tensão social, além de atos de violências que culminaram no assassinato de uma liderança, o que fez com que o Estado praticamente abandonasse o assentamento e suas famílias.

## 2.5 Caracterização dos sujeitos e organização interna dos Assentamentos Dois de Junho e Orion

Foram entrevistados um total de 29 assentados no Dois de Junho e Orion, bem como alguns representantes das instituições locais responsáveis pela organização das feiras e do PAA PNAE. O tamanho dos lotes dos entrevistados no Dois de Junho varia entre 20 e 70 ha, já no assentamento Orion os entrevistados possuem lotes menores, variando entre 20 e 30 ha. Dentre as principais atividades desenvolvidas nas propriedades dos assentados estão a agricultura, hortifruticultura e agroindústria. Também foram identificadas a produção de gado leiteiro e exploração de turismo rural. Especificamente no caso do Dois de Junho há uma família que desempenha atividade do turismo, a presença do Rio Jequitinhonha contribui com o desenvolvimento dessa atividade e outras famílias relataram o interesse futuro de investir no agroturismo. A tabela 6 evidencia as atividades desenvolvidas nas propriedades dos entrevistados nos assentamentos Dois de Junho e Orion.

Tabela 6 – Atividades desenvolvidas nas propriedades dos entrevistados nos assentamentos Dois de Junho e Orion

Atividades Desenvolvidas	
Agricultura	25
Hortifruticultura	17
Agroindústria	10
Gado leiteiro	10
Turismo	1

Além de trabalharem com agricultura, hortifruticultura e agroindústria, os entrevistados desempenham outras atividades externas como forma de complementar a renda do grupo familiar, as principais atividades exercidas são: construção civil, motorista, mecânico, professor, comércio, apicultura e carvoaria como evidencia a tabela 7.

Tabela 7 – Ocupações desempenhadas para complemento de renda pelos assentados entrevistados – Assentamentos Dois de Junho e Orion.

<b>Ocupações</b>	
Construção civil	8
Motorista	6
Mecânico	5
Comércio	4
Professora	3
Apicultura	2
Carvoaria	1

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Conforme apresentado na tabela 8 o sistema produtivo predominante é o agroecológico, os produtores entrevistados afirmaram que não utilizam produtos químicos nas lavouras. O processamento de alimentos é realizado de maneira simples nas propriedades dos assentados.

Tabela 8 – Sistema produtivo indicado pelos entrevistados

<b>Sistema Produtivo</b>	
Agroecológico	26
Convencional	3
Orgânico	0

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Quanto à proveniência das matérias-primas utilizadas nas agroindústrias caseiras, a maioria dos entrevistados afirmaram cultivar grande parte dos produtos (aproximadamente 80% proveniente da própria propriedade), 20% afirmaram que compram de fora, utilizando somente algumas frutas da propriedade e do agroextrativismo.

Para compreender quem são os sujeitos que vivem no assentamentos Dois de Junho e Orion, partimos da reflexão sobre origem migratória dos mesmos, profissões por eles exercidas

antes do ingresso no assentamento, aspectos da produção, dentre outros elementos, tomando como referência os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos elaborados pela equipe do INCRA, PDA assentamento Dois de Junho (2007) e PDA do assentamento Orion (2012), além dos questionários de campo aplicados pela pesquisadora em Dezembro 2021 e Novembro de 2022.

É importante frisar que uma parte dos assentados que atualmente residem nesses assentamentos não participou diretamente da ocupação da área e esses sujeitos constituem uma geração posterior ao período de luta pela terra, ou seja, são filhos (as), netos(as) dos primeiros moradores que hoje ajudam no trabalho diário nos lotes. Em alguns casos, parentes que outrora viviam em lugares diferentes passaram a morar no assentamento, portanto é comum encontrar residentes no mesmo lote mas em casas diferentes, abrigando mais de uma família. Parte significativa dos casais possuem em média dois a três filhos, há também mães e pais solteiros. A idade dos assentados no Dois de Junho varia entre 20-90 anos, sendo significativa a população com mais de 60 anos de idade, o que revela certo envelhecimento do grupo e mesmo problemas advindos de tal processo (como as limitações para o trabalho).

Os sujeitos que ocuparam e receberam terra no assentamento Dois de Junho desempenhavam diferentes atividades, mas a maioria deles, ou seja, 58,2% (178 assentados) eram lavradores; outros 4,9% (15 assentados) desempenham atividades domésticas. Há uma gama variada de outras profissões, sendo a principal a de pedreiro, que correspondia 4,6% dos que receberam os lotes (14 assentados). Os demais assentados eram trabalhadores que desempenham atividades diversas, tais como motorista, mecânico, garimpeiro, eletricitista dentre outras (PDA Dois de Junho, 2007).

Em relação aos principais tipos de cultivos presentes no assentamento, logo quando o mesmo fora reconhecido, boa parte dos assentados plantavam frutas regionais, principalmente abacaxi, laranja e banana. Além disso, apresentam uma diversidade de cultivos como verduras, hortaliças, milho, feijão e mandioca. A tabela 9 apresenta os principais cultivos no Assentamento Dois de Junho (2007).

Tabela 9 – Principais cultivos no Assentamento Dois de Junho (2007)

<b>Produto</b>	<b>Área</b>	<b>Produtividade média anual</b>
Milho	65 ha.	2.000 kg/ha.
Feijão	36 ha.	1.000 kg/ha.
Arroz	20 ha.	1.600 kg/ha.
Mandioca	22 ha.	10.000 kg/ha.
Cana-de-açúcar	17 ha.	35.000 kg/ha.
Banana	8 ha.	12.500 kg/ha.
Abacaxi	6 ha.	20.000 kg/ha.
Amendoim	3 ha.	1.000 kg/ha.
Fava	2 ha.	1.000 kg/ha.
Laranja	1 ha.	12.000 kg/ha.
Hortaliças	3 ha.	25.000 kg/ha.
Pastagem	50 ha.	1.500 kg Matéria Seca/ha.

Fonte: Levantamento para elaboração do PDA (2007).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

É importante destacar que no início da criação do assentamento Dois de Junho houve algumas iniciativas que buscaram viabilizar projetos coletivos, a fim de garantir a sustentabilidade econômica do assentamento. De acordo com uma entrevistada, as primeiras iniciativas coletivas foram a implementação de uma fábrica de farinha e rapadura.

Aqui no início funcionava uma fábrica de farinha e de rapadura, mas isso durou pouco tempo, hoje tá tudo abandonado, não era essa associação de agora era a associação da antiga fazenda da Rocinha, o povo desmontou tudo e carregou, não sei se as pedras do forno tá lá ainda, mas as outras coisas eles tiraram e carregou. Foi a Cáritas que conseguiu os recursos para fazer essas fabriquetas, não sei o que arrumou, mas tinha muita coisa, carrinho de mão e outros equipamentos tinha tanta coisa que hoje podia tá sendo usado pela comunidade (ASSENTADA 1. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO 2021).

Antes mesmo da oficialização do assentamento a pastoral atuava com o objetivo de implantação de coletivização por meio das agroindústrias, contudo essas iniciativas não deram certo como evidencia o Quadro 4.

Quadro 4– Dois de Junho- projetos coletivos desenvolvidos ao longo dos anos

Projetos / Programas	Financiador	Problemas enfrentados	Situação atual	Início
Fábrica de rapadura	Caritas	Falta de comprometimento da antiga associação com interesse coletivo.	Alguns assentados ainda desenvolvem as atividades de forma individual.	2007
Fábrica de Farinha	Caritas	Falta de comprometimento da antiga associação com interesse coletivo	Alguns assentados ainda desenvolvem as atividades de forma individual	2007
Apicultura	PRONAF	Desistência dos assentados	Alguns assentados ainda se dedicam a essa atividade de forma individual.	2008
PRONERA	INCRA	Falta de acesso às informações por parte dos assentados / desmonte das políticas públicas	Extinto	2012

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Das políticas públicas federais, três foram fundamentais no Dois de Junho. O PRONAF, que permitiu a aquisição de maquinários, o PRONERA, que formou os camponeses, e o PAA e o PNAE, que possibilitaram o acesso a novos mercados. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) era um programa que incentivava jovens e adultos de assentamentos criados e registrados pelo INCRA a ter acesso desde a educação básica até o curso superior e de pós-graduação. De acordo com Caldas (2020)<sup>17</sup>, só no ano de 2015 o programa foi responsável pela formação de 192 mil camponeses da alfabetização ao ensino superior. Entretanto, em 2020, o PRONERA foi extinto por meio do Decreto 10.252. Ao longo de mais de vinte anos da constituição do assentamento Dois de Junho, apenas cinco assentados que se matricularam em cursos superiores por intermédio do PRONERA, sendo que alguns deles não concluíram os cursos.

Ainda merece destaque o Agroamigo do Banco do Nordeste, programa de microcrédito rural financiado pelo Banco do Nordeste em parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), destinado aos agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional

<sup>17</sup>Reportagem de Ana Carolina Caldas. Disponível: [www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-fim-do-pronera-bolsonaro-ataca-educacao-dos-povos-do-campo](http://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-fim-do-pronera-bolsonaro-ataca-educacao-dos-povos-do-campo). Acesso em outubro de 2023.

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Algumas famílias receberam o valor de cinco mil reais em crédito e o empregaram na melhoria da infraestrutura para a produção da farinha.

O assentamento Dois de Junho apresenta condições naturais favoráveis com a presença do rio Jequitinhonha, solos com melhores condições de produção e clima aliado às práticas camponesas, assim como o diálogo com movimentos socioterritoriais e ONGs, que levaram os assentados a se dedicarem à produção de milho, feijão mandioca, abacaxi, cana-de-açúcar e hortaliças. No ano de 2012 a Cáritas promoveu uma reunião sobre a produção agroecológica no assentamento Dois de Junho (Foto 3).

Foto 3 – Reunião sobre a produção agroecológica - Dois de Junho 2012



Fonte:Arquivo pessoal dos assentados (s/d).

As primeiras famílias que chegaram à área do assentamento foram ocupando as terras próximas à antiga sede da fazenda e definiram por elas mesmas que se deveria tomar uma certa distância umas das outras, permitindo que cada uma tivesse área suficiente para o plantio de culturas necessárias à sua sobrevivência e geração de algum excedente. Foram então se formando diferentes comunidades no interior do Assentamento, devido a sua grande extensão territorial - a comunidade Rocinha, ao redor da sede, e posteriormente, com a chegada das demais famílias (e em espaços mais distantes), a comunidade Pindaíba e também a comunidade Sete Paus, quase sempre em locais de maior acesso à água. A tabela 10 mostra o uso da Terra no Dois de Junho.

Tabela 10 – uso da Terra no Dois de Junho

Usos	Área (hectares)
Lotes Familiares (100)	3.000,00
Áreas de Uso Coletivo	40,00
Área Comunitária 1 – Com. Rocinha (Sede)	3,00
Área Comunitária 2 – Com. Sete Paus	3,00
Área Comunitária 3 – Com. Pindaíba	3,00
Preservação Permanente	847,12
Reserva Legal	2880,38

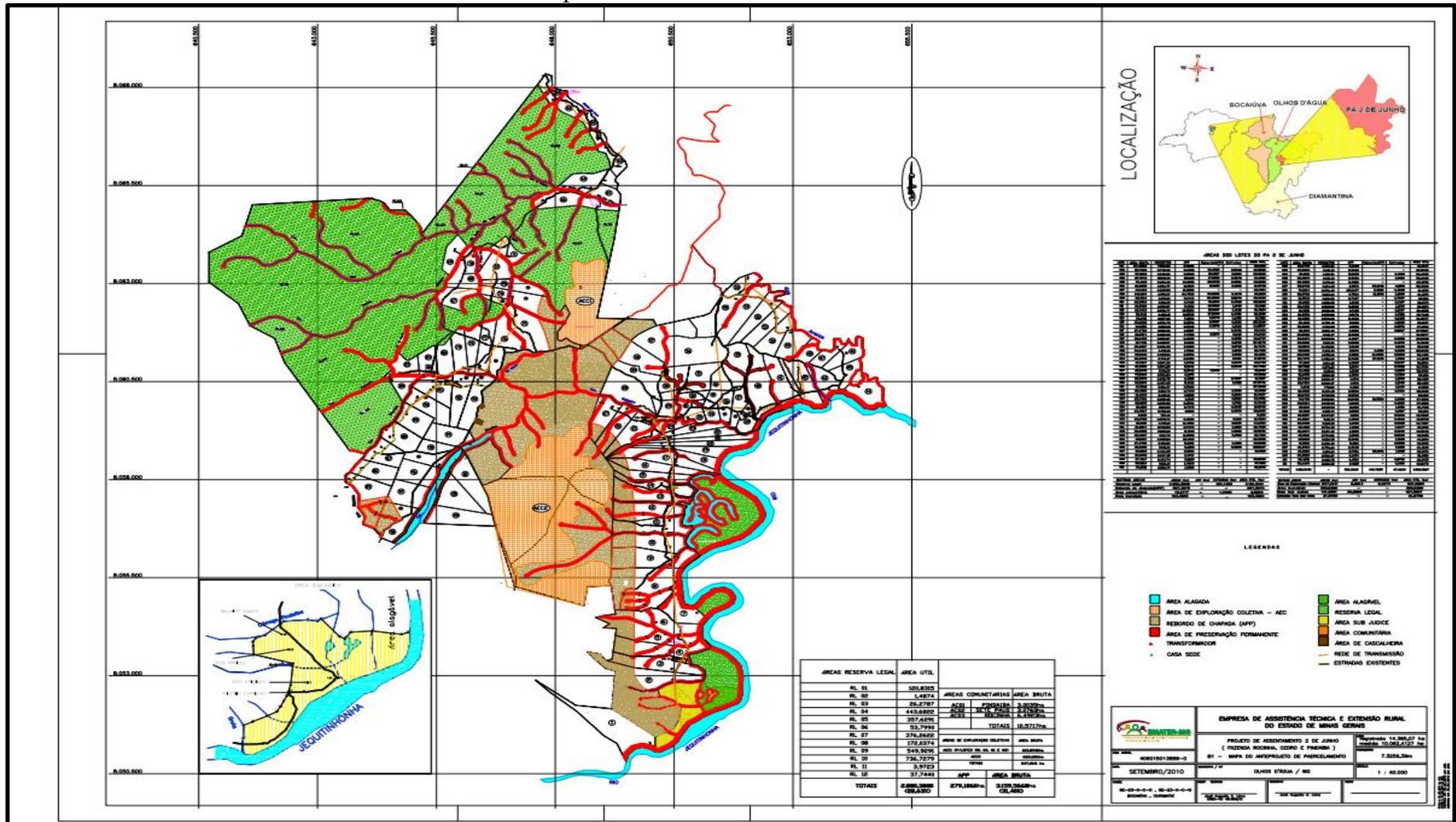
Fonte: PDA (2007).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

O parcelamento do território respeitou a organização inicial das famílias que expuseram sua vontade e preferência por permanecerem onde se encontram desde a época de ocupação. Devido a morosidade do Estado em relação a posse da terra, muitas famílias já haviam realizado benfeitorias, como casas e quintais, e isso resultou em uma grande disparidade nos tamanhos dos lotes no Dois de Junho (existem lotes de 100 hectares e outros lotes com 20 hectares). Conforme nos afirmou uma assentada,

Em questão dos lotes tem uns que são maiores e outros menores, na Rocinha tem alguns lotes que são menores porque as pessoas já estavam ali e quiseram permanecer. Pindaíba tem um lotes maiores que até ultrapassa o limite do INCRA, inclusive eles até vieram aí pra regularizar isso e resolver a titulação das terras (ASSENTADA 6. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO 2022).

É incomum a venda ou troca de lotes entre os assentados, boa parte das terras que compõem o assentamento encontra-se em uma área alagável e de reserva legal, representada no mapa (cor verde); área comunitária (cor laranja); área de preservação permanente (cor vermelho). O Mapa 11 apresenta o Parcelamento Dois de Junho.

Mapa 11 – Parcelamento Dois de Junho



Fonte: PDA Dois de Junho (2007).

A diferenciação operacionalizada pelos assentados quanto aos referentes espaciais são dadas de acordo com o nome dos lugares:

Quando você fala Dois de Junho, às pessoas quer saber é de onde : Sete Paus, de Pindaíba, da Rocinha, Ribeirão e os outros Água Santa Capão Guedes. Sete Paus, engloba Capão e Guedes no mesmo sentido, por exemplo, se a pessoa quiser identificar o endereço vai pelo nome do lugar aqui é assim, tem essas referências, mas tudo faz parte do Dois de Junho (ASSENTADA 4. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

A comunidade de Pindaíba compreende os lotes de número 01 a 10 ; a Rocinha os de 11 a 60 e a Sete Paus os lotes de número 60 a 100. É importante destacar que embora existam distâncias físicas consideráveis entre as comunidades, o que prevalece são as relações constituídas entre os assentados.

Rocinha e Pindaíba são mais próximos também tem Sete Paus que já é outra comunidade, lá tem escola, igreja. Mas é uma coisa só todo mundo junto na reunião da associação, às vezes se tem alguma atividade para fazer em grupo, não tem separação, é tudo unido, não tem diferença por causa da distância. As comunidades é uma coisa só é um assentamento qualquer coisa que tem um contribui com o outro (ASSENTADA 6. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

Em Sete Paus vivem cerca de 40 famílias posicionadas a uma distância de mais de 20 km da sede do assentamento, a comunidade possui uma escola de ensino fundamental, uma igreja e um posto de saúde. A foto 4 evidencia a Escola Municipal e o posto de saúde Comunidade Sete Paus- assentamento Dois de Junho.

Foto 4 – Escola Municipal e Posto de Saúde Comunidade Sete Paus



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

Conforme afirma a assentada, a comunidade tem esse nome por causa de uma ponte de madeira (Foto 5), as firmas de eucalipto fazem mau uso tanto da estrada como da ponte que corta o assentamento. *“Sete Paus tem esse nome porque lá tem uma ponte de madeira com Sete Paus, agora mesmo as firmas tá fazendo uma parceria para arrumar a estrada. Essas firmas grandes de eucalipto estragam demais as estradas e a ponte, daí elas vão ter que fazer uma parceria com a prefeitura para arrumar”* (ASSENTADA 4. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

Foto 5 – Ponte de madeira comunidade Sete Paus



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

As Primeiras Políticas Públicas implementadas no Dois de Junho foram o Programa de Governo Luz para Todos e o Projeto de Combate à Pobreza Rural. O Luz para Todos (governo federal) chega ao assentamento em 2007, além das novas instalações, o Programa regularizou a distribuição de energia para as famílias que já moravam na fazenda e utilizavam a rede de distribuição elétrica da sede. Em 2022, observa-se que a totalidade dos residentes do assentamento Dois de Junho possui disponibilidade de energia elétrica.

O Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR/MG<sup>18</sup>) implementado pelo governo de

---

<sup>18</sup> O decreto 44097, de 29/08/2005 e institui o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) através da parceria entre o Governo de Minas e o Banco Mundial, coordenado pela Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (Sedvan) e pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). O programa visa à redução da pobreza no meio rural, de acordo com as especificidades e demanda de cada região. Disponível em: <http://www.idene.mg.gov.br/> Acesso 10 de outubro de 2022.

Minas Gerais com apoio do Banco Mundial, teve como objetivo desenvolver ações que amenizassem a pobreza rural para promover o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas. O auxílio de tal programa resumiu-se à destinação de um trator que, acabou criando problemas entre assentados e terminou não sendo mais utilizado, revelando a precariedade da política pública.

Segundo o INCRA (2017) quando é criado um assentamento as famílias credencia-se para receber o Crédito de Implantação, que compreende as três modalidades: crédito Alimentação, que se destina à aquisição de gêneros alimentícios necessários à subsistência dos assentados e suas famílias, enquanto aguardam os resultados da produção; Crédito Fomento, destinado à aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas e itens indispensáveis ao início da fase produtiva do assentamento; e o Crédito Habitação, destinado à construção das moradias das famílias assentadas, em regime comunitário.

No caso do Dois de Junho, o INCRA liberou um crédito inicial (R \$2.400,00 por família) para aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Além de um valor de (R \$5.000,00 por família) referente ao crédito habitação para viabilizar a compra de materiais a serem utilizados na construção de moradias, no entanto, nem todos moradores foram beneficiados pelo crédito habitacional (PDA Dois de Junho, 2007).

A construção das moradias iniciou-se apenas em 2011, sendo um grande entrave que acompanha as famílias até hoje (novembro/2022) essa é uma luta desde os tempos da ocupação. Das 100 famílias assentadas, restam ainda cerca de 28 sem moradia. Uma liderança do assentamento explica que muitas casas ficaram inacabadas e outras com defeito.

As casas que foram entregues pelo INCRA foram em torno de 71 a 73, e tem as outras pessoas que não receberam as casas e aí construíram com recurso próprio, tem ainda algumas casas feitas de adobe, eles fazem os adobe de barro e constroem as casas. Mesmo assim, muitas das casas que o INCRA construiu não deu para terminar tá só no tijolo, não rebocou nem nada por causa das condições financeiras (ASSENTADA 2. ENTREVISTADA EM OUTUBRO, 2021).

As casas construídas pelo INCRA são de alvenaria e quase todas já tiveram alguma modificação no projeto inicial. De acordo com os assentados as casas são pequenas e à medida que a família vai crescendo é necessário ampliá-la. As fotos 6, 7 e 8 mostram as residências nas comunidades Rocinha, Sete Paus e Pindaíba.

Foto 6 – Residência comunidade Rocinha (*assentado recente*)



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

Foto 7 – Residência comunidade Sete Paus (*assentado recente*)



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

Foto 8 – Residência comunidade Pindaíba (*assentado antigo*)



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

A área comunitária do assentamento fica localizado na comunidade da Rocinha e contém: Galpão da Associação do PA Dois de Junho, Escola Municipal João Eduardo Pereira, Igreja Católica. A Associação PA Dois de Junho, criada em 2001 funciona no antigo galpão de ferramentas do fazendeiro, neste local acontecem os principais eventos como: a comemoração da festa de aniversário do Assentamento, além da realização de leilões.

O Galpão da associação também é o espaço onde os assentados se reúnem mensalmente (na segunda quarta- feira de cada mês) para participarem das reuniões da associação, opinando e questionando sobre as suas necessidades. Na reunião são discutidos assuntos internos do assentamento, escoamento e comercialização dos produtos, organização e realização de eventos, questões relacionadas à regularização dos lotes, questões ambientais, de cidadania, direitos das mulheres. A Foto 9 apresenta um momento de reunião entre os membros da associação Dois de Junho.

Foto 9 – Reunião Associação Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

Em 2022, cinco assentados do Dois de Junho concorreram ao cargo do legislativo municipal (quatro pelo MDB e um pelo PT), sendo que um deles foi eleito (Tone de Páscoa, MDB). O fato de possuir um representante no legislativo municipal facilita a mediação com o poder público municipal nas cobranças de melhorias nas escolas, posto de saúde, estradas e transportes.

Em setembro de 2022 a comunidade da Rocinha passou a contar com um novo prédio para funcionamento da Escola Municipal João Eduardo Pereira, que atualmente atende cerca de 160 alunos e contempla da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, sendo ofertado transporte escolar para as crianças das demais séries cursarem em escolas da cidade de Olhos - d'Água. Fotos 10 Antiga sede da fazenda ocupada pela escola (à esquerda) e novo prédio da Escola Municipal João Eduardo Pereira (à direita).

Fotos 10 – Antiga sede da fazenda ocupada pela escola(à esquerda) e novo prédio da Escola Municipal João Eduardo Pereira (à direita)



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

Desde o início da formação do assentamento, a coletividade, festividade e religiosidade são características marcantes do Dois de Junho. A festa que celebra a conquista da terra, é realizada em dia 2 de Junho, a festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro e a festa do Nosso Senhor Bom Jesus em 12 de agosto são os principais acontecimentos do assentamento, que serve também para reunir amigos, parentes e compadres que moram nas proximidades. A Foto 11 apresenta a Igreja Nossa Senhora Aparecida no Assentamento Dois de Junho.

Foto 11 – Igreja Nossa Senhora Aparecida - Assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

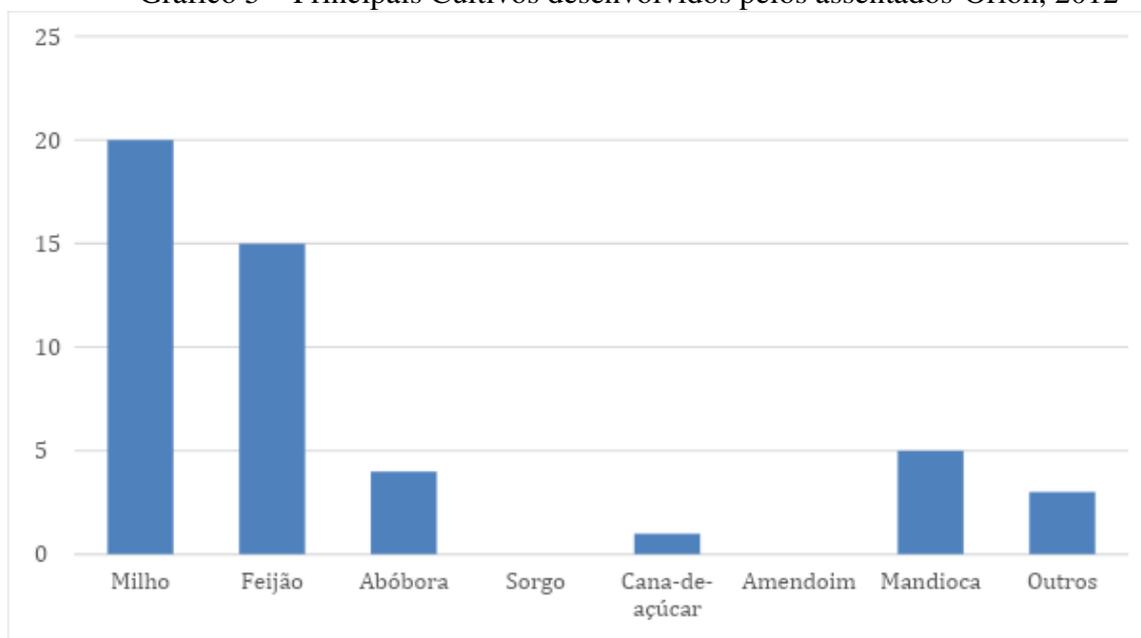
O assentamento possui telefonia móvel e internet, embora em alguns locais ela seja de baixa qualidade. Não há telefonia fixa e alguns imóveis não possuem acesso às redes de televisão. O Assentamento não possui estrutura alguma para o processamento ou armazenagem da produção agropecuária.

Por sua vez, conforme dados da pesquisa de campo no Assentamento Orion vivem atualmente 73 pessoas, sendo 26 mulheres e 47 homens, distribuídas em 25 lotes de 30 ha, a média de idade é de 35 anos. Dentre as 25 famílias, apenas 14 famílias estão cadastradas no INCRA e dispõem do Contrato de Cessão de Uso (CCU) e receberam o Projeto de Apoio Inicial no valor de R \$3.200,00, por família. O Mapa 12 mostra o Parcelamento Orion.



De acordo com informações PDA do assentamento Orion (2012) os assentados possuem origens geográficas diversas, essas famílias advêm de processos de migrações regionais provenientes dos seguintes municípios: Manga, Capitão Enéas, Francisco Sá e Montes Claros, sendo que sua maioria cerca de 80% das famílias são provenientes de Montes Claros. Uma parte significativa dos assentados sobrevivem com as atividades agrícolas e pequenas criações de animais, sendo comum também a venda de dias de serviço nas fazendas próximas com intuito de obterem alimentos e vestimentas etc. O gráfico 5 evidencia os principais cultivos desenvolvidos pelos assentados do Orion.

Gráfico 5 – Principais Cultivos desenvolvidos pelos assentados-Orion, 2012



Fonte: PDA (2012).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Os recursos utilizados para implementação destas atividades são oriundos das famílias assentadas, porém, principalmente do acesso aos programas sociais e de desenvolvimento rural sustentável, como o programa Minas Sem Fome que disponibilizou sementes de milho, sorgo e hortaliças. Após a criação do assentamento algumas famílias assentadas participaram de capacitações voltadas a produção agroecológica de hortaliças em unidades PAIS -Projeto Agroecológico Sustentável, que teve adesão de 5 famílias.

Conforme informações contidas no PDA do assentamento Orion (2012) boa parte das famílias no assentamento tem como principal fonte de renda os benefícios sociais, sendo que 83% das famílias são beneficiárias do programa bolsa família e 17% possuem renda proveniente de aposentadoria. As experienciais e os aprendizados dos projetos coletivos foram

de grande importância para essas famílias, contudo os projetos não tiveram continuidade e suas estruturas foram abandonadas, assim os assentados seguem a produção de forma individual na unidade familiar, desprovida do acesso à água para manter uma área irrigada, sobretudo em assentamentos do semiárido onde esse recurso escasso faz-se tão necessário. Uma das ações coletivas que se desenvolveu no assentamento Orion foi o cultivo de hortaliças através da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável ( PAIS) como mostra a foto a seguir.

Foto 12 – PAIS produção agroecológica Integrada e Sustentável Orion 2012



Foto: Arquivo pessoal dos assentados (s/d).

São três as áreas de uso comunitário no Assentamento Orion, sendo duas localizadas na antiga sede da fazenda e outra localizada em um dos currais, somando um total de 17,4872 ha. Estas áreas deveriam conter: o galpão comunitário, escola, igreja, campo de futebol e quadra poliesportiva. A sede deveria ser reformada e utilizada como posto de saúde, outra casa que atualmente serve de sede da associação seria utilizada para o mesmo fim e para a realização de cursos e depósito de produtos (PDA, 2012).

Contudo, até o presente momento (2022) constatamos em pesquisa de campo que não existe escola dentro do assentamento Orion, desta forma os alunos precisam se deslocar diariamente para escolas localizadas nas comunidades Santana da Serra ou no povoado de Orion. O deslocamento dos alunos é feito de ônibus e devido às precárias condições das estradas é necessário andar mais ou menos 1 km até o ponto de ônibus. Em alguns períodos do ano as estradas ficam intransitáveis, fazendo com que os alunos percam aulas, o que aumenta os índices de evasão escolar. Muitos jovens e adolescentes se veem obrigados a trabalhar nas

lavouras ou a procurar um emprego nas áreas próximas ao assentamento para complementar a renda familiar. O acesso à saúde é realizado nos distritos de Orion ou Santana da Serra. A tabela 11 evidencia a área comunitária do assentamento Orion.

Tabela 11 – Áreas comunitária assentamento Orion

Área total de lotes	872,2482 ha.
Área Comunitária 01	5,5026 ha.
Área Comunitária 02	1,6454 ha.
Área Comunitária 03:	6,2998 ha.

Fonte: PDA (2012).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

O assentamento Orion possui quatro poços artesianos perfurados, mas apenas um está sendo utilizado pelos assentados para o abastecimento de água e funciona de forma precária, visto que não há uma rede de distribuição de água para as residências dos assentados.

No Plano de Desenvolvimento do Assentamento Orion (2012) encontram-se estabelecidos projetos comunitários e projetos sociais básicos na área de saúde, saneamento, habitação, educação e lazer. No campo educacional previa-se a realização de oficinas de trabalho teórico e prático no próprio Assentamento, enfocando a educação popular e a educação ambiental e a formação de monitores locais para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos - EJA. No campo da saúde e saneamento previa-se formação de três agentes de saúde para o atendimento a população do assentamento, construção de fossas absorventes e a coleta de lixo domiciliar, juntamente à construção de poços artesianos nos lotes para o consumo de água potável nas moradias dos assentados, compra e distribuição de filtros e distribuição de hipoclorito de sódio, na área de lazer, o PDA preconizava também a construção de quadra poliesportiva e campo de futebol.

A implantação do subprograma de habitação visava a construção de moradias, proporcionando às famílias assentadas condições dignas para viver e produzir. Os assentados deveriam ter acesso ao Crédito Instalação na modalidade Aquisição de Materiais de Construção. Este crédito tem valor total de R\$15.000,00/família para a construção de uma casa com o mínimo de 60 m<sup>2</sup>, com instalação sanitária, abastecimento de água e rede elétrica.

Contudo, durante trabalho de campo realizado em 2021, e conforme os resultados das entrevistas, a maioria desses programas e ações ainda não foram implementados, algumas das famílias do Orion residem nas estruturas da antiga Fazenda Serra Talhada e outras tiveram que construir suas casas com recursos próprios

Até hoje no Orion não tem nenhuma casa construída pelo INCRA, tá pra liberação pode ser que esse ano saia alguma coisa (...)Tinha assentado que estava vivendo em péssimas condições e sem dinheiro pra fazer sua casa, então registramos em ata, e emprestamos a sede pra ele morar até que vem o recurso para construção das casas, eles passaram uma mão de cal por conta própria dele (ASSENTADA 05. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO, 2021).

A antiga sede da fazenda onde deveria funcionar a associação comunitária Orion teve que ser emprestada aos assentados que não estavam dispendo recursos para construção de suas casas. As fotos 13 apresentam moradias dos assentados do Orion improvisadas em estruturas da antiga fazenda.

Fotos 13 – Moradias dos assentados do PA Orion improvisadas em estruturas da antiga fazenda



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

A energia elétrica foi implementada no assentamento apenas em 2013, com recurso do programa de universalização da CEMIG. A precariedade vivenciada pelas famílias no Orion perpassa a uma questão política, e de certo modo revela o abandono do Estado para com os os assentados. *O Órion, desde do início, vem de muita turbulência, há uma disputa pra saber quem manda mais entre os assentados, pelo fato de ter tido morte no assentamento querendo ou não o INCRA afasta, congela, fomos largados à própria sorte* (ASSENTADA 3. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO, 2021).

O cotidiano de vida dos assentados apresenta singularidades inerentes ao lugar, mas também recebe influências externas. Essas singularidades estão relacionadas às dificuldades de viver num assentamento rural em precárias condições de moradias, mobilidade e acesso

limitado a bens e serviços públicos. Essas condições decorrem das inadequações das políticas públicas e a maneira como elas realmente se efetivam no território. O gestor municipal atende em parte as reivindicações das famílias assentadas, a associação Comunitária Assentamento tem buscado parcerias para superar os diversos obstáculos.

há uns três anos eu casei e mudei para cá, então estava tudo estacionado, não tinha união, as pessoas eram bem complicadas de tá lidando, como já tenho experiências com associação, porque ajudava em Francisco Sá, começamos a pôr as coisas pra andar buscando apoio da Emater, do prefeito. A gente começou a buscar recursos, pegamos a associação que também estava congelada, cheia de dívidas, não tinha dinheiro. Colocamos ela atualizada tanto na receita como no INCRA agora ela é reconhecida. O deputado tem nos ajudado muito na titulação da terra, tinha 10 anos as pessoas não tinham o nem o documento provisório agora já passou para o CCU definitivo (ASSENTADA 02- ENTREVISTADA EM DEZEMBRO, 2021).

As reuniões das associações desempenham um papel importante no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida dos assentados. Essas reuniões proporcionam um espaço de diálogo, participação na tomada de decisões coletivas promovendo a organização e a mobilização desses sujeitos. A foto 14 apresenta a reunião da Associação do assentamento Orion.

Foto 14 – Reunião Associação Assentamento Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

Tendo discutido os elementos que, a nosso ver, caracterizam os espaços dos assentamentos estudados, podemos afirmar em síntese que os assentamentos Orion e Dois de Junho constituem frações territoriais sempre inacabadas, e em permanente construção, em meio

a avanços e retrocessos, continuidades e rupturas que são reveladas por suas principais características: a) a história/trajetória de vida do campesinato Sem Terra e hoje assentado, marcada pelas diferentes formas de subordinação e exploração; b) a morosidade do Estado na efetivação dos processos de criação e constituição dos assentamentos; c) o caráter conflituoso entre o campesinato, Sem Terra (ou com pouca terra) e os fazendeiros; d) os aprendizados com as experiências coletivas; e) e mesmo as contradições internas aos assentados, gerando por vezes conflitos de interesse e dificuldades na condução da afirmação do assentamento.

No primeiro momento, as demandas das famílias se voltam há um conjunto de ações que não são apenas responsabilidades do Incra. Nos dois assentamentos estudados, o INCRA ficou responsável por providenciar estradas, rede de energia elétrica, poços artesianos, rede de abastecimento de água, assessoria técnica e a liberação de créditos, inclusive para construção das casas. De parte das Prefeituras, a contribuição vai desde convênios com o Incra para realizar as obras no assentamento, passando pelo acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, serviços voltados à estruturação familiar e produtiva, abastecimento emergencial de água, reparos imediatos de estradas, entre tantos outros.

O conjunto de demandas possíveis dos assentados ao Poder Público Municipal depende tanto das condições disponíveis nas prefeituras (máquinas, combustíveis, profissionais etc) como da relação com os agentes responsáveis pela concessão desses serviços. Os assentados do Órion foram incorporados nos serviços de saúde e educação já existentes, assim como na assistência social, embora necessitem de uma escola própria no assentamento. No caso do Dois de Junho o ingresso dos assentados no município trouxe uma representatividade em termos populacionais e, potencialmente, em número de votos (já que se trata de município de baixo patamar populacional), e são 400 pessoas os residentes nesse assentamento. Quanto ao Orion, observamos que existe um certo distanciamento do poder público municipal, bem como da instituição que presta assistência técnica no assentamento, isso fica explícito pelos questionamento de seus agentes “ por que você escolheu trabalhar com esse assentamento”; “Qual o critério você utilizou”; “lá não tem nada interessante”; “esse assentamento é o menos desenvolvido do Município”, como pudemos ouvir algumas vezes em trabalhos de campo.

Ainda no caso do Órion, mesmo após 14 anos, o crédito de instalação não chegou às famílias assentadas. A demora de 6 anos para elaborar o PDA, documento essencial para a construção da comunidade, já demonstra o descaso do Estado em relação às famílias assentadas. Soma-se a isso a ausência do crédito do PRONAF A, em um contexto em que sequer as moradias foram construídas e a paralisação dos serviços de ATER aprofunda a realidade e desalento das famílias no Orion.

Em nossas idas e vindas dos trabalhos de campo, tentamos identificar alguns grupos sociais que vivem nos assentamentos, observamos a forma desses sujeitos trabalharem com a terra, a relação que desenvolvem com sujeitos internos e externos e a lógica produtiva. No assentamento Dois de Junho e no Orion há pelo menos dois grupos. Primeiramente temos *assentados antigos* que participaram da ocupação ou tiveram familiares presentes no momento de luta pela terra. No caso do Dois de Junho estão incluídos ainda sujeitos que foram assentados pelo INCRA para regularização fundiária. Trata-se de trabalhadores que viviam e trabalhavam nas terras da antiga fazenda da Rocinha, contudo não possuíam documento legal das mesmas. Esses trabalhadores sobrevivem basicamente de aposentadoria e do trabalho na terra, além de possuírem pequena criação de gado, suínos e aves. Para eles o assentamento é um trunfo, uma conquista, lugar de vida, trabalho, sossego, liberdade. A produção se realiza mediante trabalho familiar, utilizando ainda o trabalho temporário em alguns casos tais como: (roçar manga, “limpar uma roça” colheita, construção de cerca, etc); A maior parte do trabalho é feita de forma braçal com pouco uso de tecnologias ou maquinários.

Um segundo grupo é formado por “*Assentados Recentes*” e geralmente é integrado por uma população mais jovem, seus vínculos são muito mais externos do que internos, visto que possuem, além de atividades dentro do assentamento, outras atividades na cidade, no comércio, escola, prefeitura, empresas do setor de silvicultura e fazendas de gado. Essas pessoas conseguiram o lote no início ou por herança de seus familiares. No Orion, devido a venda de lotes, há moradores que residem a menos tempo. No Dois de Junho observa-se que embora os *assentados recentes* não tenham participado do processo de construção da luta pelo território, os mesmos possuem um bom relacionamento e estabelecem relações de sociabilidade e solidariedade com os *assentados antigos*. Já no Orion há muitas situações de conflitos entre os *assentados antigos* e os *assentados recentes*, sendo menos densas e significativas as relações de sociabilidade e solidariedade entre eles. O quadro 5 aponta as principais contradições nos assentamentos estudados.

Quadro 5 – Principais contradições nos assentamentos Dois de Junho e Orion

Assentamentos	Contradições
<b>Dois de Junho</b>	Exploração clandestina de ouro nos lotes dos assentados, levando a problemas de uso do solo e água.
<b>Orion</b>	Venda de alguns lotes para terceiros, o que provocou alterações nas relações internas.

Fonte: Trabalho de campo, 2022.  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

A organização política e a luta pela terra culminou na criação dos assentamentos rurais com o parcelamento do território, desse modo os sujeitos passaram a se organizar tanto politicamente como socialmente na busca da construção de um território camponês autônomo.

## **2.6 Organização dos espaços de produção e trabalho nos Assentamentos**

Agroecologia é um meio de produção de vida e de sustento, no início do assentamento tivemos cursos e treinamentos para falar de agroecologia, como a gente ia fazer pra tirar o sustento dentro da própria comunidade, produzindo em parceria ou individual. A agroecologia é o plantio de hortaliças, feijão é apicultura é você trabalhar com várias coisas ao mesmo tempo, uns já sabiam produzir outros aprendeu a produzir usando o adubo orgânico ao invés do químico, os cursos ensinavam a ter uma sustentabilidade uma coisa mais saudável (ASSENTADA 02- ENTREVISTADA EM ABRIL, 2023).

Nesse item buscamos elementos que ajudem a compreender como as famílias assentadas do Dois de Junho e do Orion organizam territorialmente as unidades de produção. Os usos do território pelos camponeses são baseados no trabalho familiar, na produção de alimentos agroecológicos, na relação com a natureza, na luta por uma maior autonomia, bem como na tentativa de manter elementos que fazem parte do seu modo de vida. Para o camponês, há uma indissociabilidade entre terra, trabalho e família, esses sujeitos têm a terra como meio que garante o sustento e a reprodução da família.

Há uma diversidade de camponeses nos assentamentos rurais, há camponeses marginalizados, camponeses mais capitalizados, camponeses menos capitalizados. Shanin (2008) adverte que antes de tudo o camponês é um sujeito resiliente. No decorrer da sua vida, o camponês desenvolve diferentes estratégias de resistência e de reprodução. Bartra (2010) discute que ao camponês não cabe reducionismos, dada a complexidade e especificidades de cada assentado, assentamento e mesmo do quadro territorial em que se inserem.

Nos assentamentos Dois de Junho e Orion nem toda a força de trabalho é absorvida dentro dos próprios assentamentos, desse modo, muitos trabalhadores precisam vender dias de serviços nas fazendas, nos sítios ou mesmo nas cidades próximas em atividades não vinculadas à agricultura (comércio, motorista, doméstica, carvoaria etc). Há ainda, por exemplo, no Dois de Junho, trabalhadores assalariados que prestam serviços para as firmas de produção de eucaliptos localizadas em Olhos - d'Água e o assalariamento de forma pendular ocorre principalmente com assentados mais jovens.

**Hoje é difícil sobreviver apenas do trabalho no lote**, isso tornou bem complicado porque a maioria das famílias que vieram pra cá, já tinham alguma dificuldade, já viviam em um patamar de carência e não conseguiam se sustentar nem na cidade nem no campo, essas pessoas não tem condições de tá investindo em plantio, irrigação, hoje essas coisas é tudo caro, **a maioria planta alguma coisa, mas muitas vezes não dá nem pra comercializar, os projetos que tem no município não dá pra atender todo mundo. Posso dizer, que uns 80% dos assentados tem uma renda extra que não é atividade dentro do lote, os homens trabalham em firmas de eucalipto, as mulheres trabalham na prefeitura. Tem muita viúva, muita gente que vive de aposentadoria, muitos já moram aqui há mais de 20 anos e sobrevivem dentro dessa perspectiva**, é lógico que não deixam de produzir tá sempre plantando alguma coisa, mas também não tem condição de sobreviver apenas do trabalho no lote (ASSENTADA-2 ENTREVISTADA EM NOVEMBRO 2022, grifos nossos).

O trabalho familiar camponês é entendido neste estudo como a transformação da natureza, a fim de prover o sustento das famílias garantindo a permanência na terra conquistada. O trabalho familiar camponês não é pautado pela lógica do capital, na exploração da força de trabalho alheio, ele é condição de sua autonomia e permanência na terra conquistada. Segundo Mézsáros:

O poder do homem de objetivar a si mesmo por intermédio de seu trabalho também é um poder especificamente humano. Ele também deveria manifestar se como “objetivação da vida genérica do homem” e encerra características inerentemente humanas, na medida em que permite ao homem contemplar “a si mesmo num mundo criado por ele” e não somente no pensamento (MÉSZÁROS, 2007, p. 145).

Dentre os assentados do Órion, às 05 famílias entrevistadas afirmaram utilizar a mão de obra familiar, já no Dois de Junho, dos 24 produtores entrevistados, 17 utilizam apenas a mão de obra do grupo familiar, enquanto os demais assentados afirmaram que em determinados períodos do ano precisam contratar dias de serviço. Um fator interessante observado no Dois de Junho é o envelhecimento da população, o que acarreta a falta de mão de obra, em alguns casos há apenas um membro da família que se dedica à produção no lote e os outros trabalham na cidade, desenvolvendo outras atividades não vinculadas à agricultura.

Na divisão social das atividades de produção, geralmente, as mulheres se ocupam com trabalhos mais "leves", como fabricar farinha, queijos, requeijões, doces, biscoitos e rapadura. Em seus diversos estudos sobre contextos rurais brasileiros, Paulilo (1987) verificou nas famílias camponesas a existência de categorias consideradas como trabalho “leve” e trabalho “pesado”. A autora coloca que o trabalho “leve” está sempre relacionado a tarefas realizadas por mulheres e crianças, enquanto o que é considerado trabalho “pesado” é de restrita incumbência masculina. No entanto, ela mostra que aquilo que é considerado trabalho “pesado” e de responsabilidade masculina em um lugar pode ser considerado trabalho “leve”, quando atribuído a mulheres e crianças, essa compreensão geralmente ocorre de forma diferenciada

quando se trata de regiões distintas. A foto 15 mostra o assentado preparando a terra para o plantio no assentamento Orion.

Foto 15 – Assentado preparando a terra para o plantio no assentamento Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

De maneira geral os homens são responsáveis pelo trabalho mais pesado, que exige maior esforço físico, como o plantio e limpeza das roças. Muitas vezes a base da força de trabalho é a do casal, em alguns casos auxiliado pelos filhos e por mão de obra acessória paga por dia ou em sistema de troca de serviços, em atividades semelhantes. As práticas de mutirão também são comuns entre os agricultores que residem próximo, sobretudo em atividades como “descascar mandioca,” ou “bater feijão”.

A avaliação empírica da pesquisa nos assentamentos rurais (Dois de Junho e Orion) nos levam também à reflexão sobre a importância do trabalho feminino, bem como os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres no campo norte-mineiro. As mulheres representam uma importante parcela da força de trabalho familiar nos assentamentos, sendo que, em alguns casos, elas são as próprias gestoras de seus lotes, devido a motivos diversos, tais como: abandono do parceiro, doença ou falecimento. Cabe ressaltar ainda que algumas mulheres acumulam uma dupla jornada de trabalho quando conseguem um emprego fora do assentamento, dividem uma rotina de cuidados do trabalho da casa, no lote e ainda se dedicam a atividades diversas na cidade ou nas fazendas próximas. Contudo, e recentemente, seus parceiros começaram a ajudar nas tarefas domésticas, sobretudo na agroindústria artesanal, tais como: fabricação de requeijão, queijos, doces, farinha etc.

Segundo Chayanov (2014), a reprodução do campesinato é dependente da forma como o camponês organiza a sua unidade familiar de produção. O orçamento de produção é o conjunto de ações organizadas visando a previsão e a provisão da unidade produtiva, ou seja, as atividades criadas e geridas pelos camponeses são direcionadas para o presente com previsibilidade no futuro. Podemos observar tais aspectos, quando se constata por exemplo o cuidado com as sementes<sup>19</sup>, como pudemos averiguar no assentamento Dois de Junho (Fotos 16).

Fotos 16– Assentado selecionando sementes, guardadas em recipientes fechados para o plantio no ano seguinte - Assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

Tal prática camponesa, além de permitir a construção de um processo de autonomia em relação ao mercado de insumos, representa a construção também de um patrimônio cultural e genético livre de agrotóxicos e manipulações genéticas. Na organização da unidade de produção, os assentados detêm o conhecimento e o cuidado em selecionar as sementes, se preocupam com o que plantam e, em que época se planta, pensando em uma colheita de um

<sup>19</sup>Segundo Paulino e Gomes (2015 p. 1-3) “O banco de sementes não é algo recente no mundo rural”. Ele representa a construção de uma nova simbologia em torno de suas práticas sociais e resgate genético, que se tornou exemplar, enquanto manifestação agroecológica que busca retomar a tradição do campesinato”, são as chamadas Sementes da Paixão. A pesquisa dos autores revelou que, na Paraíba, antes da liberação dos agricultores para produzir e comercializar sementes, estes, de certo modo, estavam subordinados às políticas de distribuição de sementes, geneticamente tratadas, pouco adaptadas às práticas de cultivo dos agricultores, por serem dependentes de insumos químicos. Somente a partir da nova Lei de Sementes e Mudanças, de 05 de agosto de 2003, os agricultores puderam produzir, estocar, trocar e vender entre si as sementes crioulas.

alimento saudável e livre de contaminação com veneno. Na pesquisa de campo, de um total 28 entrevistados sendo 23 no Dois de Junho e 05 no Orion, apenas 6 afirmaram que usam agrotóxico, o que equivale a 21% da amostra. *Quando tem besouro tem que usar um pouco, principalmente quando você planta melancia (ASSENTADO 4.ENTREVISTADO EM NOVEMBRO 2022).*

São reconhecidos três ambientes com intenso manejo pelos moradores “manga”, “roça” e “quintal”. O primeiro nome se refere às áreas de pastagem. As roças, evidentemente, são as terras destinadas aos cultivos agrícolas, milho, feijão, mandioca, abóbora. Os quintais são espaços em torno das residências, que reúnem uma diversidade de plantas.

Outra característica importante em relação aos aspectos da produção nos assentamentos refere-se ao consórcio de culturas (foto 17) essa é uma importante técnica usada na produção uma vez que reduz o tempo gasto no trabalho já que o preparo do solo para o plantio das diferentes culturas ocorre de forma conjunta. Desta forma, além de reduzir o tempo dispensado ao trabalho, a produção consorciada possibilita maior produtividade e conseqüentemente uma renda maior às famílias assentadas.

Foto 17 – Roça consorciadas: feijão e abóbora – Assentamento Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

O milho é um produto que se encontra presente em todas as residências nos assentamentos Dois de Junho e Orion geralmente é usado para consumo humano bem como para servir de alimentos para pequenas criações de gado, galinhas e suínos. Vale ressaltar que no caso do Dois de Junho como boa parte dos assentados têm acesso a água em suas casas, eles

produzem o milho o ano todo para vender nas feiras em Bocaiúva e Olhos - d'Água..O acesso à água, além de viabilizar a irrigação, da constância produtiva, sem a dependência exclusiva, ao calendário agrícola das chuvas.

Foto 18 – Roça de Milho Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

Foto 19 – Roça de Milho - Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

O assentamento Dois de Junho desenvolve hortifruticultura irrigada e possui quintais produtivos, já o assentamento Orion, por dispor de menos acesso à água, não tem quintais produtivos estruturados e dedica-se basicamente à produção de culturas de sequeiro e

tubérculos. Os quintais produtivos constituem atividades camponesas essenciais para a organização da unidade familiar. Boa parte dos alimentos consumidos pelas famílias, como frutas, verduras e aves, além de ervas medicinais, são cultivados e retirados desses espaços (Foto 20).

Foto 20 – Quintal produtivo - Assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

O quintal é a extensão da casa, é nele que se combinam os elementos de acesso imediato para a reprodução do campesinato. É o espaço da coletividade, dos recursos disponíveis para as famílias camponesas. Ele é pomar, farmácia, canteiro, dispensa, poleiro, cozinha, entre outros equipamentos, cujas famílias têm obrigação moral de mantê-lo funcionando, em uma equivalência de uso, entre iguais, pois, também, auxilia a reprodução (MOTTA SANTOS, 1986).

As infraestruturas e equipamentos são em geral muito simples: casa, paiol, motor, sistema de irrigação com água do açude nascente protegida, galinheiro, chiqueiro, arado e carroça, triturador de milho, assim como as técnicas de produção: capina, utilização de estratos diversos, solo coberto com palha, adubação com esterco de gado bovino e das aves, consórcio de plantas. A foto 21 mostra triturador de milho e carroça – assentamento Dois de Junho.

Foto 21 – Triturador de milho e carroça – assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

As culturas de maior representatividade, são aquelas que fazem parte da base alimentar das famílias assentadas e de certo modo também dos habitantes da região. As Tabelas 12 e 13 demonstram os quantitativos e os tipos de produtos originados nos Assentamentos, com base em informações obtidas através de questionário aplicado a amostra pesquisada em trabalho de campo.

Tabela 12 – Representatividade das culturas plantadas pelos assentados entrevistados Dois de Junho (2022)

<b>Tipo produto</b>	<b>Produção média (anual)</b>
Feijão	3.600kg
Milho	18.000kg
Mandioca	2.200kg
Banana	500kg
Abacaxi	350kg
Laranja	200kg
Hortaliças	1000kg
Melancia	700kg

Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Tabela 13 – Representatividade das culturas plantadas pelos assentados entrevistados Orion

<b>Tipo produto</b>	<b>Produção média (anual)</b>
Feijão	480kg
Milho	900kg
Mandioca	250kg
Abóbora	50kg

Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

No que se refere à criação de animais, constatamos que as criações servem tanto para o consumo do grupo familiar quanto para realizar algum tipo de trabalho no lote, ou ainda pode funcionar como uma poupança a ser utilizada pelas famílias em diversas situações, tais como arcar com despesas de casamentos dos filhos e problemas de saúde etc. A foto 22 mostra uma pequena criação de vacas leiteiras no Dois de Junho.

Foto 22 – Pequena criação de vacas leiteiras- Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

Durante a pesquisa realizada, perguntamos aos assentados sobre a finalidade de criação dos animais, tendo em vista a pequena quantidade nos lotes, as famílias responderam que os animais de grande porte, como equinos e bovinos, auxiliam em trabalhos pesados, como “puxar

madeira”, “carrear milho e feijão” e ainda podem ser vendidos permitindo, um maior retorno financeiro às famílias. Já as criações de pequeno porte, como suínos e aves, servem para o abastecimento das famílias. Sua comercialização só ocorre quando a reprodução é superior às necessidades do grupo familiar. É importante ressaltar que além das aves servirem como fonte de proteína animal, a produção de ovos auxilia na formação de renda, tendo em vista que as famílias assentadas tanto podem comercializar o produto direto na feira como podem utilizar para fabricação de pães e biscoitos caseiros.

Na produção do leite e derivados do leite observou-se que tanto os assentados do Dois de Junho como os do Orion mantêm a tradição de produzir manteiga de garrafa, doces, queijos, requeijão, prática que se deve a vários fatores, dentre eles, as dificuldades na produção em escala, armazenagem e escoamento do leite. Perguntados sobre a finalidade da produção, obtivemos as seguintes respostas. No Dois de Junho 26% dos entrevistados produzem só para o consumo, ao passo que 73,3% produzem para o consumo e vendem o excedente da produção. No Orion 40% das famílias produzem só para o consumo e 60% produzem para o consumo e também comercializam a produção.

Uma das questões abordadas nos questionários aplicados aos assentados no Dois de Junho e Orion indaga sobre a renda média resultante da comercialização dos produtos da agropecuária, com as seguintes opções de respostas: até 1 salário mínimo; 1 a 2 salários mínimos; mais de 3 salários mínimos. De um total de 29 entrevistados nos dois assentamentos, 22 responderam que a renda média por família, ou seja, aquela advinda do trabalho na terra, é de até um salário mínimo 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais, para o ano de 2022), sendo que 7 assentados no assentamento Dois de Junho afirmaram não possuírem renda advindas das atividades agrícolas.

A Tabela 14. Principais atividades econômicas desenvolvidas no assentamento Orion, foi elaborada através de informações fornecidas pela presidente da associação do Assentamento, em trabalho de campo realizado em dezembro de 2022. É importante ressaltar que nossa informante de campo mantém um bom relacionamento com os assentados, além de possuir um conhecimento preciso do assentamento, bem como das famílias assentadas. Para elaboração do quadro a informante foi citando o nome dos moradores e as respectivas atividades desenvolvidas em cada lote, dessa forma obtivemos as seguintes respostas.

Tabela 14 – Atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados do Orion-2022

Atividades desenvolvidas	Nº assentados
Trabalho na terra	25
Aposentadoria	13
Benefício social	8

Fonte: Trabalho de campo, 2022.  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

A renda proveniente do trabalho na terra, do excedente de produção, é de suma importância na manutenção das famílias assentadas no Orion. De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, 100% das famílias trabalham na terra e 50% possuem algum indivíduo aposentado no grupo familiar, o que não significa que os mesmos não têm mais disponibilidade para o trabalho, pois embora estejam aposentados ainda continuam trabalhando em seus lotes. 32% do total de assentados do Orion recebem algum benefício social, como por exemplo o Bolsa Família.

No caso do Dois de Junho, devido à extensão territorial do assentamento e ao grande número de moradores, não foi possível aplicar a mesma metodologia, ou seja, estratificar os dados das atividades econômicas por lote dos assentados, sendo assim obtivemos essas informações por meio das entrevistas realizadas. É importante frisar que as assertivas não eram excludentes, portanto havia mais de uma opção de respostas, 80% das famílias possuem algum indivíduo que desempenha trabalho fora da unidade de produção e 50% das famílias possuem algum indivíduo aposentado no grupo familiar.

Tanto no Dois de Junho como no Orion a renda das aposentadorias dos beneficiários idosos contribui para satisfazer as necessidades básicas de consumo do grupo familiar, além de permitir algum investimento na unidade de produção e arcar com despesas de medicamentos.

Aqui no assentamento na maioria das vezes as pessoas que são aposentadas convivem só os dois mesmo na casa, e ainda tem uns que tem filho que mora junto e sobrevivem só da aposentadoria. **Tem alguns que não tem espírito para trabalhar, quer dizer assim a pessoa não tem saída, ele não consegue fazer uma horta, plantar uma verdura, um milho um feijão então quando não tinha aposentadoria era aquele sofrimento por falta das coisas até pra alimentar porque moram em terras boas, são pessoas que são posseiros que nasceu e criou ali mas não tem aquela atitude aquele desenvolvimento de saber que a gente precisa plantar para comer e ajuda no salário que entra no dia a dia, essa família conheci ela assim e continua assim até hoje**, a filha não pode sair de perto porque depende dela pra tudo, para pegar um pagamento ela precisa ir junto, não tem coragem de ficar sozinha (ASSENTADA 1. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022 grifo nosso).

Conforme fala da entrevistada, é possível reconhecer uma cultura própria e de certo modo bem difundida entre os assentados, que os diferencia entre "trabalhadores" e os que "não

*tem espírito para trabalhar*”. As famílias que *“plantam”* e *“tem uma criação de gado”*, possuem *“uma condição melhor de vida”*, são aquelas que têm um *“lote mais arrumado”* que tem as *“casas mais bonitas”*, portanto são *“pessoas trabalhadoras”* e que produzem. Já outros *“não tem espírito para trabalhar”*, *“a pessoa não tem saída”*, e que *“não planta”*, não possuem bens materiais visíveis, são tidos como os que *“não trabalham”*.

Tem outras famílias que já tem uma condição melhor de vida, porque o marido tem uma criação de gado, e assim são pessoas que plantam, mais a maioria são idosos, são pessoas que não estão aguentando mais trabalhar, vive mais mesmo é só os dois na casa, porque jovem mesmo que vive no assentamento é o mínimo, porque quase não tem, e os que têm sai pra trabalhar fora, em firmas, os aposentados ainda planta alguma coisa, não é muito é mais ajuda no consumo (ASSENTADA 3. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

No Orion, as aposentadorias servem para o atendimento das necessidades de consumo bem como para compra de remédios, realização de exames, compra de alimentação para os animais etc.

Aqui, as aposentadorias ajuda na renda da casa, ajuda na compra de remédios porque chega uma certa idade, precisa de remédios, precisa fazer exames serve também para compra de alimentos para os animais porque a renda no campo tem época que é boa, mas tem época que não dá pra salvar muita coisa (ASSENTADA 2. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO, 2022).

A seguir, abordaremos o alcance das políticas Públicas nos assentamentos pesquisados evidenciando, as diversas dificuldades que as famílias assentadas encontram para se reproduzirem e permanecerem na terra conquistada.

Como vimos nos dados apresentados, sobre o sistema produtivo dos assentamentos envolve, predominantemente, o cultivo de grãos, hortaliças, frutas e tubérculos, criações de gado leiteiro, aves e suínos. Tais sistemas dependem de toda uma infraestrutura, acesso à água, insumos, informação, créditos, mercados, o número de pessoas que compõem grupo familiar, dentre outros fatores. Procuramos oferecer aqui um retrato que evidencie os aspectos produtivos e da comercialização da produção nos assentamentos.

## **2.7 O alcance das políticas públicas nos Assentamentos**

De acordo com Grisa e Schneider (2015), às políticas públicas podem ser caracterizadas como a materialização de diferentes ideias ou representações de mundo, elaboradas por distintos atores sociais em mecanismos de interferência estatal na realidade de um determinado país, região, estado ou território.

As políticas públicas surgem à medida que os sujeitos passam a entender as suas reais necessidades e se organizam a fim de pressionarem o Estado para que se suas obrigações legais se façam cumprir na prática. A Política Pública quase sempre parte do Estado e é pensada de cima para baixo.

Ao longo da história do país, os agricultores camponeses sempre estiveram à margem das políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro. A agricultura camponesa só passou a ser sistematicamente atendida e reconhecida pelo Estado a partir da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior do MDA em 2001 (GRISA e SCHNEIDER, 2015), todas elas oriundas dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Avaliando as políticas públicas para a chamada agricultura familiar no Brasil contemporâneo, Grisa e Schneider (2015) destacam três gerações de políticas públicas. A primeira geração é caracterizada pelo foco na construção da identidade setorial agrícola e agrária, destacando-se o PRONAF, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), a ATER e os próprios assentamentos de reforma agrária. A segunda geração tem como foco a formação do social e estratégias assistencialistas para o meio rural, a partir do PRONAF infraestrutura, Garantia-Safra, Programa de Habitação Rural (PNHR) e Bolsa Família. A terceira geração, baseia-se na busca de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, tendo como referências o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ambos criados nos governos Lula da Silva – PT), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), agroindústrias, selos e certificados.

No período que antecede as décadas de 1960 e 1970, as políticas agrícolas privilegiavam os setores mais capitalizados da agricultura, que produziam gêneros agrícolas destinados ao mercado externo, como café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja e algodão. O Estado também desenvolveu ações com o objetivo de promover a pesquisa agropecuária através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), de oferecer tecnologia e assistência técnica com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e garantir o seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) (GRISA, 2010).

Posteriormente, houve a criação do Projeto Nordeste, política que conjugava outros programas, dentre eles o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), com o intuito

de erradicar a pobreza no campo e favorecer a produção e a produtividade agrícola através do apoio à produção e do Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR). O PAPP perdurou até 1995, quando foi transformado em Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

Grisa e Schneider (2015) enfatizam que essas políticas se baseavam no referencial agrícola e agrário. De um lado essas políticas eram marcadas por forte viés econômico, por outro lado, pelos problemas agrários em relação à propriedade da terra.

Nos anos de 1990, mais precisamente em 1994, ocorreu o I Grito da Terra, manifestação organizada por vários movimentos camponeses. Em 1995 e 1996, os massacres de Corumbiara e Carajás, respectivamente, trouxeram à tona a questão agrária brasileira. Tudo isso contribuiu para que o Estado reconhecesse a agricultura camponesa em suas políticas públicas.

É nesse contexto que, em 1996, foi criado o PRONAF, política de crédito rural que permite a capitalização e a consolidação no mercado dos agricultores camponeses. O termo utilizado nessa política é o de agricultura familiar, sendo Ricardo Abramovay um dos precursores da vertente no país. Posteriormente, outras políticas públicas destinadas à agricultura camponesa foram criadas como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa Garantia Safra e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

As políticas públicas criadas nesse período tinham o intuito de capitalizar os camponeses, garantir preços mínimos e oferecer assistência técnica. Desta forma, o viés econômico não deixou de existir, mas abarcou o social e o assistencial na agenda política dos governos (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Nos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do Partido dos Trabalhadores-PT, 2003-2016) houve a difusão de políticas públicas como o Fome Zero, o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. Nesse mesmo período, houve a criação do Programa Garantia de Safra e do Programa de Habitação Rural (PNHR) em 2003, sendo que este último a partir de 2009 compõe o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Em 2003, o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais foi substituído pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Em 2008, houve a implantação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que teve como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade no meio rural, ou seja, propondo o desenvolvimento rural por um viés que não é o produtivo (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Os temas fome e segurança alimentar e nutricional passaram a compor as principais ações políticas desses governos, a criação do Ministério Extraordinário de Segurança

Alimentar e Combate à Fome e a implementação do Programa Fome Zero (TRINCHES; GRISA, 2015).

Tais políticas voltadas à agricultura familiar exigem a chamada Declaração de Aptidão ao Pronaf, documento que, de acordo com o MAPA (2022), é a identidade do agricultor familiar, pois ela permite o acesso das famílias agrícolas em pelo menos 15 diferentes políticas públicas, como financiamentos (Pronaf), crédito habitação, cursos profissionalizantes (Pronatec), etc.

Tem direito ao documento os agricultores familiares tradicionais; pescadores artesanais; aquicultores; silvicultores; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).<sup>20</sup>

No documento consta os dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois ela é dotada de informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. Esse documento é expedido aos agricultores familiares de forma gratuita.

No Norte de Minas, a Emater é uma das entidades do executivo estadual habilitada para emissão da DAP. O agricultor familiar que demandar crédito através do Pronaf deverá apresentar a DAP ativa, no entanto, além desse documento é necessário atender às exigências de cada linha de crédito do programa, exigências que quase sempre inviabilizam o acesso de assentados a todas as políticas públicas a que tem direito.

Embora seja de grande relevância no contexto do acesso ao crédito na agricultura familiar, os números de emissão da DAP<sup>21</sup> poderiam ser maiores. De acordo com o técnico Emater no Município Olhos - d'Água, os principais entraves são a falta de conhecimento do direito de acesso ao documento ou ainda problemas relacionados aos documentos pessoais.

De acordo com responsável técnico da Emater no Município Olhos - d'Água, há cerca de 600 DAP ativas no município, sendo que no assentamento Dois de Junho há cerca de 80 DAPs ativas, sendo predominante as participações dos pequenos produtores menos capitalizados (que integram o chamado tipo B).

---

<sup>20</sup> <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso 01\2023.

<sup>21</sup> É importante destacar que Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) instituído pelo [Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017](#), regulamenta a Lei da Agricultura Familiar, define, de forma objetiva, o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais. O CAF substituirá a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e aos empreendimentos familiares rurais. Para isso, até que se conclua a implementação do CAF, a DAP permanece como instrumento de identificação e de qualificação da UFPA e dos empreendimentos familiares rurais. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>. Acesso 10\01\2022.

Considerando que os assentados já possuem a terra e a mão de obra é a familiar, no que refere-se acesso ao crédito ou financiamentos (INCRA, bancos, cooperativas etc) verificou-se que dentre os 24 assentados entrevistados no Assentamento Dois de Junho, 60% da amostra tiveram acesso ao crédito habitação e 40% ao crédito de apoio inicial, 20% dos entrevistados acessaram, respectivamente, o Pronaf e o Pronaf Mulher. Há ainda dentro do assentamento algumas famílias que participam do programa de microcrédito rural Agroamigo, do Banco Nordeste. Esse programa é financiado pelo banco em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), destinado aos agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com os assentados foi liberado um valor de 5.000 reais e eles utilizaram para melhoria das estruturas de produção da farinha.

No assentamento Orion, as cinco famílias entrevistadas relataram que não possuem DAP e não acessaram ao PRONAF, sendo que o único crédito que receberam, até hoje, foi apenas o de apoio inicial (R\$3.200,00 por família).

Quanto ao acesso à políticas públicas de assistência técnica, de acordo com a presidente da Associação Comunitária do Assentamento Dois de Junho, foram vários os cursos de assistência técnica promovidos pelos SENAR/MG<sup>22</sup> em parceria com a Emater, contudo, muitos assentados abandonam as práticas e não dão continuidade.

No assentamento teve vários cursos do Senar, de plantio, hortaliças, fruticultura, avicultura, biscoito e derivados do leite. Esse de biscoitos e derivados de leite foi o que mais gostei, acaba que os outros a gente não coloca muito em prática, não dá continuidade (...) O curso sempre é realizado no assentamento e depois recebemos o certificado que é um comprovante que a gente tem para qualquer benefício por exemplo aposentadoria. A turma tem que ser no máximo 12 e no mínimo 10 pessoas, daí a gente organiza tem uns que vai outros não vai, tem gente que às vezes nem fica sabendo é assim depende do curso. (ASSENTADA 2. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

Constata-se que as atividades do Senar são importantes no contexto da assistência técnica ao produtor, no entanto, muitos assentados não dispõem de informações sobre o funcionamento dos cursos e tem dificuldade de dar continuidade às práticas.

## **2.8 O acesso à água nos Assentamentos**

Por fim, e como elemento central de caracterização das práticas produtivas nos assentamentos estudados, o acesso à água nos parece importante e figura mesmo como uma

---

<sup>22</sup>O SENAR/MG (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais) é responsável pela capacitação profissional e promoção social do produtor, do trabalhador rural e seus familiares.

condição fundamental à área de estudo, tendo em vista que o município de Capitão Enéas, onde se localiza o Assentamento Orion integra o semiárido norte-mineiro.

Conforme dados do Instituto de Água e Saneamento (2020) no município Capitão Enéas há 5.716 pessoas que não dispõem de acesso à água e a fim de amenizar essa situação a prefeitura disponibiliza caminhões-pipa, tanto de água potável (para consumo humano) quanto de água não potável (para animais e plantas), direcionados aos pequenos produtores rurais. Assim como ocorre no município, no Assentamento Orion a situação não é diferente, e os assentados precisam conviver diariamente com a escassez desse recurso vital à sobrevivência e permanência das famílias no meio rural.

Esse assentamento está inserido na parte semiárida norte mineira, cuja possibilidade de produção depende fundamentalmente da prática de irrigação. Após 14 anos da conquista da terra, a escassez hídrica ainda permanece sem solução para as famílias assentadas, mesmo estando apenas há alguns quilômetros dos rios Quem Quem e Furados, que poderiam garantir acesso ao recurso.

A falta de acesso à água é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias do Orion que, não dispondo de recursos financeiros para investir em sistemas próprios de irrigação, sofrem com a escassez deste bem tão importante para a garantia de sobrevivência e manutenção na terra.

Conforme pesquisa de campo realizada em dezembro de 2021, nenhuma das famílias entrevistadas possuía sistema de irrigação em seus lotes. Questionados sobre os problemas de acesso à água apontaram que : *É uma dificuldade enorme pra nós essa questão da água. Porque você trabalha dedica, mas depende da chuva, se é um ano bom de chuva, tudo que você planta vai ter um bom retorno, se não perde tudo (ASSENTADA 5. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO 2021). O que mais prejudica a gente aqui é a questão da água, se não tem água, não tem como produzir isso é bem complicado tem um projeto pra ser feito entre a associação, prefeitura e Emater para ver se resolve isso. Aqui tem 3 poços, mas só um funciona, muita gente usa a água da chuva (ASSENTADA 3. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO 2021). “ A gente se vira como pode, as vezes não tem água nem para beber” (ASSENTADA 2 - ENTREVISTADA EM DEZEMBRO 2021).*

A oferta permanente de água no assentamento se restringe a um único poço artesiano, e por armazenamento em cisternas instaladas através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Conforme mostra a (Foto 23), o abastecimento de água via cisterna resulta de captação de água de chuva. As cisternas de captação de água no assentamento representam um avanço no território semiárido, que contribui de certo modo na permanência das famílias assentadas

em seus lotes.

Foto 23– Cisterna para captação e armazenamento de água chuva (P1MC), residência de assentado, Assentamento Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

O fornecimento de água potável é essencial para a qualidade de vida das pessoas e pode funcionar como suporte na irrigação da produção residencial de pequeno porte, mantendo hortas e a dessedentação dos animais domésticos.

Em que pese não compor a área do semiárido, o acesso à água também figura como um problema para o município Olhos - d'Água. Segundo o Instituto de água e saneamento(2020) 2.545 famílias do município não têm acesso à água, o que equivale a quase 50% dos habitantes. No Assentamento Dois de Junho observamos que as comunidades que estão mais próximas da sede (Rocinha e Pindaíba) têm melhor acesso à água, ao passo que a comunidade de Sete Paus sofre mais com as secas.

A Assentada diferencia áreas secas e áreas banhadas, como costumam denominar, da seguinte forma: *“Pindaíba e Rocinha são áreas mais banhada, quando você fala Sete Paus engloba Guedes, Capão, Cedro, esses lugar é mais seco porque não tem tanta facilidade de água, lá tem dois córregos ferreiro e guedes, tem também a cachoeira capão, mas mesmo assim tem uma áreas mais seca”*.( ASSENTADA 6. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

Foto 24 – Rio Jequitinhonha - Comunidade Pindaíba, Assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022

Foto 25 – Rio da Rocinha, Comunidade da Rocinha, Assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

O assentamento Dois de Junho tem uma particularidade positiva em relação ao Orion, haja visto que boa parte de suas terras são banhadas pelo Rio Jequitinhonha e em alguns casos os assentados utilizam também o Rio da Rocinha. Contudo, é importante destacar que a simples presença do rio, sem apoio técnico e econômico para irrigação, muitas vezes não tem o efeito

esperado. O acesso à água envolve diversas questões, sobretudo de ordem política, somente em 2011 é que foi concluída a perfuração de um poço no assentamento, garantindo acesso à água apenas para consumo humano. Até o momento de nossas incursões em campo (2023), a maior parte das famílias assentadas não obteve acesso à infraestrutura para a irrigação.

Entretanto, algumas famílias implantam sistemas de irrigação com recursos próprios, sem apoio do INCRA ou de qualquer outro órgão, perfurando poços em seus lotes e praticando agricultura e fruticultura irrigada. Em alguns casos as famílias do Dois de Junho implementaram o sistema de irrigação com os recursos advindos das vendas e comercialização no PAA e PNAE. Enquanto isso, no assentamento Orion, as famílias não realizam a produção irrigada não porque o único problema seja a falta de água, mas por falta de vontade política em viabilizar os recursos necessários para implementar essa infraestrutura. Desta forma, as famílias do Orion seguem abandonadas e largadas à própria sorte e não conseguem comercializar produtos nos programas institucionais. De acordo com a nossa informante de campo, das 25 famílias assentadas que vivem no Orion apenas 7 foram contempladas com as cisternas, o que demonstra que muito ainda há por se fazer para a solução definitiva do problema de acesso à água no assentamento.

Ao longo da pesquisa constatamos que os lotes mais produtivos, ou seja, que conseguem produzir um excedente de alimentos para ser comercializado, seja no próprio assentamento, na feira ou nos Programas institucionais (PAA) e (PNAE), estão diretamente atrelados ao acesso à água. O acesso à água, além de viabilizar a irrigação, possibilita a constância produtiva e os assentados não precisam ficar refém do calendário de chuvas.

Para a produção de hortaliças, por exemplo, só é possível com acesso à água, como se pode observar no Dois de Junho. A produção das hortaliças tem uma geração de renda semanal, o que contribui para um aumento das rendas que são combinadas com as outras atividades de sequeiro, propiciando assim a permanência das famílias na terra. Assim, a luta pela terra perpassa necessariamente também uma luta pela água e pelas formas de produzir e prover o sustento e permanência das famílias na terra.

Para enfrentar essas e outras situações precarizadas, marcadas pelo abandono do estado e suas políticas em relação aos assentados, esses sujeitos precisam encontrar outras alternativas que possibilitem a permanência na terra. Essas alternativas são construídas por meio de seus saberes e práticas fundamentadas por meio das relações sociedade e natureza, agricultor e consumidor, campo e cidade.

### **3. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: UM MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO AOS ASSENTADOS DO NORTE DE MINAS GERAIS**

#### **3.1. Os circuitos curtos de comercialização no contexto da agricultura camponesa**

Os chamados circuitos curtos de comercialização existem historicamente como práticas mais ou menos bem difundidas entre camponeses (muitas vezes de forma pouco organizada), mas trata-se de um fenômeno relativamente novo do ponto de vista teórico. No entanto, cada vez mais surgem estudos no Brasil e no mundo estudos relacionados a essa temática. Os trabalhos de Marsden, Banks e Bristow (2000), Ferrari (2011), Scarabelot e Schneider (2012), Cassarino (2012), Cassol (2013), Schneider e Ferrari (2014), Dentz (2015), Silva (2016), Saquet (2017), dentre vários outros, exemplificam a emergência do referido tema e a sua crescente importância.

No Brasil, é importante destacar que a maior parte dos trabalhos acadêmicos acerca do tema foram desenvolvidos no Sul do país (região em que tais práticas parecem ser mais significativas e organizadas), sendo oriundos das áreas de Sociologia Rural, Geografia, e Economia. Esses estudos têm como base conceitos relacionados à construção social de mercados e soberania alimentar e surgem como alternativas que buscam uma maior sustentabilidade e justiça social na relação entre consumidores e produtores.

Scarabelot e Schneider (2012, p.103) consideram os circuitos curtos como inovações sociais que oferecem possibilidades de renda aos agricultores familiares e contribuem para novos processos de desenvolvimento local. Para estes autores, estes circuitos representam a interação da agricultura familiar com a dinâmica local do desenvolvimento, ganhando relevância no contexto da globalização. Corroborando com estes autores, Saquet e Meira (2017, p.19) sustentam que os circuitos curtos se expressam por meio de territorialidades entre o campo e a cidade, centrados nas relações de confiança entre agricultores e consumidores, sendo um componente central ao desenvolvimento local.

Schneider e Ferrari (2014, p. 58) apontam que a “qualidade”, o “enraizamento” e a “relocalização” são os traços fundamentais que distinguem os circuitos alternativos de comercialização dos circuitos convencionais. Dessa forma, os autores identificam estes traços, como ferramentas conceituais essenciais para o entendimento do fenômeno, e agregam, em

consonância com Marsden, Banks e Bristow (2000), que os valores fundamentais destes circuitos são a confiança, a reciprocidade e o interconhecimento.

A literatura do tema em geral distingue três distintos tipos de circuitos curtos: o “face a face”, em que o produto é comprado diretamente do produtor; o de “proximidade espacial”, em que os produtos são produzidos e comercializados apenas dentro de determinada localidade; e o “espacialmente estendido”, em que o produto é comercializado fora da localidade, mas leva no rótulo a marca da localidade em que foi produzido, assim o comprador, ao adquirir o produto, sabe aonde ele foi produzido e se conecta àquele local (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Darolt (2013) aponta que a aproximação entre os produtores e os consumidores e a reinvenção dos mercados locais são desafios para a criação de um modelo agroalimentar correto. O autor busca destacar que os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores e impulsionar o desenvolvimento. Para isso, o autor apresenta as características dos circuitos curtos e propõe uma tipologia. Segundo ele, os circuitos curtos se dividem entre a venda indireta e a venda direta. No primeiro, há a intervenção de um único intermediário entre produtor e consumidor, como as lojas especializadas independentes, pequenos mercados de produtos ecológicos, restaurantes coletivos e individuais, lojas de cooperativas de produtores e consumidores ecológicos, e as lojas virtuais. O segundo se subdivide em três situações; 1) na venda direta dentro da propriedade, como as iniciativas de colheita pelos consumidores, as retiradas de cestas e venda dentro do próprio espaço da propriedade; 2) na venda direta fora da propriedade, como as feiras, a entrega de cestas em domicílio, as lojas de associações de produtores, a venda para grupos de consumidores, a venda para mercados institucionais e as feiras agropecuárias e eventos; e 3) nos serviços na propriedade, que são as iniciativas de agroturismo, gastronomia rural, pousada, e eventos de esporte e lazer.

Autores como Ferrari (2011) e Darolt *et al.* (2013) têm apontado para a necessidade de se aprofundar conceitos, métodos e abordagens capazes de traduzir a complexidade empírica das experiências de circuitos alternativos ou curtos. Os critérios adotados em outros países precisam ser validados, ou quem sabe, novos critérios sejam criados para a nossa realidade. Na França, os representantes do setor agroalimentar utilizam o termo "circuito curto" para caracterizar os circuitos de distribuição em que há a relação direta entre produtores e consumidores, ou até no máximo um intermediário nessa relação.

No Brasil, percebe-se que os agricultores que obtêm êxito com a comercialização em circuitos curtos vendem sua produção em pelo menos dois canais, as feiras e programas

governamentais de aquisição de alimentos. Um aspecto identificado ainda nos circuitos curtos é a autonomia do agricultor. E autonomia em diversos aspectos, desde a produção à comercialização, perpassando também pela autonomia na gestão (DAROLT, 2013).

De acordo com Ferrari (2011, p. 17), os circuitos curtos constituem uma estratégia que tem por objetivo a ampliação da autonomia, o maior ganho de valor agregado por parte dos produtores e a promoção de produtos com qualidade diferenciada.

Na concepção de Sonnino e Marsden (2005), os circuitos de comercialização são vistos sob dois aspectos: circuitos curtos de comercialização alternativos (CCCA) e circuitos curtos de comercialização convencionais (CCCC). No CCCA, os agricultores têm certa autonomia com o mercado e a reciprocidade se dá de forma simétrica. Já no CCCC, a autonomia dos camponeses no processo decisório de comercialização é assimétrica e as regras do mercado são inflexíveis.

No entendimento de Marsden (2003), as cadeias curtas de abastecimentos são moldadas pela conexão direta entre quem produz e quem consome e, nessa aproximação, o consumidor tem o privilégio de conhecer a maneira como são cultivados os alimentos e quem a produziu, pois ele passa a saber das singularidades do “lugar” de produção.

Deste modo, o circuito curto de comercialização não está balizado pela proximidade geográfica em que se realizam as transações comerciais, mas sobretudo pela quantidade de vezes que envolve as transações comerciais na comercialização dos produtos. No estado de São Paulo, principalmente na região metropolitana, o abastecimento dos alimentos via PNAE é realizado por organizações camponesas de regiões vizinhas, uma vez que a demanda local é muito maior que a oferta de produtos (FORNAZIER, 2014).

Para Retière (2014), a concepção de circuitos curtos no Brasil é conectada à ideia de encurtamento de distância entre produtores e consumidores e as formas alternativas de produzir alimentos. Segundo a autora, o termo passou a ser difundido no país pelo movimento agroecologista, contra o movimento dos mercados convencionais globalizados que exigiam produtos padronizados.

Sob uma perspectiva normativa, há controvérsias para delimitação do que seria um CCC. No caso europeu, por exemplo, inspirados na normalização francesa (FRANÇA, 2010), eles são definidos como canais de comercialização com no máximo um intermediário entre agricultores e consumidores, e que operam a uma distância máxima de 80 km entre as áreas de produção e consumo (DAROLT, 2013; KNEAFSEY, 2013; DENTZ; BENDER, 2016). No entanto, não há consenso sobre uma distância a ser adotada e frequentemente essas medidas são alteradas conforme o contexto local em que são pensadas. No caso brasileiro, por exemplo,

alguns autores têm defendido uma distância de aproximadamente 200 km, considerando a organização espacial entre os médios e grandes centros urbanos e as dimensões dos territórios rurais (ROVER; RIEPE, 2015; ROVER; DAROLT, 2021).

Numa perspectiva econômica, os CCC podem promover melhores rendimentos aos agricultores, diante da redução dos custos de distribuição e pela redução do número de intermediários que captam parte do valor agregado ao longo do circuito (DAROLT, 2013; VIEGAS; ROVER; PUGAS, 2018). Sob o olhar social, esses canais têm o potencial de ampliar o acesso dos consumidores a alimentos de qualidade.

No caso do Brasil, por se tratar de um país com dimensões continentais, precisamos levar em conta as especificidades das diversas regiões do país. A distância entre produtores e consumidores deve ser analisada conforme o contexto geográfico em que esses atores estão inseridos, sendo assim, a espacialidade torna-se elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas de comercialização.

Diante dos diferentes terminologias usadas para definir os sistemas alternativos, CCC, cadeias agroalimentares curtas, mercados alternativos ou de proximidade, a opção adotada neste estudo será a de “Circuitos Curtos”, nosso objetivo é compreender as relações que se estabelecem entre os agentes da produção e circulação dos produtos, dentro de um espaço geográfico delimitado e territorializado, portanto, difere do conceito de rede, que remete a proporções não delimitáveis, distinto também do conceito de “cadeias”, que sugere algo mais linear<sup>23</sup>.

Para compreender os circuitos curtos torna-se essencial as proposições de Scarabelot e Schneider (2012, p. 2) o circuito curto deve ser levado em conta tanto por sua forma como pelo seu conteúdo:

Quanto à forma, uma configuração, um desenho posto sobre uma determinada escala geográfica (local, regional, nacional, internacional) que inclui os vários pontos de conexão (lugares) e suas relações mútuas por meio dos fluxos (de capital, tecnologia, informação, produtos) necessários ao cumprimento de todas as etapas do sistema. E quanto ao conteúdo, porque os lugares se articulam de acordo com as relações de poder que repartem o social e o territorial dos valores envolvidos.

A escala geográfica é um dos elementos essenciais nos diversos estudos, sobretudo na Geografia, portanto, para se pensar em circuitos curtos é fundamental compreender as relações comerciais entre os diferentes atores e se essas relações se dão de forma localizada ou não.

---

<sup>23</sup>No que se refere ao uso das expressões ‘cadeias’ e ‘redes’ Ferrari (2011) enfatiza que os pesquisadores que buscam uma análise dos sistemas agroalimentares contemporâneos em torno de cadeias curtas usam alternativamente ‘cadeias’ e ‘redes’, numa tentativa de sombrear a separação analítica que remonta às origens de determinadas correntes teóricas.

Desta forma foi possível elencar duas maneiras que podem potencializar a atividade dos circuitos curtos: os programas institucionais PAA/PNAE e as feiras livres.

A feira livre constitui-se em um dos circuitos curtos de comercialização de alimentos de venda direta presente nos dois assentamentos, já para os circuitos oriundos das compras institucionais (PAA/PNAE), apenas o assentamento Dois de Junho comercializa produtos por tais mecanismos de venda direta. Os mercados estabelecidos pelo PNAE, centralizam e organizam o fornecimento para a alimentação escolar. Enquanto a comercialização pelo PAA atende organizações sócio-assistenciais locais.

### **3.2 Circuitos curtos no âmbito dos mercados aninhados**

A discussão sobre circuitos curtos insere-se em uma discussão mais ampla sobre os mercados alternativos. Ploeg (2016) desenvolve um conceito que ele denomina como “mercados aninhados”, esses ocorrem quando estão aninhados no interior de mercados maiores, contudo, desenvolvem dinâmicas próprias, inter-relações, formas de governança próprias, mecanismos de distribuição, dentre outros elementos.

Um mercado aninhado é um segmento de um mercado mais amplo. É um segmento específico, que normalmente exhibe níveis de preços, padrões de distribuição do Valor Agregado total e relações entre produtores, distribuidores e consumidores diferentes daqueles observados no mercado mais amplo. Tal segmento está aninhado no grande mercado. É parte desse mercado, mas ao mesmo tempo, distingue-se dele (PLOEG, 2016, p. 30).

Outro elemento característico dos mercados aninhados é que eles “surtem” muitas vezes, dentro das lacunas deixadas pela economia de grande escala, como por exemplo, as redes supermercado em que o consumidor não tem contato com o produtor da mercadoria. Esta parece ser uma condição importante para o caso que estudamos no Norte de Minas. Desta forma os mercados aninhados conectam atores distintos:

A recém-desenvolvida instituição do mercado de agricultores leva os produtores aos centros urbanos e lhes possibilita estabelecer contato direto com consumidores – contato que pode resultar em relações sociais estáveis. O mercado dos agricultores é uma infraestrutura sociomaterial (um mercado físico combinado a um determinado conjunto de normas) que possibilita agricultores e consumidores engajarem-se naquilo que a infraestrutura oferecida pelos supermercados torna fisicamente impossível; isto é, a interação direta (PLOEG, 2016, p. 42).

A compreensão de mercado adotada na pesquisa vai de encontro ao conceito proposto por Ploeg (2016, p. 21, grifos nossos):

Mercados são locais em que, ou estruturas através das quais, bens e serviços são trocados. Os mercados conectam produtores e consumidores – seja direta ou indiretamente – de maneiras simples ou altamente complexas. Constituem-se os locais em que ocorrem as transações e os respectivos fluxos, de mercadorias; ou os sistemas que organizam tais fluxos, de um ponto a outro, no espaço-tempo, muitas vezes por meio de transações complexas e inter-relacionadas.

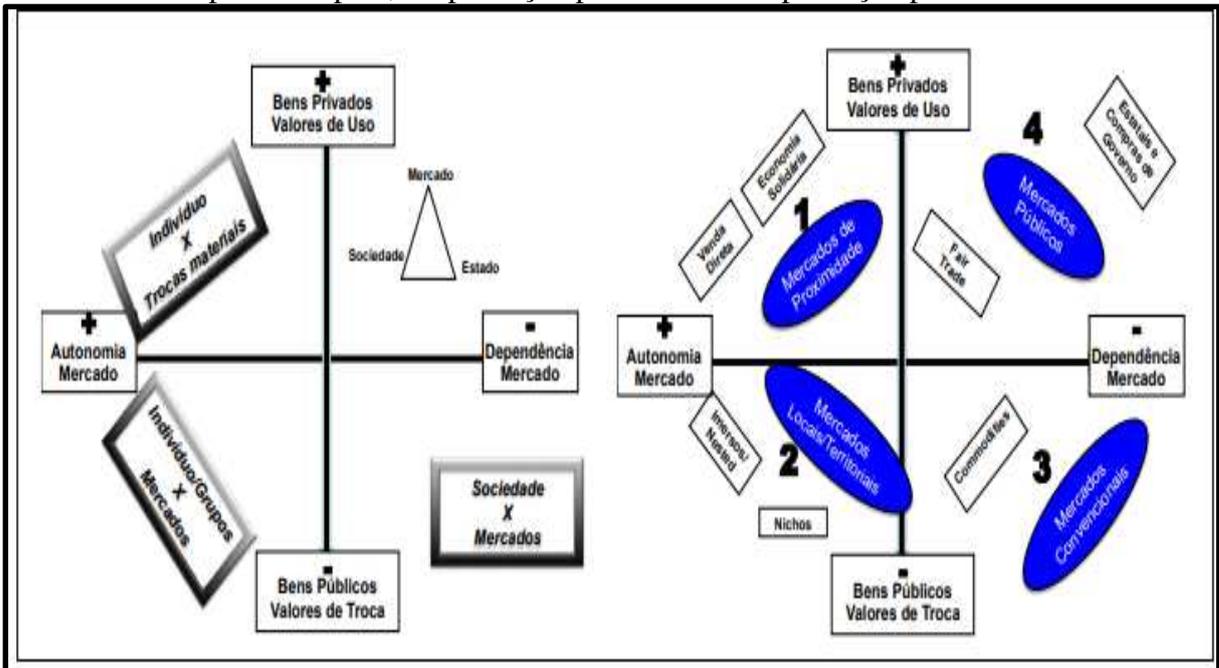
Schneider (2016, p. 99) enfatiza a necessidade de reconhecermos que, no âmbito da agricultura familiar na contemporaneidade, é relevante o entendimento de que os mercados precisam ser vistos e reforçados na perspectiva sociológica, que apresenta caráter heterogêneo, e são ainda espaços de interação social, econômica, cultural. O autor discorre sobre a conformação dos mercados, seu processo histórico e nos leva a compreender que o que antes era um espaço físico, “o mercado era tão somente o local concreto em que se realizavam as trocas de bens, produtos e mercadorias entre indivíduos”, atualmente tem outras formas. Nesse sentido, afirma que:

A discussão atual é diferente, pois centra-se na análise da inserção dos camponeses ou dos agricultores nos mercados, com o intuito de saber como se dão essas relações, como esta interação é construída, quais são os fatores que favorecem ou restringem as relações com os mercados, entre outras questões de natureza sociológica (SCHNEIDER, 2016, p. 105).

No que diz respeito aos estudos rurais sobre a compreensão dos mercados, Schneider (2016), ressalta que esses foram estudados de maneira limitada e insuficiente, além do fato de que sob um ponto de vista histórico, a relação agricultores e mercado causou estranhamento, pois essa relação até épocas remotas era inexistente, não havia mercados acessíveis para os agricultores familiares.

A Figura 4 (a seguir) revela as diferentes possibilidades de inserção da agricultura camponesa e familiar nos mercados, em distintas formas que determinam relações de maior ou menor autonomia/dependência (SCHNEIDER, 2016).

Figura 4 – Esquema de interação entre autonomia e dependência, em relação aos mercados de inputs e outputs, e a produção para uso versus produção para troca



Fonte: Schneider (2016).

A Figura 4 evidencia a interação entre autonomia e dependência em relação aos mercados de inputs e outputs e produção para uso versus produção para troca. Ao lado direito da figura, o primeiro quadrante refere-se aos mercados de proximidade, nos quais ocorrem trocas entre indivíduos ou famílias que produzem prioritariamente para consumo próprio, a partir de recursos produtivos endógenos (força de trabalho, terra, ferramentas). No lado oposto, encontramos os mercados convencionais, nos quais as unidades de produção se dedicam exclusivamente a venda de produtos utilizando insumos externos mobilizados através dos mercados, bem como os meios de produção (SCHNEIDER, 2016). Um exemplo desse tipo de mercado é de *commodities* agrícolas. Nesse quadrante, há uma forte dependência dos mercados, em contraste com o primeiro quadrante, onde existe maior autonomia.

O segundo quadrante, no lado esquerdo inferior, se refere aos mercados locais e territoriais, em que as relações de troca passam a ser mercantilizadas e envolvem pequenos grupos ou coletivos. Neste sentido se mantém a autonomia, mas essa vai se reduzindo na medida em que aumenta a produção para a troca. Por fim, no quadrante direito superior encontram-se os mercados públicos e institucionais, em que agricultores acessam a partir da organização em grupos, associações ou cooperativas e exigem o cumprimento de legislação específica para tal (SCHNEIDER, 2016). É o caso das compras públicas viabilizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

É importante ressaltar, entretanto, que o enquadramento de um tipo de agricultor a determinado tipo de mercado não necessariamente exclui outras possibilidades, o que se observa é que a inserção do agricultor nos mercados se dá de forma híbrida e dinâmica.

Schneider (2016) propõe uma tipologia dos mercados da agricultura familiar que inclui as seguintes modalidades: mercados de proximidade, mercados locais e territoriais, mercados convencionais e mercados públicos e institucionais.(SCHNEIDER, 2016). Além de segmentar as diferentes formas de troca, também explica as dinâmicas de interação, a diferenciação da categoria social associada à agricultura familiar, o alcance espacial, a natureza das trocas, as formas de regulação e os possíveis canais de comercialização acessados (Quadro 6).

Quadro 6 – Tipologia de mercados da agricultura Familiar

<b>Tipo de Mercado</b>	<b>Tipo de agricultor familiar</b>	<b>Locus e/ou Alcance espacial</b>	<b>Natureza das trocas/modelo de negócios</b>	<b>Forma de regulação</b>	<b>Canais de comercialização</b>
Mercados de proximidade	Camponês; Produtor de excedentes	Spot; Venda direta; Somente Local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos Consumo;
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias	Spot; Local regional e territorial	Diversificado + Complementaridade	Reputação/Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de Venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas - Sacolão;
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/Unbond</i>	Concorrencial;	Contratos + Preços;	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados;
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, Seleção Pública;	Contratos públicos + Leis	- Aliment. Escolar; - <i>Fair trade</i> ; - Órgãos Internacionais (FAO; PMA; PNUD; - Hospital, Universidades; - Entid. Assistencial; - Estoques governo;

Fonte: Schneider (2016).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

A tipologia dos mercados desemboca, finalmente, nos circuitos de comercialização. Nossa pesquisa detém-se a estudar os circuitos curtos de comercialização, dentro das experiências de feiras e PAA e PNAE, exatamente por serem as modalidades praticadas pelos sujeitos no espaço empírico avaliado.

De acordo com Wilkinson (2008), nas últimas décadas, a agricultura familiar vem acessando mercados alternativos, e é válido dizer que essa categoria, vem, na verdade, construindo esses mercados, e um dos desafios na contemporaneidade é compreender a conformação desses mercados e sob quais bases eles se estruturam, no que essas relações estão fundamentadas.

Segundo Wilkinson (2008, p. 15) "às novas exigências destes mercados em termos tecnológicos e mais ainda mercadológicos representam barreiras para os agricultores tradicionais". E nesse sentido, essa conformação dos referidos mercados, tende a impossibilitar a entrada dos agricultores familiares que não conseguem inserir-se nas grandes cadeias de *commodities*, os agricultores familiares desenvolvem iniciativas autônomas, bem como capacidades próprias, de modo que esse cenário "exige novos conhecimentos tecnológicos, gerenciais e mercadológicos", quase sempre excludentes.

Os mercados de proximidade podem ser caracterizados por relações de confiança entre produtores e consumidores, bem como pela ênfase na procedência e qualidade dos produtos. Nesse mercado, os produtores são capazes de estabelecer vínculo direto com os consumidores, compartilhando informações sobre a origem dos produtos e práticas de produção. Esses mercados proporcionam benefícios tanto para os produtores quanto para os consumidores. Para os produtores, eles oferecem formas de diversificar suas fontes de renda, estabelecer nexos de confiança e um preço mais justo pelos seus produtos. Para os consumidores, esses mercados propiciam acesso a alimentos frescos, de qualidade com menor distância entre o produtor e o consumidor, o que pode contribuir na segurança alimentar, na valorização da agricultura local e sua sustentabilidade.

### **3.3. Dimensões dos circuitos e mercados alternativos**

Um conceito relevante para a compreensão dos mercados na contemporaneidade é a perspectiva de sua imersão (*embeddedness*), assim, os mercados são socialmente construídos e estão imersos em relações sociais e econômicas. O agricultor e consumidor nas feiras tem como uma de suas premissas a confiança que é estabelecida a partir do contato constante entre esses

atores. Essa questão é apresentada por Granovetter (2007, p. 12) que afirma o seguinte conjunto de características de tal relação:

1) é barata; (2) uma pessoa confia mais na informação que colheu pessoalmente – ela é mais rica, mais detalhada, e sabe-se que é precisa; (3) os indivíduos com os quais se tem uma relação duradoura têm uma motivação econômica para ser dignos de confiança, para não desencorajar transações futuras; e (4) diferentemente de motivos puramente econômicos, as relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo.

Outros elementos que caracterizam os circuitos curtos e que embasam nossa pesquisa empírica é a proximidade entre produtores e consumidores; as possibilidades de geração de renda; e os efeitos sobre a qualidade dos alimentos. Estas perspectivas são mobilizadas, sobretudo, a partir das teorias desenvolvidas pela Sociologia Econômica, a qual entende os mercados como construções sociais (POLANYI, 2000; GRANOVETTER, 2007).

De acordo com Sonnino e Marsden (2017, p. 105) os circuitos alternativos, que remetem a características como “qualidade”, “transparência” e “localidade”, têm sinalizado um afastamento “do setor de alimentação industrializado e convencional em direção a um regime alimentar e agrícola realocado”<sup>24</sup>. Da mesma forma, busca-se romper com as cadeias industriais a fim de reconstruir a relação entre produtor e consumidor, pois conforme explica Marsden, Banks e Bristow (2000, p. 425), os Circuitos Curtos Agroalimentares Alternativos se posicionam a fim de “redefinir a relação entre produtor consumidor, dando sinais claros quanto a origem do produto alimentar”, e acrescentam que sua capacidade de construir valor e significado potencializam a demanda por preços melhores aos produtores.

Nesse sentido a reconexão entre produtores e consumidores está presente nos mercados de proximidades ou alternativos que, de acordo com Sabourin (2011, p. 8), caracterizam-se pela “complementaridade entre os atores, a intercomunicação, a sociabilidade e a preocupação com a subsistência”.

No contexto de reconexão entre produtor e consumidor se insere também o debate sobre “relocalização”, quando, para alguns autores, o alternativo é identificado como o local, e o convencional como o global. Assim, a relocalização das fontes alimentares é apresentada como estratégia de autoproteção, em que o local torna-se um espaço autônomo de resistência para produção de alimentos alternativos, vinculada às práticas locais de cultivo, natureza, paisagens e recursos rurais, enquanto que o sistema convencional é marcado pela deslocalização dos sistemas alimentares, através de processos de produção padronizados e especializados,

---

<sup>24</sup> O termo “relocalizado” tem sentido de “trazer de volta para o local”, em contraposição à tendência de globalização da produção e consumo de alimentos (SONNINO; MARSDEN, 2017).

referindo-se não somente ao distanciamento geográfico entre o produtor e o consumidor, mas a perdas das características originais dos alimentos e seu vínculo sociocultural (PREISS; MARQUES, 2015).

Outra dimensão diz respeito à qualidade dos alimentos, reivindicada em um contexto onde os consumidores, cada vez mais reflexivos, demandam produtos com base em aspectos qualitativos, colocando o preço dos produtos em segundo plano (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). Niederle e Almeida (2013) acrescentam que houve mudança nos últimos anos no âmbito do consumo, através da crescente expectativa social pela produção que preserva o meio ambiente, promove equidade social, valoriza a artesanidade da produção, as tradições envolvidas, dando importância a sua origem.

Neste sentido, como aponta Marsden (1998, p. 107), os “mercados de alimentos estão se tornando mais diferenciados com base em uma série de critérios socialmente construídos sobre qualidade dos alimentos”, resultando em novos mercados que se diferenciam dos sistemas convencionais.

A abordagem conceitual sobre sistemas agroalimentares alternativos (SAA) é extensa, e varia nos diferentes países que tratam dessa temática, de maneira geral, o enfoque conceitual presume a autonomia dos agricultores a agregação de valor nos produtos, estabelecimento de laços de confiança entre produtores e consumidores, qualidade e a valorização do território.

Dentre as categorias apresentadas por Renting, Marsden e Banks (2017), a que se mostrou mais relevante nos questionários aplicados quanto a comercialização nos circuitos alternativos está relacionada à qualidade atribuída ao produto e ao local de produção, bem como o processamento sobretudo com produtos com baixo uso de agrotóxico. Em contrapartida, nos demais casos (especialmente os mercados institucionais), o que predomina são as características físicas e sanitárias dos produtos.

O Quadro 7 a seguir, sintetiza as principais concepções conforme Kloppenburg *et al.*, (2000) o conceito de sistema alimentar sustentável é o mais completo por ser ecologicamente sustentável, ético, próximo, saudável, diverso e relacional.

Quadro 7 – Evolução das análises sobre sistema alimentar

<i>Regenerative Food System</i>	<i>Foodshed</i>	<i>Sustainable Food System</i>
Ecológico	Ambientalmente sustentável	Ecologicamente sustentável
Economicamente justo	Economicamente sustentável	Economicamente sustentável
Equitativo	Justo	Justo/Ético
Ético	Próximo	Próximo
-	Saudável	Saudável
-	Diverso	Diverso
-	Participativo	Participativo
-	-	Regulado sustentavelmente
-	-	Sagrado
-	-	Culturalmente nutritivo
-	-	Sazonal
-	-	Relacional
-	-	Associativo
-	-	Comunicativo

Fonte: Kloppenburg *et-al* (2000).

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Neste estudo, destacamos o papel desempenhado pelos camponeses e pelos consumidores da área estudada no Norte de Minas na construção de um sistema alimentar que pode ser caracterizado como sustentável, alternativo, e local. O sistema alimentar camponês se baseia nos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos que são controlados pelos próprios camponeses, em aliança com os consumidores.

O sistema é gestado de forma individual e coletiva, preza pela diversificação produtiva e por uma relativa autonomia na produção e comercialização de alimentos. São os camponeses que decidem como são produzidos, organizados e comercializados os alimentos, já os consumidores têm o poder de decidir quais produtos consumir com base na qualidade, procedência e confiança.

### 3.4 Expressões e tipologias dos circuitos curtos de comercialização praticados pelos assentados do Dois de Junho e do Orion

Um dos problemas mais significativos para a manutenção da permanência dos camponeses nos assentamentos e da sua própria reprodução é a comercialização do excedente produtivo. Desse modo, os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) figuram como uma alternativa de mercado para que os camponeses do Dois de Junho e Orion possam comercializar sua produção excedente. Desta forma, caracterizamos as diversas modalidades de circuito curto de comercialização dinamizados pelos assentados nos dois assentamentos. Reconhecemos como CCC aqueles que apresentam no máximo um intermediário entre produtor e consumidor final. Desse modo, os CCC identificados foram: venda nos programas institucionais (PAA, PNAE); venda nas feiras; venda no próprio assentamento; venda no comércio local, entrega domiciliar e venda a atravessadores. As tabelas 15 e 16 apresentam as estratégias de comercialização dos assentados entrevistados no PA Dois de Junho e Orion.

Tabela 15 – Estratégias de comercialização dos assentados entrevistados  
– PA Dois de Junho

<b>Modalidade de Comercialização</b>	<b>Nº Famílias participantes</b>
Programas institucionais	7
Diretamente nas Feiras	6
No próprio assentamento	6
Diretamente no comércio	5
Entrega domiciliar	3
Atravessador	2

Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Tabela 16 – Estratégias de comercialização dos assentados entrevistados PA Orion

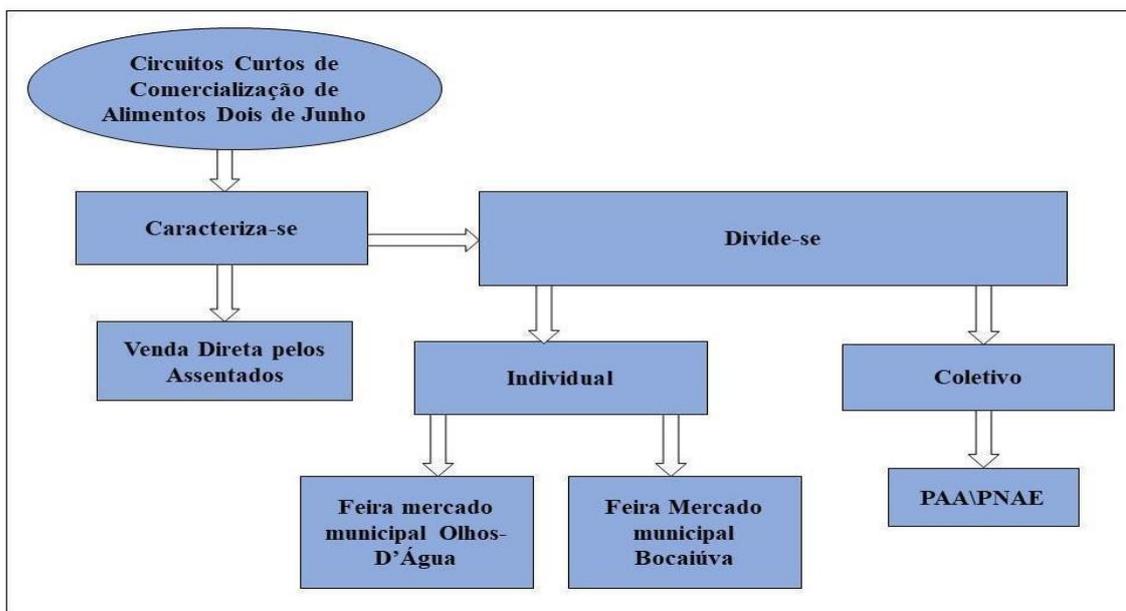
<b>Modalidade de Comercialização</b>	<b>Nº Famílias participantes</b>
No próprio assentamento	4
Diretamente na feira	4
Diretamente no comércio	2
Entrega domiciliar	1

Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

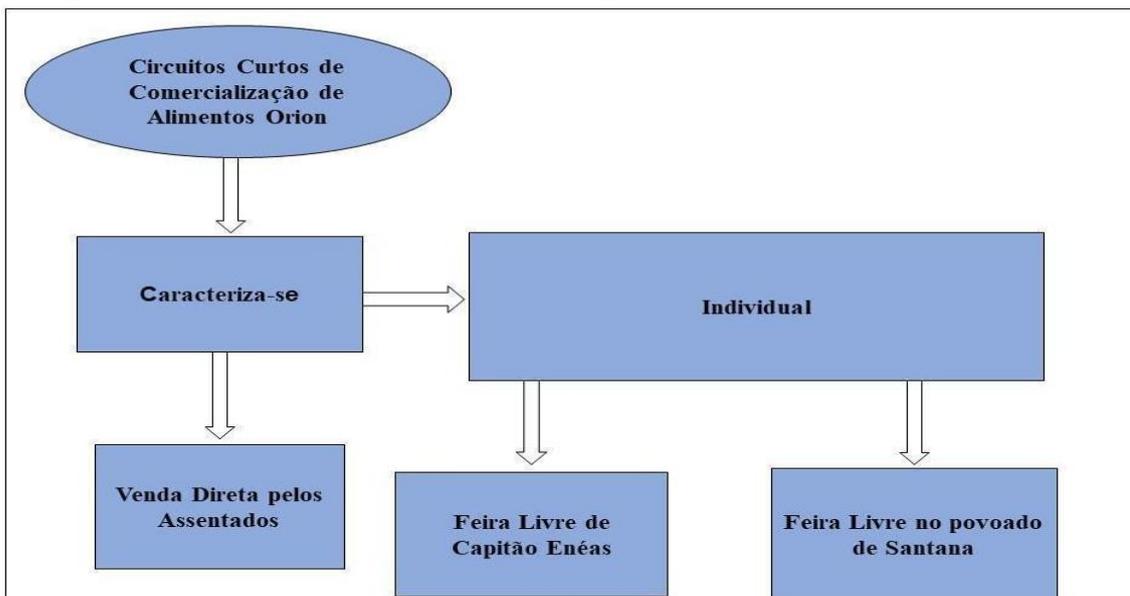
Na pesquisa de campo, verificamos que a maioria das famílias camponesas do Dois de Junho realiza a comercialização do excedente produtivo por meio dos mercados institucionais PAA e PNAE; na feira e nos mercados Municipais. Já os assentados do Orion comercializam parte da produção nas feiras e no próprio assentamento. Tais mecanismos de comercialização foram sintetizados nas figuras 5 e 6 (a seguir).

Figura 5 – Circuitos curtos de Comercialização de Alimentos -Assentamento Dois de Junho



Fonte: Levantamento de campo.  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Figura 6 – Circuitos curtos de Comercialização de Alimentos -Assentamento-Orion



Fonte: Levantamento de campo.  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Os produtores no Dois de Junho apresentam uma maior diversificação de suas atividades produtivas e circuitos de comercialização. Os produtos da hortifruticultura são distribuídos em diferentes circuitos de comercialização que se estendem para além do âmbito local do próprio assentamento. Já os produtos da agricultura, além de se destinarem ao processamento nas agroindústrias, também acessam mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Em síntese, os mecanismos de comercialização encontrados nos assentamentos estudados são os seguintes:

#### *Venda Direta na propriedade*

Configura-se em como um mecanismo de venda que ocorre no próprio local de produção, com entrega direta do produto ao consumidor, sem intermediários. De modo geral, os produtos comercializados em sua maioria são de origem animal e vegetal ou processados de maneira artesanal, o que lhes conferem maior valor agregado. Dentre os principais produtos podemos citar: hortaliças, queijos, requeijão, farinha, rapadura e mel de abelha.

#### *Entregas em domicílio*

A principal característica dessa modalidade de venda é a comodidade e a praticidade, tendo em vista que as entregas ocorrem diretamente aos consumidores. Os preços e as quantidades são negociados previamente com consumidores. Nesse caso os produtos são higienizados e organizados pelo produtor em caixas ou cestos para serem entregues nas residências. As entregas ocorrem uma vez por semana, geralmente às sextas feiras. Os principais produtos são provenientes da hortifruticultura e da agroindústria artesanal. É importante ressaltar que em alguns casos, quando o produtor não possui veículo, o transporte é realizado por taxistas e os custos são divididos entre o produtor e o consumidor.

#### *Feiras*

Nessa modalidade de venda predominam as normas formais e informais de comércio, esse espaço é administrado em geral por parcerias entre o poder público local (prefeituras) e instituições de apoio à agricultura, como a EMATER. Nas feiras, predominam uma diversidade de relações, negociações e usos desse espaço. Constitui espaço de interação social e cultural, que promove a diversidade, resgata valores e crenças que permitem a troca de saberes e valoriza a qualidade dos produtos. Neste estudo avaliamos as feiras de maneira mais detalhada (item

3.6 Feiras e mercados públicos como “mercado socialmente necessário” aos assentados do Norte de Minas).

#### *Mercados institucionais - PAA e PNAE*

Modalidade de venda caracterizada pela presença de outros atores que participam do processo de comercialização. Um dos elementos que caracteriza os mercados institucionais é o fato de que as operações de comercialização são formalizadas por meio de contratos firmados entre os agricultores e as instituições públicas que elaboram os projetos. Nos casos estudados, os produtores não se inserem nesses circuitos de maneira individual, mas sim de forma coletiva. Para participar na modalidade de compra com doação simultânea (PAA), o município deve elaborar a proposta, cadastrando as instituições beneficiárias, as que fornecem os alimentos (grupos de produtores) e as que recebem os alimentos (instituições sociais), dimensionando de forma estimada os produtos e as quantidades a serem entregues.

O PAA, compra com “doação simultânea”, congrega uma variedade de produtos. A higienização e organização ficam a cargo dos produtores. Uma vez definidas as rotas e frequências de entrega, o transporte até as instituições beneficentes é realizado com apoio do município. Já o transporte que leva os produtos do assentamento até a estrutura comum (mercado municipal) às vezes é realizado pelo município e outras vezes pelos próprios produtores. No ato da entrega, um representante da instituição fica responsável pela conferência dos itens entregues por cada produtor.

No caso do PNAE, os produtores participantes do programa costumam pegar carona no ônibus escolar, ou negociar com produtores que possuem veículo próprio para distribuir os alimentos, nesse caso, eles geralmente dividem os custos com transporte, e as entregas acontecem nas instituições de Ensino ou na Emater. No ato da entrega, um representante dessas instituições fica responsável pela conferência dos produtos entregues por cada produtor. Os itens alimentares são definidos pelo setor de Alimentação Escolar, no caso em estudo são os nutricionistas os responsáveis por elaborar os cardápios e definir os produtos. Além dos produtores locais, há ainda outros fornecedores tais como atacadistas e revendedores.

No que refere-se à identificação da procedência dos produtos, tanto no PAA como no PNAE, os responsáveis municipais conhecem estas informações, contudo, não há garantia que os consumidores finais, respectivamente as famílias em situação de vulnerabilidade social e os alunos de escolas públicas, saibam necessariamente identificar que os alimentos foram produzidos por agricultores locais.

### *Venda comércio local*

Essa é uma modalidade de venda com pedidos antecipados. As quantidades, os preços e as entregas são previamente definidos com os comerciantes locais e ocorrem geralmente às sextas-feiras, com produtos entregues diretamente no comércio local, tais como mercearias e pequenos sacolões, restaurantes e padarias. Os principais produtos são provenientes da hortifruticultura (hortaliças, verduras) e da agroindústria artesanal (requeijão, queijos, biscoitos e doces). Quando o produtor não possui veículo próprio, o transporte é realizado por taxistas e os custos são rateados entre o produtor e o comerciante .

### *Atravessadores*

Nesta modalidade de comércio há o predomínio de relações impessoais. O atravessador determina os preços dos produtos, realiza descontos do frete bem como da possível força de trabalho por ele contratada. Os principais produtos comercializados nessa modalidade de comércio pelos assentados Dois de Junho são: feijão, milho e farinha de mandioca.

### **3.5 - Os Mercados Institucionais– PAA/PNAE**

Duas políticas públicas de certo modo recentes nos parecem fundamentais, pelo maior alcance e também pelos seus efeitos positivos – trata-se do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Pela importância dos mesmos e pelo caráter que conferem aos chamados Circuitos Curtos de Comercialização, ambos serão avaliados de forma pormenorizada.

Os mercados institucionais consistem nas compras realizadas através de duas políticas públicas: o PNAE e o PAA. O primeiro foi criado em 1983, mas a sua origem remonta ao ano de 1954 com a Campanha da Merenda Escolar no governo de Getúlio Vargas, e o segundo em 2003 como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero (governo Lula – PT). O PNAE é hoje gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação. Através de chamadas públicas, as propostas de produção dos camponeses são selecionadas e, depois disso, destinadas às escolas mais próximas.

No caso do PAA, a Conab adquire os alimentos diretamente dos produtores, sem intermediários ou licitações, através de diferentes modalidades, destinando-os a creches, hospitais, escolas, asilos, entre outros. Essa política tem por objetivo incentivar a produção camponesa através da aquisição dos produtos com preço justo, garantindo, também, a segurança alimentar e nutricional à população em situação de vulnerabilidade social.

Ambas as políticas são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa e a diminuição da insegurança alimentar e nutricional da população beneficiária dos programas. Todavia, nesses últimos anos, os montantes destinados a essas políticas diminuíram consideravelmente.

De acordo com informações contidas no MDA (2023)<sup>25</sup>, há no município Olhos - d'Água 936 DAP e, dessas, 346 estavam ativas e 590 inativas (o que corresponde a 64% das DAPs do município) (Tabela 17). Com a falta deste documento, os camponeses ficam impossibilitados de acessar as políticas públicas do governo federal, como o PAA, PNAE.

Tabela 17 – Número de DAPs em Olhos - d'Água

<b>DAP Total</b>	<b>DAP Ativas</b>	<b>%</b>	<b>DAP Inativas</b>	<b>%</b>
936	346	36	590	64

Fonte: MDA (2023).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

No município Capitão Enéas a situação ainda é mais complicada: de um total de 1270 DAP, apenas 319 estão na condição de ativas e as demais 951 estão nas condições de inativas, o que corresponde a 74,8% (Tabela 18).

Tabela 18 – Número de DAPs em Capitão Enéas-MG

<b>DAP Total</b>	<b>DAP Ativas</b>	<b>%</b>	<b>DAP Inativas</b>	<b>%</b>
1270	319	25	951	74,8

Fonte: MDA (2023).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Em relação ao quantitativo de DAPs pessoa física nos assentamentos Dois de Junho e Orion, conforme informações obtidas no extrato de DAP da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2023), são ao todo, 51 DAPs ativas dentre os assentados, apenas 04 ativas no assentamento Orion (Tabelas 19 e 20).

<sup>25</sup> MDAsmap14.mda.gov.br/extratodap/.

Tabela 19 – Número de DAPs no assentamento Dois de Junho

<b>DAPs Total</b>	<b>DAPs Ativas</b>	<b>%</b>	<b>DAPs Inativas</b>	<b>%</b>
67	47	70	20	29,8

Fonte: MDA (2023).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Tabela 20 – Número de DAPs no assentamento Orion

<b>DAPs Total</b>	<b>DAPs Ativas</b>	<b>%</b>	<b>DAPs Inativas</b>	<b>%</b>
21	4	19	17	80

Fonte: MDA (2023).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

Muitos assentados relataram que desconhecem a necessidade de renovar a DAP e outros não possuem a documentação que comprove o seu enquadramento, e aguardam a vistoria do INCRA para comprovarem que estão aptos e que têm direito ao documento. A burocracia na emissão da DAP foi apontada como um dos obstáculos aos camponeses, pois sempre faltam documentos para viabilizar a emissão.

A principal instituição responsável pela emissão da DAP nos municípios onde se encontram os assentamentos é a EMATER, e foi possível observar na pesquisa de campo que alguns profissionais não têm conhecimento técnico dos documentos necessários para obter a DAP ou fazer a revalidação.

A extinção do MDA ocorreu em 2016, tendo suas atribuições sido repassadas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Em 2019, a SEAD deixa o status de secretaria especial, passando a ser Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, pertencente ao MAPA. Esses acontecimentos reforçam, segundo o IPEA (2021), o enfraquecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, entre elas o próprio PAA.

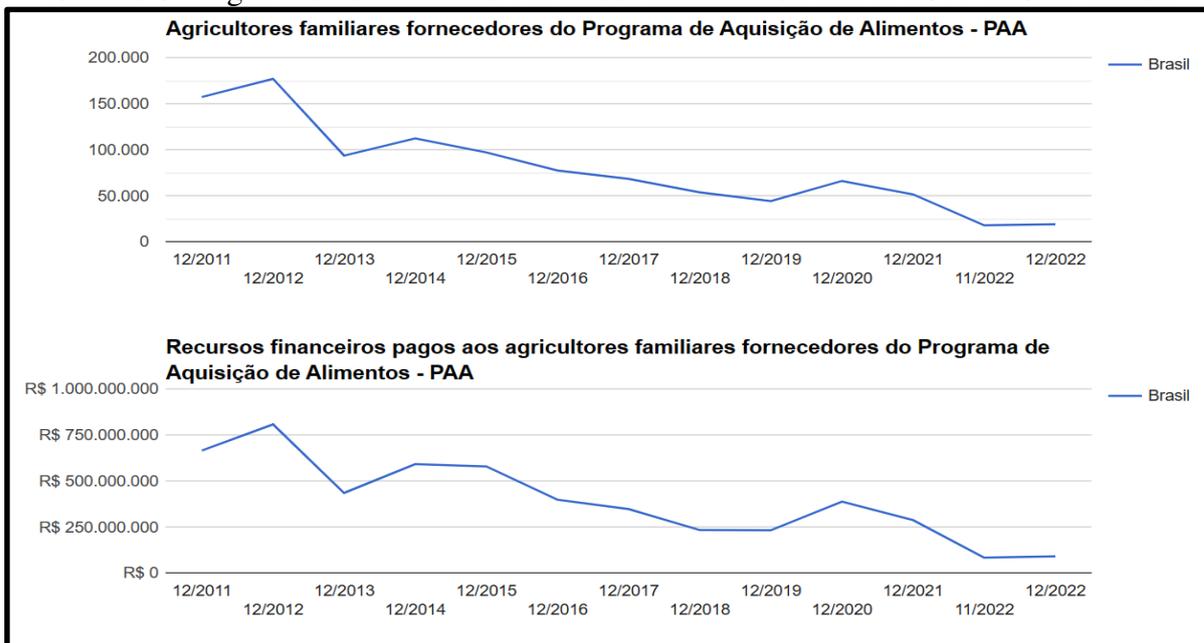
Algumas mudanças nas políticas públicas ainda em 2019 impactaram o PAA. Uma delas foi a extinção do CONSEA a nível federal, mantendo os conselhos estaduais e municipais, porém sem qualquer diretriz nacional.

Outra mudança foi na política de assistência técnica e extensão rural. A ausência ou insuficiência de serviços dessa assistência compromete as ações do PAA, uma vez que para a organização produtiva dos beneficiários fornecedores é preciso a atuação dos órgãos de Ater (IPEA,2021).

Segundo nota técnica divulgada em agosto de 2022 pelo Ministério da Cidadania (2022), dos 1.155 municípios que tinham aderido ao programa, apenas 254 conseguiram executar as compras, em função da ausência de recursos do governo federal.

O Gráfico 6 (a seguir) evidencia que, de 2011 a 2012, os recursos destinados ao PAA bem como o número de agricultores fornecedores eram mais expressivos, o que significa a expansão dessa política. De 2012 para 2013 os recursos reduziram drasticamente, aumentando em 2014, mas voltando a ter queda nos anos seguintes.

Gráfico 6 – Agricultores familiares e recursos financeiros PAA de 2011 a 2022 - Brasil



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023

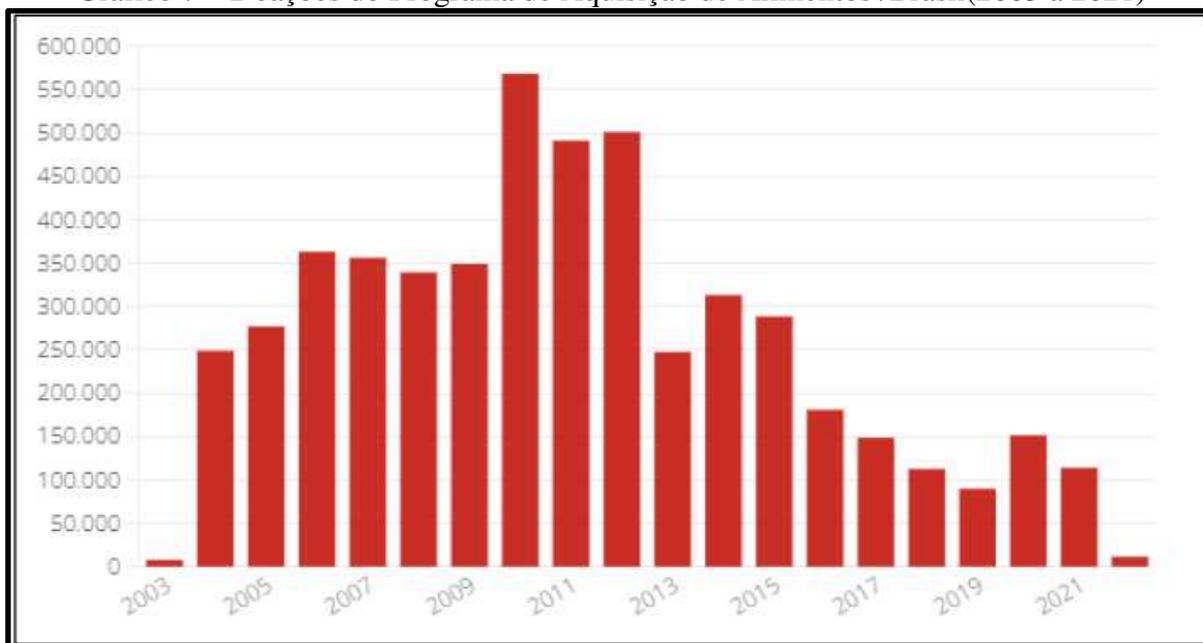
Quadro 8 – Agricultores beneficiados pelo PAA e os recursos financeiros pagos pelo programa no período de 2011 a 2022 - Brasil

Referência ▲	Agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
12/2011	157.220	R\$ 664.785.125,73
12/2012	176.832	R\$ 807.127.163,58
12/2013	93.496	R\$ 434.330.479,92
12/2014	112.119	R\$ 591.010.820,58
12/2015	96.973	R\$ 578.968.771,71
12/2016	77.366	R\$ 397.605.151,07
12/2017	68.299	R\$ 347.305.812,40
12/2018	53.647	R\$ 232.693.453,83
12/2019	44.053	R\$ 231.403.178,42
12/2020	65.995	R\$ 387.458.109,29
12/2021	51.300	R\$ 287.370.353,57
11/2022	17.764	R\$ 83.346.312,16
12/2022	18.879	R\$ 90.376.913,61
Referência	Agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Fonte: Ministério da Cidadania, 2023.

De acordo com o Ministério da Cidadania (2022), o PAA, em seu auge, comprou e doou mais de 500 mil toneladas de comida da agricultura familiar em um ano. Entretanto, percebe-se o esvaziamento do PAA com redução significativa nas doações ao longo dos anos. Comparando os valores da quantidade de alimentos doados de 2021 com 2011, a quantidade caiu 76% (491.260 toneladas em 2011 contra 114.043 em 2021). Desde 2016 o volume total de doações não passou de 200 mil toneladas. Até junho de 2022, foram doadas 11.460 toneladas de alimentos, enquanto 33 milhões de pessoas passavam fome no Brasil (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022). O Gráfico 7 apresenta as Doações do Programa de Aquisição de Alimentos Brasil (2003 a 2021).

Gráfico 7 – Doações do Programa de Aquisição de Alimentos\ Brasil(2003 a 2021)



Fonte: Ministério da Cidadania (2022).

Do total de recursos para a alimentação escolar repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deve ser utilizado exclusivamente nas aquisições de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar<sup>26</sup>, por meio de editais de chamada pública.

Em 2016, o FNDE transferiu para os estados e municípios cerca de R \$3,8 bilhões em recursos para o desenvolvimento do PNAE. Desse montante, R \$858 milhões foram destinados à compra de alimentos da agricultura camponesa, o que corresponde a 22% dos recursos. A figura 7 apresenta a estrutura do processo de Aquisição de alimentos do PNAE.

<sup>26</sup>De acordo com a Lei n.º 11.326/2006, é considerado da Agricultura Familiar propriedade que não ultrapasse mais de quatro módulos fiscais, usa mão de obra familiar e renda oriunda de atividades agropecuária.

Figura 7– Estrutura do processo de Aquisição de Alimentos do PNAE



Fonte: FNDE (2016).

O FNDE, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é o órgão responsável pela coordenação, repasses financeiros e fiscalização da execução do programa no território brasileiro. As Entidades Executoras correspondem às Secretarias de Educação dos estados e Distrito Federal, prefeituras e escolas federais, e são as responsáveis pelo recebimento dos repasses financeiros do FNDE, execução e prestação de contas. O monitoramento do PNAE é realizado em diversas esferas. A fiscalização é feita pelo Tribunal de Contas, Controladoria Geral e Ministério Público da União. A inspeção sanitária dos alimentos é tarefa das Secretarias de Saúde e Agricultura dos estados e municípios, e a fiscalização do profissional nutricionista por Conselhos de Nutricionistas.

O CAE é a instância que permite à sociedade acompanhar a efetivação da aplicação de recursos financeiros destinados à compra de alimentos da agricultura familiar ao nível local. A atuação ativa dos CAEs municipais e estaduais permite monitorar desde o planejamento da escolha dos gêneros a serem adquiridos, dialogando com os agricultores e profissional de nutrição, até a adequação dos cardápios às necessidades locais, respeitando a diversidade e a sazonalidade da produção.

O PNAE executa ações ao longo de todo o circuito produtivo, das fases de produção e circulação até o consumo, que se dá no ambiente escolar. A forte conexão colabora na construção de relações mais horizontais, aproximando o setor produtivo (os produtores de

alimentos) do mercado (compras institucionais) e consumidores (escolas públicas).

Além disso, devemos ressaltar a qualidade dos alimentos destinados aos alunos da rede ensino. O PNAE é uma política pública intersetorial que privilegia o desenvolvimento territorial com base nas especificidades culturais regionais, contribuindo para inserção produtiva dos agricultores sendo importante instrumento de renda e maior autonomia desses sujeitos que vivem no campo.

Os valores transferidos pelo Fundo Nacional de de Educação- FNDE ao município de Olhos - d'Água no período de 2011 a 2019, para as aquisições de gêneros alimentícios no PNAE, alcançaram R\$ 629.999,00 e as compras exclusivamente da agricultura camponesa totalizaram R\$ 200.313,00 como evidencia a tabela a seguir.

Tabela 21 – Recursos repassados pelo FNDE à Secretaria de Educação de Olhos - d'Água-MG (2011-2019)

Anos	Valor transferido	Aquisição agricultura familiar	Percentual
2011	59.460,00	10.464,99	17,60%
2012	76.128,00	-	-
2013	52.140,00	9.049,55	17%
2014	67.518,00	23.691,81	35%
2015	80.460	-	-
2016	97.029,00	60.367	58%
2017	67.794	33.233	49%
2018	70.056	43.064	60%
2019	59.414	20.445	34%

Fonte: FNDE (2023).  
Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

No primeiro ano da obrigatoriedade da Lei n.º 11.347/2009, foram utilizados 17% dos recursos em aquisições de produtos oriundos da agricultura camponesa. Em 2012, não foram adquiridos produtos da agricultura camponesa. Em 2013 empregou-se apenas 17% dos repasses do FNDE. A partir do ano de 2014, as compras ultrapassaram os 30%, e as aquisições de alimentos da agricultura camponesa com aumento desse percentual em 2016. A redução nas compras de alimentos provenientes da agricultura camponesa ocorreram nos anos de 2017 e

2019, quando o índice caiu para 34% em 2019 (FNDE, 2023).

Em relação aos números de agricultores fornecedores e os recursos liberados do PAA para o município de Olhos - d'Água, no quadro a seguir, é possível observar o número de agricultores beneficiados e os recursos liberados entre 2011 e 2022. Em 2011 esses números atingiram o seu ápice, 466 agricultores fornecedores e 1 milhão de reais liberados, ao passo que, em 2022, há apenas 48 agricultores participando do programa com um recurso liberado de pouco mais de R\$141 mil. Cabe ressaltar ainda que nos anos de 2015, 2016 e 2019, a execução do PAA municipal teve os piores resultados, tanto em volume de recursos quanto em número de participantes.

Quadro 9 – Agricultores Familiares Fornecedores e Recursos Financeiros Município- Olhos - d'Água as compras do PAA (2011-2022)

UF <sup>▲</sup>	Referência <sup>◆</sup>	Agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA <sup>◆</sup>	Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA <sup>◆</sup>
MG	12/2011	466	R\$ 1.052.999,41
MG	12/2012	382	R\$ 597.200,02
MG	12/2015	9	R\$ 32.056,00
MG	12/2016	9	R\$ 7.057,72
MG	12/2018	44	R\$ 85.554,65
MG	12/2019	8	R\$ 8.720,99
MG	12/2020	36	R\$ 59.776,59
MG	12/2021	47	R\$ 154.477,53
MG	11/2022	48	R\$ 141.129,19
MG	12/2022	48	R\$ 141.129,19
UF	Referência	Agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Fonte: Ministério da Cidadania (2022).

A comercialização do excedente produtivo, via PAA, oferece um preço mais justo pela produção camponesa, sobretudo porque a aquisição é direta e sem intermediários, o que torna o preço não sujeito diretamente às condições do mercado. Assim, o Programa compra a produção por um preço maior que o oferecido no mercado e mantém esse preço durante a

vigência do contrato com o fornecedor, a partir do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) (CONAB, 2019).

Durante o governo de Jair Bolsonaro ocorreram mudanças quanto ao formato e mesmo a nomenclatura do Programa. O Programa Alimenta Brasil foi instituído por meio da Medida Provisória n.º 1.061, de 09 de agosto de 2021. A MP foi revertida, pelo poder Legislativo, na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Essencialmente, o Programa Alimenta Brasil tornou-se, assim, o substituto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Inicialmente, a troca de nomenclatura não afetaria as características do programa, porém importantes modificações foram realizadas, principalmente relacionadas às finalidade e modalidades, o que são apontadas como retrocesso. No que refere às finalidades, foram realizadas duas alterações: a primeira delas foi a retirada da finalidade "constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares" e a segunda alteração foi na finalidade "promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar", na qual foi retirada a alimentação escolar das finalidades de compra pelo programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

De acordo com o artigo 33 da Lei nº 14.284/2021, a execução do programa passa a ser feita através das cinco modalidades a seguir:

Art. 33. O Programa Alimenta Brasil poderá ser executado nas seguintes modalidades: I - compra com doação simultânea (Termo de Adesão e Conab): compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; II - compra direta: compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, com o objetivo de sustentar preços; III - incentivo à produção e ao consumo de leite: compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; IV - apoio à formação de estoques: apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público; e V - compra institucional: compra da agricultura familiar, por meio de chamamento público, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, para doação aos beneficiários consumidores (BRASIL, 2021).

No âmbito municipal o PAB foi controlado pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou de Assistência Social, que também eram as instâncias responsáveis pela elaboração dos projetos que definem os agricultores familiares que serão contemplados com os recursos do Programa. Neste sentido, chama a atenção a modalidade do PAA compra com doação simultânea, sendo a mais usada nos municípios dos Territórios da Cidadania e em

Olhos - d'Água.

Em 22 de Março de 2023 o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, relançou o PAA, houve reajuste no valor individual que pode ser comercializado pelas agricultoras e agricultores familiares, facilitação do acesso a indígenas, povos e comunidades tradicionais, além de maior participação das mulheres na execução do programa, no conjunto das modalidades oferecidas. O PAA é operacionalizado por meio dos ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

O PAA é atualmente uma ação voltada para a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres, tendo como finalidades básicas a promoção do acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar. Para atingir as finalidades, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, dispensando a licitação, destinando-os para pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, que são assistidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. E ainda, promove o abastecimento alimentar mediante compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais, regionais e redes de comercialização; estimula o cooperativismo e o associativismo; valoriza a biodiversidade e a produção de alimentos orgânica e agroecológica; e, incentiva hábitos alimentares saudáveis (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

A implementação dos mercados institucionais no Assentamento Dois de Junho teve início em 2010, no primeiro momento as compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA eram operacionalizadas via Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB e mediadas pela AGRIC-Associação de Agricultores Familiares e Pequenos Produtores de Leite e derivados de Olhos - d'Água

A AGRIC reunia camponeses assentados e outros trabalhadores que não compõem o público beneficiário da reforma agrária. Ela foi criada em meados do ano 2000 com objetivo de aumentar a participação dos agricultores familiares no sistema alimentar local. A iniciativa de sua criação partiu da Prefeitura Municipal de Olhos - d'Água, mas a associação acabou sendo extinta em 2018. Os principais motivos que levaram os assentados a desvincular da AGRIC foram os encargos tributários e os atrasos nos pagamentos dos produtos.

Quando a gente entregava os produtos para o PAA- Conab, demorava até 2 meses para receber, o dinheiro vinha na conta da AGRIC que fazia os descontos e depois repassava o restante para os assentados. O vice-presidente da associação formou um grupo particular para concorrer com a AGRIC. Como é particular não é da associação<sup>27</sup> Ele enquadra quem ele acha que deve, são as pessoas que mais ajuda ele,

---

<sup>27</sup>A Associação Comunitária PA Dois de Junho foi criada em 2001.

esses é que ele indica para entrar no PNAE e PAA. Tem umas 15 pessoas no assentamento que tem essas cotas, eu acho que os outros não entregam por não acharem vaga para poder entrar, enquadrar, porque tem que ter essa indicação. Depois que nós desvinculamos da AGRIC a situação melhorou muito, porque, você tem o cartão do produtor e o dinheiro cai direto em sua conta no Banco do Brasil (ASSENTADA 2. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO,2021).

Neste sentido, compete destacar que o novo plano operacional do programa passou a realizar o pagamento direto em cartão bancário para os agricultores familiares, e a execução passou a ser informatizada por meio do Sistema de Informação do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), um instrumento previsto pelo Decreto nº 7.775/2012<sup>28</sup>.

Até o ano de 2018, a AGRIC era responsável pela intermediação das compras dos assentados, conforme aponta o Diretor da Escola Estadual Sebastião Vieira Dias.

Eu assumi a direção da Escola no início do ano de 2016, então até 2018, a gente tinha sérios problemas para conseguir que o pessoal da agricultura familiar participasse, tínhamos problemas mesmo porque da verba que vem do FNDE da merenda 30% é destinada a compra de produtos da agricultura familiar. E aqui em Olhos d'Água, tinha apenas uma associação que participava, a AGRIC, só que essa associação não conseguia fornecer os produtos e nem cumprir o cronograma de envio. A partir de 2018 o líder comunitário do PA Dois de Junho, me procurou para saber como funcionava o programa, ele estudou as leis e descobriu que como assentado ele tinha prioridade, e ele criou um grupo informal de 3 a 5 pessoas para participar da chamada pública com alguns produtos, é evidente que de imediato ele não conseguia fornecer tudo que a Escola precisa, mas aí ele entrou, e a experiência foi muito positiva, porque diferentemente da AGRIC eles conseguiram cumprir o cronograma com eficiência, era assim a Escola precisava do produto no outro dia estavam aqui, foram extremamente organizados. A AGRIC a partir de 2020 nem participou mais das chamadas públicas. ((DIRETOR DO COLÉGIO SEBASTIÃO VIEIRA DIAS ENTREVISTADO EM NOVEMBRO,2021).

Havia um gargalo para escoamento da produção, ao mesmo tempo em que havia uma lacuna a ser preenchida em relação ao mercado institucional, para se fazer cumprir a política pública de alimentação escolar. Observa-se que os maiores responsáveis pela implementação das compras da agricultura familiar foram os próprios assentados. A Chamada Pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar tem as seguintes exigências: lista dos itens alimentícios solicitados; quantidades e especificações relativas ao empacotamento; e cronograma de entrega. Em um primeiro momento, a associação foi o elo fundamental entre camponeses assentados e o PAA e o PNAE.

As compras do PAA mediadas pela AGRIC, no entanto, acarretavam muitas vezes em prejuízos aos assentados do PA Dois de Junho, visto que, na percepção dos assentados, a referida associação tinha como objetivo principal auferir lucros e não estava preocupada em escoar a produção e garantir o ganho real e justo aos camponeses assentados. Soma-se a isso a falta de controle e de organização no pagamento dos camponeses assentados, o que teve como

---

<sup>28</sup>[legis.senado.leg.br/norma/586790](http://legis.senado.leg.br/norma/586790).

consequência a desconfiança e o descrédito dos trabalhadores em produzir e entregar os produtos para os mercados institucionais. Como se pode observar a partir do relato de uma assentada,

As compras pela AGRIC debilitaram muito o produtor assentado, esse projeto veio pela CONAB, teve um empresário mais pelo lado de visar o lucro em cima do produtor que montou a AGRIC, ele era vice-prefeito de Olhos- D'Água. Para ele manter a associação além dos impostos federais, havia uma contribuição da AGRIC descontado em notas, ela era tipo uma empresa, foi muito desorganizado e deu muito prejuízo para o lado do produtor. Na época a gente começou entregar mais tinha muita dor de cabeça, além de cobrar os impostos era uma coisa muito bagunçada, muito complicada de lidar, às vezes você entregava o produto hoje ia receber daqui 3, 4, 5 meses, muitos produtores ficaram com prejuízo, depois foi diminuindo as entregas e com isso as vezes usava de má fé, isso teve um grande prejuízo para nós, porque você não recebia de acordo com o que entregava parte daquele valor ficava ali para manter a associação, isso desestimulou muita gente. Depois que veio o esse PAA e PNAE nós tivemos livre arbítrio para negociar diretamente com a escola e já negociar direto com o Diretor, mas essas coisas acontecem mesmo, mas temos que ficar de olho e lutar pelos nossos direitos, porque para acabar com esse projeto foi complicado (ASSENTADA 1. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2021).

A partir do ano de 2018, também o PAA Compra com Doação Simultânea (PAA/CDS) passou a ser operacionalizado pelo município de Olhos - d'Água, sem intermediação da AGRIC. O município ficou responsável por cadastrar os agricultores, identificar os beneficiários consumidores, organizar e apoiar a logística de distribuição dos produtos e fornecer dados das entidades que receberão os alimentos. Os recursos são transferidos diretamente em conta dos assentados no Banco do Brasil.

Dentre os fatores que desestimulam a participação de um maior número de assentados no fornecimento de produtos aos programas institucionais, podemos citar a necessidade adequação aos programas, bem como o jogo de interesses na escolha dos participantes, haja visto que os assentados apresentam interesse em participar, todavia é preciso indicação do líder comunitário.

A suspensão das atividades escolares motivadas pela pandemia Covid 19 resultou também na suspensão da execução do PNAE, em um primeiro momento. Conseqüentemente, foi suspenso o processo de chamada pública de aquisição de alimentos do início do ano, sendo retomado em meados de 2020.

No dia 7 de abril de 2020 foi publicada a Lei no 13.987, que alterou a Lei no 11.947/2009, marco legal do PNAE, e que autorizou a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com os recursos do programa. Com a autorização legal, os gestores locais tomaram a iniciativa, em julho de 2020, após reunião junto aos produtores, de montar kits de alimentos para distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas na Ação Social do município, condição esta que foi viabilizada sobretudo em função da condição crítica em

que o país e município se encontravam em meio a pandemia de Covid-19.

O Diretor da Escola Estadual Sebastião Vieira Dias, localizada na cidade de Olhos - d'Água, onde são atendidos cerca de 720 alunos, incluindo crianças que cursam o Ensino Fundamental e Médio, destacou que o programa contribuiu para a manutenção da segurança alimentar, dos alunos e suas famílias, durante o período de suspensão das atividades escolares. Segundo ele, a merenda escolar é relevante para muitas crianças e adolescentes, em especial de famílias humildes, pelo fato de obter na escola uma alimentação nutritiva e saudável, uma vez que, em muitos casos, é a única refeição do dia para a criança.

Os produtos fornecidos pelo PNAE ajudaram várias famílias durante a pandemia, porque a merenda escolar praticamente é uma refeição para alunos. Cerca de 90% dos alunos matriculados no turno matutino são provenientes da zona rural e muitos vivem em situação de risco e a comida que é servida às vezes é a única refeição deles. Todos os dias tem carne, arroz, uma variedade de saladas e verduras, é uma refeição de qualidade. Durante a pandemia continuamos a parceria com os assentados do PA Dois, fizemos cestas básicas para as famílias (DIRETOR DA ESCOLA SEBASTIÃO VIEIRA DIAS, ENTREVISTADO EM NOVEMBRO, 2021).

Quanto a forma de execução, a Secretaria de Educação ficou responsável com a parte administrativa e com a recepção dos produtos, já a distribuição das “cestas de alimentos” ficou a cargo técnicos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. As famílias passaram a receber os alimentos em seus próprios domicílios, evitando aglomeração e o risco de contaminação. Além de garantir uma alimentação de qualidade, o PNAE também tem possibilitado aos agricultores camponeses do Dois de Junho melhoria na renda.

Em termo de renda o que eles conseguem aqui ajuda bastante as vezes em apenas uma venda eles conseguem dinheiro que levariam um ano de trabalho. Para os assentados foi extremamente benéfico e também inspirou outros grupos no município a se organizarem para participar (DIRETOR ESCOLA SEBASTIÃO VIEIRA DIAS, ENTREVISTADO EM NOVEMBRO, 2021).

Na perspectiva dos agricultores, o PNAE tem sido relevante para a comercialização de alimentos da agricultura camponesa, entretanto, as prefeituras têm adquirido um volume muito aquém do potencial produtivo. O poder decisório em adquirir alimentos é dado aos governos municipais, e a Lei assinala a obrigatoriedade de no mínimo 30%.

Sou fã do PNAE, porque o PAA tem uma cota limitada, você não tem certeza se você vai conseguir entrar, porque é política, depende do município, eles fazem a avaliação e escolhem quem vai entrar. **Já o PNAE, você monta seu grupo, vê os produtos que vão precisar e vai participar, lá é a licitação e o que você organizou. Para mim o que falta, é aumentar o limite de compra da agricultura familiar, porque as prefeituras e as escolas estaduais compram 30% porque é exigido por lei, se eles tivessem que pegar 50% aí sim o impacto seria maior para a agricultura familiar. Muitas escolas ainda compram esse valor porque é obrigatório, essas chamadas dão muito trabalho, tem muitos critérios, você tá ali em contato direto com o produtor, e acaba que elas não têm ninguém exclusivamente pra tomar conta disso.** Por exemplo esse início de ano tivemos um grande problema porque no papel

tá lá que seria excelente, que seria ótimo pra nós, mas **pra nossa realidade não funciona, eu falei com a coordenadora da regional de Ensino, a questão da chamada pública unificada que ia entrar, Bocaiuva, Olhos D'Água, Guaraciama e Navarro não funcionou porque não tem uma pessoa específica na sede pra cuidar disso, é uma chamada unificada com vários produtores, mas pra nós não serviu, faltou uma pessoa pra dá ouvidos aos agricultores** . Pra nós não serviu porque não tinha ninguém o resultado disso houve a chamada unificada ninguém do município de Olhos d'Água participou. Na unificada daria certo se tivesse uma pessoa própria pra isso. **Hoje a agricultura familiar só é fortalecida porque tem essa compra, que exige os 30% porque uma coisa eu te digo se não fosse obrigatório comprar as escolas não comprariam, o que eu vejo hoje então para mim salvou demais o PNAE, tanto que hoje tenho DAP, vou me habilitando para poder entregar** (ASSENTADO. 5. ENTREVISTADO EM NOVEMBRO, 2021).

Para Castro e Bombardi (2012), uma falha na composição do CAE é a falta de uma representante da agricultura familiar camponesa, resultando na dificuldade de aperfeiçoar o funcionamento da dinâmica envolvendo o programa. Devemos ressaltar que a efetiva participação dos agricultores nos programas institucionais, geralmente é permeada por muitos desafios dentre os quais podemos citar: mudanças na rotina de produção, procedimentos formais e falta de informação.

Os camponeses assentados possuem capacidade de produzir seus próprios alimentos, atendendo suas necessidades básicas de alimentação, o que contribui tanto pelo lado financeiro como pela qualidade dos produtos. *A gente nem precisa ir em sacolão e supermercado, as vezes comprar apenas uma batata, a gente consome o que produz, usa esterco orgânico é muito bom, ajuda demais além de economizar no lado financeiro é uma coisa de mais qualidade* (ASSENTADA 1- ENTREVISTADA EM NOVEMBRO DE 2021)

Os programas governamentais surgem como uma alternativa onde as famílias entregam uma parte da produção ao mercado institucional e outra parte serve para a sua alimentação, ou seja, além de propiciar um novo circuito de comercialização, a política tem efeitos sobre a própria alimentação dos assentados.

Ao invés de você produzir só um pouco para consumo, tem o PAA e PNAE você produz uma parte para consumo e a outra para tá entregando. As coisas que a gente entrega é sempre as coisas que a gente gosta de plantar: cenoura, beterraba, quiabo, pimentão, abóbora, alho, cebola. De tudo a gente planta um pouco, mas aqueles que entregam para o PNAE, tem que produzir em maior quantidade, porque às vezes 600 quilos de mandioca, 2000 quilos de cenoura, é sempre uma grande quantidade por produto (ASSENTADA 2-ENTREVISTADA EM NOVEMBRO,2021).

Os camponeses assentados afirmam cultivarem os mesmos alimentos que já cultivavam em suas unidades de produção. No caso do PNAE é necessário aumentar a quantidade produzida. Inicialmente é elaborada uma lista prévia com os nomes de todos os agricultores interessados em participar da chamada pública na rede de ensino. De posse dessa lista, os produtos são divididos de acordo com a especialidade produtiva de cada agricultor,

independentes dele estar ou não associados a alguma organização, pois os projetos de vendas são feitos através do Grupo Informal.

No meu caso os produtos que entrego para o PNAE são os mesmos que cultivava, só que antes produzia em menor escala, depois que a gente começou entregar passou a cultivar uma quantidade maior, pra atender a escola é a quantidade determinada por eles. O PNAE é bem mais vantajoso pra gente, porque você entrega uma grande quantidade de alimentos, e às vezes você entrega de uma vez só, até pra receber é bem mais rápido (ASSENTADA 3- *ENTREVISTADA EM NOVEMBRO,2021*).

No que se refere PAA, a continuidade do município de Olhos - d'Água no programa ano de 2019 só foi possível porque um município vizinho (Carbonita), não conseguiu cumprir os requisitos necessários para acessar os recursos.

No ano de 2019, o município Olhos- D'Água nem estava a par da situação, o recurso tinha vindo para Carbonita, mas eles não tinham convênio com Emater e esse era um requisito do Ministério da Cidadania para participar do programa. O município de Olhos- D'Água tomou ciência que Carbonita não tinha condição de participar do projeto e o resgatou pra cá (REPRESENTANTE DO PAA MUNICIPAL, *ENTREVISTADO EM NOVEMBRO,2021*).

Observa-se o despreparo da prefeitura de Olhos - d'Água para trabalhar com políticas de desenvolvimento territorial. Devido a problemas pontuais na logística e também decorrentes da pandemia de Covid-19, tornou-se necessário a reorganização de entrega e distribuição dos alimentos.

Antes da pandemia, os agricultores levavam os produtos até a gente, mas esse ano o prefeito disponibilizou um carro para buscar de porta em porta. Desta forma o produtor não tem dificuldade para fazer a entrega. O município é o responsável pelo transporte e distribuição. Ao todo já foram beneficiadas 900 famílias, mas agora tivemos uma queda muito grande e estamos atendendo uma média de 30 a 40 famílias por semana. Eu faço a pesagem dos produtos e passo aos agricultores a quantia que eles estão entregando. O CRAS fica responsável pela montagem das cestas e entrega às famílias necessitadas. As cestas tem em média 20 quilos, com 10 a 20 tipos de produtos (REPRESENTANTE PAA MUNICIPAL, *ENTREVISTADO EM NOVEMBRO,2021*).

A Prefeitura Municipal de Olhos - d'Água é responsável por receber os produtos e fazer a pesagem e o registro de entrega de cada produtor. O local de montagem das cestas é o mercado municipal, e cada agricultor tem uma cota de produtos e a entrega é realizada semanalmente. A cota anual do programa é R \$6.500,00 por agricultor. Conforme previsto, a produção agroecológica deveria receber 30% a mais que os demais produtos. Contudo, não é feita a separação e nem pago o valor superior aos camponeses assentados. A entidade socioassistencial que participa do PAA “Compra com Doação Simultânea” é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A diversificação produtiva no Assentamento Dois de Junho é evidente e pode ser

observada nas cestas produzidas e entregues pelos assentados (em média de 10 a 15 tipos de produtos) como mostra a foto a seguir.

Fotos 26 – Cestas elaboradas pelos assentados do Dois de Junho e Veículo utilizado nas entregas do PAA



Foto: SOUZA, S. G. de, 2021.

As variedades de hortícolas mais cultivadas nos estabelecimentos agropecuários são: alface, couve, quiabo, abobrinha, tomate, maxixe, beterraba, cebolinha, coentro, salsa e rúcula. É importante ressaltar que os assentados do Dois de Junho demonstram uma certa preocupação em relação ao transporte, visto que antes da pandemia a prefeitura não disponibilizava veículo para entrega dos produtos, deixando tal tarefa a cargo dos camponeses assentados. De acordo com a assentada do Dois de Junho,

Durante a pandemia a prefeitura forneceu o transporte porque não podia ter aglomeração no local da entrega, o que a gente espera é que nos próximos anos eles continuem a disponibilizar o transporte para tá nos ajudando, porque até então muitos produtores tinham dificuldade de fazer as entregas, eu mesmo deixava de entregar devido o transporte. Eles falam que a obrigação é do produtor, eles falam que a gente que precisa conseguir transporte para levar os produtos para entregar para o PAA e PNAE, mas igual eu mesmo que não tenho como levar se tirar o transporte não tem como participar (ASSENTADA 1. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2021).

Outra dificuldade apontada com relação aos Programas está ligada aos limites dos valores de compra estabelecidos para cada modalidade. Os limites das cotas individuais são baixos e precisam ser revistos, para que cada família possa fornecer uma quantidade maior de alimentos. *A dificuldade do PAA é a cota porque às vezes você pode fornecer mais hortaliças,*

*mais produtos, sobra muita coisa e você acaba jogando para porco e galinha* (ASSENTADA 3.ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2021).

O escoamento da produção dos agricultores familiares camponeses se efetiva para além do PAA e PNAE, com a comercialização em feiras e mercados nos municípios vizinhos. Eles criam estratégias uma vez que a prefeitura, principal responsável por efetivar a compra e o pagamento dos produtos, não adquire a totalidade da produção desses sujeitos.

Quanto aos aspectos econômicos, os Programas têm contribuído com a garantia e a melhoria de renda dos camponeses assentados. A tabela 22 elaborada pela autora com base nas informações obtidas por meio das entrevistas realizadas em pesquisa de campo evidencia a renda dos agricultores do assentamento Dois de Junho que acessam os mercados institucionais no ano de 2021.

Tabela 22 – Assentados entrevistados, Programas acessados e renda mensal (em R\$) a partir dos Programas PAA/PNAE

<b>Agricultor(a)</b>	<b>PAA</b>	<b>PNAE</b>	<b>Renda</b>
A1	X		1500,00
A2	X	X	2500,00
A3	X	X	2000,00
A4	X		1500,00
A5	X	X	2500,00
A6	X	X	1500,00
A7	X		1500,00

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023.

No ano de 2022, quando o PAA compra com doação simultânea recebeu a nova denominação, Programa Alimenta Brasil (PAB), os entrevistados relataram não perceber mudanças significativas. De acordo com o representante municipal, o PAB continuou a mesma coisa, com o mesmo funcionamento e quantidade de recursos aplicados. Já os agricultores camponeses do Dois de Junho relataram não ter conhecimento da mudança no programa, entretanto houve a interrupção do transporte pela prefeitura o que ocasionou perda de produtos

Eu não tive conhecimento de mudança nenhuma não mas, não estou entregando por falta de transporte a prefeitura prometeu de levar os alimentos, já perdemos uma safra e agora outra. Se você ver o tamanho das folhas de couve, alface a gente passa perto delas só de encostar já tá quebrando de tão mimosa que tá, é tudo natural, sem nada de produto químico, só mesmo o esterco, água e a terra. (ASSENTADA 3

.ENTREVISTADA EM NOVENBRO, 2022).

Eles fazem um compromisso mas não cumpre, se você ver o tanto que nós investimos, couve mesmo eu enchi sacos de couve e levei pra pra minhas irmãs doar, para distribuir com quem queria, fui doando para povo aqui também, fui falando e eles foram buscando porque você planta e não consome tudo, a gente trata de bicho, eu tive três safras de alface ano passado foi muita coisa, beterraba, cenoura não conseguimos entregar nada (ASSENTADA 1. ENTREVISTADA EM NOVENBRO,2022).

Porque eles fazem compromisso e não cumpre, fala que não tem carro, mas daí você ver o povo rodando pra cima e pra baixo nos carro da prefeitura, mas se você pede o carro para vim buscar um produto eles falam que não tem, que não pode, vai no secretário de agricultura, eu mesmo liguei pra ele para ver um jeito de ajuda a gente para buscar os produtos, vê na prefeitura se consegue um carro as coisas tá tudo perdendo, mas ficou por isso mesmo é um jogo de empurra e não resolve, larguei de mão esse ano vou fazer minha horta porque eu gosto de fazer mas vou plantar pouca coisa, porque dá muito serviço investir e depois desperdiçar (ASSENTADA 4..ENTREVISTADA EM NOVENBRO, 2022).

Infelizmente essas coisas de prefeitura é assim, eles dão prioridade para uns já para outros eles deixa a desejar, pra uns tem carro disponibilizado a tempo e a hora enquanto pra outros não, então se a gente for discutir é pior, porque se vim cobrar de mim vou falar que eu não dependo de prefeitura pra viver a gente depende mais é de uma consulta médica alguma coisa e a gente sabe que já tá mais que pago é uma coisa pública é uma obrigação, não vou ficar indo em porta de prefeitura pra ficar implorando, ficar pedindo as coisas, me viro aqui do jeito que pode, com o que a gente tem, porque às vezes a gente procura e leva um não, então pra gente não ficar chateado acabo deixando pra lá (ASSENTADA 7.ENTREVISTADA EM NOVENBRO,2022).

No que se refere ao PAA Municipal, as limitações estão relacionadas a questões políticas já que os diferentes governos tendem a privilegiar os interesses de alguns membros da sociedade dos quais são mais próximos, em detrimento de outros. Outra questão também importante é em relação a quantidade de produtos tendo em vista que a prefeitura só disponibiliza transporte quando há uma quantidade maior de alimentos. *Quando tem a cota a gente entrega, se você tiver uma quantidade maior a prefeitura vai te dar esse apoio, agora pouca quantidade eles não buscam, agora mesmo estamos vendo porque entregamos uma cota mas ainda não recebemos, mesmo assim a gente continua entregando* (ASSENTADO 5. ENTREVISTADO EM MARÇO, 2023).

Além da dificuldade com a logística para a entrega dos alimentos, outro problema enfrentado é a ausência de assistência técnica. Dados do Censo Agropecuário 2017 destacam que apenas 25% dos estabelecimentos familiares no município recebem orientação técnica. Compreendemos que o apoio técnico é de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, garantindo melhor regularidade na distribuição bem como qualidade na produção dos alimentos.

Embora tenhamos destacado alguns dos principais desafios dos agricultores camponeses do assentamento Dois de Junho, evidenciamos também as possibilidades desses sujeitos em

driblar as dificuldades e conquistar mercados para escoar a produção.

O PAA assume uma dimensão maior, seja como uma política de atendimento às necessidades de alimentação das populações mais vulneráveis, seja como uma política de estímulo à compra da produção camponesa, contribuindo assim para permanência das famílias na terra.

A renda captada pelas famílias a partir do PAA reelaborou internamente não só a lógica produtiva, mas, a realização e a circulação da produção. Conforme verificado em trabalho de campo, foi com os recursos do Programa que algumas das famílias assentadas do Dois de Junho adquiriram equipamento de irrigação, melhorando assim a capacidade produtiva, podendo participar semanalmente das feiras livres, bem como adquiriram algum meio de transporte.

No entanto, é unânime entre os entrevistados, que a falta de veículo para realizar as entregas é o principal limitador da participação nos programas institucionais, dado que as entregas são programadas para ocorrer uma vez na semana e isso acaba sendo oneroso para os participantes. De acordo com coordenador do PAA a nível municipal o valor liberado para o ano de 2023 para o programa é de 150.000 R\$ e deve contemplar aproximadamente 50 agricultores.

O valor liberado para esse ano é de 150.000 R\$ o que deve abranger aí cerca de 40 a 50 agricultores a execução vai continuar a mesma coisa, mas agora vai subir o valor da cota individual por pessoa, pela conversa o que a gente espera é que vai ser um recurso maior daí a gente consegue enquadrar mais pessoas, aqui o valor individual gira em torno de 3.000 a 5.000 por pessoa. Nós executamos muito bem o programa é tanto que ano passado conseguimos 140.000 mas desde que teve a mudança PAA para PAB, houve um erro do governo anterior porque a proposta que estávamos executando tinha cerca de 60 a 70 municípios de lá pra cá não pagou ninguém, desde de agosto de 2022 quem entregou os produtos estão até hoje sem receber (REPRESENTANTE PAA MUNICIPAL, ENTREVISTADO EM MARÇO, 2023).

Ele ainda destaca que a expectativa para o ano 2023 é a tentativa de qualificação de um maior número de produtores para melhorar a qualidade dos produtos, com alvará sanitário para o processamento de alimentos, com intuito de agregar valor aos alimentos comercializados.

Para o ano 2023 a expectativa é aumentar o número de produtores e melhorar a qualidade dos produtos mas infelizmente não são todos que estão disponíveis a melhorar e qualificar, a realidade de um não é do outro. Muitas vezes esbarra no poder público, às vezes a política não é forte ou eles não dão a devida importância e acaba tendo essas dificuldades (REPRESENTANTE PAA MUNICIPAL, ENTREVISTADO EM MARÇO, 2023).

Para o caso dos assentados estudados, a maior limitação do PAA é a difícil adesão de produtores, e muitos dos que participam do programa têm receio de fazer os investimentos necessários, devido às descontinuidades dessas das políticas públicas.

No momento não estamos comercializando no PAA entregamos uma safra ano passado mas daí não saiu mais oportunidade, inclusive quando a gente tava entregando parou e ninguém falou mais nada, estamos mexendo com um plantio e a expectativa é tá entregando de novo. Na realidade nós tinha plantado a roça lá em baixo toda de milho aí nós tá desocupado para poder plantar de novo as terra baixa a gente planta feijão, melancia e abóbora, plantamos um milho no gotejo junto com a melancia e abóbora, daqui uns dias vamos ter muita coisa pra colher e entregar apesar de ser um pouco limitado o recurso tem ajudado na renda é o que eu sempre digo é melhor você ter pra receber do que que não ter de jeito nenhum (ASSENTADO 8.ENTREVISTADA EM ABRIL, 2023).

Foto 27 – Aspecto da hortifruticultura com irrigação, Assentamento Dois de Junho para comercializar no PAA e PNAE



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

Foto 28 – Cultivo de hortaliças no assentamento Dois de Junho para comercializar no PAA e PNAE –



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

Na atualidade, o orçamento da União destinado para o PAA é muito aquém de anos anteriores. As emendas parlamentares são hoje a principal fonte de financiamento para a execução do PAA. Ao perguntarmos sobre as mudanças no Programa em 2023 a assentada respondeu:

Parece que voltou o PAA da CONAB, agora a Associação precisa ter o CAF jurídico só que nenhuma associação tem, então a Emater junto com a Secretária de Agricultura e a Associação está organizando a documentação. Outro dia tivemos uma reunião com a Emater e a Secretária de Agricultura e a Associação mas, nem eles sabem explicar direito. A mudança que vejo é que o atual presidente olha mais para o nosso lado, para lado dos mais fracos, menos favorecido, isso não significa que não olha também para grande para o agronegócio, mas o que quero dizer é que nesses últimos anos a gente ficou muito de lado o pobre ficou muito deprimido, muitos passaram até dificuldade, porque as coisas ficaram mais caras e não tinha nada pra ajudar a agricultura familiar. A gente espera que daqui pra frente as coisas melhorem que tenha mais programas para gente, não queremos nada de graça, a bolsa família ajuda demais mas não é ficando recebendo bolsa família a vida toda é dar oportunidade para trabalhar, quando tem oportunidade de produzir a qualidade de vida melhora porque se você planta e tem onde vender, se tem um financiamento pra tá ajudando o pequeno agricultor a realidade é outra. Então o que a gente espera é que daqui pra frente as coisas sejam melhores. A gente sabe que vai ser mais rigoroso porque tinha acabado com as compras da CONAB no município porque houve denúncias de irregularidade, mas agora vai ser mais organizado vai ser uma coisa mais legalizada (ASSENTADO 9. ENTREVISTADO EM MARÇO, 2023).

A partir do ano de 2023, foram retomadas as compras por meio do PAA com a modalidade de Doação Simultânea realizada pela Conab. Para que os agricultores possam participar desse programa, é necessário que estejam organizados em cooperativas e associações. Após a aprovação da proposta de participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às entidades beneficentes, de acordo com o que foi estabelecido na proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a Conab disponibiliza os recursos financeiros na conta da associação, que realiza o pagamento aos produtores.

Nesse item analisamos a participação dos camponeses assentados do Dois de Junho no PAA e PNAE. Os mercados institucionais constituem um circuito de venda indireta coletiva que auxilia na geração de renda e melhoria das condições de vida dos camponeses assentados. Todavia, ainda que os municípios estejam cumprindo as diretrizes da legislação, comprando pelo menos 30% da agricultura familiar, nota-se que muitos agricultores locais desconhecem a existência do programa e, até mesmo, dos direitos em acessar as políticas públicas. Em geral, prevalece a desconfiança em relação à efetividade e continuidade do programa e, soma-se a isso, as promessas realizadas por representantes de órgãos do Estado em suas diversas esferas administrativas.

Dessa forma, há nos municípios, bem como nos assentamentos, um número considerável de camponeses com DAP inativas, o que dificulta alcançar quantidade significativa de aquisições de alimentos via programas Institucionais. Também é preciso haver interesse do poder público municipal para que ocorra uma boa execução do programa. Além disso, no caso do Dois de Junho, os próprios camponeses se mobilizaram para pressionar a execução do PNAE. No assentamento Órion a situação ainda é mais complicada, uma vez que nenhum dos produtores comercializam nesses programas.

A seguir, analisaremos as feiras locais situadas nos municípios de Capitão Enéas, Olhos - d'Água e Bocaiúva, também compreendendo-as como expressão dos Circuitos Curtos de Comercialização, com o intuito de elucidar as implicações sociais e econômicas relacionadas aos processos de produção e comercialização dos assentamentos pesquisados.

### **3.6 Feiras e mercados públicos como “mercado socialmente necessário” aos assentados do Norte de Minas**

As feiras são eventos econômicos e sociais, conhecidos desde a antiguidade. De acordo com Harvey (1981, p.207), a feira consistia em um “mercado de troca existente desde os tempos remotos e as primeiras cidades foram, entre outras coisas, os locais onde essa atividade estava provavelmente concentrada”.

Saquet (2016) afirma que os circuitos de comercialização construídos por meio das feiras perpassam a ideia de comércio na cidade e também contribuem na revitalização do espaço urbano, modificando a dinâmica do bairro, valorizando a produção local e sendo um elo direto de conexão entre produtores e consumidores. Segundo o autor, as feiras agregam atividades e diversos valores dos sujeitos frequentadores e, nelas, também fica evidente que o modo de vida camponês se materializa na cidade, reproduzindo aspectos identitários. Quando tal forma de comércio permite a venda e relação direta entre produtores e consumidores, temos mais uma situação que pode ser caracterizada como um circuito curto de comercialização.

As feiras livres, como expressão dos circuitos curtos de comercialização, entram na categoria da ‘venda direta fora da propriedade’ conforme a tipologia de Darolt (2013), na categoria ‘face a face’, na tipologia proposta por Marsden, Banks e Bristow (2000), ou ainda como como circuito curto alternativo, como caracterizado por Wilkinson (2008).

As feiras livres, uma das formas de comércio de alimentos mais tradicionais, ganham destaque na preferência dos consumidores, por se constituírem não apenas como espaços de comércio, mas sobretudo como espaços de interações sociais e de reconexão entre as cidades e

o meio rural (CASSOL e SCHNEIDER, 2017), sendo apontadas como uma das formas mais genuínas de circuitos curtos. Para Darolt (2013), feiras livres são “circuitos curtos”, que se caracterizam pela relação de proximidade entre o produtor e o consumidor, quando possuem no máximo um intermediário.

Um levantamento realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), no estado de Minas Gerais, no ano de 2017, apontou que existem feiras livres em 70% dos 853 municípios do estado. A partir de nossos levantamentos, constatamos que a maior parte dos estudos sobre feiras em Minas Gerais foi realizada sobre as feiras que ocorrem na região do Vale do Jequitinhonha. As principais contribuições para analisar essas feiras foram encontradas nos estudos de Angulo (2002), Ribeiro (2004; 2007; 2018, 2019), Servilha (2008) e Cruz (2019, 2022). Para esses autores, as feiras integram um conjunto de estratégias para a reprodução dos modos de vida, denotam aspectos de sociabilidade por reunir grupos sociais diversos, e consolidam relações sociais, econômicas e culturais no contexto histórico e espacial em que estão inseridas.

Os estudiosos das feiras do Jequitinhonha apontaram que estes mercados estão fortemente arraigados nas relações interpessoais e nos hábitos alimentares costumeiros que se baseiam na diversificação dos produtos da horta, do quintal, das lavouras, da indústria doméstica rural e do agroextrativismo – que são praticamente produtos “dados” pela natureza. Essa variedade de produtos nas feiras condiz com a biodiversidade local e muito do conhecimento tradicional no processo produtivo e no beneficiamento dos produtos artesanais, o que explica a relação entre comida, ecologia, cultura e a identidade territorial (RIBEIRO, 2007; CRUZ, 2019; GALIZONI, et al., 2019).

Angulo (2002) e Ribeiro (2007) mostraram o potencial e a articulação das feiras com outros agentes locais, formando uma rede de produção e comercialização pautada na proximidade. Essas pesquisas constataram que as famílias do campo se beneficiam com trocas realizadas das feiras livres, porque nestes espaços conseguem ofertar produtos que enfrentam barreiras de entrada em outros canais, em função dos custos e da escala e padronização exigidas. Geralmente, os feirantes realizam a venda à vista e a receita auferida com a comercialização, combinada com outras rendas provenientes de outras fontes (aposentadorias, bolsa-família, migração sazonal, entre outras), constituem possibilidades imediatas de consumo de bens e serviços.

As principais dimensões, que aparecem com maior frequência nos estudos das feiras foram: as relações de confiança, amizade, reciprocidade, parentesco, interconhecimento,

preços, procedência, costumes alimentares, qualidade e a variedade na oferta dos produtos (ANGULO 2002; RIBEIRO 2007; SERVILHA 2008; CRUZ, 2019).

Práticas informais e específicas pelas quais esses mercados locais se estruturam podem ser essenciais para criar estratégias de comercialização e resistência aos mercados globais, uma vez que a produção e consumo nesses territórios se sustentam pelos costumes alimentares regionalizados (CRUZ et al.,2022).

Na mesorregião Norte de Minas Gerais, as feiras e mercados municipais constituem-se como algumas das instituições sociais mais sólidas para as trocas comerciais, elas fazem parte da economia e da cultura da região, contribuem no abastecimento de cidades pequenas e distantes das grandes rotas comerciais de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores e dinamizam o comércio urbano com as compras dos feirantes (RIBEIRO, 2007).

Essas formas tradicionais de comércio e suas singularidades foram descritas nas narrativas memorialistas sobre as gentes sertanejas das grotas que vinham comercializar seus produtos, por exemplo, no Mercado Municipal de Montes Claros, a partir de uma produção cultivada e beneficiada ou coletada nas chapadas do sertão. A temporalidade da narrativa de Darcy Ribeiro situa-se na terceira década do século XX e aponta aspectos culturais dos sertanejos daquele período, sendo possível, na atualidade, encontrar cenas ainda semelhantes nas feiras e mercados por nós pesquisados.

**O que gosto mais de lembrar daqueles tempos é das feiras de Mangueiral (Montes Claros). Eu menino, com medo, andando ali entre bichos e gentes, ao redor do mercado. Vendo a gente matuta, escura, saída daqueles fundos. Muito cavalo de sela, muito jumento cargueiro, muita bruaca, muito pote vermelho, muita mercadoria para vender. O amarelo vivo e o cheiro impossível das montanhas de pequi. Os cestos de mangabas doces, macias. Os cachos de coquinho azedo. Beiju, tapioca (...) Humilde gente minha das grotas, das brenhas, vinda para a hora das alegrias de mercado. Aquela trouxe leitão; aquele, duas peruas. Ela quer levar remédio pra filha (...) Ele veio comprar querosene para a candeia.** (RIBEIRO, 1988, p. 70 e 71 – grifos nossos).

Como formas comerciais que atravessam séculos (e mesmo anteriores ao capitalismo), mercados públicos e feiras livres, pela dimensão e complexidade que abarcam na experiência popular e social dos lugares, constituem o que Ana Clara Torres Ribeiro (2013 [2005]) denomina como “mercado socialmente necessário”. Tal mercado é constituído pela face ativa de territorialidades marcadas pela resistência social e pela experiência de luta e permanência de agentes sociais diversos, não orientados absolutamente pela razão da acumulação ampliada do capital, tal como ela hoje se estabelece no mercado hegemônico e nos circuitos globais de mercadorias. Assim, tal tipo de mercado constitui, no Norte de Minas Gerais, possibilidades para a sobrevivência e reprodução das classes populares das cidades e do campo, tantas vezes

acostumadas a sobreviver em condições e ambientes os mais adversos, como podemos reconhecer dentre os assentados de reforma agrária avaliados.

Para Dayrell (2000), os agricultores da região carregam um estilo étnico próprio em que a racionalidade produtiva não está totalmente dissociada da natureza. Esse autor ressalta que, quando o agricultor participa nos mercados municipais ou feiras, na verdade está se apresentando como alguém que produz alimentos para a sociedade local e é justamente ali que garante o seu reconhecimento social.

Nas feiras, as relações socioeconômicas e culturais são sedimentadas pela forte interação social, conformam uma complexa circulação de mercadorias, alimentos, pessoas e artefatos diversos que se misturam num mesmo espaço, cultura, sabores, tons e cores (ANGULO 2002; RIBEIRO, 2007; CRUZ 2019).

As feiras, muitas vezes realizadas e mesmo se confundindo com os espaços de mercados municipais, constituem um lugar em que vão sendo escritas as várias histórias, tanto das agricultoras e agricultores camponeses, quanto da sociedade que mantém nesses lugares relações comerciais, laços de sociabilidade e convivência (FONSECA et al., 2009).

Contudo, estes mercados estão constantemente enfrentando desafios, pelo próprio modo com que a lógica hegemônica alcança o país e as cidades no interior – haja vista a proliferação de grandes redes supermercadistas ou ainda as formas renovadas de consumo pela internet, que, parafraseando Ribeiro (2011, p.300), colonizam a rede urbana através de redes de serviços que acabam por destituir a singularidade dos lugares e mesmo impedem a permanência de atividades econômicas cultural e historicamente constituídas.

Fonseca et al. (2021) destacaram que mesmo as trocas locais realizadas em feiras e mercados foram, por exemplo, muito afetadas também pandemia de Covid-19 e os agricultores tiveram que se reinventar para vender sua produção (fazendo aparecer, inclusive, circuitos mediados por ferramentas de comunicação hoje em muito disseminadas, como o whatsapp). Esses autores também evidenciaram a diversidade de produtos ofertada no mercado municipal e nas feiras livres da cidade de Montes Claros, bem como a importância desses espaços para a manutenção das tradições e dos hábitos alimentares.

As relações de confiança evidenciam-se nos estudos das feiras e constituem-se um dos principais mecanismos de proximidade social. De modo geral, as relações de confiança são baseadas na reputação dos produtos bem como na palavra dos agricultores na confiabilidade sobre a procedência e na qualidade, abrindo margem para que as relações de troca sejam permeadas por simbolismos e mesmo permitam muitas vezes o predomínio de uma lógica do valor de uso frente ao valor de troca (RIBEIRO, 2011, p.307).

Cabe mencionar que as relações de confiança tendem a ser fortes nos mercados e feiras de pequenos municípios, por serem espaços de venda direta, quase sempre sem intermediação de terceiros. No Norte de Minas, a maioria dos municípios que compõem a mesorregião possui população inferior a 50 mil habitantes (IBGE, 2022), o que contribui para o fortalecimento das relações de amizade, conhecimento e confiança.

Outro mecanismo importante que nos ajuda a refletir sobre os mercados e feiras refere-se a expertise dos feirantes na arte de negociar seus produtos. De acordo com Ribeiro (2007) essa sabedoria é adquirida ao longo dos anos com o trabalho na feira, sendo que em alguns casos, a atividade já ocupa gerações de pessoas da mesma família. Os feirantes são experientes na gestão de cálculo da força de trabalho, dos custos e, sobretudo, do que dá para negociar com seus compradores.

A qualidade dos alimentos comercializados em mercados locais costuma ser reconhecida pelos consumidores das feiras. O sistema tradicional na produção de alimentos, as técnicas costumeiras de acordo com as normas de gosto do lugar e da transmissão de conhecimento entre gerações, também constituem diferenciais (GALIZONI et al., 2019). Os estudos mostraram que consumidores tendem a comprar na feira por reconhecerem a qualidade dos produtos e são atraídos pela diversidade de gêneros que a feira oferece (CRUZ et al., 2022).

A qualidade está quase sempre associada ao frescor e ao sabor dos produtos, ao não uso de veneno na produção e ao zelo do produtor. Para esses autores, em alguma medida, o reconhecimento da qualidade e da procedência influencia na decisão de compra dos produtos. Os estudos evidenciam ainda que a qualidade dos produtos locais pode vincular ao lugar de origem e às pessoas que os produzem. Os principais exemplos citados na literatura são as farinhas de mandioca produzidas em comunidades rurais de diferentes municípios, tais como a famosa farinha de Morro Alto e o requeijão de Salinas, encontrados no Mercado de Montes Claros, que se tornam singulares em relação aos demais produtos, conforme sinalizado por Cruz et al. (2022). Daí vem a importância da técnica tradicional no beneficiamento da produção para garantir a qualidade dos produtos artesanais (RIBERIO et al., 2019)

Nas feiras do Norte de Minas, a noção de qualidade manifesta-se tanto no produto artesanal cuidadosamente elaborado e oferecido em menor medida, quanto nos produtos da lavoura e da horticultura. Esses valores são percebidos pelos consumidores na identificação da origem de determinado produto, no conhecimento de como este foi produzido, na experimentação (o ato de ver, tocar, cheirar e provar). Assim, “a reputação dos produtos é baseada nos sentidos”, conforme destacaram (RIBEIRO et al. 2019, p.250) para se referirem ao “circuito de gosto”, sobretudo aos produtos da agroindústria rural.

No Norte de Minas, as políticas públicas municipais são de suma importância para implantação e manutenção das feiras e mercados públicos, com a disponibilização da infraestrutura básica, tendas e transporte de produtos e pessoas. Com intuito de valorizar a produção dos Assentamentos, bem como dos demais produtores locais, a Prefeitura de Olhos - d'Água, Bocaiúva e Capitão Enéas promoveram, por demanda direta dos produtores locais, a organização das feiras.

Visando reconhecer a importância das feiras e mercados como circuitos curtos estabelecidos pelos assentados do Dois de Julho e Orion, avaliamos tais formas comerciais nos municípios de Bocaiúva, Olhos - d'Água e Capitão Éneas. Compreendemos que as feiras e mercados constituem-se em circuitos curtos de comercialização de venda e correspondem potencialmente à noção de mercados socialmente necessários.

Diante de um contexto, que preconiza cada vez mais a racionalização dos lugares, faz-se necessário pesquisas comprometidas com essa tessitura social, que resgata elementos importantes desse tipo de mercado, o convívio e as práticas sócio-espaciais ajuda a pensar as *outras sociabilidades*.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 415) a sociabilidade tende a escapar do pesquisador, entre as malhas da rede de conceitos acionáveis, dessa forma é necessário estimular “pesquisa de estratégias e táticas de sobrevivência, com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro”. É preciso que os pesquisadores estejam comprometidos com a tessitura do social, leiam a realidade a partir do detalhe, dos gestos aparentemente insignificantes e de tudo o que figura como muito pequeno na cidade. Para a autora, tal valorização analítica deve levar em consideração o cotidiano, o lugar, o senso comum e o espaço herdado, o que permite uma reflexão socialmente comprometida.

A necessidade de valorização dos elos históricos entre comércio de alimentos e a sociabilidade das gentes simples no campo e nas cidades, pelos que incentivam a vida espontânea dos lugares, possibilita o descobrimento da existência de formas de comércio mais justas e socialmente inclusivas (RIBEIRO, 2005b). Exercício este que pressupõe, de início, contrapor-se e resgatar alternativas à concepção hegemônica de mercado “como a única versão possível das trocas econômicas” (RIBEIRO, 2005b, p.107).

Reconhecemos que nas feiras e mercados do Norte de Minas há uma multiplicidade de formas de apropriação do território, em articulação tensa e permanente conflito, do universo de

relações que emerge dos conflitos entre usos distintos do território<sup>29</sup>, e das lutas entre representações, símbolos, valores e interpretações sobre o mundo social, na medida em que estas se expressam em práticas sociais, se reafirmam nos lugares da vida e se tornam as bases sobre as quais se constroem outros mundos sociais possíveis. Nesse sentido, é preciso valorizar outras dimensões do comércio e das trocas na análise: o encontro, a negociação, as trocas simbólicas e a construção de relações sociais figuram como elementos e fatores importantes a serem reconhecidos. “A atividade relacional é constitutiva da troca e do intercâmbio, que podem ultrapassar os objetos e a negociação mercantil, incluindo, potencialmente, a subjetividade e a totalidade da cultura” (RIBEIRO, 2005b, p.104).

Para refletirmos sobre esses espaços de comercialização, foi preciso atentar os gestos-fio, as ações invisíveis, não planejadas, anônimas e muitas vezes não-ditas (RIBEIRO, 2005b). Essas práticas demandam poucos recursos técnicos, sua legitimidade advém da socialização e das solidariedades singelamente concebidas e dos valores partilhados. Desta forma, essa ação pode superar, mesmo que apenas por pouco tempo, a cotidianidade alienada, quando manifesta a fraternidade mediante uma infinidade de gestos-fios que renovam as trocas banais no cotidiano (RIBEIRO, 2005b) e nas singularidades do lugar, a que Ribeiro (2013 p. 298) reconhece como “territorialidades da resistência”. Assim, é necessário que:

(...) o pensamento crítico dedique-se à tarefa de transformar a ideia hegemônica de mercado, através da recuperação da memória das sociedades em que os mercados permitiam (e ainda permitem) **negociação inteligente de interesses, a apropriação popular do espaço e a elaboração do tecido social (...). Os modelos dominantes de organização das atividades econômicas difundem o individualismo e o consumismo. Precisamos resistir a esta difusão, reinventando o mercado e enfatizando a solidariedade** (RIBEIRO, 2013c, p. 82, grifo nosso)

Pensar mercados populares e feiras como um mercado socialmente necessário, um lugar de resistência onde diferentes sujeitos tecem redes de solidariedade e sociabilidades, implica também como reconhece Ana Clara Torres Ribeiro (2011, 2005), a partir das proposições de Milton Santos (2000), reconhecer a realidade dos homens lentos - sujeitos simples, que travam lutas constantes na busca de meios que garantam a sua sobrevivência. Para tanto, é preciso um olhar atento aos discursos, práticas, gestos, comportamentos e interações cotidianas prenes de significados, onde diferentes sujeitos vivem as permanências e mudanças, diferentes formas de organização, negociações e usos do espaço.

---

<sup>29</sup> “[...] entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem e resistem a esta concepção” (RIBEIRO, 2005a, p.95).

As prefeituras municipais, associações de feirantes e Emater são as instituições responsáveis pela organização e regulamentação das feiras. Os diferentes sujeitos são apoiados, mas igualmente cobrados por essas instituições, que decidem sobre a entrada de novos feirantes, estabelecem a cobrança ou não de taxas, a limpeza das bancas etc.

O Município de Bocaiúva, com uma população de 49.979 habitantes, é localizado a 56 km de Olhos d'Água. A feira é realizada no espaço do Mercado Municipal e é a mais antiga dos municípios avaliados, sendo realizada há mais de 40 anos. Entretanto, os assentados pesquisados informaram que, inicialmente, começaram a vender seus produtos de porta em porta e, aos poucos, foram estabelecendo relações com os clientes e, posteriormente, passaram a participar da feira. Os assentados avaliados na pesquisa, que também atuam como feirantes (realizando vendas diretas), relataram que suas práticas de venda na feira variam entre 8 a 16 anos.

No caso de Bocaiuva, as feiras acontecem geralmente aos sábados e não é realizada ao ar livre, mas sim nas dependências físicas do Mercado Municipal e nos arredores, onde os produtos são expostos e comercializados.

Parte dos feirantes são comerciantes com bancas fixas, que trabalham durante todo o ano com a comercialização de gêneros agrícolas, condimentos, derivados de leite, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, na maioria das vezes, de agricultores do município que não atuam diretamente na feira.

A infraestrutura das bancas é fixa e cada produtor tem seu lugar definido pela Prefeitura Municipal. A feira congrega agricultores provenientes das comunidades que pertencem ao Município de Bocaiúva, bem como dos municípios vizinhos tais como Guaraciama, Engenheiro Navarro e Olhos- d'Água, e atualmente conta com aproximadamente 120 feirantes.

Duas famílias do assentamento Dois de Junho que participam da feira Mercado Municipal de Bocaiúva também vendem parte da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); alguns também comercializam em bairros da cidade e restaurantes.

Os principais gêneros agrícolas comercializados na feira e mercado de Bocaiúva, a partir do que identificamos em pesquisa de campo (2023), são: feijão, mandioca, milho, cenoura, abóbora, alface, alho, amendoim, banana, laranja, limão, abacaxi, batata-doce, beterraba, cebola, cebolinha, chuchu, couve, pimentão e algumas outras verduras e legumes. Dentre os produtos processados, ainda são comercializados doces, conservas, manteiga, biscoitos, pães, queijos e requeijão, farinhas, além de artesanatos e alguns produtos industrializados, alimentos como queijo, leite e ovos são vendidos em menor quantidade se comparados com os

demais, no entanto, têm um bom retorno financeiro para os feirantes. Já a produção e comercialização das frutas depende essencialmente da estação do ano. Há ainda a comercialização de produtos do agroextrativismo, tais como mangaba, pequi e panã. A Foto 29 mostra o Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG.

Foto 29 – Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023..

A pluralidade de comércio, bem como dos seus usos, tornam-se atração de clientes. A feira realizada no Mercado Municipal de Bocaiúva(MG), é a maior e a mais diversificada dentre as feiras por nós estudadas como evidencia a (Foto 30).

Foto 30 – Artesanatos comercializados no Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

O mercado Municipal de Bocaiúva tem uma dinâmica diferente nos dias úteis, o público do Mercado tem motivações mais comerciais, geralmente é frequentado por trabalhadores da área central, funcionários públicos e donas de casa, com um movimento menor. Nos finais de semana, o lugar ganha uma nova dinâmica, com expressivo aumento do número de clientes, movimento nos bares e restaurantes, idosos, trabalhadores do comércio próximo, que circulam pelos seus corredores e arredores.

Foto 31 – Aspecto geral do Mercado Municipal / Feira Bocaiuva MG



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023..

No município de Olhos - d'Água, onde se localiza o Assentamento Dois de Junho, a feira livre possui dimensões e características bem mais modestas, quando comparada à de Bocaiúva. Segundo o que pudemos recolher em campo, a feira do município teve início no ano de 2013, e funcionou a princípio em uma tenda doada pela igreja, na praça central, e, posteriormente, com a transferência de uma antiga escola localizada na área central (Escola Estadual Sebastião Vieira Dias), parte do prédio foi doado ao município, que disponibilizou o espaço para que agricultores possam comercializar semanalmente sua produção, constituindo assim um feira de frequência semanal, ainda que o ponto seja comumente denominado também por “mercado municipal”. A foto 32 evidencia aspecto da feira em Olhos - d'Água, MG.

Foto 32 – Aspecto da feira em Olhos - d'Água, MG



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023..

Os principais produtos vendidos na feira de Olhos - d'Água são também alguns dos mais comercializados pelos assentados do Dois de Junho, apenas quatro famílias. São sobretudo frutas e hortaliças, farinhas, geleias, mel, doces, queijos, e requeijão, bolos, roscas, biscoitos e pães (Foto 33).

Foto 33 – Produtos comercializados pelos assentados do Dois de Junho na feira de Olhos - d'Água



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023..

A criatividade e o cuidado ao expor as mercadorias se fazem presentes nas bancas através do arranjo dos produtos, organizados a partir das cores, das espécies, dos produtos elaborados pelas famílias (doces melado da cana-de-açúcar, rapadura, etc.); ou ainda ainda de frutos do cerrado (coquinho azedo, panã), ou do quintal (acerola, limão, laranja, goiaba), estratégias para atrair uma boa clientela.

Os fregueses tocam e mesmo experimentam produtos a fim de atestar a sua qualidade. Destacam suas preferências pelos queijos mais frescos ou mais “curados” com “pequenos furos” ou mais “lisos”. Uma feirante assentada do Dois de Junho vende broa de milho com queijo curado, envolvida em folhas de bananeira. A Feirante explica aos fregueses que o segredo da qualidade do produto está no “jeito de fazer”, acionando muitas vezes conhecimentos tradicionais e práticas construídas e passados de geração em geração.

Isso vem da tradição que o povo mais velho gostava de fazer, fiquei muito tempo sem fazer e depois resolvi voltar a fazer. Nossa! você pensa que é uma coisa que você faz, que pode ficar até uma semana que dura, não muda de gosto, a gente coloca muita coisa, põe queijo, faz com gordura de leite ou manteiga caseira, pode colocar outros ingredientes o fubá, que fica mais gostosa ainda, o segredo da receita está no jeito de fazer..(ASSENTADA 2.ENTREVISTADA EM MARÇO,2023)

A Feira de Olhos - d'Água é sem dúvida um lugar de encontro, permitindo com que a sociabilidade e as trocas entre o pequeno núcleo urbano e camponeses se estabeleça. Ao mesmo

tempo em que os produtores comercializam diretamente seus produtos, estabelecem relações solidárias e de proximidade, trocam produtos, experiências, subjetividades.

Aspectos relevantes que distinguem esse tipo de comércio são, sobretudo, a simplicidade e espontaneidade de comerciantes e fregueses, expressão mesma da origem camponesa das gentes. Um lugar que, ao contrário do que preconiza a lógica hegemônica moderna, é marcado pela diversidade de pessoas, produtos e pela convivência.

A prefeitura de Olhos - d'Água promove com frequência atividades culturais com apresentações musicais, geralmente com artistas locais, visando fortalecer a feira como espaço de troca e sociabilidade.

Em Capitão Enéas a feira livre teve início em 2006 e funciona em uma das principais vias da cidade, nas manhãs de sábado. A Feira serve como espaço privilegiado para que os pequenos produtores possam comercializar seus excedentes diretamente aos consumidores. A Foto 34 evidencia aspectos da feira livre de Capitão Enéas-MG.

Foto 34 – Aspectos da feira livre / Capitão Enéas-MG



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

A feira de Capitão Enéas é organizada na sexta, através da montagem de duas fileiras de bancas. No sábado, cada feirante ocupa um lugar fixo, pré-determinado. Há também feirantes de improviso, que não possuem barracas e, desse modo, instalam-se em grandes lonas erguidas ao final da rua ou ainda em arranjos improvisados: carrinhos de mão, caixotes de madeira, mesas de plástico e pequenas tendas. Há, ainda, um movimento intenso de vendedores ambulantes que circulam pela feira oferecendo seus produtos.

A feira também comporta vendedores de produtos industrializados (em grande parte importados) voltados às demandas mais simples e imediatas de consumo tais como: pequenos itens eletrônicos, lanternas, bonés, capinhas de celular, vasilhas de alumínio etc.

De modo geral, nesses espaços de comercialização, há uma hibridização de sujeitos, tempos, escalas, produtos, cores, cheiros, há também conflitos internos, alguns reclamam da infraestrutura, como a falta de banheiros, questões de higiene etc.

Assim como acontece na feira em Olhos - d'Água, verificamos que é praxe os feirantes oferecer porções de produtos, que são degustados ali mesmo pelos fregueses, visando atestar a qualidade dos mesmos. Diferentemente das feiras realizadas nos mercados Municipais, a feira de Capitão Enéas constitui-se como um mercado de rua que se organiza como um “fixo flutuante”.

Apenas duas famílias de assentados do PA Orion comercializam na Feira de Capitão Enéas, sendo os principais gêneros comercializados hortaliças, feijão, mandioca, temperos, manteiga de garrafa e biscoitos. As fotos 35 mostra o espaço da feira e os principais produtos comercializados pelos Assentados do Orion na feira livre em Capitão Enéas

Fotos 35 – Barracas com principais produtos comercializados pelos assentados do PA Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023..

Duas famílias do Assentamento Orion também comercializam seus produtos na feira do povoado de Santana da Serra (esta realizada com frequência quinzenal), e não possui infraestrutura alguma para a comercialização dos produtos.

Quanto à forma de organização da contabilidade dos produtos comercializados na feira, destacamos que, via de regra, os sujeitos empreendem as suas próprias táticas para vender e contabilizar os ganhos. Geralmente os feirantes anotam suas vendas em pequenos cadernos ou em papelão colocado sobre as bancas. As cédulas e moedas recebidas dos fregueses são guardadas no próprio bolso ou em pequenas caixas sobre as bancas.

Lugar de mudanças, permanências, encontros e desencontros, misto de tradição e modernidade, processos de negociação e diversos usos desses espaços nestas pequenas cidades, os mercados e feiras preservam características únicas da dinâmica sócio-cultural do lugar. Seus elementos constitutivos preservam a memória e a cultura de outros tempos e modos de vida.

Nos mercados e feiras pesquisados muitas vezes observamos cenas cotidianas desses trabalhadores na busca pela sobrevivência, as relações de solidariedade, destacam-se, por exemplo, alguns feirantes auxiliando a outros, emprestando materiais necessários (como as balanças, por exemplo); moradores em situação de rua ganhando alimentos de feirantes e consumidores, ou ainda feirantes compartilham entre si os lanches que trazem para a feira. Esse também é o espaço e tempo para compartilharem saberes e aspectos da produção e da colheita etc.

Nessas feiras os camponeses são, ao mesmo tempo, produtores e vendedores dos alimentos. Não existe nesse caso um intermediário, mas sim, uma relação direta com os consumidores, o que caracteriza a feira como circuito curto de comercialização de venda direta face a face. Adquirir o alimento na feira é completamente diferente de adquiri-lo em uma prateleira de supermercado. É uma relação que visa, por um lado, a reprodução da família, e, por outro, o consumo de alimentos saudáveis mediante a confiança e relações de proximidade. Em algumas bancas é possível encontrar pai, mãe e filhos trabalhando juntos, em outras apenas o casal.

De acordo com o coordenador da feira livre de Capitão Enéas (2022) o número de famílias assentadas do Orion que comercializam seus produtos na feira é reduzido, visto que o assentamento enfrenta problemas como a venda de lotes. *No Orion se não me engano tem apenas 2 ou 3 pessoas que trazem os produtos pra vender na feira, o problema que vejo é que muitas pessoas foram vendendo os lotes, foram trocando de dono, as pessoas não se fixavam, agora que estão se consolidando estão começando a preocupar com associação, procurando plantar para comercializar.*(COORDENADOR DA FEIRA DE CAPITÃO ENÉAS ENTREVISTADO EM DEZEMBRO, 2022).

Reconhecendo que a participação nas feiras e mercados da região pelos camponeses dos dois Assentamentos avaliados não é significativa, procuramos junto aos agentes entrevistados avaliar a potencialidade de tais circuitos para a geração de renda junto aos assentados.

Refletindo sobre a importância da feira como mecanismo de inserção da produção no mercado, um assentado do Dois de Junho nos afirmou que : *Não dá para viver de Programa do Governo, muda o governo, muda a política. Vou ser sincero com você, para mim não existe nada melhor do que feira, e ninguém venha dizer isso ou aquilo... Pela experiência que eu tenho, pelo tempo que trabalho, a realidade é essa, é o contato direto com cliente.* (ASSENTADA 2. ENTREVISTADA EM JULHO, 2023). A mesma assentada complementa o argumento: *“A venda na feira é bom porque você recebe na hora, é uma renda que você tem toda semana, no Pnae você recebe tudo de uma vez, então às vezes é melhor a feira outras vezes é melhor Pnae.* (ASSENTADA 2. ENTREVISTADA EM NOVEMBRO, 2022).

O estreitamento das relações entre produtores e consumidores, em decorrência da comercialização direta dos produtos, gera uma relação de proximidade, permitindo que essas trocas não se limitem apenas a transação econômica, mas se ampliem para o compartilhamento de informações entre os atores que irão conformar a definição social da qualidade, o eventual cultivo de novos produtos, o reconhecimento da reputação do produtor e a consequente obtenção de distinção que o consumidor deseja (PLOEG, 2015).

Sobre a experiência de comercializar diretamente ao consumidor, o assentado afirma que:

É muito bom vender na feira, a gente sabe que não está usando produto químico, veneno, essas coisas, e que está levando alimentos saudáveis, naturais e de qualidade para o consumidor. Embora demore mais tempo para a colheita, sabemos que estamos levando um produto de qualidade para o consumidor não é igual a esses dos supermercados que têm agrotóxicos. (ASSENTADA 3. ENTREVISTADO EM JULHO, 2023).

A Feira é uma oportunidade que a gente tem de vender nossos produtos, além de ser uma renda a mais, ela mostra o trabalho do pequeno produtor e contribui com uma alimentação saudável no Município. (ASSENTADA 4 ENTREVISTADA EM JULHO, 2023).

O interessante de você vender na feira é que você está frente a frente, cara a cara com o cliente. Então você vai querer passar para ele um produto de qualidade. É o que eu sempre falo, a propaganda boca a boca, é a melhor que tem. Se a pessoa comprou e gostou ela vai voltar e indicar outros clientes pra você ( ASSENTADO 9. ENTREVISTADO EM JULHO, 2023)

A gente tem muita amizade aqui na feira, você tem que atender bem o cliente, a gente fica ali conversando, a gente fala da vida da família, das coisas da igreja e do dia a dia. Então não é apenas comprar o produto (ASSENTADA 1 ENTREVISTADO EM JULHO, 2023)

De acordo com Machado e Machado Filho (2014), as feiras são espaços qualitativamente importantes, pois permitem a conscientização dos consumidores sobre a alimentação saudável, mas, contudo, são incipientes no enfrentamento ao agronegócio. De todo o modo, constituem, para camponeses, feirantes e classes populares, um mercado socialmente necessário, sem o qual as possibilidades de acesso a alguma renda e ao abastecimento de gêneros simples do consumo alimentar cotidiano se tornariam difíceis.

Cruz (2019) apontou que alguns supermercados seguem a regra da feira na relação com os consumidores, procurando estabelecer similaridades quanto aos preços, e renome dos produtos. Essas disputas podem acontecer também nos espaços da própria feira, como por exemplo, no Mercado Municipal de Bocaiúva, onde alguns comerciantes atuam como intermediários e disputam pontos de vendas com os agricultores feirantes, muitos destes comerciantes vendem produtos de grandes Centrais de Abastecimento (como o CEANORTE de Montes Claros).

Sobre tal tipo de concorrência, a entrevistada que comercializa no Mercado Municipal de Bocaiúva relata que: *A dificuldade é que o pequeno produtor é sempre apunhalado pelo grande, quase todo lugar tem um comércio, sacolão, supermercado isso acaba dificultando as vendas.* (ASSENTADA 2.ENTREVISTADA EM JULHO,2023).

Em cada lugar as feiras se organizam, de acordo com os sujeitos envolvidos e com as peculiaridades locais e regionais. Desse modo, cada grupo, apesar das semelhanças, possui desafios próprios e busca superar as adversidades a partir de suas realidades. É importante destacar que algumas famílias participam de mais de uma feira, quando a família possui produção não totalmente absorvida em uma única feira.

Um mecanismo recente de venda direta praticado pelos assentados do Dois de Junho é a organização de distribuição de gêneros do assentamento via aplicativos de mensagens (Whatsapp), o que tem facilitado a comercialização de alguns produtos, além de promover uma conexão direta entre produtores e consumidores. Esse tipo de estratégia permite que os assentados divulguem a produção aos consumidores, em geral localizados na cidade. Os assentados organizam os produtos e fazem as entregas nas residências ou em pontos comerciais nos municípios Olhos - d'Água e Bocaiúva. Entretanto, ainda são poucos os assentados comercializando deste modo, tendo em vista as dificuldades de acesso à internet, ou mesmo os custos com transporte, que muitas vezes inviabilizam as entregas. Os principais alimentos comercializados via aplicativo celular no assentamento são; queijos, requeijão, doces e biscoitos e manteiga de requeijão.

Foto 36 – Queijos e requeijão - Assentamento Dois de Junho



Foto: SOUZA, S. G. de, 2023.

Os camponeses que participam das feiras representam apenas uma pequena parte do total de agricultores. Um aspecto relevante sobre essa questão relatada pelos camponeses refere-se às dificuldades em adequar a produção para seu abastecimento semanal, tendo em vista que muitos assentados ainda produzem através do regime de sequeiro, pois nem todos tem condição de estruturar seus lotes com sistema de irrigação.

Outra questão apontada na pesquisa diz respeito aos camponeses que combinam atividades desenvolvidas na terra com as atividades realizadas fora do assentamento. Muitas famílias possuem indivíduos que se ocupam em atividades desenvolvidas nas fazendas, nos sítios circunvizinhos, assim como nas cidades próximas desempenhando atividades não agrícolas (mecânico, motorista, comércio etc.).

O trabalho acessório se dá através da transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado. Deste modo, Tavares dos Santos (1984) destaca que o trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar “fora”. Em contrapartida, quando a família se contrai, por migrarem os irmãos ou filhos, o camponês não pode mais dar conta das atividades acessórias (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 38). Essa fonte de renda é algo que complementa a renda na unidade camponesa.

Desta forma, esses sujeitos tentam conciliar o assalariamento com atividades de produção em seus lotes. Todavia, o assalariamento leva a uma redução da capacidade produtiva ao desgaste da força de trabalho que precisa se desdobrar para manter-se na terra. Portanto, a

motivação das famílias em participar e dar continuidade a essas experiências resulta das diferentes realidades vivenciadas bem como da organização produtiva de cada um. O Quadro 10 apresenta uma síntese dos aspectos revelados nos mercados e feiras – municípios avaliados (2023)

Quadro 10 – Síntese dos aspectos revelados nos mercados e feiras – municípios avaliados (2023)

	<b>Feira Olhos - d'Água</b>	<b>Feira Bocaiúva</b>	<b>Feira Capitão Enéas</b>
<b>Espaço físico</b>	Mercado Municipal de Olhos D'Água Todas às sextas feiras. De 06h00min às 13h00min  Espaço Público, ambiente construído (escola adaptada)	- Mercado Municipal Bocaiúva. De Segunda a Sábado, sendo que os finais de semana são os dias de maior movimento por reunir agricultores dos diversos municípios vizinhos. de 06h às 18h. - Espaço Público, ambiente construído	Mercado de Rua Eugênio Lima, 591 centro Todos Sábados, de 06h00min às 12h30min Espaço Público, realizada na Rua.
<b>Número de Feirantes</b>	20 (deste total, apenas 4 famílias do assentamento Dois de Junho comercializam)	120 (desse total apenas 2 famílias Dois de Junho comercializam)	30 (desse total apenas 2 famílias do Orion comercializam nesse espaço)
<b>Aspectos da Produção</b>	-Produção Simples de Mercadorias - Agroindústria artesanal -Agricultor Produz e Comercializa - Autoconsumo -Comercialização de Excedente	Produção Simples de Mercadorias - -Agroindústria artesanal -Agricultor Produz e Comercializa -Comerciantes vendem produtos do CEASA -Autoconsumo -Comercialização de Excedente	Produção Simples de Mercadorias - -Agroindústria artesanal -Agricultor Produz e Comercializa -Autoconsumo -Comercialização de Excedente
<b>Origem dos Produtos Comercializados</b>	- Estabelecimentos Agropecuários dos Agricultores	Estabelecimentos Agropecuários dos Agricultores locais; CEANORTE de Montes Claros	Estabelecimentos Agropecuários dos Agricultores locais.
<b>Transporte</b>	Responsabilidade da Prefeitura Municipal. Contudo, alguns produtores Feirantes usam carros e charretes.	Responsabilidade dos Produtores Feirantes que utilizam Carros, Ônibus e Caminhonetes.	Responsabilidade dos Produtores Feirantes que utilizam Carros, Caminhonetes e Charretes.
<b>Principais Dificuldade e reivindicações</b>	- Movimento fraco - Divergência sobre a mudança da feira para o sábado.	-Disponibilização de Transporte - Distância - Concorrência com sacolões e Supermercados	-Disponibilização de Transporte -Infraestrutura das estradas -Banheiros
<b>Contabilidade</b>	não tem	pequeno caderno de anotações	pequeno caderno de anotações
<b>Pagamento de taxas</b>	Não	Os produtores com bancas fixas no interior do mercado pagam a taxa de \$30,00 reais e os feirantes que comercializam na parte externa não pagam.	Não

Fonte: Pesquisa direta nos trabalhos de campo (2022/2023).

Org.: SOUZA, S. G. de, 2023

### 3.7 As dificuldades de distribuição: um gargalo também para os circuitos curtos

Um dos objetivos de nosso estudo foi o de identificar os gargalos na comercialização, dessa forma o trabalho cotidiano da produção nos assentamentos deve levar em consideração, o que produzir e como esta produção pode alcançar algum mercado. A distância geográfica é um aspecto chave nos circuitos curtos, e pode ser analisada através de diferentes dimensões espacial e a social.

Os assentamentos pesquisados estão a cerca de 20 quilômetros de distância do centro urbano do município no qual estão localizados; 50 quilômetros das cidades sede dos municípios imediatamente vizinhos, e a mais de 100 quilômetros do maior centro de comercialização regional (Montes Claros), e, como já apontamos, ladeados pela pecuária, plantações de eucalipto e áreas de mineração. A maior distância entre a produção e o consumo que acontece nestes circuitos é em relação a cidade de Montes Claros, considerando as distâncias internas em ambas as cidades. Já as menores distâncias entre Produção e Consumo são, evidentemente, aquelas relacionadas aos municípios onde os assentamentos estão inseridos.

A precariedade da infraestrutura das estradas, o mercado incerto, a logística de transporte precária e a distância dos principais mercados se destacam como dificuldades a serem vencidas. Contudo, alguns assentados Dois de Junho aproveitam o deslocamento do transporte em ônibus escolar para levar os produtos aos comércios locais no município de Olhos - d'Água e até mesmo para entregas do PNAE.

Os camponeses entrevistados do Assentamento Dois de Junho se deslocam até a feira no mercado municipal de Bocaiúva através de veículos próprios, alguns adquiridos com o lucro proveniente da comercialização do excedente da produção. No caso da feira de Olhos - d'Água, o transporte é fornecido pelo município. Em alguns casos, camponeses que possuem caminhões fazem fretes para os que não possuem, quando a comercialização é realizada em outro Município, quando um assentado leva os produtos de outro para ser comercializado no mercado municipal em Bocaiuva, por exemplo. Esses acordos envolvem laços de parentesco e amizade, constituídos pela comunidade. Foto 37 mostra veículo de assentado empregado no transporte para feira no mercado Municipal em Bocaiuva- Assentamento Dois de Junho.

Foto 37– Veículo de assentado empregado no transporte para feira no mercado Municipal em Bocaiuva- Assentamento Dois de Junho.



Foto: SOUZA, S. G. de, 2021.

O limite mais significativo para a ampliação das vendas, destacado tanto pelos assentados do Dois de Junho quanto do Orion é, sem dúvida, o transporte. Os assentados do Órion se articulam para viabilizar o transporte das mercadorias, conforme nos foi relatado:

Aqui temos problema com transporte porque quem tem seu veículo consegue vir, quem não tem, não vem. Temos um projeto de vir 3 pessoas por semana, quantos querem produzir? 15, ótimo... as pessoas que vierem são responsáveis pelas 15, você trouxe e não vendeu a sobra, vamos negociar mais barato porque se levar de volta vai perder, vamos aproveitar o final da feira e vender mais barato, no próximo final de semana não vem os três que vieram sábado passado, vem outros três, faz um rodízio... Ah, mas não tem ônibus, eu venho de carro e posso trazer três pessoas, outro vizinho vem de carro, traz outras pessoas, assim as pessoas se ajudam e não fica pesado para ninguém.( ASSENTADA 4. ENTREVISTADA EM DEZEMBRO,2022)

No assentamento Dois de Junho foi apontado também aspectos de um “mercado incerto”, ou seja, muitos produtores não têm um destino certo pra entregar a produção, já no Orion os gargalos estão relacionados à infraestrutura e as condições da mobilidade nas estradas vicinais, bem como as estradas que ligam o Assentamento à cidade de Capitão Enéas, a ausência de transporte, mercado incerto e falta de apoio do município.

A dificuldade de identificar o mercado consumidor apresenta-se como um dos entraves aos produtores, pois 60% da amostra indica esse tipo de gargalo. 50% dos agricultores assentados que responderam a entrevista ainda se dizem insatisfeitos quanto ao possível apoio do poder público municipal.

No que refere ao escoamento da produção, a pesquisa ainda demonstra a insatisfação dos produtores do Orion com a precariedade das estradas internas, assim como as que ligam o Assentamento a Capitão Enéas. O trabalho de campo em novembro de 2022 evidenciou a precariedade das estradas (Fotos 38). “ *As estradas sempre foram ruins e agora estão intransitáveis, tá atolando, tá escorregadio... de carro ninguém passa, pelo outro caminho também não passa , tem muita lama, é você ir e ficar atolado.* (ASSENTADA. 3 ENTREVISTADA EM DEZEMBRO, 2022)

Fotos 38 – Precariedade das Estradas de acesso ao assentamento Orion



Foto: SOUZA, S. G. de, 2022.

O período das chuvas cria uma série de adversidades que precisam ser constantemente solucionadas através de ações públicas para a manutenção das estradas, pois, com as chuvas (e justo no período em que a produção pode ser mais significativa), o transporte nas estradas de terra se torna um problema ao escoamento da produção. Verifica-se que o poder público tem investido na recuperação e manutenção das estradas, contudo de modo incipiente e insuficiente, visto que são ações localizadas e atendidas a partir da demanda dos produtores. Assim, constata-se que não há políticas públicas permanentes para solucionar o problema, fato esse que prejudica a dinâmica no escoamento e comercialização da produção tendo em vista que é necessário sustentação política, técnica e organizacional para difusão de experiências de CCC.

Apesar das problemáticas enfrentadas pelos camponeses assentados para inserirem nos CCC o conjunto de políticas públicas e programas destinados à comercialização da

produção camponesa têm contribuído com a oferta de alimentos saudáveis bem como na complementação de renda das famílias camponesas envolvidas nesse processo.

## CONCLUSÃO

Estudar o campesinato assentado e suas multiplicidades de expressões e formas de organização, em constante movimento, foi um grande desafio pra mim, como pesquisadora. Nesse estudo, o campesinato pôde ser compreendido a partir da apropriação e usos do território nos assentamentos, bem como nos espaços das feiras e mercados. As práticas e relações camponesas de uso do território se contrapõem aos usos capitalistas, quer seja na produção de alimentos e na relação com a natureza, quer seja no modo de viver, nas crenças, nos modos de fazer e de comercializar a produção. Uma das características do campesinato é uma produção voltada a atender às próprias demandas de subsistência da família, assim como as de um mercado local. A nosso ver, e pelo que os resultados da pesquisa indicam, os circuitos curtos de comercialização permitem, desde há tempos, mas cada vez mais na atualidade (tendo em vista novas necessidades de consumo que alcançam o campo brasileiro), que esta produção excedente seja comercializada a partir de relações sociais próximas, mais justas e favoráveis tanto para o produtor (camponês) como para o consumidor.

De maneira geral, os circuitos curtos têm sido caracterizados a partir de suas formas mais evidentes, como a comercialização das feiras ou pelas políticas públicas, como o caso dos mercados institucionais PAA e PNAE. Contudo, há ainda uma dinâmica de circulação que se realiza com a venda direta dentro dos próprios assentamentos, entregas em domicílio e no comércio local.

A pesquisa foi realizada em torno de um conjunto de experiências de comercialização de forma individual e coletiva e em torno do seus processos produtivos. O objetivo foi compreender o grau de importância dos circuitos curtos de comercialização dinamizados pelo campesinato assentado em dois municípios no Norte de Minas Gerais. As experiências de produção e comercialização de alimentos desenvolvidas, assim como as contradições que envolvem esses processos, foram avaliadas e nos permitem constatar uma série de situações que permitem avançar na compreensão do campesinato assentado nortemineiro.

Para compreender essas experiências, recuperamos os contextos políticos, econômicos, sociais que envolvem a luta pela terra, a criação dos assentamentos e atuação do Estado através das suas instituições e políticas públicas. Assim, verificamos na pesquisa que, na instalação dos assentamentos e na execução dos programas de incentivo à produção e à comercialização, as unidades camponesas formadas pelas famílias do Assentamento Dois de Junho (Olhos - d'Água-MG) apresentavam melhores condições no que diz respeito tanto às atividades produtivas quanto as de comercialização, quando comparada à condição do Assentamento Orion (Capitão

Enéas-MG), o que evidencia as contradições expressas pelo próprio projeto de reforma agrária realizado no país.

Foi possível constatar a partir dos questionários aplicados, em que muitos assentados não acessaram nenhum mercado, ou seja, trabalham exclusivamente em função de uma produção de subsistência (autoconsumo), ou desempenham outras atividades que garantem alguma renda. Os circuitos de comercialização praticados por assentados do Dois de Junho foram mais diversos, quando comparados ao do assentamento Orion. O interesse político a nível municipal é indispensável na operacionalização de programas como o PAA e o PNAE, bem como para a viabilização das feiras, por ser o Executivo o responsável em disponibilizar infraestrutura e pessoal para executar e acompanhar o funcionamento das feiras e políticas públicas.

No capítulo 1, discutimos os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, visando tanto caracterizar o campesinato no modo de produção capitalista. O objetivo foi demonstrar que o campesinato resiste mesmo que em contextos desfavoráveis e que ele continua produzindo a maior parte dos alimentos disponíveis no Brasil. Analisaram-se também as especificidades do campesinato sertanejo no Norte de Minas, formado nos interstícios das grandes fazendas de gado, praticando uma agricultura de subsistência e estabelecendo relações com os fazendeiros que tentavam mantê-los sob seus mandos. Para isso, abordou-se o contexto social, político e econômico em que essas experiências foram forjadas.

É importante dizer que o camponês se territorializa de diferentes maneiras, sendo que nas últimas décadas, a principal forma empreendida pelo campesinato é a ocupação e a luta pela terra. Nesse processo, esses sujeitos constroem, concomitantemente, novas territorialidades. As territorialidades são sobretudo expressas pelas maneiras como os camponeses usam o território. O objetivo primordial é prover alimento e renda à família, como forma de garantir a sua sobrevivência, permitindo, assim, a permanência na terra conquistada.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi a principal entidade de apoio à luta do campesinato, nas décadas de 1970 e 1980, quando dividiu esse papel com o MST. No Norte de Minas, o apoio da CPT possibilitou, por exemplo, a criação do projeto de assentamento Dois de Junho no município de Olhos - d'Água, entre os anos de 1999 a 2005 e o apoio do MST forjou as sementes de luta no Assentamento Orion, em Capitão Enéas, nos anos de 2003 a 2007.

No Capítulo 2, evidenciamos a segunda parte da luta do campesinato pela sobrevivência, “a luta na terra”, tem permitido, portanto, assegurar de algum modo a reprodução camponesa, com a permanência das famílias na terra, ainda que mediada por contradições. As lutas ocorrem na escala da unidade de produção, no assentamento, nos espaços de comercialização de

alimentos bem como nas diferentes dimensões do território - social, econômica, política e ambiental.

As famílias assentadas constroem seus territórios de luta às vezes de maneira mais autônoma, outras mais subordinada, desenvolvem atividades de subsistência em seus lotes, ao mesmo tempo que precisam por vezes manter relações assalariadas. O trabalho assalariado é visto muitas vezes como uma forma que esses sujeitos encontram para complementar a fonte de renda familiar e poder assim permanecer em seus lotes.

No Capítulo 3, buscamos compreender como se organizam os espaços de comercialização de alimentos dinamizados pelo campesinato assentado e como eles influenciam a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis. A contribuição dos circuitos curtos de comercialização (CCC) ocorre de diferentes maneiras. Economicamente representam uma forma de renda aos produtores (extinguindo a figura do atravessador). Socialmente, os CCC tendem a valorizar alimentos locais, contribuindo assim com a soberania alimentar tanto dos produtores como na oferta de uma alimentação mais saudável aos consumidores. Na questão ambiental, os produtos comercializados CCC percorrem uma menor distância e despendem menos energia para o transporte dos produtos, além de fomentar uma produção diversificada, incentivada tanto nas feiras, quanto pelos mercados institucionais do PAA PNAE.

As limitações pelas quais tem passado os sujeitos que lidam com o processo de luta pela terra, bem como os esforços necessários para nela permanecer, evidenciam que houve uma continuidade da luta no cotidiano de vida e trabalho dos assentados. As famílias camponesas enfrentam uma série de dificuldades, desde falta de apoio governamental, a inexistência de uma política efetiva de reforma agrária e a falta de infraestrutura básica como estradas, habitação, água encanada, irrigação e transportes.

Outra constatação é que a comercialização camponesa nas feiras e mercados da região ainda não têm sido suficiente para garantir o sustento das famílias nesse circuito, sendo uma fonte de renda complementar importante, mas que integra outras fontes de renda, como a venda nos programas institucionais, a venda dentro do próprio assentamento, conjugadas às rendas provenientes de aposentadorias, programas sociais e mesmo do trabalho assalariado. Assim, podemos afirmar que a manutenção da população assentada no Norte de Minas Gerais exige a perspicácia dos assentados em acessar múltiplos circuitos de comercialização de excedentes.

Por fim, no que diz respeito à hipótese elaborada no início da pesquisa, de que os circuitos curtos de comercialização, praticados pelos camponeses dos assentamentos estudados no Norte de Minas, potencialmente lhes confere maior renda, autonomia financeira e mesmo

maior controle sobre seus territórios, podemos afirmar que a mesma pode ser compravada, ainda que parcialmente. Dentre os assentados que diretamente acessam mercados institucionais a partir de políticas recentes como o PAA e PNAE (com manutenção de vendas em contrato, por maior tempo e maiores volumes), bem como aqueles que com frequência se organizam para a comercialização em feiras e mercados locais (com acesso direto a uma renda semanal), o aumento da renda familiar, o acesso a bens materiais e mesmo a infraestruturas (como é o caso de veículos e mesmo sistemas simples de irrigação nos lotes) é evidente (como se pode observar no Assentamento Dois de Junho, por exemplo), o que nos permitiu constatar a importância e reconhecer tais mercados como “socialmente necessários”. No entanto, também são evidentes as limitações presentes nos assentamentos, o que pode ser verificado a partir do pequeno número de assentados que diretamente participam dos referidos circuitos curtos (limitações estas muito mais evidente no Assentamento Orion).

Vale a pena pontuarmos, aqui, as principais dificuldades de acesso e, assim, também elencarmos os principais fatores que poderiam ser alvo de políticas públicas que efetivassem e potencializassem a reforma agrária e a manutenção dos assentados na terra, no Norte mineiro:

- Viabilização e facilitação do acesso a crédito (subsidiado ou a fundo perdido), financiando infraestruturas diversas aos assentados (infraestrutura de transporte e de irrigação parecem ser elementos fundamentais) e também o custeio da produção;

- Esforço para a emissão e manutenção de documentos como a DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf), fundamental ao acesso à financiamentos e à participação de políticas públicas como o PAA e o PNAE;

- Fortalecimento, nos municípios e estado, dos mecanismos de extensão rural (fundamentais ao apoio aos assentados para o acesso a políticas públicas e direitos básicos);

- Desburocratização, reforço institucional e de orçamento das políticas que garantem os chamados mercados institucionais, com reserva de mercado à agricultura camponesa e garantia de preços (como exemplificam novamente o PAA e o PNAE);

- Fortalecimento das políticas que implementam e mantêm o funcionamento de feiras livres e mercados públicos locais, como circuitos que oportunizam a venda direta, preços mais justos e vínculos entre campo e cidade, reforçando o que reconhecemos atualmente como “mercados socialmente necessários” ao campesinato.

Um desdobramento de nossa hipótese também apontava para a possibilidade de os circuitos curtos fortalecerem as práticas agroecológicas. Assim, a maioria dos assentados entrevistados (90%) afirmou adotar práticas agroecológicas, enquanto uma parcela menor (10%) ainda emprega técnicas convencionais na produção de alimentos. No entanto, é difícil

afirmar que tal postura resulta exatamente da inserção em circuitos curtos de comercialização. Os assentados feirantes, no entanto, demonstraram-se conscientes e comprometidos com questões envolvendo sustentabilidade e qualidade dos produtos oferecidos, e, ao optarem por uma produção limpa, sem veneno, estão contribuindo com um dos pilares de sustentação do sistema agroalimentar alternativo.

As feiras envolvem fluxos materiais e imateriais baseados na qualidade, confiança e reciprocidade das relações entre agricultores e consumidores. No campo organizacional, o funcionamento das experiências de comercialização envolve agricultores, consumidores, organizações sociais e entidades de apoio. A gestão das experiências ocorre de forma individual (organizando no nível das famílias e lotes o que será comercializado), mas muitas vezes a partir de laços de solidariedade e portanto coletivamente (lidando com questões do transporte), como no caso das Feiras, e de forma essencialmente coletiva, como nos programas que constituem os mercados institucionais (PAA e PNAE). A proximidade geográfica entre as duas pontas do processo agroalimentar é fundamental para a circulação e entrega de alimentos frescos e a partir de um contexto territorial de proximidade. das experiências ajuda a entender a tessitura social desses espaços, que incorpora saberes ancestrais, de maneira geral invisíveis, negados pela razão hegemônica de mercado. Tais formas de comércio são caracterizadas pela qualidade dos produtos, pela diversidade e pela mistura (de sons, cores, cheiros e gentes), permitindo a emergência de sociabilidades (entre feirantes e clientes, entre campo e cidade), mesmo que de forma momentânea e local.

O trabalho de pesquisa e as reflexões que pudemos fazer na tese nos levam a concluir que os chamados circuitos curtos de comercialização, em que pese serem teorizados de forma relativamente recente, são há muito praticados pela população camponesa (sobretudo pelas feiras e vendas diretas), o que há de novo e significativo em termos de circuito curto para os assentados estudados é apenas o surgimento dos mercados institucionais resultantes de políticas públicas, que também figuram como “mercados socialmente necessários”, mas que ainda carecem de aperfeiçoamento. Trata-se, portanto, de mecanismos que, com um olhar outro e mais generoso por parte do Estado (em suas diferentes instâncias), permitiram potencializar melhores condições de vida aos assentados não só do Norte de Minas, mas de todo o país.

## REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde: Parte 1 – Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Saúde.** Rio de Janeiro, abril de 2012a, 98p.
- ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde: Parte 2 - Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade.** Rio de Janeiro, junho de 2012b, 135p.
- ANDRADE, M. C. de. **História econômica e administrativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1982.
- BARTRA, A. **Hambre: dimensión alimentaria de la gran crisis.** Revista Mundo Siglo XXI. México: Edit. Instituto Politécnico Nacional, 2012.
- BARTRA, A. **Os novos camponeses.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: brasiliense, 1996.
- BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.** 2012. p. 1-13.
- BOMBARDI, L. M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado.** **Revista NERA.** Presidente Prudente, Boletim Dataluta, p. 1-21, set, 2011.
- BRASIL. Constituição de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). acesso 21/02/2022.
- BRASIL. Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- CABRAL A. F. **Capitão Enéas; Um Mauá Norte de Minas.** Ed. litera Maciel. Belo Horizonte, 1985.
- CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVERA, M.F.M. de; RODRIGUES, L. (Org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173-346.
- CARRARA, A.A. **Reconversão agroextrativista.** Perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas. 2007. Dissertação UNB, Brasília, 2007.
- CARVALHO, H. M. **A intervenção social e as possibilidades de coesão e identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil.** Curitiba: Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 1999.

CASSOL, D. **Produção Agroecológica**. Entrevista concedida a Elaine Fabiane Gaiovicz, Valentina Bianco e Camila Casiraghi, Verê. 2013.

CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede**. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. Catarina. **Organizações Rurais & amp; Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2014.

CATENA AMBIENTAL, 2011. **Mapeamento das áreas de preservação permanente de Capitão Enéas, MG**. Relatório Técnico.

CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1984. classes sociais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

COCA, E. L. de F. **Identidades dos Camponeses Assentados no Território Cantuquiriguaçu, Paraná**. Brasil. www.mercator. Ufc.br. Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 77-88,

CONTERATO, M. A. A galinha dos ovos de ouro não pode morrer: viva a agricultura familiar produtora de alimentos!. **Sul21**, Porto Alegre, 30 de maio de 2018.

Costa, ASSIS, William Santos de. (Org.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília DF: Embrapa E-book: il., 2013, p 139-186.

COSTA, J. B. A. de. A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, da Brigada Camilo Torres. Uberlândia: IG/UFU, 2008. Dissertação de Mestrado.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconnectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina, PR: IAPAR, 2011.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Dissertação de Mestrado. Andaluzia: Universidade Internacional de Andaluzia. 1998. **Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 6, N. 2, 2017.

DENTZ, E.V. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC: O CASO DA AGROINDUSTRIA BERGAMIN**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

DENTZ, B. G. Z. V; BENDER, P. M. Um novo olhar sobre a definição de circuitos curtos de produção e comercialização: situações na região da Grande Florianópolis. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 24, p. 156–174, 2016

DUQUE BRASIL, R. Riqueza das Plantas e Estruturas dos Quintais no semiárido norte

mineiro . **Revista Brasileira de Biociências** 2007.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. 239- 271p.

FEITOSA, A M. A. **A Luta pela Terra no Norte de Minas e o Processo de Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST: o estudo**

FEITOSA, A M. A. BARBOSA, R. S. CLEPS JÚNIOR, J. (Org.) **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil**. Goiânia: UCG, 2006, p.29-78.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis; vozes, 2000.p.318. Ocupação como forma de acesso a terra. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2001, Santiago de Chile.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161 - 198.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva et al. (Org.). **Estado Políticas Públicas e Território**. 1ed, São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.17 – 38.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**, 2005. Disponível: [enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questão-agrária-conflitualidade-e-territorialidade.pdf](http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questão-agrária-conflitualidade-e-territorialidade.pdf).

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. p. 153-179. In: MITIDIERO, Marco Antônio Jr.; GARCIA, Maria Franco Garcia; VIANNA, P. C. G. A questão agrária no século XXI: escalas dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: **Outras Expressões**, 2015.

FERNANDES, B.M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. 1999. (Dissertação de Mestrado).

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades**. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade CNPq (2010-2015), 2010.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRARI, D.L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). **Atlas da questão agrária Norte Mineira**. São Paulo: Entremares, 2020.

FORNAZIER, Armando. Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar. 2014. 179f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2014

FONSECA, A. I. A. **Agricultura Familiar como Sustentabilidade: Estudo de caso do Planalto Rural de Montes Claros/MG**. IGCE/UNESP. Rio Claro, 2012. Tese de doutorado. FRANÇA: Loi n° 2010-874 du 27 juillet 2010 de modernisation de l'agriculture et de lapêche.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *Agrária*, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Geografia e conflitualidade no campo brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L S de; PAULILO, M. I. (Org.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas (v.2): A diversidade das formas das lutas no campo*: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 339-366, 2009.

GOODMAN, D. Rural Europe redux: reflexions on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia ruralis*, 44 (1), p.3-16, 2017.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE electron.*, São Paulo , v. 6, n. 1, 2007.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2015.

KNEAFSEY, M. et al. Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU. A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. Luxembourg: **Publications Office of the European Union**, 2013.

KLOPPENBURG, Jack; LEZBERG, Sharon; DE MASTER, Kathryn; STEVENSON, George. Tasting food, tasting sustainability: defining the attributes of an alternative food system with competent, ordinary people. *Human Organization*, v. 59, n. 2, p. 177-186, 2000.

LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MARAFON, G. M. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. **Revista Geográfica da América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011.

MARCONI de A. M. Marconi; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARCOS, N.S. **Entre Brejos, Grotas e Chapadas: O Camponato Sertanejo Extrativismo do Pequi nos Cerrados de Minas Gerais** [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPB-935KQ3/1/disserta\\_o\\_marcos\\_nicolau.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPB-935KQ3/1/disserta_o_marcos_nicolau.pdf).

MARQUES, M. I. M. **A Atualidade do uso do Conceito de Camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, em João Pessoa. AGB, 2002. CD-ROM.

MARRE, J. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Porto Alegre, 1991.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, vol. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00158/pdf>. Acesso em: 2 fev. de 2023.

MARSDEN, T.; RENTING, H. Compreendendo as Redes Alimentares Alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 53-58.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATA-MACHADO, B. **História do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MEDEIROS, L. S. de. et. Al. **Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MÉSZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Ação territorial de uma igreja radical: teologia da**

**libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba.** São Paulo, 2008 (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. BARBOSA, Humberto Junior Neves. Quem Produz Comida Para Os Brasileiros? 10 Anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada** – vol. 18 n.3, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. FELICIANO, Carlos Alberto. A Violência no Campo Brasileiro em Tempos de Golpe e a Acumulação Primitiva de Capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 220-246, 2018.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MURDOCH, J. **Talking ecologically**. Journal of Environmental Policy & Planning. J. Environ. Policy. Plann. 2; 87-92 (2000). Cardiff University. Cardiff. 2000.

NAVARRO, Z. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, A. M; ALVES, E; S, J.M; NAVARRO, Zander. Editores Técnicos. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

NIEDERLE, P.A. ; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. (Orgs.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1ed. Curitiba: Kairós, UFPR, 2013.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais adentro e afora: Identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília- UNB. 2009.p. 233.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. A. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados. 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. U. A. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

OLIVEIRA, A.U. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iandê Editorial, 2016. Disponível em:  
<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, M. F. M. de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene (Org.) **Formação econômica e social do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes,

2000.

PAULINO, E. T. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. Terra Livre. São Paulo, v.2, n.29, 2007, p. 95 – 114.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2012.

PAULINO, E. T; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar** – PNAE. 2011. 135 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região: Significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Instituto de Geografia, Universidade Federal Uberlândia. 2007. Tese Doutorado.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. 2012. 450f. Tese (Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2012.

PEREZ-CASSARINO, Julian. Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: GOMES, João Carlos Costa, ASSIS, William Santos de. (Org.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília DF: Embrapa E-book: il., 2013, p 139-186.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS (Coleção Estudos Rurais). 372 p. 2008.

PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D.V. der. Empire and the peasant principle. Paper presented at the plenary session of the **XXI Congress of the European Society for Rural Sociology**, Keszthely, Hungary, August 22-26, 2015.

PLOEG, J. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; DE ROEST, K.; SEVILLA-GUZMAN, E. VENTURA, F. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. (Orgs) LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. Montes Claros: CAA-NM, 2000. 307 p. 19-45.

PREISS, P. V.; MARQUES, F. C. Tendências no movimento de re-localização alimentar

brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez, 2015.

PREISS, Potira V.SCHNEIDER, Sergio. **Sistemas Alimentares no Século XXI: uma introdução ao debate**. In: PREISS, Potira V.SCHNEIDER, Sérgio (Orgs). **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p.11-21.

PUGAS, A. S. Agroecologia e comercialização de alimentos: qual agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores?. 2018. 158p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, Jo. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: Gazolla, M.; Schneider, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 27-51 , 2017

RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de vendas e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014, 114f. Dissertação (Dissertação em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP, 2014.

RIBEIRO, A. C. T. Oriente Negado: cultura, mercado e lugar. **Cadernos PPGAU/FAUFBA**, v. 3, n. especial, p. 97-107, 2004.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411- 422, set./dez. 2005b.<https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632238006.pdf>.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (org.). **Formas em Crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço (v. 3)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Migo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. Quatro histórias de terras perdidas: Modernização Agrária e Privatização de Campos Comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Novembro de 2007.

RODRIGUES, L. **Formação econômica do norte de Minas e o período recente**. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org.) **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

ROVER, O. J.; RIEPE, A. D. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, n. 31, p. 663–682, 2015.

ROVER, O.J; DAROLT, M. R.. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, M.R.; ROVER, O.J.

Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis/SC:Estúdio Semprelo, 2021. P.19-43.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento, *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011

SANTOS, E. N. **Movimentos Sociais e Geografia: sobre a(s) especialidade(s) da ação social.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAQUET, M. A.; MEIRA, R. Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial da articulação entre o rural e o urbano. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 6, N. 2, 2017.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 18 (4), p.927- 936, 2013.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em Debate. Brasília. NEAD. 2005. P. 57-74.

SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso do município de Nova Veneza, SC. **Revista Faz Ciência** V.15 (20). 101-130, 2012.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – O processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & amp; Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2014.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar:desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 93-140.

SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. In: **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 51-71. 2000.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho eo novo

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 23 – 47.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações-o velho e novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente. **Revista NERA-** ano 8, n. 7- junho/dezembro de 2005, pp. 1-21.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda. Socióloga política do campesinato em uma sociedade em desarrollo (Rússia 1910-1925).** Madri: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-48.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa – Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SIGAUD, L.M. A forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo. v.58, 2000 p. 73 a 92.

SILVA, Bruno Jacobson da. Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar? 2015.121f. **Dissertação** (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2015

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 117-138.

SOLDATI, G. T. **Produção, transmissão e estrutura do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em três grupos sociais distintos: uma abordagem evolutiva**. 2013.219 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Botânica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Além da linha divisória: repensando relações entre redes alimentares alternativas e convencionais na Europa. In: **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: Negócios e Mercados da Agricultura Familiar**. UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 105-128, 2017.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classe do Brasil. **Anais**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 181-200.

TRICHES, Rozane M. SCHNEIDER, Sergio. **Reconstruindo o elo perdido: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2010.

VIEGAS, M. T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, n. dezembro, p. 370-384, 2017.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos

mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.